

# A Pesquisa e o Ensino das Ciências Humanas: Mudanças e Tendências

# 2



**Denise Pereira  
Janaina de Paula do Espírito Santo  
(Organizadoras)**

# A Pesquisa e o Ensino das Ciências Humanas: Mudanças e Tendências

# 2



**Denise Pereira  
Janaina de Paula do Espírito Santo  
(Organizadoras)**

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Barão

**Bibliotecário**

Maurício Amormino Júnior

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Karine de Lima

Luiza Batista

2020 by Atena Editora

Maria Alice Pinheiro

Copyright © Atena Editora

**Edição de Arte**

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Luiza Batista

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

**Revisão**

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora

Os Autores

pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

#### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

#### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

#### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza

Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional

Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico

Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais

Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos

Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo

Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas

Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás

Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia

Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases

Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil

Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita

Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí

Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora

Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé

Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo

Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária

Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná

Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina

Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College

Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social

Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe

Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

## A pesquisa e o ensino das ciências humanas: mudanças e tendências 2

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecário:** Maurício Amormino Júnior  
**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Edição de Arte:** Luiza Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizadoras:** Denise Pereira  
Janaína de Paula do Espírito Santo

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P474 A pesquisa e o ensino das ciências humanas [recurso eletrônico] :  
mudanças e tendências 2 / Organizadoras Denise Pereira,  
Janaína de Paula do Espírito Santo. – Ponta Grossa, PR: Atena,  
2020.

Formato: PDF.

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-5706-221-0

DOI 10.22533/at.ed.210202207

1. Ciências humanas – Pesquisa – Brasil. 2. Metodologia.  
I. Pereira, Denise. II. Espírito Santo, Janaína de Paula do.

CDD 001.42

Elaborado por Maurício Amormino Júnior | CRB6/2422

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br



## APRESENTAÇÃO

Um dos aforismos famosos do filósofo estóico romano Seneca é dizer que a pessoa quando ensina, aprende. De fato, a profunda relação entre ensinar e aprender é retomada, de tempos em tempos por diferentes pensadores de diversos países.

Essa preocupação se dá justamente por que, enquanto seres humanos estamos envolvidos, a todo momento com as distintas dimensões de ensinar e aprender e com a produção de conhecimento como um todo. Pensar, refletir aprender, são ações essencialmente humanas, momentos de construção de todo um escopo de experiências coletivas e individuais. Ainda que não esteja presente na frase de Sêneca do começo deste texto, outra dimensão nessa relação de ensinar e aprender é o ato de pesquisar. Não podemos dizer que a pesquisa figura exatamente como um “elemento oculto” do aforismo, (ou seja, que não é citado, mas está presente). Ainda assim, não é incorreto dizer que o ato de pesquisar é um sustentáculo de todo e qualquer ensino. De fato, não há ensino sem pesquisa, e não há pesquisa sem divulgação do saber o que é, de certa maneira, ensino.

A palavra pesquisa tem estado muito presente do nosso senso comum, nossa vida cotidiana, uma pesquisa pode envolver tanto a busca por menores preços, ou informações concretas para a tomada de uma decisão cotidiana qualquer, como também pode se referir a raciocínios e processos complexos e controlados em procedimentos substanciais de produção do conhecimento. Um modo de vida. Em comum, ambos os significados tem o fato de que a pesquisa é um elemento fundante da experiência humana. Na área de ciências humanas, as investigações feitas, como é da própria natureza da área, sempre existe um amálgama bastante presente entre pesquisa, seus métodos e paradigmas e o ensino. Neste sentido temos assistido, no século XXI uma mudança significativa. Se a sociedade muda e novas são suas demandas, aspirações e necessidades, muda também o entendimento dos diferentes fenômenos sociais e as exigências inerentes ao seu processo de ensino. Assim, no mundo em que vivemos com o crescimento do espaço ocupado pelo ambiente virtual, as demandas de conhecimento e do mercado de trabalho da atualidade, balizam mudanças constantes que visam entender esse movimento ininterrupto, suas transformações e tendências.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira  
Janaína de Paula do E. Santo

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A CONSTRUÇÃO DE ESTRATÉGIAS INTERNAS DE DIFERENCIAÇÃO SOCIAL ENTRE OS MORADORES DO BAIRRO PROGRESSO – ERECHIM/RS	
Clovis Schmitt Souza Rubia Samanta da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2102022071</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>12</b>
A IMPORTÂNCIA DA PRESENÇA PATERNA NO CICLO GRAVIDÍCIO-PUERPERAL	
José Salomão de Freitas Mesquita Ana Lizete de Souza Bastos Maria Eliane Ramos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2102022072</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>16</b>
A NOTICIABILIDADE NO SITE DE MÍDIA INDEPENDENTE JORNALISTAS LIVRES	
Ana Carolina Brandão da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2102022073</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>29</b>
CERIMONIAL RELIGIOSO: UMA ANÁLISE SOBRE ELABORAÇÃO DE EVENTOS RELIGIOSOS A PARTIR DE UMA FESTA DE CANDOMBLÉ EM ÁGUAS LINDAS DO GOIÁS	
Wdson Lyncon Correia de Oliveira Elissélia Keila Ramos Leão Paes Fabrício José da Silva Pontes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2102022074</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>42</b>
COMPROMISO DE LA ÉTICA AXIOLOGICA SUSTENTABLE PARA LAS NUEVAS GENERACIONES DE INGENIEROS QUIMICOS INDUSTRIALES	
Rebeca Teja Gutiérrez Edmundo Resenos Díaz Nidia López Lira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2102022075</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>59</b>
EDUCAÇÃO E SAÚDE: ANÁLISE DO PERFIL SOCIOCULTURAL DOS HÁBITOS ALIMENTARES E DA SAÚDE EM ADOLESCENTES DA PRIMEIRA FASE DE 10 A 14 ANOS	
Victor Hugo de Oliveira Henrique Viviane de Oliveira Henrique Dayane Tonaco Assunção Larissa Gabriela Araujo Goebel Kaique Alves de Souza Pedro Aurélio Tataira da Costa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2102022076</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>69</b>
INTERFACES ENTRE EDUCAÇÃO E POLÍTICA DA JUVENTUDE À MATURIDADE DE SIMÓN RODRÍGUEZ	
Brennan Cavalcanti Maciel Modesto	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2102022077</b>	

<b>CAPÍTULO 8 .....</b>	<b>81</b>
O PAPEL DA CEAGESP NA COMERCIALIZAÇÃO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS NA REGIÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE	
Larissa Oliveira Dionisio	
Antonio Nivaldo Hespanhol	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2102022078</b>	
<b>CAPÍTULO 9 .....</b>	<b>94</b>
O USO DA PLATAFORMA DIALOGA BRASIL COMO FERRAMENTA DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA E O FOMENTO AOS CANAIS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR: BREVES RESULTADOS OBSERVADOS	
Laercio José Peres dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2102022079</b>	
<b>CAPÍTULO 10 .....</b>	<b>113</b>
PROJETO BARRAGINHAS NO NOROESTE DE MINAS GERAIS: DESENVOLVIMENTO REGIONAL E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	
Elias Rodrigues de Oliveira Filho	
Natacha Souza John	
Rogério Leandro Lima da Silveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.21020220710</b>	
<b>CAPÍTULO 11 .....</b>	<b>129</b>
PROPOSTA DE MÉTODO TÉCNICO PARA ESTUDO DESCRITIVO DE ABSENTEÍSMO POR LICENÇA MÉDICA DA UNESP, CÂMPUS DE ILHA SOLTEIRA	
Beatriz Garcia Lopes	
Joeder Aparecido da Silva Flores	
Renata Trasse de Oliveira Barbosa	
Rogério de Oliveira Rodrigues	
<b>DOI 10.22533/at.ed.21020220711</b>	
<b>CAPÍTULO 12 .....</b>	<b>142</b>
QUALIFICAR PARA PRESERVAR: UMA CONTRIBUIÇÃO FORMATIVA	
Haroldo Gallo	
Marcos Tognon	
<b>DOI 10.22533/at.ed.21020220712</b>	
<b>CAPÍTULO 13 .....</b>	<b>154</b>
SUICÍDIO E TRABALHO CONTEMPORÂNEO	
Daniela Piroli Cabral	
<b>DOI 10.22533/at.ed.21020220713</b>	
<b>CAPÍTULO 14 .....</b>	<b>165</b>
SUSTENTABILIDADE SOCIAL COMO OBJETIVO INTERNACIONAL E TENDÊNCIA NAS LICITAÇÕES	
João Ricardo Vicente	
<b>DOI 10.22533/at.ed.21020220714</b>	
<b>CAPÍTULO 15 .....</b>	<b>176</b>
THOMAS KUHN E O CÓDIGO DE ÉTICA MÉDICA: A RELAÇÃO MÉDICO-PACIENTE	
Luís Carlos Silva de Sousa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.21020220715</b>	
<b>SOBRE AS ORGANIZADORAS.....</b>	<b>185</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO .....</b>	<b>186</b>

## A CONSTRUÇÃO DE ESTRATÉGIAS INTERNAS DE DIFERENCIAÇÃO SOCIAL ENTRE OS MORADORES DO BAIRRO PROGRESSO – ERECHIM/RS

Data de aceite: 01/07/2020

Data de submissão: 03/04/2019

### **Clovis Schmitt Souza**

Universidade Federal da Fronteira Sul, curso de Ciências Sociais.  
Erechim- RS

<http://lattes.cnpq.br/9681538851174714>

### **Rubia Samanta da Silva**

Universidade Federal da Fronteira Sul  
Erechim- RS

<http://lattes.cnpq.br/8010966986837869>

**RESUMO** : O presente artigo apresenta os resultados de estudo conduzidos entre os moradores de um bairro de periferia do interior gaúcho onde são desenvolvidas práticas sociais de diferenciação social. No trabalho, serão expostos resultados da pesquisa realizada na localidade situada no município gaúcho de Erechim que apresenta um processo de ocupação em diferentes momentos. No espaço social da cidade, o bairro está numa condição de baixo prestígio social e, como estratégia discursiva os moradores antigo objetivam se afastar dessa condição. Para isso, vão produzir uma diferenciação interna por meio da formulação de duas categorias de moradores:

os *antigos* e os *recentes*. Tal distinção funciona como um atributo moral para que os moradores situados em melhores condições se distanciem moralmente dos moradores com baixo prestígio interno. Como resultado do estudo foi percebido como os espaços internos da localidade são controlados e os moradores *antigos* conseguem em algum grau de sucesso tornar reais as separações desejadas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Espaço urbano; hierarquização e diferenciação social; disputas simbólicas.

### CONSTRUCTION OF INTERNAL SOCIAL DIFFERENTIATION STRATEGIES AMONG RESIDENTS OF NEIGHBORHOOD PROGRESS - ERECHIM / RS

**ABSTRACT:** This article presents the results of a study conducted among residents of a neighborhood on the outskirts of the interior of Rio Grande do Sul, where social practices of social differentiation are developed. In the work, results of the research carried out in the locality located in the municipality of Rio Grande do Sul, Erechim, which presents an occupation process at different times, will be exposed. In the social space of the city, the neighborhood is

in a condition of low social prestige and, as a discursive strategy, the former residents aim to move away from this condition. For this, they will produce an internal differentiation through the formulation of two categories of residents: the old and the recent. This distinction works as a moral attribute for residents in better conditions to morally distance themselves from residents with low internal prestige. As a result of the study, it was noticed how the internal spaces of the locality are controlled and the old residents manage in some degree of success to make the desired separations real.

**KEYWORDS:** Urban space; hierarchy and social differentiation; symbolic disputes.

## 1 | INTRODUÇÃO

A cidade é constituída em seu interior pelo processo de ocupação diferenciada dos bens estruturais de uso coletivo. A partir de tal formação, expressões como centro e periferia têm associado à ideia de lugares dotados por elementos urbanos distintos. Neste sentido, o centro é identificado com o maior número de condições estruturais, enquanto as áreas mais afastadas do centro da cidade apresentam certas carências estruturais.

Isto ocorre, segundo a ótica do sociólogo Jean Lojkine (1981), devido à distribuição das pessoas dentro do espaço social das cidades corresponderem a um arranjo marcado por interesses econômicos de apropriação e uso do solo. Assim, as áreas urbanas com baixo prestígio têm concentrado as parcelas mais pauperizadas dos trabalhadores, enquanto as áreas de *status* elevado estão destinadas às que detêm maior poder aquisitivo. Diante disso, a segregação existente no meio urbano é tanto espacial como social, pois empurra a população mais empobrecida às regiões afastadas e destituídas dos bens estruturais, instituindo um arranjo que, além de separar por distâncias geográficas os pobres e os ricos, produz tipos de habitação e qualidade de vida urbana diferente. Conforme o capital econômico que o indivíduo dispuser, irá ocupar diferentes regiões e, por conseguinte, carregará marcas de distinção diferenciadas.

A estruturação desigual do meio urbano origina um mecanismo de produção de hierarquias sociais que é estabelecido de tal maneira a projetar sobre os sujeitos uma imagem social de acordo com a localidade em que esse reside. Este mecanismo de produção de hierarquias sociais pressupõe que o lugar de moradia influi na construção da imagem dos sujeitos. Neste sentido, o presente trabalho retrata um estudo sociológico conduzido numa localidade de periferia situada no município gaúcho de Erechim. Trata-se de um bairro de periferia de ocupação consolidada e que apresenta uma composição social muito semelhante: seus moradores são trabalhadores do setor de serviços e industrial. Na organização da cidade o bairro possui uma imagem pública de ser um local perigoso e violento.

Frente a esse discurso externo, o estudo procura identificar se os moradores produziam diferenciações internas, tendo em vista a possibilidade de não aceitação do

discurso externo e de que maneira são capazes de edificar fortalezas contra esse tipo de discurso. Diante das considerações acima, o artigo discute os conflitos internos que podem vir a se estabelecer em uma comunidade. Sobretudo, como a imagem deteriorada produzida com relação aos moradores de bairros como os vivenciados no bairro Progresso.

## **2 | ESPAÇO SOCIAL, RELAÇÕES DE PODER, HIERARQUIAS E REALIDADE SOCIAL**

Os debates sobre o meio urbano se desenvolveram ao longo da história de tal modo que o espaço ao ser analisado por diferentes áreas do conhecimento como: Sociologia, Geografia, Economia, Arquitetura dentre outras, adota características de um objeto de estudo capaz de ser compreendido de forma singular ou como parte de um todo, considerando a variabilidade de significações possíveis<sup>1</sup>.

David Harvey (2005) descreve o espaço como uma composição resultante de inúmeras determinações. Sendo assim, perceber o espaço a partir de uma análise plural não se trata de ignorar a compreensão objetiva do urbano, e sim compreendê-lo enquanto reflexo das relações sociais que reproduzem a sociedade como totalidade.

Influenciado pela teoria marxista, Harvey (2005), apresenta que a dimensão espacial vem sendo apropriada pelo capital. Conforme o autor, o espaço produzido pelo capitalismo é caracterizado pelas contradições construídas pela sociedade e que são materializadas nas configurações do espaço. Desta forma, as contradições se encontram nos espaços de circulação do capital existindo assim, zonas valorizadas e outras com baixo interesse do capital.

Neste sentido, a relação entre o centro e a periferia surge da tensão entre a concentração de capital e a expansão geográfica, pois é neste ambiente construído chamado cidade que surgem os conflitos sociais entre os indivíduos.

Segundo Sorokin (1961), os conceitos de espaço e de distâncias sociais utilizados na sociologia para desvendar os mecanismos que regulam os processos de interação humana nas formas societárias de vida coletiva são categorias classificatórias. Elas aproximam ou distanciam os grupos humanos através da hierarquização do mundo social.

Uma hierarquia formulada segundo a elaboração de diferentes posições dentro do conjunto do “universo”. Assim, o espaço social seria “algo completamente diferente de espaço geográfico” (p.232), pois dois indivíduos situados no mesmo espaço geográfico – dimensão horizontal - podem ocupar espaços sociais distintos. Além disso, o tipo de relação que o indivíduo desenvolve com os demais membros do grupo informa uma localização vertical que, dentro deste sistema de coordenadas sociais, indica uma separação entre os membros. Em termos ilustrativos, isto significa dizer que um rei e seu súdito, embora estejam situados na mesma área geográfica, devido ao tipo de relação que desenvolvem

---

1 Para o debate sobre a temática sugere-se Maricato (2001), Campos Filhos (1999) e Gonzalez (1994), Caldeira (1984) Velho (2002), Durah(2004), Zaluar(1995).

entre si, ocupam espaços sociais diferenciados, logo, posições sociais distintas. Ou seja, a pluralidade de indivíduos neste meio auxilia a compor a cidade como um grande mosaico de pequenos mundos que se justapõe, mas, algumas vezes, não se inter-relacionam.

Dando seqüência a esta linha de argumentação, segundo Bourdieu (2007;1997), a idéia da construção da diferença, de separação e de construção de proximidades e distanciamentos entre os grupos é o que fundamenta a noção de espaço social. Este seria uma realidade invisível, mas capaz de organizar as práticas e as representações dos agentes dentro da estrutura social instituída na sociedade. Seu emprego compõe uma lógica que, além de diferenciar os espaços existentes no tecido urbano, atribui a cada qual um peso valorativo distinto. Tais diferenças (signos de distinção ou estigmatização), para serem percebidas e compreendidas, necessitam que o conjunto de agentes sociais da cidade tenha incorporado à estrutura de diferenças, isto é, que os sentidos atribuídos aos lugares e o princípio de classificação posto em prática na vida social corresponda ao campo semântico dos habitantes do meio urbano. Portanto, quando alguém se refere a determinado local da cidade, os demais interlocutores sabem ou tem certa noção dos sentidos relacionados ao lugar descrito. Mas, a partir do momento no qual reduzimos a personalidade do indivíduo a um determinado ponto, a uma determinada característica reconhecida como do lugar, estar-se-á infligindo a este uma distinção ou um estigma social, pois a pessoa passa a ser vista socialmente como detentora de qualidades ou de defeitos derivados de sua vinculação espacial.

Para Bourdieu (1991),(1997), essa ideia de diferença, de separação e de construção de proximidade e distanciamento entre os grupos fundamenta a noção de espaço social. Uma realidade invisível que organiza as práticas e as representações dos agentes dentro da estrutura social. Compõem os espaços segundo uma lógica que, além de diferenciar os espaços, atribui a cada qual um peso valorativo distinto. Tais diferenças (signos e distinção ou desvalorização), para serem percebidas e compreendidas, necessita que o conjunto de agentes sociais da cidade tenha incorporado à estrutura de diferenças, isto é, que o princípio de classificação e os sentidos atribuídos aos lugares, posto em prática na vida social, corresponda ao campo semântico dos habitantes do meio urbano. Portanto, quando alguém se refere a determinada pessoa de forma adjetivada os demais interlocutores sabem ou tem uma ligeira noção dos sentidos pertencentes ao que foi descrito.

Ainda segundo o autor, as divisões no mundo social seriam algo operada segundo uma construção individual e coletiva produzida de tal modo que os agentes estão distribuídos em função de sua posição de acordo com *dois princípios de diferenciação*: o capital econômico e o capital cultural<sup>2</sup>. O arranjo desses dois princípios, isto é, as diferentes concentrações auxiliam no posicionamento dos agentes dentro da estrutura social vigente. De maneira

---

<sup>2</sup> Embora, na análise do autor, o princípio de diferenciação seja apontado para sociedades como os Estados Unidos, o Japão ou a França interpretamos que tais princípios também sejam operados na realidade brasileira.

geral, na estrutura da cidade, ganha destaque a primeira dimensão; dependendo da quantidade de recursos financeiros de seus detentores, a posição de seus ocupantes no espaço social recebe uma conotação prestimosa (distinção) ou desvalorizante (estigma).

A adoção deste discurso “objetivo” opera uma prática cuja orientação seria a produção de um efeito social: hierarquizar e classificar os habitantes. Uma segregação social e espacial não originaria de uma “cultura da pobreza”, mas resultante de um jogo que institui uma “ordem das coisas”, através da repetição sucessiva e prolongada, a cada dia, da experiência como uma distância espacial, que se afirma como distância social e assim, onde você está, acaba determinando seu contorno (Bourdieu, 1998:85). Ou seja, a situação dos moradores das franjas das cidades, os encerra dentro de um *locus* que concentra características materiais e simbólicas negativas. Assim, a legitimação social desta discriminação atua na produção da classificação com as quais os sujeitos interpretam o mundo social e a si mesmo. Logo, para descrição da realidade das áreas periféricas das cidades, estaria contida não somente questões relacionadas à insuficiência das condições de infraestrutura material (questões objetivas), mas também aquelas vinculadas à consciência desta realidade hierarquizada como um espaço social de convivência com um conjunto de significados objetivamente reificado.

Segundo Bourdieu (1998), a noção de lugar indica uma das dimensões na qual o poder se afirma e se exerce. Ou seja, o “lugar” não constitui simplesmente um ponto físico onde um agente ou uma coisa se encontra situados. Pelo contrário, o “lugar” se constitui dentro de uma estrutura na qual os agentes sociais estão situados de forma relativa. Sua posição decorre do cruzamento de outros eixos de sentido, como, por exemplo, as noções de perto, longe, acima, abaixo; enfim um conjunto de referências simbólicas que definem e informam, entre si, as distâncias dos agentes na sociedade. Este espaço hierarquizado é, portanto, um espaço de distinção, pois materializa para os agentes sociais diferentes posições sociais conforme o jogo de disputa que está sendo travado no local. Assim, as distâncias espaciais envolvidas na idéia de centro e periferia urbana, por exemplo, informam as distâncias sociais dos agentes. Com efeito, a cidade é vista como a “objetivação” de um espaço social diferenciado e hierarquizado.

A estrutura do espaço social se manifesta em contextos mais diversos, sob a forma de oposições espaciais, o espaço habitado (ou apropriado) funcionando como uma espécie de simbolização espontânea do espaço social. Não há espaço em uma sociedade hierarquizada que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais, sob uma forma (mais ou menos) deformada e, sobretudo, mascarada pelo efeito de naturalização que implica a inscrição durável das realidades sociais no mundo natural: as diferenças produzidas pela lógica histórica podem assim parecer surgidas da natureza das coisas (BOURIDIEU,1998:160).

A hierarquia social que ordena a sociedade afirma distâncias entre os indivíduos dentro da sociedade. Neste sentido, dependendo do arranjo das características objetivas e



subjetivas<sup>3</sup> identificados dentro do bairro, um tipo de discurso que informa, ao conjunto da sociedade, a posição de cada lugar em sua estrutura. Isto porque, na avaliação do autor, o conceito de lugar possui um sentido de apropriação de um significado, isto é, cada lugar possui um tipo de prestígio que vai variar conforme o modo como o lugar é reconhecido socialmente. Dentro desta postura de análise, o lugar é visto segundo duas possibilidades de vantagens simbólicas. Na primeira, definida como *ganhos de localização*, as vantagens atribuídas ao lugar estão associadas ao fato de estar próximo de bens raros ou cobiçados como, por exemplo, casas localizadas nos arredores de locais que inspiram segurança, próximo a shopping centers, etc. No segundo caso, as vantagens do lugar se dão sob a forma de *ganhos de ocupação*: a posse de um espaço físico funciona para se manter distância ou excluir intrusos indesejáveis (Bourdieu:1998).

Para Bourdieu (2004), considerando o espaço e as posições ocupadas, é possível identificar conjuntos ou classes de agentes que possuem características e condições semelhantes por estarem em posições iguais. Neste contexto de fragmentação e classificação dos agentes no espaço social, o autor explica que as diferenças ditas geográficas como, por exemplo, a designação de centro e periferia reflete um distanciamento dos agentes no espaço social, isto porque ocorre uma distribuição díspar de capitais no espaço geográfico. Assim, evidencia-se uma correlação entre espaço geográfico e espaço social.

Ao analisar o espaço, os agentes concebem uma percepção de mundo social que é caracterizada como uma visão pluralizada, uma vez em que o espaço se apresenta como algo relativamente indeterminado. Segundo Bourdieu (2004), existe nesta concepção, uma luta simbólica com relação à legitimidade de uma visão de mundo e assim, “as categorias de percepção do mundo social são, no essencial, produto da incorporação das estruturas objetivas do espaço social.” (p.141).

Ao mesmo tempo em que os agentes criam uma percepção de mundo social, contribuem também para esta construção. Isto ocorre por meio do que Bourdieu (2004) chama de *trabalho de representação*, no qual os agentes constituem esta visão tanto de forma objetiva a partir de uma estrutura já estabelecida, quanto por meio de uma subjetividade contida nos esquemas de percepção que são fortalecidos pela linguagem. As lutas simbólicas relacionadas à percepção de mundo social fomentam um trabalho de produção simbólica que categoriza e classifica os agentes e suas posições impedindo-os de atribuir um sentido diferenciado a visão de mundo.

Desta forma, as diferenças construídas, conhecidas e reconhecidas pelos agentes e por suas representações do mundo social são desenhadas no espaço e funcionam simbolicamente como *espaços dos estilos de vida* que abrigam os grupos relacionados

---

3 Por características objetivas entendemos a infraestrutura urbana da localidade (tipo de calcamento das vias, iluminação pública, saneamento básico, etc), o aspecto de conservação das casas e pátios. Já por subjetivos estão inseridos noções que levam em conta, o “tipo” de morador da localidade, a distância do bairro em relação ao centro da cidade, as impressões a respeito da violência da área entre outros fatores.

a esses estilos. As distinções que simbolizam as diferenças, no que se refere aos níveis, ordens, graus e outras formas de hierarquia simbólica, são criadas por juízos sociais produzidos pelas estruturas nas quais se aplicam. Estes são legitimados quando são tratados como fatos comuns, naturais e evidentes e podem ser consequências do modo casual como se estabelecem as estruturas objetivas e incorporadas.

De acordo com o autor, a força simbólica é autoritária e conduz as visões de mundo e os princípios de divisão conhecidos, reconhecidos e impostos. Assim, os que se sobressaem são aqueles que estão mais bem posicionados no campo e que possuem chances maiores de transformar as categorias de percepção. Entretanto, estes não se dispõem a realizá-lo, isto porque, almejam legitimar como imposição uma visão oficial de mundo social. Para tanto, utilizam de estratégias simbólicas por meio da produção de um “estigma”, como forma de impor simbolicamente as diferenças. Assim, a eficácia deste processo produz efeitos manifestados no reconhecimento deste ponto de vista.

A estratégia da classe ou fração de classe dominante passa pela necessidade de produzir estratégias de aquisição e demonstração da sua condição. Trata-se da presença de uma distinção social que diferencia o seu detentor. A distinção se revela pelo gosto do possuidor. O agente toma posse de um número significativo de bens simbólicos que garantem o exercício da sua dominação.

Sendo assim, a delimitação real das classes ou regiões construídas no espaço, denotam a eficácia das estratégias classificatórias utilizadas pelos agentes para manter ou alterar o espaço, levando em consideração que para isso é necessário a composição de um grupo organizado, em prol da defesa dos interesses em comum dos agentes que a compõem.

### **3 | O BAIRRO PROGRESO E O PROCESSO DE DIFERENCIAÇÃO SOCIAL INTERNA**

O histórico da ocupação do bairro Progresso teve início por volta da década de 1930 na cidade de Erechim. Sua morfologia social ocorreu de forma organizada por meio da intervenção do Poder Público a partir da criação de loteamentos sociais como o PROMORAR<sup>4</sup> logo no início das primeiras levas de famílias e foi seguido posteriormente por ondas mais esparsas de moradores no decorrer das décadas seguintes. Como resultado, a construção do bairro foi basicamente de duas naturezas distintas: i) grupo de moradores *antigos* e ii) grupo de moradores *recentes*.

O bairro foi incorporado ao processo de expansão econômica e geográfica do município. Sua ocupação foi o resultado de uma acelerada urbanização e industrialização vivenciada na região em diferentes momentos da história. Estes momentos de ocupação

<sup>4</sup> Programa de Erradicação da Subabitação definido pelo Banco Nacional de Habitação e implementado pela prefeitura Municipal de Erechim no ano de 1980. O programa emergencial teve como função em Erechim, a realocação da população de baixa renda em condições precárias de moradia que localizavam-se em uma área determinada “cachorro sentado”, atualmente bairro Bela Vista, para uma região do Progresso reservada ao loteamento instituído pelo Programa.

do bairro são expressos nas condições estruturais presentes na localidade. A área ocupada inicial apresenta um conjunto de elementos estruturais consolidados que confere melhores condições aos que ali se encontram estabelecidos. Nesta área, as moradias possuem infraestrutura de maior qualidade e desfrutam de um acesso mais facilitado ao posto de saúde, a escola estadual e as linhas de transporte do bairro. Já na área ocupada posteriormente há aspectos de abandono do poder público, notam-se ruas esburacadas, falta de saneamento básico, coleta de lixo, ocupação de encostas de morro e a presença de moradias com emprego de material alternativo na sua composição. Atualmente a localidade é composta por aproximadamente 5 mil habitantes.

A posição que o bairro Progresso ocupa nas representações sociais da cidade de Erechim coloca-o numa condição inferior em relação aos demais bairros da cidade, pois seus atributos sociais e estruturais – isto é, um local de periferia, a presença de áreas precárias de infraestrutura, a ocupação laboral dos trabalhadores, etc-, faz com que o bairro seja percebido como “perigosa”. Internamente, os moradores ao invés de aceitarem passivamente essa posição de inferioridade que lhes são atribuídas pela representação social contida na cidade, vão modelar o prestígio social local<sup>5</sup>.

Na intenção de adquirir uma posição de prestígio, os moradores *antigos* buscam se afastar da imagem projetada por meio de uma cisão no bairro, originando uma ambigüidade do bom e mau Progresso. A ideia de fragmentação do lugar era evidenciada nos discursos que representavam inclinações contrárias a visão externa, discordando de uma ideia de homogeneidade de práticas, condições e posições. Assim, foi identificada uma disputa no emprego da designação Progresso. Os moradores em melhor posição interna construíam designações êmicas do “alto Progresso” como expressão da área *antiga* e o “baixo Progresso” designando a área *recente*. Trata-se de uma forma de demarcação do lugar que revela uma produção social de delimitações entre diferentes áreas do bairro e revela também uma hierarquização social com atributos valorativos.

A construção de oposição entre os grupos que representavam esta divisão decorre principalmente de um fator moral. Durante a pesquisa foi identificado que o grupo com maior capital simbólico obtém ganhos no jogo de disputa, isto é, consegue impor localmente a ideia do “alto” e do “baixo” progresso. Todavia não fosse possível estabelecer essa disjunção para além do contexto do bairro, ainda assim, conseguem, nas dinâmicas locais, constituir uma separação. Em outros termos, o poder alcança sua eficiência na medida em que consegue se impor como natural entre os moradores do bairro.

A teoria bourdieusiana compreende que cada expressão lingüística conduz o pesquisador ao entendimento do processo de disjunção da realidade social. Isso ocorre a

---

5 Durante a condução do trabalho de campo, através da coleta das imagens sociais projetadas na imprensa local, foi identificado que as notícias veiculadas sobre o bairro eram sempre desabonadoras; associadas com atividades ilícitas ou palco de eventos de violência. Além disso, em exame conduzido entre os moradores da cidade foi detectado há existência de uma hierarquia valorativa entre os diferentes bairros locais a partir da imagem pública construída no conjunto das ações dos indivíduos. Tais elementos são fortes indícios que comprovam a condição de um “mau lugar” atribuído ao bairro progresso.

partir do momento em que a fala se converte em discurso, que desloca os mais próximos fisicamente para distâncias socialmente estabelecidas e, simbolicamente vivenciadas.

Assim, os moradores *antigos*, devido a sua posição interna de maior peso moral (capital simbólico), produzem um tipo de discurso de afastamento da noção da localidade como um local “ruim” transferindo essa condição ao grupo de moradores *recentes* que não dispõem de capital simbólico suficiente para impedir que essa transferência ocorra. Com efeito, os moradores *antigos* estabelecem um distanciamento interno no interesse de instaurar novas hierarquias e, com isso, produzir, novas disjunções ao frisar linguisticamente a existência de fronteiras no bairro.

Ao recuperarmos os fundamentos da teoria bourdieusiana, percebemos que a periferia se caracteriza como uma dimensão do espaço entendido como mundo social e permeada pelas disputas simbólicas. Estas disputas estabelecidas pelo poder almejam a diferenciação dos agentes no espaço periférico. Sua intenção é alcançar uma posição interna superior.

Com base nas considerações descritas por Bourdieu (2004), de que as práticas sociais efetuam representações mentais e que estas por sua vez, se manifestam por um conjunto de percepções, conhecimentos e reconhecimentos, percebe-se que o emprego de cada expressão linguística auxilia no processo de construção do espaço social de vida dos moradores de modo que os limites entre cada área não é sinônimo de delimitações geográficas, mas da edificação de fronteiras internas que são moldadas conforme o agente que faz uso da palavra.

#### 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo foi possível identificar como são produzidas negociações simbólicas no interior de uma comunidade de moradores. Na configuração interna da cidade, as áreas periféricas devido a insuficiência de fatores estruturais, identificam-se como sendo lugares de baixo prestígio social em comparação as áreas centrais. Todavia, Bourdieu (1997) deslegitima concepções substancialista que consideram certas atividades como qualidades próprias a determinados indivíduos ou a certos grupos, como se estas fossem propriedades intrínsecas a seus membros. O que ocorre, ao invés disso, é que a estrutura dos diferentes tipos de representações acaba por tornar real uma “realidade” que visualiza com reservas as áreas situadas em espaços identificados com atributos negativos. Posto que, destituídos da posse de capital (econômico ou cultural) em quantidade suficiente para alterar o estigma pelo qual são reconhecidos socialmente - através dos veículos de comunicação, produto de idealizações ou de experiências pessoais -, viram alvo de todo tipo de estereótipo que sua condição pode suscitar.

Assim, os moradores de regiões periféricas apresentam condições de baixo prestígio e, como um mecanismo de defesa vão construir um processo interno de diferenciação.

Nesta perspectiva, o artigo buscou comprovar a existência de disputas simbólicas estabelecidas dentro do bairro Progresso, um local no qual é produzida uma lógica de hierarquização classificatória e produção interna de disjunção do mundo social.

Desta forma o trabalho investigativo apontou a presença de diferenças sociais entre seus ocupantes que denotam como a influência das formas dominantes e hegemônicas do sistema capitalista, desde a forma como se estrutura o espaço até a constituição de relações que se estabelecem da incorporação destas estruturas, influem na organização interna de uma comunidade.

No interior do bairro é manifestada uma linguagem social por meio de disputas simbólicas que negociam significados sociais locais produzindo e reproduzindo uma lógica hierárquica de origem capitalista, mas fundamentada em fatores de diferenciação moral. Sendo assim, o artigo visou desmistificar a noção de que um bairro de periferia é harmonicamente organizado internamente. Pois, através do estudo, verificamos que existe uma heterogeneidade na comunidade no qual são produzidos processos de diferenciação e hierarquização dos espaços e dos moradores nela inseridos.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. São Paulo: Papyrus editora, 1997.

\_\_\_\_\_. Efeitos de Lugar. In:\_\_\_\_\_(org.). **A Miséria do Mundo**. 3.ed. Petrópolis,1998.

\_\_\_\_\_.**O Poder Simbólico**. 7. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_.**A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouk, 2007.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. **A política dos Outros: O cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos**, 1984

CAMPOS FILHO, Cândido Malta. 3. ed. **Cidades Brasileiras: seu controle ou o caos, o que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1999.

DURHAM, Eunice. **A Dinâmica da Cultura**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004

GONZALEZ, Fernando. **A Estruturação Urbana e a Participação da Comunidade: a unidade de vizinhança, o bairro, a cidade e a evolução sociocultural da cidade**. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2006.

LOJKINE. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

MARICATO, Erminia. **Brasil, cidades: Alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001

REMOR, R. C.; LOAT, C. Histórico do bairro Progresso. 1989. Pesquisa – Turma 6ª série, Dom Pedro II, Erechim.

SOROKIN, Pitirim. **Espaço Social, distância social e posição social** In: **Homem e Sociedade**.  
CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Otavio, São Paulo: Companhia Editora Nacional(1973).

VELHO, Gilberto. **A utopia urbana: um estudo de antropologia social**. 6 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

ZALUAR, Alba. **A Máquina e a Revolta: As organizações populares e o significado da pobreza**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1985.

## A IMPORTÂNCIA DA PRESENÇA PATERNA NO CICLO GRAVIDÍCIO-PUERPERAL

*Data de aceite: 01/07/2020*

*Data de submissão: 27/03/2020*

### **José Salomão de Freitas Mesquita**

Centro Universitário INTA – UNINTA, Enfermagem  
Sobral - CE

<http://lattes.cnpq.br/6655520370885923>

### **Ana Lizete de Souza Bastos**

Centro Universitário INTA – UNINTA, Enfermagem  
Sobral -CE

<http://lattes.cnpq.br/1898454923415245>

### **Maria Eliane Ramos**

Centro Universitário INTA – UNINTA, Enfermagem  
Sobral – CE

<http://lattes.cnpq.br/0835129767846459>

**RESUMO:** Ser pai provoca sentimentos variados, os serviços de saúde têm encontrado desafios na inclusão da presença paterna na rotina gestacional, que é fazer com que o pai se sinta reconhecido em todo o processo podendo ter a chance de obter informação e dividir experiência. É no período do pós-parto que aumenta a demanda de compromisso, diminuindo o descanso podendo aumentar os problemas de convivência. Os profissionais de saúde devem atuar no sentido de minimizar a distância que já se faz histórica, desenvolvendo

práticas que revisem a importância da família. Este estudo tem como objetivo averiguar a partir da literatura científica a importância da presença paterna no período gravídico-puerperal. Trata-se de um estudo descritivo com abordagem qualitativa em que se optou pelo método da revisão bibliográfica, sendo utilizados os descritores: pai, paternidade, pré-natal e puerpério, depois de realizar esse processo foram selecionados 87 artigos, dos quais foram selecionados 36 por tratarem diretamente da participação do pai no ciclo gravídico-puerperal. Foi possível observar que a participação do pai durante o parto é o primeiro contato, fazendo aumentar o vínculo precocemente e também como prevenção de violência infantil e abandono familiar. O companheiro deve se mostrar acessível para cuidar da criança e das tarefas domésticas, evitando assim o desgaste emocional da mulher, segundo estudos essa atitude demonstra a importância da criança e mulher, facilitando o convívio familiar. Verificou-se a importância do pai no ciclo gravídico e seus benefícios enfatizando a importância da enfermagem em sua inclusão.

**PALAVRAS-CHAVE:** Paternidade. Ciclo gestacional. Cuidados.

## THE IMPORTANCE OF PATERNAL PRESENCE IN THE GRAVIDIC-PUERPERAL CYCLE

**ABSTRACT:** Being a father causes different feelings, health services have found challenges in the inclusion of the paternal presence in the gestational routine, which is to make the father feel recognized in the whole process and may have the chance to obtain information and share experience. It is in the postpartum period that the demand for commitment increases, decreasing rest and increasing the problems of living together. Health professionals must act in order to minimize the distance that is already historic, developing practices that review the importance of the family. This study aims to ascertain from the scientific literature the importance of paternal presence in the pregnancy-puerperal period. This is a descriptive study with a qualitative approach in which the bibliographic review method was chosen, using the descriptors: father, paternity, prenatal and puerperium, after carrying out this process, 87 articles were selected, of which 36 were selected for dealing directly with the father's participation in the pregnancy-puerperal cycle. It was possible to observe that the father's participation during childbirth is the first contact, increasing the bond early and also as a prevention of child violence and family abandonment. The partner must show himself accessible to take care of the child and household chores, thus avoiding the woman's emotional exhaustion, according to studies this attitude demonstrates the importance of the child and woman, facilitating family life. It was verified the importance of the father in the pregnancy cycle and its benefits emphasizing the importance of nursing in its inclusion.

**KEYWORDS:** Paternity. Gestational Cycle. Care.

### INTRODUÇÃO

A experiência de ser pai provoca no homem uma variável nos sentimentos, indo da felicidade para o descontentamento, da proximidade para o distanciamento. Hoje os serviços de saúde têm encontrado um grande desafio que é incluir a presença paterna na rotina gestacional. A maior dificuldade é fazer esse pai se sentir reconhecido e ter a chance de obter informações, dividir experiência, adquirir práticas no cuidado e na formação de vínculo com os filhos. O período do pós-parto, que é caracterizado pela dúvida, demanda de maior compromisso, diminuição do tempo de descanso (sono), pode acentuar os problemas da vivência do papel paterno nos cuidados do filho recém-nascido. Este momento é, contudo, de grande relevância para a aproximação e maior participação do pai. Os profissionais de saúde devem atuar no sentido de minimizar a distância, que já se faz histórica, dos então pais com o serviço de saúde, desenvolvendo práticas que servem para revisar a importância da família, que sem dúvida trará grandes benefícios para a criança.



## **OBJETIVO**

Averiguar a partir da literatura científica a importância da presença paterna no período gravídico-puerperal.

## **MÉTODOS**

Trata-se de um estudo descritivo com abordagem qualitativa em que se optou pelo método da revisão bibliográfica, baseia-se na técnica exploratória de análise de artigos científicos. A coleta de dados foi realizada na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), sendo utilizados os descritores: pai, paternidade, pré-natal e puerpério, foram aplicados a esses descritores os operadores Booleanos AND e OR da seguinte forma: “pai” OR “paternidade” AND “pré-natal”; e “pai” OR “paternidade” AND “puerpério”. Foram aplicados filtros para selecionar os trabalhos sendo eles: que tivessem textos completos, com idioma em português, escritos nos últimos cinco anos. Após realizado esse processo foram selecionados 87 artigos, dos quais foram selecionados 36 por tratarem diretamente da participação do pai no ciclo gravídico-puerperal.

## **RESULTADOS**

A participação do pai durante o parto é o momento do primeiro contato direto com o filho, sem auxílio da mulher. Essa aproximação facilita o envolvimento do pai com o filho, fazendo com que o vínculo aconteça precocemente, é também uma forma de prevenção da violência infantil, abandono da família além de aumentar a participação do pai como cuidador. O puerpério é um período muito importante no ciclo gravídico puerperal. O companheiro deve se mostrar acessível para cuidar tanto da criança, como das tarefas domésticas, evitando assim, o desgaste emocional da mulher, desenvolvendo o vínculo e a prática da paternidade. Estudos demonstram que quando o homem se mostra acessível a ajudar a esposa nos cuidados com o recém-nascido, ele está demonstrando que sabe o quanto a mulher e a criança precisam que ele dedique parte do seu tempo aos mesmos, diminuindo assim, os sentimentos negativos da mulher, facilitando o convívio familiar.

## **CONCLUSÃO**

A temática abordada aponta a importância da pai no ciclo gravídico e seus benefícios no pré-natal, parto e puerpério e enfatiza a importância da enfermagem em sua inclusão.

## REFERÊNCIAS

- BENAZZI, A. S. T.; LIMA, A. B. S.; SOUSA, A. P. **Pré-natal masculino: um novo olhar sobre a presença do homem**. Revista de Políticas Públicas, São Luís, jul-dez, v.15, n.2, p.327-333, 2011.
- BRANCO, V. M. C.; CARVALHO, M. L. M.; COUTINHO, A. P.; SICURO, A. **A Unidade de Saúde Parceira do Pai**, 1º edição: agosto de 2009.
- GABRIEL, M. R.; DIAS, A. C. G. **Percepções sobre a paternidade: Descrevendo a si mesmo e o próprio pai como pai**. Revista Estudos de Psicologia, set-dez, v.16, n.3, p. 253-261, 2011.
- OLIVEIRA, E. M. F.; BRITO, R. S. **Ações de cuidado desempenhadas pelo pai no puerpério**. Revista Escola Anna Nery de Enfermagem, jul-set, v.13, n.3, p.595-601, 2009.
- OLIVEIRA, S. C.; FERREIRA, J. G.; SILVA, P. M. P.; FERREIRA, J. M.; SEABRA, R. A.; FERNANDO, V. C. N. **A participação do homem/pai no acompanhamento da assistência pré-natal**. Revista Cogitare de Enfermagem, jan-mar, v.14, n.1, p.8-73, 2009.
- VIEIRA, L. M.; BOSSARDI, C. N.; GOMES, L. B.; BOLZEL, S. D. A.; CREPALDI, M. A.; PICCININI, C. A. **Paternidade no Brasil: revisão sistemática de artigos empíricos**. Arquivos Brasileiros de Psicologia, Rio de Janeiro, v.66, n.2, p.36-52, 2014.

## A NOTICIABILIDADE NO SITE DE MÍDIA INDEPENDENTE JORNALISTAS LIVRES

Data de aceite: 01/07/2020

**Ana Carolina Brandão da Silva**  
<http://lattes.cnpq.br/0429141117402095>

**RESUMO:** O artigo apresenta um estudo sobre a produção jornalística do site *Jornalistas Livres* a partir da análise de onze reportagens. O objetivo é verificar e compreender a maneira como as reportagens são elaboradas e se ocorre um afastamento em relação aos critérios estabelecidos pelas Teorias do Jornalismo e seguidos pela imprensa tradicional. Entre as ideias defendidas pelos manuais de redação da grande imprensa, destacam-se os valores-notícias e os chamados critérios de noticiabilidade. Para a análise das reportagens foram adotados como referenciais teóricos autores como Ciro Marcondes Filho, Jorge Pedro de Sousa, Mauro Wolf, Nelson Traquina, entre outros. A análise considerou três aspectos, sendo eles: as aberturas das reportagens (lead), o foco narrativo e a natureza das fontes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Jornalismo. Noticiabilidade. Valores-notícia. Jornalistas Livres.

**ABSTRACT:** The article presents a study about *Jornalistas Livres'* journalistic production based on the analysis of eleven news stories. The goal is to verify and understand the manner that reports are prepared and if there is a departure from the criteria established by Theories of Journalism and followed by the traditional press. Among the ideas defended by style guides of the mainstream press, the news values and the so-called news criteria stand out. For the analysis of the news stories, authors such as Ciro Marcondes Filho, Jorge Pedro de Sousa, Mauro Wolf, Nelson Traquina, among others, were considered as theoretical references. The analysis considered three aspects: the opening paragraph of the news stories (lead), the narrative focus and the nature of the sources.

**KEYWORDS:** Journalism; Newsworthiness; News values; *Jornalistas Livres*.

### 1 | INTRODUÇÃO

*Jornalistas Livres* é uma rede de coletivos que objetiva se contrapor às práticas desenvolvidas pela mídia tradicional. Reportagens que trazem à luz ângulos e personagens pouco retratados pela grande imprensa são a base do jornalismo praticado pela rede. A maneira como as reportagens

são estruturadas e produzidas coloca em questão o que significa a palavra “livre” para um veículo de imprensa. “Livre” pode referir-se ao não alinhamento aos critérios estabelecidos pelas Teorias do Jornalismo que instituem pressupostos para a produção de notícias e aos constrangimentos exercidos pela empresa jornalística.

Pretende-se, portanto, realizar um estudo sobre os critérios adotados pela rede Jornalistas Livres tendo como finalidade compreender como se caracteriza sua produção. Para tanto, serão analisadas onze reportagens divididas em três conjuntos distintos. O primeiro conjunto tem como temática central a ocupação das escolas públicas do estado de São Paulo, o segundo reúne reportagens com o tema do desastre ambiental de Mariana e o terceiro manifestações em prol de diferentes causas.

O jornalismo realizado e defendido pelos manuais de redação da grande imprensa se atenta muito mais à questão mercadológica, a notícia deve ser consumida devido sobretudo ao caráter comercial das empresas jornalísticas. As necessidades do leitor, telespectador, ouvinte devem ser satisfeitas e para tal a notícia deve passar por transformações que visem o consumo mais fácil da mercadoria oferecida. O fator social, um dos pilares do jornalismo, não recebe atenção dos veículos tradicionais. As causas das minorias, os dilemas de uma sociedade marcada pela desigualdade social são deixados em segundo plano. Já em Jornalistas Livres são estas minorias esquecidas que se tornam os grandes personagens dos relatos jornalísticos, os seus medos, incertezas e anseios em relação à dura realidade em que vivem são amplamente abordados.

## 2 | TEORIAS DO JORNALISMO

É notório a presença de conceitos que tem por objetivo a determinação do acontecimento jornalístico, sendo entendido, grosso modo, como aquele que possui características próprias e digno de ser noticiado. O mais comum e reconhecível critério é o que diz respeito à imprevisibilidade do acontecimento, a velha afirmação de que o homem que morde o cão merece destaque, sendo o inverso corriqueiro e banal para receber o status de notícia.

Além da imprevisibilidade do acontecimento, outros critérios são considerados no processo de seleção de notícias. A busca por objetividade, atualidade e a seleção daqueles que integrarão o relato jornalístico fazem parte da rotina dos profissionais empregados em veículos da grande imprensa.

A objetividade tão almejada pelos jornalistas se relaciona ao mito criado em torno de sua figura:

De facto, o poder do mito tem envolvido a profissão de tal maneira que os jornalistas parecem ser os <<Davids>> da sociedade matando os <<Golias>> (aliás expresso no conceito do campo jornalístico como <<contrapoder>>) e o seu produto é apresentado como sendo uma transmissão não expurgada de um acontecimento. (TRAQUINA, 1993, p.167)

O jornalismo é visto como o Quarto Poder, responsável por vigiar os demais, servir a opinião pública e estar em conformidade com a verdade (TRAQUINA, 2003).

Com objetivo de resguardar a imagem de profissionais isentos, os jornalistas adotam algumas estratégias. Entre as mais comuns estão: apresentação, em primeiro lugar, dos fatos ditos de maior relevância; apresentação de provas que possam confirmar a veracidade dos fatos; apresentação de pontos de vistas distintos sobre um mesmo fato; utilização de aspas para evidenciar que se trata da opinião da fonte e não a do jornalista; utilização de nomenclaturas que ressaltam o caráter opinativo do material produzido, como, por exemplo, “análise”. (TUCHMAN, 1993).

A estratégia de ofertar inicialmente as informações ditas de maior relevância recebe o nome de lead. Seis perguntas clássicas (quem? o quê? onde? por quê? quando? e como?) são respondidas no início da notícia, podendo, dessa maneira, o jornalista afirmar que a objetividade foi preservada tendo em vista que aspectos mais materiais do relato foram evidenciados. (TUCHMAN, 1993).

Além do lead, outra maneira de comprovar a objetividade é por meio do emprego da chamada pirâmide invertida. Esta consiste em apresentar as informações consideradas relevantes em ordem decrescente, ou seja, primeiramente as mais importantes seguidas das de menor interesse. Para Traquina (2005), a pirâmide invertida e outras técnicas aplicadas no jornalismo se assemelham a “padrões industrializados”, ou seja, ditam de que maneira os jornalistas devem realizar o seu trabalho por meio de regras pré-definidas.

Outra estratégia utilizada como forma de evidenciar a objetividade da notícia é o emprego de aspas. Por meio destas, o jornalista pode argumentar que as opiniões contidas na notícia se referem ao que foi manifestado pelas fontes, encobrendo reafirmações de opiniões próprias. Tuchman (1993) acentua que ao empregar aspas e citações, os jornalistas consideram que não fazem mais parte da notícia já que deixaram os fatos “falarem” por si sós.

Traquina (2005) ressalta que a objetividade no jornalismo não deve ser entendida através da simples dicotomia objetividade x subjetividade, mas sim como “uma série de procedimentos que os membros da comunidade interpretativa utilizam para assegurar uma credibilidade como parte não interessada e se protegerem contra eventuais críticas ao seu trabalho”. (TRAQUINA, 2005, p. 138-139)

Outro fator de considerável relevância para as Teorias do Jornalismo e para os veículos da grande imprensa é a atualidade. Os acontecimentos atuais são aqueles que em um primeiro momento nem mesmo os jornalistas têm conhecimento e que julgam também não fazer parte do repertório do público em geral. A este tipo específico de atualidade, dá-se o nome de atualidade interna. (WOLF, 1987).

Além da atualidade e da objetividade, outros fatores são considerados relevantes para que o acontecimento seja selecionado entre diversos outros. A Teoria do *Newsmaking* define um importante conceito para a seleção de notícias, a noticiabilidade. Ela também

reconhece a existência de critérios para a seleção das notícias, havendo uma subdivisão em critérios substantivos que se relacionam ao interesse e importância das notícias (valores-notícia) e critérios relativos ao produto.

Entre os critérios substantivos destaca-se o que diz respeito à importância atribuída a posição ocupada por aqueles que integrarão o relato jornalístico.

Apesar da importância atribuída àqueles que hierarquicamente ocupam posições mais elevadas no que diz respeito ao poder econômico, a preferência será dada à esfera institucional.

Outro critério caracterizado como substantivo é a capacidade do fato de impactar sobre a nação e o interesse nacional. Os acontecimentos noticiáveis serão aqueles mais fáceis de serem interpretados pelos indivíduos a partir do contexto cultural que vivenciam.

Segundo Wolf (1987) outra característica importante do produto jornalístico é a ideia arraigada na cultura profissional de que as notícias com teor negativo despertam maior interesse do leitor do que notícias com teor positivo. Fatos rotineiros passarão despercebidos pelos leitores, o conceito “bad news is good news” faz parte da “ideologia da notícia”.

Outro aspecto no processo de produção de notícias é a escolha das fontes de informação. Schlesinger (1978) afirma que o acesso das fontes aos jornalistas não ocorre de maneira igualitária e que nem todas são consideradas relevantes. Os meios de comunicação diários devem produzir um grande volume de notícias, e para isso recorrem às fontes que já foram definidas previamente como fornecedoras de informações consideradas relevantes, devido sobretudo à sua posição. Segundo Kunczik (2001), as fontes “preferidas” dos meios de comunicação se definem pela “posição social da pessoa ou da instituição”. Acrescenta-se a isso a rotinização do trabalho imposta pela necessidade de notícias, os meios de comunicação tendem a atribuir maior importância às fontes estáveis, ou seja, às fontes que são reconhecidas por manterem relações de fornecimento de material informativo.

Para Sousa (1999), o jornalismo equipara-se a uma atividade burocrática devido aos seus métodos de produção. Tal fato retira do jornalismo suas características sociais, como a “vigilância e controle dos poderes”. O jornalismo burocrático necessita das burocracias para viabilizar as suas atividades, ou seja, recorrerá constantemente a setores considerados mais confiáveis e que possam fornecer matéria-prima. Os profissionais de jornalismo interessam-se mais facilmente por aqueles que de alguma maneira contribuem para o seu trabalho, já que o imperativo do tempo exerce considerável influência na atividade diária.

A tendência de dar preferência às fontes consideradas estáveis e às figuras públicas, segundo Sousa (1999) acarreta consequências como: acesso limitado aos meios de comunicação daqueles que não são considerados importantes pelos jornalistas; uso dos meios de comunicação como forma de difundir determinadas ideias; maior utilização de

notícias pré-fabricadas, como por exemplo, notícias de agência, o que compromete a polifonia de vozes e a dependência em relação às fontes oficiais como meio de manter a eficácia do processo de produção.

Os jornalistas da grande imprensa ainda estão sujeitos aos constrangimentos organizacionais, que caracterizam outra importante influência no processo de produção das notícias. Tuchman (1993) reconhece a presença das chamadas conjecturas, que se definem, em síntese, pela intuição que os jornalistas realizam a respeito das possíveis opiniões e críticas ao seu trabalho, ocasionadas, sobretudo, pela hierarquia presente na empresa jornalística. Acrescenta-se às conjecturas, o que Breed (1955, apud TRAQUINA, 2005, p.153) caracterizou como fatores que promovem o conformismo com a política editorial da organização. O primeiro diz respeito à autoridade da organização e às sanções às quais os jornalistas estão submetidos. Ele cita como exemplo, casos em que o profissional é deslocado para tarefas consideradas de menor prestígio por ter cometido um desvio em relação às normas da empresa jornalística. Ressalta-se ainda a influência sobre o produto final e Breed (1955, apud TRAQUINA, 1993, p.157) reconhece o fato de que algumas mudanças podem ser realizadas, como cortes nas matérias ou readequações, uma forma, segundo ele, de punir os jornalistas. Entre os fatores citados pelo teórico, faz-se necessário evidenciar as aspirações de mobilidade. Os jornalistas deixam de criticar a política editorial do veículo em que atuam com receio de que isso possa significar um empecilho às suas ambições profissionais de alçarem posições mais elevadas dentro da estrutura de produção jornalística. Os profissionais ainda resguardam em relação aos seus superiores sentimentos de admiração e compromisso, principalmente em relação àqueles que os ajudaram no início de suas carreiras, nutrindo um sentimento de obrigação. Outro fato que promove o conformismo em relação à política editorial é o interesse dos jornalistas e de seus superiores em relação à notícia, esta é vista como o bem maior a ser alcançado, ambos são pressionados pela hora de fechamento e pela gana comercial.

Traquina (2003) acrescenta aos constrangimentos organizacionais a lógica econômica das empresas jornalísticas. Os recursos das empresas determinarão o que será noticiado, já que a cobertura de acontecimentos muitas vezes demanda um dispêndio considerável de dinheiro. As empresas devem custear as coberturas internacionais que requerem o envio de jornalistas (correspondentes). Para tal, será levado em consideração o interesse do leitor, visto como consumidor que deve ter suas necessidades satisfeitas.

### **3 | NOVAS CONFIGURAÇÕES DA NOTÍCIA**

A viabilidade do tradicional modelo de jornalismo tem sido fortemente questionada e mostrado sinais de esgotamento. Elizabeth Bird (2009, apud PEREIRA, 2011, p. 40) reconhece a existência de crises financeira, de valores e de identidade no jornalismo.

A primeira se refere ao alto índice de demissões pelos quais os jornalistas de vários veículos da grande imprensa têm enfrentado, possivelmente pela redução do número de leitores, pela falta de credibilidade e pela migração da publicidade para a web. Segundo Altamiro Borges, presidente do Centro de Estudos de Mídia Alternativa Barão de Itararé, em 2015, houve demissões em massa em jornais de diferentes estados. *O Estado de Minas* demitiu 11 funcionários, *O Globo*, 30 e *O Diário de Pernambuco*, 130. O cenário indica sinais de dificuldade de sobrevivência da mídia tradicional.

Pereira (2011) no artigo intitulado “O Jornalismo em tempos de mudanças estruturais”, reconheceu as transformações pelas quais o modo tradicional de fazer jornalismo tem passado. As novas formas de produção de notícia (sites e portais, blogs e mídias sociais), os processos de convergência digital e a crise da empresa jornalística enquanto modelo de negócios apontam para uma remodelação da atividade jornalística.

Para Pereira (2011), é necessário se atentar ao fato de que o jornalismo passa por mudanças e que é um equívoco tratar a prática jornalística como algo inalterável, livre de transformações de ordem estrutural. Entende-se por mudança estrutural, uma mudança que altere ao mesmo tempo a maneira que uma atividade é praticada e o seu reconhecimento pela sociedade. O conceito de mudança estrutural se contrapõe a ideia de pequenas inovações que incidem sobre determinados aspectos de uma prática social. Desse modo, é possível afirmar que o jornalismo passou por uma mudança de ordem estrutural com o advento da internet e com a reconhecida crise no modelo de negócios.

As mudanças socioeconômicas e o advento das novas tecnologias proporcionaram significativas transformações na apresentação e na maneira de se produzir notícias. Regras e convenções estabelecidas pelas Teorias do Jornalismo e amplamente seguidas pela grande imprensa tiveram a sua importância reduzida, caso do lead, da pirâmide invertida e dos critérios de noticiabilidade.

Além das mudanças do jornalismo enquanto atividade, o perfil dos profissionais também se modificou. As empresas jornalísticas tradicionais estão aplicando certas estratégias como forma de sobreviver à crise, como por exemplo, a contratação de profissionais freelancers e a preferência por profissionais mais jovens, já que os jovens se adaptam mais facilmente às políticas editoriais das empresas e aos baixos salários. Para Pereira (2011), os profissionais empregados nos veículos da grande imprensa se conformam com essa nova realidade e deixam de lado a visão do jornalista herói. Encontrar maneiras de sobreviver a rotinas produtivas cada vez mais exaustivas e a ascensão profissional são as principais preocupações desses profissionais.

Mark Deuze (2005, apud PEREIRA, 2011, p. 39) reconhece, porém, a existência de espaços que podem representar uma alternativa aos profissionais de jornalismo, entre eles destacam-se as mídias alternativas.



## 4 | JORNALISTAS LIVRES

A rede Jornalistas Livres foi lançada em maio de 2015 com a proposta de através de diversos coletivos defender os direitos humanos e a democracia.

A atuação de Jornalistas Livres ocorre por meio de redes sociais e de dois websites (.org e medium). Nas redes sociais, como Twitter e Facebook, é realizada a cobertura do dia a dia, já os websites se destinam a publicação de matérias mais aprofundadas.

O surgimento de Jornalistas Livres foi possível graças ao apoio da Mídia NINJA. Os colaboradores do coletivo foram ensinados pela Mídia NINJA a fazer cobertura de rua, utilizando o celular de maneira eficaz para reportar acontecimentos. Apesar do apoio inicial, o trabalho de Jornalistas Livres resguarda significativas diferenças em relação ao trabalho da Mídia NINJA, este último concentrando suas atividades em coberturas de eventos ao vivo.

Para viabilizar o projeto de criação de um coletivo, foi necessário arrecadar uma quantia que pudesse custear despesas básicas, como o aluguel da sala em que os colaboradores se reúnem para reuniões de pauta, acesso à internet e compra de equipamentos básicos. Mais uma vez, o apoio da Mídia NINJA mostrou-se essencial. Com o auxílio da Mídia NINJA, Jornalistas Livres montou um crowdfunding (financiamento coletivo para arrecadação de fundos). Em 45 dias de campanha foi arrecadado R\$132.000,00, ultrapassando a meta estipulada pelos colaboradores em R\$32.000,00. Além da questão estrutural, o dinheiro arrecadado foi utilizado, posteriormente, para a realização de algumas matérias especiais, como as matérias sobre a tragédia de Mariana.

Os colaboradores de Jornalistas Livres, em sua maioria, possuem outras ocupações. Professores universitários, jornalistas com atuação em outros sites de mídia independente e fotojornalistas freelancers integram o coletivo. Além disso, o trabalho é totalmente voluntário, não havendo nenhum tipo de remuneração monetária.

Jornalistas Livres apresenta uma narrativa oposta à da grande imprensa. Em seu manifesto de estreia a rede enfatiza o seu posicionamento em relação às práticas da imprensa convencional: “Nos opomos aos estratagemas da tradicional indústria jornalística (multi) nacional, que, antidemocrática por natureza, despreza o espírito jornalístico em favor de mal-disfarçados interesses empresariais e ideológicos, comerciais e privados, corporativos e corporativistas”(Jornalistas Livres, 2015).

Assim como outros veículos da chamada imprensa alternativa, Jornalistas Livres não intenciona manter a isenção em suas publicações, a emissão de opiniões e a defesa de determinados pontos de vistas são nítidos. A jornalista Laura Capriglione, uma das fundadoras da rede, em entrevista para o site Carta Maior em 6 de dezembro de 2015, afirmou que a isenção não é um norteador da produção de Jornalistas Livres: “Não oferecemos aos nossos leitores a ilusão de sermos isentos. Em vez disso, afirmamos nossa firme convicção editorial em defesa da Democracia, do mandato popular, contra as

viúvas sinistras da Ditadura Militar.” (Jornalistas Livres, 2015).

Iniciativas como a da Rede Jornalistas Livres podem significar uma alternativa à mídia tradicional, não apenas em relação à narrativa, mas também uma alternativa para os próprios profissionais. Laura Capriglione afirmou na entrevista supracitada que a ideia de formar uma rede com diferentes coletivos e profissionais teve como motivador as condições insalubres de trabalho aos quais os jornalistas estavam submetidos nos veículos da imprensa tradicional. Além disso, Capriglione notou que os veículos eram partidarizados e conservadores, mas que tentavam passar para o público uma imagem de isenção e pluralismo. Para a jornalista, não é o Jornalismo que está em crise, mas sim as empresas.

A reportagem é o gênero predominante na produção de Jornalistas Livres. No manifesto de estreia, a rede defende a reportagem como o “mais nobre dos gêneros jornalísticos” (Jornalistas Livres, 2015). O relato humano predomina nas reportagens, Jornalistas Livres dá preferência aos personagens da vida real.

Outra característica da rede é o fato de que os jornalistas e colaboradores também integram o relato jornalístico. Para Jornalistas Livres, os integrantes da rede não devem assumir uma postura de distanciamento: “Nos assumimos como participantes ativos dos fatos que reportamos. Participamos da realidade como cidadãos e cidadãs movidos pelo interesse coletivo”. (Jornalistas Livres, 2015).

Em entrevista à idealizadora desta pesquisa, o professor de Jornalismo da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e um dos fundadores da rede Jornalistas Livres, Vinícius Souza, ressaltou o fato de que a ideia de fundar o coletivo surgiu após as manifestações em apoio ao impeachment da então presidente Dilma Rousseff. Souza considera que os diversos meios de comunicação, jornais, rádios, televisão conclamavam a população para participar das manifestações e ocultavam o real interesse de afastar do poder uma presidente eleita democraticamente. Jornalistas Livres surgiu como uma fonte alternativa e realizou um trabalho no sentido de apresentar ao público quem eram os grupos de interesse envolvidos nas manifestações.

Em relação às rotinas de produção de Jornalistas Livres, Souza esclarece o fato de que a rede realiza reuniões de pauta presenciais na sede localizada na cidade de São Paulo. Nas reuniões, os colaboradores discutem as sugestões de pauta e os responsáveis por desenvolvê-las. Além de reuniões presenciais, Jornalistas Livres utiliza aplicativos de mensagens. Os colaboradores que não residem em São Paulo conversam por meio de um chat no aplicativo Telegram. Uma parte considerável dos colaboradores possui senhas de acesso ao YouTube, Instagram, Facebook e aos dois sites da rede (.org e medium.com). Em 2015, a rede contava com 46 editores. Souza resalta o fato de que os colaboradores possuem liberdade de publicação, porém sempre há uma discussão prévia no chat com o objetivo de evitar o que ele denomina como “polêmica editorial ou factual”. Os colaboradores que possuem as senhas de acesso podem, sem que seja necessária autorização prévia,

fazer correções ortográficas, gramaticais e correções leves. Além do chat dos editores, Jornalistas Livres possui também, chats para pautas nacionais, como por exemplo, um chat destinado a assuntos sobre Brasília, um chat denominado “Resistências” que agrega movimentos como o estudantil, e chats especiais voltados apenas para cobertura de eventos, como manifestações. Souza ressalta que a ideia é respeitar a posição e opinião de todos.

Os assuntos escolhidos por Jornalistas Livres se justificam ou por não terem sido relatados pela grande imprensa ou por apresentarem contrapontos à cobertura realizada pelos veículos da imprensa hegemônica. Os principais temas presentes nas reportagens da rede são questões humanitárias, de segurança pública, política e as ações dos movimentos sociais.

A partir das constatações expostas até o momento, é possível afirmar que Jornalistas Livres se caracteriza como uma rede de midialivristas. Fábio Malini e Henrique Antoun (2013) enxergam duas vertentes do midialivrismo: o midialivrismo de massa e o midialivrismo ciberativista. O primeiro tem origem nos diferentes movimentos sociais e defende a democratização dos países. A mobilização dos movimentos sociais ocorre de diferentes formas, como por exemplo, através da produção de vídeos e documentários baseados nas classes populares, por meio de rádios comunitárias e da imprensa alternativa. O midialivrismo de massa se mostra contrário à concentração midiática, ou seja, a predominância na mídia de poucos veículos. A ideia de que apenas os profissionais de jornalismo são capazes de produzir conteúdo jornalístico também é uma crítica do midialivrismo de massa. Para os midialivristas de massa, a restrição da atividade da imprensa corrobora para a criação de uma visão de que outros comunicadores não são capazes de se expressar.

No tocante ao midialivrismo ciberativista, a principal característica é a criação de atividades baseadas no movimento da contracultura ou na arte radical. Os ciberativistas negam qualquer tipo de mediação como conselhos e direções e defendem a ideia de processos colaborativos de trabalho.

Dessa forma, é possível afirmar que a rede Jornalistas Livres se aproxima de um midialivrismo de massa. Jornalistas Livres admite a colaboração de outros comunicadores, pode ser caracterizada como uma imprensa alternativa que defende e dá visibilidade aos diversos movimentos sociais e se mostra contrária a concentração midiática e a existência de uma narrativa única. O chamado midialivrista é “o hacker das narrativas, um tipo de sujeito que produz, continuamente, narrativas sobre acontecimentos sociais que destoam das visões editadas pelos jornais, canais de TV e emissoras de rádio de grandes conglomerados de comunicação”. (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 23)

A narrativa de Jornalistas Livres vai ao encontro das formulações de Malini e Antoun (2013). A ideia de narrativa hackeada possui semelhanças com a narrativa de Jornalistas Livres, principalmente no que diz respeito ao objetivo de oferecer uma “visão

múltipla, conflitiva, subjetiva e perspectiva sobre o acontecimento passado e sobre os desdobramentos futuros de um fato”. (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 23)

## **5 | ANÁLISE DO OBJETO**

### **5.1 Ocupação das escolas públicas no estado de São Paulo**

Integram o primeiro grupo, as reportagens: “A São Paulo sem educação que restará para os nossos filhos”; “Escolas ocupadas: a Fernão resiste”; “Intimidação contra a ocupação da Escola Estadual Pio Telles Peixoto; “Ocupando o que é seu por direito: a radicalização da democracia na medida certa”; “Escolas ocupadas: um relato, um pedido”; “A vida é cheia de som e fúria”; “Ocupar ou Ocupar... Minhas três passagens pelo ensino público”.

A partir da análise das reportagens, é possível definir alguns padrões na produção de Jornalistas Livres.

De um total de sete textos analisados, cinco não apresentam o lead tradicional no primeiro parágrafo. Tal fato evidencia a afirmação de que Jornalistas Livres adota uma postura oposta aos veículos da chamada imprensa hegemônica.

Nos cursos superiores de Jornalismo e nos manuais da grande imprensa, a técnica do lead é ensinada e assimilada como de essencial importância, porém outras alternativas, como as empregadas por Jornalistas Livres se mostram viáveis, conferindo maior liberdade aos jornalistas.

Outra característica marcante é a utilização da primeira pessoa, seis dos sete textos analisados colocam o colaborador como integrante do acontecimento. O argumento exposto demonstra que a impessoalidade não norteia a produção de Jornalistas Livres.

Por último, tem-se a identificação das fontes de informação. Dos sete textos analisados, quatro não apresentam considerações de fontes, dois apresentam unicamente fontes independentes e um apresenta fontes especializadas e independentes. Nota-se dessa maneira, que as fontes oficiais e especializadas, consideradas de grande importância pelos veículos da grande imprensa, não são os principais protagonistas em Jornalistas Livres.

### **5.2 O desastre ambiental em Mariana**

O segundo grupo de análise possui como temática central o desastre ambiental em Mariana.

Em 5 de novembro de 2015, o vilarejo de Bento Rodrigues no município de Mariana foi gravemente afetado pelo rompimento da barragem de Fundão. A responsabilidade do ocorrido é atribuída à mineradora Samarco, de propriedade da Vale e da BHP Billiton. Além de municípios de Minas Gerais, o estado do Espírito Santo também foi afetado. O

estado é banhado pelo Rio Doce, poluído pelos rejeitos do rompimento.

A primeira reportagem do grupo intitulada “Do lucro à lama: uma viagem de Mariana ao fim do mundo” pode ser caracterizada como uma grande reportagem. Contribuíram para a elaboração desse extenso relato, os colaboradores Caetano Manenti e Egle Bartoli. O título da segunda reportagem a ser analisada “As Minas destruíram Gerais”, indica o tom crítico adotado no decorrer do relato. A análise deste grupo considerou os critérios já referenciados no primeiro grupo, sendo eles: a ausência ou presença do lead tradicional, a identificação do foco narrativo em primeira ou terceira pessoa e a natureza das fontes de informação, classificadas em oficiais, especializadas, independentes ou ausentes.

O primeiro critério de análise que se refere à abertura das matérias permitiu a conclusão de que a rede Jornalistas Livres não está atrelada às técnicas da grande imprensa. As cinco reportagens analisadas não apresentam no primeiro parágrafo o lead tradicional. Por vezes, os colaboradores optaram por já no parágrafo introdutório dar voz às fontes de informação através da transcrição de suas falas.

No tocante ao critério de identificação do foco narrativo, neste grupo específico, Jornalistas Livres aproximou a sua produção da grande imprensa, com a prevalência da narração em terceira pessoa.

Já em relação às fontes de informação, foram consultadas predominantemente fontes independentes. Apenas duas reportagens recorreram às fontes especializadas e apenas uma, à fonte oficial. A rede optou por privilegiar as impressões e considerações de pessoas comuns, que foram atingidas diretamente pela tragédia, demonstrando dessa forma, um padrão em dar preferência às fontes independentes para a construção das reportagens.

### **5.3 Manifestações em prol de diferentes causas**

Compõem o terceiro grupo de análise duas reportagens sobre manifestações em defesa de diferentes causas. A primeira intitula-se “Feminicídio no Uruguai e a luta sem tréguas contra o machismo Latino Americano”. A segunda reportagem que integra o grupo tem como título “A democracia não se barganha” escrita por Maria Carolina Trevisan com colaboração de Allan Ferreira, Henrique Cartaxo, Bruno Miranda, Katia Passos, Marina Monteserrat e Iolanda Depizzol.

A análise das duas reportagens, não permite a identificação de padrões, tendo em vista o fato de que as duas contêm o lead tradicional, uma foi narrada em primeira pessoa e a outra em terceira, possuindo fonte oficial e independente.

## **6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A rede de Jornalismo independente, Jornalistas Livres, foi fundada em maio de 2015 com o objetivo de defender os direitos humanos e a democracia através de diversos coletivos.

A análise das reportagens de Jornalistas Livres confirmou o fato de que para os colaboradores da rede, a objetividade não é um bem maior a ser alcançado. Reiteradas vezes, os colaboradores se fazem parte integrante do relato, deixando transparecer suas opiniões, impressões e emoções a respeito da situação.

Em relação à análise das fontes de informação, identificou-se a não prevalência de fontes oficiais e especializadas, de grande importância para os veículos da imprensa tradicional.

As reportagens compiladas no grupo sobre o desastre de Mariana ilustram de maneira eficaz a prevalência de fontes independentes nos textos de Jornalistas Livres. Os colaboradores da rede procuraram dar voz às pessoas que foram diretamente afetadas pela tragédia, ou seja, as populações das cidades por onde a lama da barragem de Fundão percorreu. Especialistas e pessoas ligadas diretamente ao governo de Minas Gerais também foram ouvidas, porém os grandes personagens do relato foram, sem dúvida, os afetados diretamente pela tragédia.

No processo de análise das reportagens, percebeu-se que Jornalistas Livres emprega alguns critérios defendidos pelos manuais de redação da grande imprensa e pelas Teorias do Jornalismo. A atualidade, a novidade e a relevância parecem ter sido consideradas pelos colaboradores no processo de seleção dos acontecimentos a serem relatados. Apesar disso, é possível perceber a inexistência de uma gama variada de critérios, como a personificação, a notoriedade (pessoas que gozam de algum tipo de prestígio social), a falha, o insólito, a inversão, a violência e a simplificação. Tais critérios parecem não influenciar a produção de Jornalistas Livres

## REFERÊNCIAS

MALINI, Fabio ; ANTOUN, H. **A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais**. 1. ed. Porto Alegre: Editora Sulina, 2013.

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de jornalismo: norte e sul**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

SCHLESINGER, Philip. **Putting 'reality' together: BBC News**. London: Routledge, 1978.

SOUSA, Jorge Pedro. As notícias e seus efeitos. As teorias do jornalismo e dos efeitos sociais dos media jornalísticos. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, 1999. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-pedro-jorge-noticias-efeitos.html>. Acesso em: 15 set. 2016.

TRAQUINA, N. **Jornalismo: questões, teorias e histórias**. Lisboa: Vega, 1993.

TRAQUINA, N. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo**: porque as notícias são como são. Vol. 1. Insular: Florianópolis, 2005.

TUCHMAN, Gaye. **A objectividade como ritual estratégico**: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'**. Lisboa: Vega, 1993.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Editora Presença, 1987.

## CERIMONIAL RELIGIOSO: UMA ANÁLISE SOBRE ELABORAÇÃO DE EVENTOS RELIGIOSOS A PARTIR DE UMA FESTA DE CANDOMBLÉ EM ÁGUAS LINDAS DO GOIÁS

Data de aceite: 01/07/2020

### **Wdson Lyncon Correia de Oliveira**

Instituto Federal de Brasília, Eventos  
Brasília – Distrito Federal  
<http://lattes.cnpq.br/0353981132158977>

### **Elissélia Keila Ramos Leão Paes**

Instituto Federal de Brasília, Eventos  
Brasília – Distrito Federal  
<http://lattes.cnpq.br/4130941846397528>

### **Fabrcio José da Silva Pontes**

Instituto Federal de Brasília, Eventos  
Brasília – Distrito Federal  
<http://lattes.cnpq.br/1636792534142641>

**RESUMO:** O presente trabalho visa apresentar o que foi identificado e analisado quanto as normas de cerimoniais e protocolos que regem a festa de Candomblé Olubajé no Terreiro *Ile Axé Odé Erinlé* em Águas Lindas do Goiás. Se desenvolveu sob a ótica da observação participante, tendo na interpretação semiótica sua base para análise e discussão. Como proposta etnográfica, se propõe a pensar o território-terreiro como lugar de produção de conhecimento e na condição do pesquisador enquanto ator que compõe o meio e a análise. Ainda foi possível verificar a existência de similaridades entre as estruturas e normas

de uma festa de candomblé com as que são previstas e proposta na elaboração e planejamento de um evento, o que possibilita a ampliação da perspectiva do eixo de Turismo, Hospitalidade e Lazer sobre Cerimonial e Protocolo Religioso.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cerimonial e protocolo religioso; candomblé; eventos.

RELIGIOUS CEREMONIAL: AN ANALYSIS ON THE ELABORATION OF RELIGIOUS EVENTS FROM A CANDOMBLÉ PARTY IN ÁGUAS LINDAS DO GOIÁS

**ABSTRACT:** The present work aims to present what was identified and analysed how much the standards of ceremonial and protocol what they govern the party of Candomblé Olubajé in the Terreiro *Ile Axé Odé Erinlé* in Águas Lindas do Goiás. If it developed under the optics of the observation participant, when his base has in the interpretation semiotics for analysis and discussion. Like proposal ethnographic, there intends to think the territory-yard as place of production of knowledge and in the condition of the investigator while actor who composes the way and the analysis. It was still possible to check the similarities existence between the



structures and standards of a party of candomble with those who are predicted and proposed in the preparation and projection of an event, which makes possible the enlargement of the perspective of the axle of Tourism, Hospitality and Leisure on Ceremonial and Religious Protocol.

**KEYWORDS:** Ceremonial and religious protocol; candomblé; events.

## 1 | INTRODUÇÃO

Segundo Prandi (2005), as culturas trazidas ao Brasil, no contexto do tráfico, foram diluídas no novo território e contribuíram significativamente para a formação do que é a cultura brasileira, com influências na música, na culinária, na língua, nos valores sociais, sobretudo nas concepções religiosas que é base para muitos povos que aqui chegaram. E foi nesse contexto de colonização e exploração violenta das novas terras que o campo da religião foi fortemente influenciado por novos elementos e atores, produzindo uma relação direta e íntima com o sagrado a partir do território e povos que aqui habitavam.

Considerando esse contexto de transposições forçadas de culturas, nesta produção busca-se evidenciar elementos de normas de Cerimonial e Protocolo agenciadas para o desenvolvimento da festa Olugbajé do Terreiro de Candomblé Ilê Asé Ode Erinlé. Antes, é necessário considerar duas questões fundamentais para o entendimento sobre o funcionamento da festa: o Candomblé como religião que corresponde a grupos específicos, localizados em contextos e grupos étnicos vindos de África; o território-terreiro como lugar e espaço de reinvenção da África no Brasil (SILVA, 2010, p. 99).

Portanto, este trabalho se propõe a apresentar a existência de outras concepções acerca do tema baseado no que Santos (2009) defende ao trazer o lugar do Sul para o campo das produções e epistemologias, ampliando a visão sobre Cerimonial e Protocolo e contribuindo com a produção científica do eixo temático Turismo, Hospitalidade e Lazer, possibilitando outras perspectivas, por vezes dissidentes e subalternizadas (SPIVAK, 2010), apresentando dados qualitativos e substanciados para melhor compreensão a partir de uma abordagem exploratória (Triviños, 2011). Tendo isso em vista, o objetivo é identificar os protocolos e normas existentes em uma festa de candomblé a partir da festa Olúgbàje, através da observação participante e do diálogo entre os dois autores deste trabalho adeptos da religião como ferramenta de análise (Bakhtin, 2003), pois “não há trabalho de campo que não vise a um encontro com um outro” (Amorim, 2004, p.16). É sob a ótica de Nunes (2006) que este trabalho se fundamenta quanto ao conceito de Cerimonial e Protocolo como sendo “um conjunto de formalidades preestabelecidas que precisa ser conhecido e observado em eventos oficiais ou especiais, sendo o indicador de como as pessoas devem se comportar no convívio social formal”

A pesquisa foi proposta pela carência existente de produção acerca do tema, sobretudo por se tratar de uma religião cujo registros ainda são incipientes. Os Candomblé

são religiões que tem sua base na oralidade, aonde “a palavra falada se empossa, além de um valor moral fundamental de um caráter sagrado vinculado à sua origem divina, às forças ocultas nela depositadas[...] Não utilizada sem prudência” (Hampatê Ba. 2010; p.180), assim como na transposição do conhecimento em tempos, espaços e por atores determinados pelo sagrado como nos apresenta Rabelo e Santos (2011, p. 193). Quanto a isso, é possível ainda fazer um paralelo com Merleau-Ponty (1994), similar ao que Husserl apresenta, ao apontar a centralidade do sujeito-corpo na experiência sensorial e perceptiva, possibilitando o entendimento da aprendizagem no processo vivencial. Mas é com Latour (2004) que essa discussão é visivelmente aprofundada ao discorrer mais diretamente sobre a questão da percepção em um trabalho que tem como interface para o debate *o corpo* enquanto agente que move ações e relações com o meio.

Dentre as questões tratadas neste texto, destacam-se: a estrutura da festa Olubajé; as normas que a regem, tendo como norte a perspectiva de Nunes (2006) acerca do Cerimonial e Protocolo; e o Ilê Axé (a casa de axé/terreiro) como campo de produção, não apenas de observação. A festa foi realizada no Ilê Asè Odé Erinlé, localizada em Águas Lindas do Goiás. O Terreiro, de nação Ketu, ou Alaketu, e cujo Matriz é o Ile Ase Opo Afonjá, tem menos de 10 anos de inaugurado e registrado.

## 2 | REVISÃO DA LITERATURA

Evidenciar a marginalização na qual estão submetidos alguns povos e culturas no Brasil e no mundo vem sendo um papel importante e uma batalha em torno do conhecimento (Santos, 2009) cada vez mais encorpado pela ciência, sobretudo pelas Ciências Sociais. E é neste cenário que este trabalho ganha sua importância, pois Silva (2010, p. 12) concorda com Santos quando aponta que o “desafio à hegemonia cultural resultou numa abertura à diversidade de saberes. Com essa diversidade epistêmica, temas como aqueles ligados às questões raciais, gênero, corpo, identidade, religião, [...] se tornam relevantes”. A partir disso, se faz necessário apresentar o cenário no qual estão imersos os Candomblés, e suas variadas nações e estruturas de culto aqui presentes que chegaram ao Brasil devido ao tráfico de africanos para o que seria, mais tarde, uma nova nação.

A história apresenta dados circunstanciais dos Candomblés como sendo integrados às religiões de matriz africana (Santos, 2015), ou seja, religiões que compõem em sua estrutura ancestralidades africanas. Ainda assim, cabe reiterar o lugar do Brasil, enquanto conjunto de povos e elementos que influenciam e são influenciados pelas tradições aqui existentes, atribuindo portanto à essas religiões o seu lugar neste território. As religiões de matriz africana são, portanto, no Brasil, nomeadas religiões afrobrasileiras e Bhabha (1996) dá vida a essa perspectiva quando, em sua produção, deixa claro que as religiões de matriz africana possibilitam uma recriação, a partir de elementos essencialmente

africanos, de espaços diaspóricos em decorrência do processo de hibridação. Prandi (2005, p. 165) reforça essa perspectiva ao defender que

Nas diferentes grandes cidades do século XIX surgiram grupos que recriavam no Brasil cultos religiosos que reproduziam não só a religião africana, mas também outros aspectos da cultura na África. Os criadores dessas religiões foram negros de etnias nagôs ou iorubás, especialmente os das cidades e regiões de Oiô, Lagos, Queto, Ijexá, e Egbá, e os povos fons, aqui chamados de jejes, sobretudo os mahis e os daomeanos [...]. A religião negra, que na Bahia se chamou de Candomblé, em Pernambuco e Alagoas de Xangô, no Maranhão, tambor-de-mina, e no Rio Grande do Sul, batuque, foi originalizada em grupo de 'nações', ou 'nações de candomblé'.

É nesse espaço território-terreiro (Corrêa, 2005) e a partir dele que este trabalho se desenvolve. O lugar da pessoa no terreiro, seja ela convidada ou integrante da casa, é o que produz a festa, as relações, os diálogos, a ligação com o sagrado. Na festa está nossa principal transposição de cultura e interlocução com as normas que regem-na durante a observação. Segundo Silva (2010, p. 104 apud Prandi, 2005),

O acontecimento da festa relaciona-se ao sagrado, que durante a celebração fica determinado pela afirmação de que tudo começa quando tudo está pronto. Ademais é marcado pela chegada dos Orixás no mundo material, neste caso no território-terreiro. Eles chegam para expressar, por meio de suas danças ritualísticas, seus feitos que são cantados em seus mitos e lendas [...]

Tendo isso em vista, é neste espaço tempo em que se localiza a análise, a festa. Nela, é possível perceber algumas estruturas, signos e significados, mas isso pode variar de acordo com a festa, casa e nação de candomblé. Ainda assim, foi possível evidenciar que existem pelo menos 4 momentos em torno dela: 1º) o planejamento, aonde é pensado a organização, o que precisa ser providenciado de recursos materiais e humanos, além de previsibilidade dos custos e as cerimônias e rituais iniciais restritos; 2º) o xirê, início da festa, quando em fila, ao som dos atabaques (Rum, Rumpí e Lé), do mais velho para o mais novo, as pessoas da casa entram para o Barracão para rodar o padê de Exú e dar início a festa e receber os Orixás; 3º) o banquete, quando, ao finalizar o encontro com os orixás, todos compartilham o axé e socializam enquanto se alimentam; e 4º) a organização conjunta do espaço pós festa. Ainda sobre a festa no Candomblé, a antropóloga Amaral (2006, p. 57 e 60) nos fornece base quando diz que

[...] é uma das mais expressivas instituições dessa religião e sua visão de mundo, pois é nela que se realiza, de modo paroxístico, toda a diversidade dos papéis, dos graus de poder e conhecimento a eles relacionados [...]. Nela não encontramos apenas fiéis envolvidos na louvação aos deuses; muitas outras coisas acontecem na festa. Neça andam juntos a religião, a política, a economia, o prazer, a estética etc. [...] A religião passa se confundir com a própria festa.

Cada momento da festa apontado anteriormente corresponde a estruturas que podem variar, pois nos candomblés algumas hierarquias direcionam os papéis que por sua vez podem mudar. Por exemplo, a hierarquia nos espaços territórios- terreiros funcionam de forma que os mais velho são responsáveis por administrar as funções, as contas, a

ordem da casa durante o evento, enquanto os mais novos (yawôs e abaiãs) são guiados e acompanhados pelos mais velhos. Trazendo para o cenário dos eventos, a autora Matias(2014) chama esta fase de transevento, ou seja a aplicabilidade das determinações previstas. Ainda segundo autora Matias (2014) cada evento insere sua complexidade, apresentando atividades distintas e responsabilidades compartilhadas, não sendo diferente nos festejos do Canbomblé.

No primeiro e no terceiro momento a organização se estabelece pelas relações interpessoais da casa, respondendo sempre a hierarquias existentes. Já no segundo momento, com um cenário híbrido, constatou-se a existência de uma liminaridade atrelada a subjetividade e metafísica, onde aparecem novos atores (com o ato da incorporação) produzindo assim outras normas que não necessariamente eliminam as demais, mas que regem aquele momento determinado sob a ótica do sagrado.

Por constatar a existência desses quatro momentos, sobretudo por compreender também que os candomblés têm estruturas e normas próprias de cerimonial e protocolo, este trabalho não se propõe identificar e analisar as normas que surgem com a chegada desses novos atores (os Orixás), mas se preocupa em identificar as normas que regem a festa na perspectiva macro, atreladas as relações interpessoais, pois “[...] assim que o Orixá ‘vira’, outros papéis são acionados [...]” (Silva, 2010, p. 106) e esses papéis respondem a normas diferentes que necessitam de uma análise mais minuciosa para melhor compreender sua complexidade e seu contexto.

É “por ser uma religião baseada na tradição oral repassada através de processos inciativos e vivenciais, o Candomblé não tem um livro em que se encontram registrados os seus princípios e fundamentos, como é o caso de outras religiões que têm a Bíblia e o alcorão” (SANTOS 2015, p.45) que a presente pesquisa se desenvolve de forma a viabilizar a legitimidade das narrativas orais apresentadas como fontes de informação sob a ótica do discurso.

Nesse sentido, o estudo vem transcorrer e detalhar a concretização do evento que ocorre neste contexto. A saber, todos os itens e áreas protocolares para a realização de um evento necessitam de ampla visão das áreas específicas e dos itens necessários (FONTES, 2002, p.105), sendo necessário refletir na viabilidade para que as festas ocorram.

### **3 | METODOLOGIA**

Tendo em vista que esta se trata de uma pesquisa aonde os sujeitos participantes e pesquisadores são atores-redes (Latour, 2012), integrando o lugar comum da análise, e que é por meio da interlocução com estes mesmos sujeitos autores deste trabalho, nessa estrutura com base na oralidade como afirma Bastide (2003) Beniste (2002) e Caputo (2012), que o conhecimento percorreu um caminho metodológico por meio de

levantamento e estudo bibliográfico, pesquisa descritiva exploratória *in loco que* segundo Andrade (2009), Bertucci (2008), Lakatos (2003), Gil (2002), Prodanov (2013) e Silva (2001) tem como finalidade ter material que forneça base para a análise. Com metodologia regida sob a ótica da observação participante (Malinowsk, 1984) da festa Olugbajé, a partir da interpretação semiótica de Geertz (1978), ou seja, de uma metodologia que não só busca o discurso do outro, mas o que o outro quer factualmente dizer, que esta pesquisa foi desenvolvida.

O presente trabalho transcorreu um longo e exaustivo caminho de levantamento e revisão bibliográfica. Se tratando de um tema cujo registros ainda são incipientes, e de uma religião que tem seus ensinamentos baseados na oralidade, ainda assim foi possível tomar como base a literatura acerca dos candomblés no Brasil para que o desenvolvimento desta análise. A partir disso, foi possível traçar um caminho possível de pesquisa considerando que a base para tal desenvolvimento seria as fontes narrativas orais do Ilê Asé Odé Erinlé.

Tendo destacado isso, cabe ressaltar também que a melhor estratégia para este trabalho foi reconhecer nas narrativas dos autores enquanto sujeitos atores- redes (Latour, 2012) integrantes da religião e viabilizar, neste momento, uma análise acerca do tema através dos conhecimentos por eles adquiridos em seu tempo na religião e no Terreiro, pois “seu local de moradia, sua história, suas redes sociais compõem o cenário do estudo” como nos apresenta Dalmolin (2002) ao que pode ser aplicado em uma pesquisa onde o interlocutor é o próprio pesquisador. Nessa perspectiva o observador - que, para Bakhtin “não se situa em parte alguma fora do mundo observado, e sua observação é parte integrante do objeto observado” (Bakhtin, 1997a, p.355) - é partícipe dos eventos que observa , e pode ser conceituada como

O processo no qual um investigador estabelece um relacionamento multilateral e de prazo relativamente longo com uma associação humana na sua situação natural com o propósito de desenvolver um entendimento científico daquele grupo(May, 2001: 177).

A partir disso, foi necessário aprofundamento no que Leininger (1991) chamou de “Observação-Participação-Reflexão (modelo OPR)” e “Estranho-Amigo” para compreender o lugar do autor na configuração da pesquisa e o que o mesmo pretende falar.

#### **4 | DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS**

A pesquisa, ao tentar verificar e identificar as normas protocolares que regem a festa Olubajé de um Terreiro, o *Ile Axé Odé Erinlé*, notou a dimensão na qual a festa está inserida. Dimensão essa que inviabiliza discutir sobre toda sua estrutura e organização em apenas um artigo. Sendo assim, a melhor alternativa foi traçar um roteiro de questões acerca do Cerimonial e Protocolo e identificar essas normas em um dos momentos da festa e direcionar de forma pontual.O *Ile Axé Odé Erinlé* foi escolhido por ser o lugar aonde um dos autores está localizado, o que viabilizou encontros, participação, observação e reflexão conjunta.

A festa, o Olubajé, acontece anualmente, durante o mês de agosto, e acontece em homenagem ao Orixá Omolú e sua família Kerejebe (ou Ji para algumas nações), composta por outros Orixás como sua mãe Nanã, Oxumarê, Ewá e Ossain. Sua proposta é não apenas homenagear, mas também oferecer um grande banquete, onde a comida é servida na folha de bananeira e sua função é oferecer bons caminhos aos participantes e integrantes do Terreiro. Nela, observa-se uma configuração bastante distinta e complexa das demais festa da casa. Ela foi escolhida por ser a festa com tempo de duração mais extenso, possibilitando maior vivência para participação e observação.

Antes, se faz necessário apresentar alguns elementos da constituição da hierarquia interpessoal nos terreiros de candomblé: 1) o babalorixá ou iyalorixá é a pessoa responsável pelo terreiro e pela ordem geral, é o pai ou a mãe de todos ali e está acima dos demais; 2) em seguida, ainda dentro dessa hierarquia, existem os cargos de Ogãs (atribuído aos homens que não ‘viram no orixá’) e as Ekedis (as mulheres que são responsáveis sobretudo por cuidar dos Orixás – elas também não incorporam no Orixá); 3) abaixo, existem os Egbomis (aqueles com mais de 7 anos iniciados), os Yawôs (noviços iniciados com menos de 7 anos) e o Abiãs (aqueles integrantes da casa que ainda não foram iniciados).

Dito isto, podemos analisar a estrutura da festa a partir do que foi possível verificar como sendo composta por quatro momentos, dos quais: 1) planejamento e realização dos rituais iniciais aberto apenas para quem já é iniciado com mais de 7 anos; 2) a festa, com outros dois desdobramentos que perpassam o campo da metafísica; 3) o banquete, ao final da festa, possibilitando o compartilhamento das comidas e a socialização das pessoas; e 4) a organização conjunta do Terreiro pós evento. Aqui, é possível um diálogo entre a estrutura proposta por Matias (2014) para elaboração e planejamento de um evento (pré, trans e pós evento) e a perspectiva do Candomblé acerca dessa organização.

Aqui, é possível estabelecer um diálogo com Allen (2003) ao pensar na ordem de planejamento para a festa no candomblé como sendo um evento. Considerando as particularidades de uma festa no candomblé, podemos enxergar similaridades ao analisar a estrutura da festa a partir da ótica de planejamento de eventos (**Quadro 1: planejamento de eventos**)

Período do evento	Planejamento de eventos sob a ótica de Allen( 2010) e Oliveira (2016)	Planejamento de uma festa/evento no terreiro supracitado
Pré-evento	Levantamento de público-alvo, definição de objetivos, elaboração do planejamento, definição do evento	Levantamento de necessidades humanas, materiais, demandas da organização do espaço e atribuição de funções
Transevento	acompanhamento do evento em seus diversos setores	Dois momentos distintos: <ol style="list-style-type: none"> <li>1. A festa, o candomblé propriamente dito: recepção dos visitantes, acolhimento, acompanhamento etc</li> <li>2. O banquete, o momento da socialização e do compartilhamento da comida a ser servida: direcionar os babalorixás e iyalorixás para a mesa central, e os demais para a fila</li> </ol>
Pós-evento	Relatorias, prestação de contas e avaliação	Organização do espaço em grupo e reunião de agradecimento com o babalorixá

Quadro 1: planejamento de eventos

A partir desta estrutura, considerando cada momento separadamente, foi possível perceber, com a observação e participação, que a elaboração e o planejamento da festa é administrada pelos mais velhos da casa. No caso do *Ile Axé Odé Erinlé*, a festa é planejada de forma conjunta mas sob o acompanhamento do babalorixá Ricardo ti Oxóssi e a Ekeki Omilewá. Nesta fase da festa, eles planejam a festa, a organização do espaço atribuindo funções e os gastos e necessidades humanas e materiais. É importante salientar que cada cargo e integrante da casa tem sua função determinada, se não pelo sagrado, pelo babalorixá ou ekeki.

No segundo momento, que se refere a execução da festa, é demandado atenção e acolhimento por parte dos membros do Terreiro. Nesta fase, estão os papéis de receber e dar boas-vindas a quem chega, acolher os familiares de santo, estabelecer uma sociabilidade mínima entre os visitantes e assegurar que todos estejam acomodados, afinal de contas o Terreiro é lugar de acolhimento e de afeto. Neste momento, cabe ao Sacerdote ou babalorixá abrir a festa e dar início a cerimônia, saudando a entrada do barracão, o meio dele, os atabaques e os convidados da festa.

Iniciada a festa, todos os integrantes e familiares de santo, em fila, do mais velho

para o mais novo, entram no barracão dançando ao som dos atabaques e logo formam um círculo no meio do barracão. Nesse momento, louva-se àquele que merece as primeiras honras, quem recebe as primeiras homenagens, o Orixá Exú. Enquanto a roda gira no centro do barracão, em torno das bênçãos do orixá com quem se inicia todo e qualquer trabalho no Candomblé, os integrantes, outrora na roda, agora repetem as saudações feitas pelo babalorixá. De três em três, ainda do mais velho para o mais novo, saúdam a entrada, o meio e os atabaques. A roda continua seu movimento e os atabaques a tocar o som do aguerê para o Orixá regente do Terreiro, Oxóssi.

Nos Candomblés, todo iniciado deve reverência ao seu orixá. Portanto, sempre que toca a cantiga do orixá de cada pessoa, ela vai em direção ao babalorixá ou iyalorixá para tomar-lhes a benção. Assim também acontece no *IleAxé Odé Erinlé*. Este momento, chamado de Xirê, é o momento em que as pessoas dançam e cantam para que os orixás venham festejar em terra junto aos seus devotos. Aqui, existe uma hibridação, aonde liminaridade se encontra com o metafísico, é o momento em que os iniciados rodantes podem e provavelmente irão ‘virar’ no Orixá. Neste momento, o da incorporação, surgem novos atores e normas que passam a integrar a festa. Mas este trabalho não se propõe analisar os desdobramentos do Xirê, apenas as normas interpessoais que existem na perspectiva macro da festa.

No terceiro momento, o do banquete, voltamos a uma configuração que perpassa as relações interpessoais e as hierarquias existentes na casa. Nele, ficou evidente um dos maiores ensinamentos do candomblé: *os mais velhos merecem [e aqui são] reverência do início ao fim*. Nesta fase, a família de santo previu a presença de babalorixás e iyalorixás, então ficou evidente que a casa se preocupou em recebe-los(las) da melhor forma possível, oferecendo-lhes o melhor lugar, os melhores talheres, pratos, copos, e um espaço reservado para que eles(as) sirvam-se e se alimentem sem que esperem, *a mesa dos pais de santo e cargos*. Enquanto isso, os mais novos formam uma fila noutro espaço para que possam se servir do mesmo alimento que foi servido aos sacerdotes, mas em disposição diferenciada. Enquanto isso, os anfitriões servem a todos(as), para que, ao final, possam se servir. No quarto momento, a família de santo tem a tarefa de, reunida, organizar o espaço pós festa. Como no planejamento, as tarefas são atribuídas a cada membro e destinadas pelo babalorixá ou ekedi. Nesta fase, a família se reúne para organizar cada espaço, recolher cada roupa e pano que necessitam ser limpos. Um outro ensinamento que o Terreiro e a família puderam proporcionar: *todo mundo ajudando todo mundo, ninguém sai antes, ninguém trabalha mais ou menos*<sup>1</sup>. Enxergar nesse estudo uma possibilidade de análise que contribuísse para o campo da produção de eventos, possibilitou o enriquecimento das perspectivas já existentes acerca do tema, pois o Terreiro não apenas apresentou uma estrutura similar como também, mesmo considerando suas particularidades e estruturas, enriqueceu os autores deste trabalho de ensinamentos acerca das relações interpessoais a partir da perspectiva do candomblé. Isto dito, é



possível ainda traçar uma narrativa existente entre a estrutura de Cerimonial, Protocolo e Etiqueta nas festas de candomblé com Bettega (2006) quando define “1) Etiqueta: é um fenômeno popular com características de cordialidade e hospitalidade ligadas às normas de comportamento refinado. 2) Cerimonial: são as formalidades espaciais do evento; 3) Protocolo: é a ordem de hierarquia das regras”. Tendo isso em vista, e considerando que o presente trabalho pretende analisar o cerimonial e protocolo a partir da ótica da festa Olubajé, uma possibilidade de análise é reconhecer as funções da festa e aplica-las ao formato convencional, como demonstrado no quadro a seguir.

	Responsável	Função	Funcionamento na festa Olubajé
Recepção	Todos do terreiro anfitrião	Receber, acolher e tornar a festa confortável para os convidados	Nos candomblés, existe o hábito de ‘tomar a benção’ uns aos outros. Neste caso, quem é anfitrião deve ir tomar a benção a quem chega.
Mestre de Cerimônia	babalorixá/iyalorixá	abrir e conduzir a festa	os pais e mães de santo tem a função de abrir o xirê fazendo as saudações devidas
Chefe de cerimonial	babalorixá/iyalorixá, ekedis, ogãs e egbomis	Gerir ou conduzir os mais novos em suas funções	Os mais velhos conduzem os mais novos
Ordem de precedência no Barracão de Candomblé	Todos do terreiro anfitrião	Conduzir os convidados babalorixás/iyalorixás e demais para assentos reservados para eles dentro da disposição estabelecida no candomblé	babalorixás e iyalorixás tem lugares especiais na disposição do barracão, sendo esses lugares reservados apenas para eles(as)

Quadro 2: distribuição de funções

## 5 | CONCLUSÕES

Este trabalho buscou evidenciar a existencia de outra perspectiva acerca do cerimonial e protocolo por meio de identificação e análise das normas que regem a festa de Candomblé Olubajé no *Ile Axé Odé Erinlé*, Terreiro localizado em Águas Lindas do Goiás. Tendo isso feito, foi possível realizar uma observação-participante- reflexão da festa, como propõe Leininger (1991), sob a ótica da observação de Malinowski (1984) e a interpretação seminótica de Geertz (1998), possibilitando o desenvolvimento de algumas reflexões.

Dentre as reflexões feitas neste texto, algumas delas trouxeram ricas contribuições como: 1) pensar o terreiro enquanto campo de produção de conhecimento para o eixo

de turismo hospitalidade e lazer, acerca de Cerimonial e protocolo; 2) a compreensão das estruturas de um evento de candomblé, possibilitando extensão de conhecimento sobre cerimonial religioso; e 3) outra perspectiva de protocolo a partir de uma perspectiva religiosa, atrelada ao sagrado do candomblé, como fonte de elementos para o eixo. A partir disto, pode-se inferir que a pesquisa gerou um produto que pode vir a ser desenvolvido sob outras óticas e estruturas. Aqui, pudemos compreender o funcionamento e as estruturas de um terreiro. Nele, existe inúmeras possibilidades.

A análise a partir do lugar comum dos autores gerou algumas dificuldades que perpassam o campo da ‘neutralidade’ ou mesmo da ‘impessoalidade’. Mas colocamos para reflexão o lugar desse autor que é também sujeito dentro de um contexto que se coloca cada vez mais exprimido e subjugado a perspectivas que não o possibilitam sequer o distanciamento enquanto pesquisador de si. E isso justifica a escolha pelo método etnográfico, pois o que caracteriza a pesquisa por esse não é o seu objeto, mas o método em si (LÉVI-STRAUSS, 1962).

O mais importante, para nós, foi evidenciar a necessidade de se pensar a ciência a partir de outra ótica. Essa percepção pode, e gerou, benefícios ao conhecimento como produto comum ao ser humano. A partir daqui, é possível trilhar outros caminhos e narrativas possíveis de análise acerca do tema, o que possibilita inúmeras estratégias. E o terreiro é um campo riquíssimo de conhecimento que dialoga com a estrutura existente acerca do Cerimonial e Protocolo. Este trabalho ainda possibilita pensar etiqueta à mesa sob a ótica do candomblé, assim como tantos outros eixos dentro do eixo supracitado.

## REFERÊNCIAS

ALLEN, Johnny et al. (Tradução Toledo, M). **Organização e gestão de eventos**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

AMORIM, Marília. **O Pesquisador e seu Outro**: Bakhtin nas ciências humanas. São Paulo: Musa Editora, 2004.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil**. São Paulo: USP, 1999

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 4ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BENISTE, José. **Orum-AiyÉ**: o encontro de dois mundos: o sistema de relacionamento nagô- yorubá entre o céu e a Terra. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BERTUCCI, Janete Lara de Oliveira. **Metodologia básica para elaboração de trabalhos de conclusão de cursos** (TCC). São Paulo, Atlas, 2008.

BETTEGA, Maria Lucia. **Eventos e Cerimonial Simplificando** Ações. Ed: Educs . 2006 CAPUTO, Stela G. **Educação nos Terreiros**. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

DALMOLIN, Bernadete M. ; LOPES, Stella M. B.; VASCONCELLOS, Maria da P. C. **A construção metodológica do campo**: etnografia, criatividade e sensibilidade na investigação. In: Saúde e sociedade 11(2): 19/34. 2002.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro : Zahar, 1978.

O saber local. **Novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis : Vozes, 1998.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HAMPATÉ BÂ, Amadou. **A Tradição viva**. História geral da África. Editado por Joseph Ki- Zerbo. – 2. Ed. Ver. – Brasília : UNESCO, 2010, p. 167-212.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo : Atlas 2003.

LATOURETTE, B. **How to talk about the body?** The normative dimension of science studies. *Body and Society*, London, v. 10, n. 2-3, p. 205-229, 2004.

**Reagregando o social**: uma introdução à teoria do Ator-Rede. Salvador-Bauru: EDUFBAEDUSC; 2012

LEININGER, M.M. **Culture care diversity and universality**: a theoría of nursing. New York(USA): National League for Nursing Press; 1991

LÉVI-STRAUSS, Claude. 1962. “**A Crise Moderna da Antropologia**”. In *Revista de Antropologia*, v. 10, n.1 e 2.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo : Abril, 1984.

MAY, T. **Pesquisa social**. Questões, métodos e processos. 2001. Porto Alegre, Artemed. MERLEAU-PONTY,

M. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

NUNES, Marina Martinez. **Cerimonial para Executivo**. Porto Alegre: Doravante, 2006

OLIVEIRA, Sandra Mara Tabosa de. **Curso de planejamento e organização de eventos**/ Sandra Mara Tabosa de Oliveira. \_ Brasília : Editora do IFB, 2016.

PRANDI, R. **Segredos Guardados**: Orixás na alma brasileira. São Paulo, Companhia das Letras, 2005

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RABELO, Mirian; SANTOS, Rita Maria Brito. **Notas sobre o aprendizado no Candomblé**. Revista da FAEEBA – **Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 20, n. 35, p. 187-200, jan./jun. 2011.

SANTOS, B. S.. **Epistemologias do Sul**. Coimbra. Almedina , 2009

SANTOS, Erisvaldo P. dos. **A educação e as religiões de matriz africana**: motivos da intolerância. GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21. disponível em: [28reuniao.anped.org.br/textos/gt21/gt21241int.doc](http://28reuniao.anped.org.br/textos/gt21/gt21241int.doc). Acesso em 20 Mai 2015

SILVA, Edna Lúcia da. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SILVA, Mary Anne V.. Xirê – **A festa do candomblé e a formação dos “entre-lugawres”** In: **Habitus**, v. 8, n. 1/2, p. 99-117, jan./dez. 2010

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Can the subaltern speak?** [Pode o subalterno falar] 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

## COMPROMISO DE LA ÉTICA AXIOLOGICA SUSTENTABLE PARA LAS NUEVAS GENERACIONES DE INGENIEROS QUIMICOS INDUSTRIALES

*Data de aceite: 01/07/2020*

### **Rebeca Teja Gutiérrez**

Profesora de Tiempo Completo de la Universidad  
Autónoma del Estado de México, Centro  
Universitario UAEM Texcoco

### **Edmundo Resenos Díaz**

Profesor e Investigador de Administración de la  
Escuela Superior de Comercio y Administración  
Unidad Santo Tomas del Instituto Politécnico  
Nacional

### **Nidia López Lira**

Profesora de Tiempo Completo de la Universidad  
Autónoma del Estado de México, Centro  
Universitario UAEM Valle de Chalco

**RESUMEN:** Este trabajo destaca las reflexiones surgidas a partir del perfil del egresado de la carrera de ingeniería químico industrial con respecto a las actitudes y valores para desempeñarse bajo criterios de protección al medio ambiente y conceptos de sustentabilidad. El objetivo es abordar los valores axiológicos como parte de su formación y práctica profesional. A través de una revisión bibliográfica y la aplicación de encuestas con alumnos de la carrera de ingeniería química industrial, se realizó una investigación exploratoria, con un enfoque cualitativo, a fin de conocer el nivel

de abstracción sobre el desarrollo sustentable en su formación profesional. Se concluye que los ingenieros químicos industriales tienen una responsabilidad social, que deberán en todo momento guiarse con valores para fomentar en las industrias el desarrollo sustentable.

**PALABRAS - CLAVE:** Valores, Desarrollo sustentable, Ingeniero químico industrial.

**ABSTRACT:** This work highlights the reflections arising from the profile of the graduate of the industrial chemical engineering career with respect to the attitudes and values to perform under criteria of environmental protection and sustainability concepts. The objective is to approach axiological values as part of their professional training and practice. Through a bibliographic review and the application of surveys with students of the career of industrial chemical engineering, an exploratory research was carried out, with a qualitative approach, in order to know the level of abstraction on sustainable development in their professional training. It is concluded that industrial chemical engineers have a social responsibility, which must at all times be guided by values to promote sustainable development in industries.

**KEYWORDS:** Values, Sustainable development, Industrial chemical engineer.

## 1 | INTRODUCCIÓN

La carrera de ingeniería química industrial que se imparte en la Escuela Superior de Ingeniería e Industrias Extractivas del Instituto Politécnico Nacional, tiene por objetivo formar ingenieros que participen en el desarrollo social económico e industrial del país mediante la aplicación de tecnologías y la ciencia en la resolución de los problemas relacionados con: la producción de bienes de consumo el sector de servicios y *el cuidado del medio ambiente* principalmente en las industrias con procesos de transformación que involucran cambios químicos y fisicoquímicos de los materiales (ESIQIE, 2019).

Por lo anterior, se enfatiza que el ingeniero tendrá la misión de cuidar el medio ambiente en su campo laboral. En el decálogo del egresado enfatiza que tendrá la habilidad de proponer alternativas de procesos para la prevención y control de la contaminación ambiental. En los procesos químicos, tendrá la capacidad de desarrollar alternativas que permitan la creación y puesta en marcha de procesos sustentables. Además una de sus actitudes y valores es referido a desempeñarse en todo momento bajo criterios de protección del medio ambiente y conceptos de sustentabilidad, relacionados con el saber hacer es decir, manejar normas y procedimientos para el control de contaminantes de plantas de proceso, saber ser y saber convivir con criterios de sustentabilidad y respeto al ambiente (ESIQIE, 2019).

Con objeto de contextualizar el devenir de los valores axiológicos de los alumnos de ingeniería química industrial, cabría preguntarse: ¿Cuáles son los valores axiológicos que se derivan por la vía de la intervención pedagógica y que los alumnos necesitan dinamizar en sus actividades formativas para ejercer la profesión con responsabilidad social y sustentabilidad?

Debido a que el perfil del egresado requiere una formación ética y moral para que se conduzca con responsabilidad social en todo momento, es importante abordar la ética axiológica de la profesión, a fin de que los alumnos y egresados tomen conciencia, que su actividad profesional, se debe ejercer con referentes axiológicos para producir bienes y servicios sustentables para la sociedad.

En virtud de lo anterior y sobre la base de la problemática expuesta, se plantea la siguiente hipótesis:

La formación profesional sustentable está en función de la dinamización de la ética axiológica del alumno de ingeniería química industrial del IPN.

La expresión de la función queda de la siguiente manera:

$$FPS = f_{(x)}(CA, DM \text{ y } EV)$$

En donde:

FPS= Formación Profesional Sustentable

CA= Competencias Axiológicas

DM= Dimensión moral

EV= Educación con valores

Visto de esta forma, el enfoque teórico que sustenta la investigación es la teoría del desarrollo sustentable, así como la teoría de la ética axiológica, con la intención de exponer los valores axiológicos que deben ejercer los alumnos y egresados de la carrera de ingeniería química industrial del IPN.

Dentro de esta perspectiva, se establece que la investigación es básica de tipo exploratoria, con un enfoque cualitativo. El método utilizado es el deductivo y analítico, el cual se realizó a través de una revisión bibliográfica, utilizando la técnica de análisis de contenido utilizando el software Atlas ti 7, con el objeto de recopilar las variables que inciden en el devenir de la ética axiológica para una formación profesional sustentable. Asimismo, a través de la técnica de la encuesta (ver anexo 1), se elaboraron 9 preguntas, cuatro de ellas refieren sobre conocimientos básicos del desarrollo sustentable, con el propósito de conocer el nivel de conocimientos básicos sobre el desarrollo sustentable y qué valores requiere el alumno para ejercer su profesión con sustentabilidad. Cabe mencionar que la muestra fue dirigida a 50 alumnos de la carrera de ingeniería química industrial y que no se ha tomado en cuenta el total de población para aplicar un muestreo finito. Los datos de las encuestas fueron procesadas en el software SPSS 15.0 para obtener las frecuencias de las respuestas.

Dentro de este orden de ideas, el trabajo contempla la siguiente estructura, en primer lugar, se presenta el estado del arte, en segundo lugar, se aborda las generalidades del desarrollo sustentable, en tercer lugar, se aborda la ética axiológica e identificación de los valores para la formación profesional sustentable, así como los valores adquiridos. Después, se presentan los resultados de la encuesta, y en último término se dan las conclusiones y consideraciones finales.

## **2 | REVISIÓN BIBLIOGRÁFICA**

En la revisión bibliográfica para conocer los antecedentes sobre desarrollo sustentable se encontraron varios trabajos con las siguientes líneas de investigación:

Entre los trabajos básicos que abordan cuestiones teóricas y epistemológicas sobre el desarrollo sustentable se encuentra (Fajardo Arturo, 2006), (Cantú Martínez , 2012), (Bustillo García & Martínez Dávila, 2008), (Gutiérrez Nájera, 1996), (Piñeiro, 2010), (Arocena & Porzecanski, 2010), (Goñi & Goin, 2006), y (Pérez Espinoza, Espinoza Carrión, & Peralta Mocha, 2016). Estos autores abordan los aspectos teóricos, conceptualizaciones, dimensiones y enfoques del desarrollo sustentable

Por otra parte se encuentran estudios realizados en América Latina por (Sandia Rondón, 2009) y (Luzardo, 2002), los cuales analizan como problemática el crecimiento urbano y las fronteras en el desarrollo sustentable.

Cabe considerar que sean realizado estudios en México por (Miguel, Torres, Maldonado, & Robles, 2011), (Luján Álvarez, Olivas García, González Hernández, Gómez Soto, & Cuautle Coyac, 2008), y (Urquidi, 2000). Dichos estudios realizan una indagación sobre la equidad social, la conservación ecológica y el desarrollo regional en México.

Mientras que (Fava Neves & Thomé y Castro, 2008), (Ibarra Puig, 2007), y (Gallo M., 2002), realizan la indagación sobre agronegocios y comercio internacional. Estos trabajos de investigación establecen un método para desarrollar proyectos viables donde se considere la vertiente sustentabilidad económica, social y ambiental en el comercio, tomando las tres dimensiones del desarrollo sustentable.

Por su parte, (Cervantes Torre Marín, Sosa Granados, Rodríguez Herrera , & Robles Martínez , 2009), toman en consideración los residuos y la actividad industrial, este trabajo establece la relación que existe entre el crecimiento poblacional e industrial y el deterioro ambiental por los desechos químicos.

En cuanto a estudios sobre arquitectura se tiene los estudios de (Madec, 2005), el cual promueve la construcción de casas utilizando energías renovables y no contaminantes.

Sobre turismo se encuentra (Ramírez de la O, Nava Bernal, Osorio García, & Franco Maass, 2011), dichos autores realizan un enfoque epistemológico sobre el desarrollo sustentable y el turismo sustentable.

Otra línea de investigación prioritaria es la ética y el desarrollo sustentable, al respecto (Díaz, Montaner, & Prieto, 2007), y (Cantú Martínez, 2015), toman la naturaleza y al ser humano en el proceso dialéctico del medio ambiente. Así como la formación ética en los universitarios.

Sobre la base de las ideas expuestas para este trabajo, se encontraron trabajos sobre la educación y los valores, entre los autores se encuentran: (Mendes Dos Santos, 2005), (Ramírez Vázquez, Moctezuma Merlo, & González Muñoz, 2017), (Argandoña, 2013), y (Esquivel Frías, 2006), estos autores manifiestan que el tipo de educación deseable es el que eleva y dignifica a las personas para la preservación ambiental y establecen los valores necesarios para una formación profesional sustentable. Pero antes que nada, se abordaran las generalidades del desarrollo sustentable y sus dimensiones.

### **3 | GENERALIDADES DEL DESARROLLO SUSTENTABLE**

El concepto de desarrollo sustentable (DS) ha nació de un proceso histórico en que la sociedad y los políticos tomaron conciencia de que algo fallo en la operatividad del modelo económico neoliberal. Lograr crecimiento económico sostenido en un marco de recursos finitos, es una utopía prácticamente imposible de alcanzar. Disminuir los gases de invernadero que provocan el calentamiento global, controlar la reducción de la biodiversidad, abatir la pobreza y hacer racionales los hábitos de consumo sin cambiar el



modo de producción, es parte de la entelequia social (Bustillo García & Martínez Dávila, 2008).

Hasta el presente, uno de los aspectos de mayor trascendencia y actualidad en las sociedades modernas lo constituye, sin lugar a duda, la búsqueda de soluciones a la grave problemática ambiental, cuya agudización e impactos globales ha cuestionado fuertemente los modelos de desarrollo. Hoy los países desarrollados y en vías de desarrollo comparten un discurso que avala y promueve la búsqueda de mecanismos y políticas comunes que orienten las economías de modo que posibiliten el llamado desarrollo sustentable, es decir, una alternativa que logre compatibilizar y armonizar, la relación del hombre con la naturaleza (Gutiérrez Nájera, 1996).

Precisemos, antes que nada la definición de desarrollo sustentable. En 1987 la Comisión Mundial para el Medio ambiente y el Desarrollo Humano aprobaron por unanimidad un documento denominado “Nuestro Futuro Común”, el cual constituyó un punto de reflexión en el debate a nivel global sobre medio ambiente y desarrollo. Allí se definió por primera vez el término desarrollo sustentable, si bien su utilización se remonta a la década al siglo XX, dicha definición aún sigue vigente, por consiguiente, el desarrollo sustentable es *“un proceso que busca satisfacer las necesidades humanas, tanto de las generaciones actuales como futuras, sin que ello implique la destrucción de la base misma del desarrollo, es decir, los recursos naturales y los procesos ecológicos”* (Goñi & Goin, 2006) y (Díaz, Montaner, & Prieto, 2007).

Ahora bien, el término Desarrollo ha sido entendido tradicionalmente como sinónimo de crecimiento económico. Desde esa perspectiva, el desarrollo puede significar el crecimiento bruto de la economía de un país, pero de ninguna manera garantiza el mejoramiento del bienestar social y mucho menos, el desarrollo sustentable. El crecimiento económico no genera por sí mismo efectos positivos en la sociedad, puesto que está definido independientemente de elementos como la distribución equitativa de los beneficios de la riqueza, o la responsabilidad de producción acorde a los derechos humanos y a la conservación ambiental. Sin embargo la palabra desarrollo es utilizada para referirse al tema de sustentabilidad (Fajardo Arturo, 2006) y (Cantú Martínez , 2012).

El término sostenible tiene su raíz latina que significa *sustinere*, cuyo significado es sostener, sustentar, mantener, pero en el que también se encuentran aspectos de soportar, tolerar, llevar, que son más afines al uso del término inglés *sustainable*. De ahí que, sustentabilidad es satisfacer las necesidades humanas, actuales y futuras, mejorando la calidad de vida dentro de los límites del medio ambiente. Este último punto es el eje fundamental del desarrollo sustentable, el cual trata de que el crecimiento económico se cimiente y se estructure en un manejo respetuoso del medio ambiente y en una previsión que permita continuar con ese crecimiento sin dejar consecuencias a las generaciones futuras (ídem).

Las dimensiones del desarrollo sustentable son: medio ambiente, sociedad y economía. En la ilustración 1, muestra la interrelación de las dimensiones en el desarrollo sustentable.

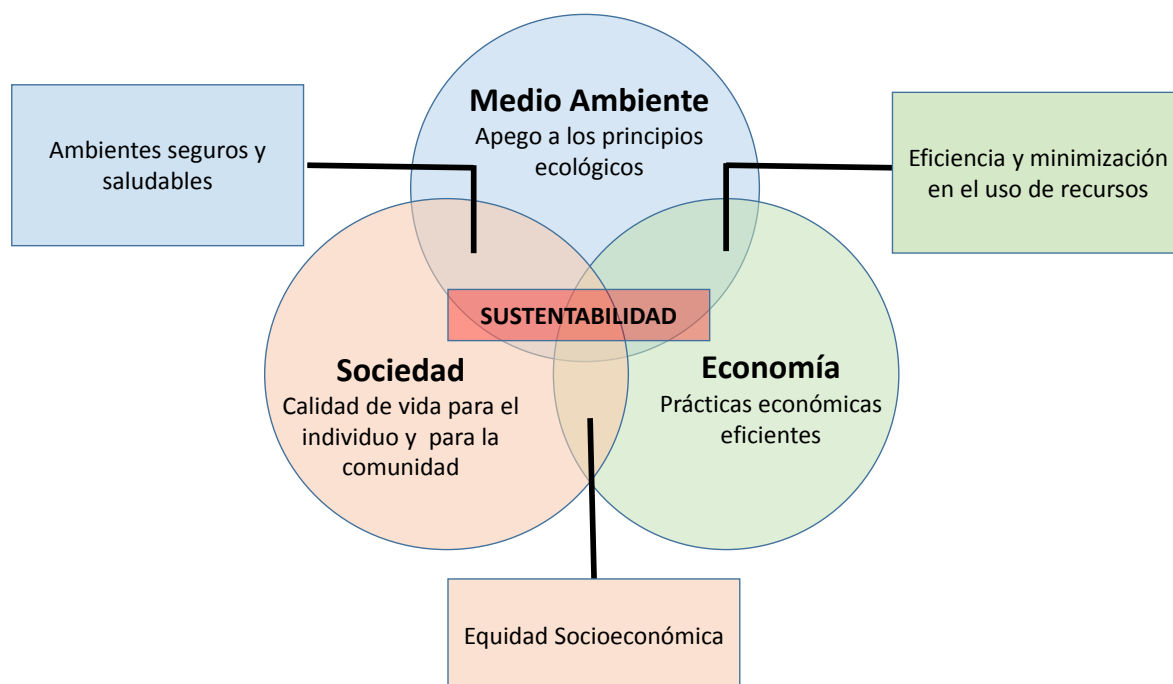


Ilustración 1. Interrelación de las dimensiones del desarrollo sustentable. Fuente: (Encarnación Aguilar, 2017)

De manera, que la dimensión económica se encarga de realizar prácticas económicas eficientes para que la riqueza de la nación sea justa y equitativa, es decir, que exista una equidad socioeconómica.

La dimensión social abarca la calidad de vida para el individuo y la comunidad, y se refiere a la calidad de vida, a los salarios justos, y la adquisición de bienes y servicios sustentables, así como proporcionar ambientes seguros y saludables.

Y por último la dimensión ambiental se refiere al apego de los principios ecológicos en la actividad humana, minimizando el uso de los recursos naturaleza.

Este esfuerzo de tener una nación sustentable, sin duda depende de las nuevas generaciones de profesionista que se preparan para crear bienes y servicios en las industrias, tarea prioritaria para formarlos con responsabilidad social. Cabe preguntarse, ¿qué saberes axiológicos necesitan los nuevos profesionista para que cumplan con las dimensiones del desarrollo sustentable? A continuación se abordara este aspecto.

#### 4 | LA ÉTICA Y LOS VALORES AXIOLÓGICOS PARA LA FORMACIÓN PROFESIONAL SUSTENTABLE

El desarrollo sustentabilidad se ha incorporado al lenguaje académico y científico,

para la formación de los profesionistas, y ha sido precisado de las siguientes formas según (Cantú Martínez , 2012):

- “Ético utópico”. Detalla el desarrollo sustentable a partir de la reflexión sobre nuestra sociedad y la incorporación de *nuevos valores* que promuevan en un largo plazo, *un comportamiento solidario y responsable*.
- “Ingeniería ecológica”. Puntualiza el desarrollo sustentable ponderando fundamentalmente las prerrogativas que se dan por la aplicación de medidas de *carácter ingenieril*, en los sistemas naturales con fines *antrópicos*, es decir, cualquier acción o intervención realizada por el ser humano con respecto a la deforestación, la pesca, la agricultura, las emisiones de gases de carbono a la atmósfera (de origen fabril, vehicular, entre otros).
- “Biofísica energética”. Perfila el desarrollo sustentable al transitar a sistemas productivos con un mínimo de efectos contaminantes y procura conservar la naturaleza.

Resulta claro que de acuerdo con lo anterior, el desarrollo sustentable plantea un *principio ético* que propicia el desarrollo de la generación presente sin comprometer la capacidad de las generaciones por venir en la satisfacción de sus propias necesidades. Dicho principio, implica un **componente axiológico** en las generaciones responsables de llevar a la práctica el desarrollo sustentable como condición *sine-qua-non*, en otras palabras, para lograr las aspiraciones pretendidas de una vida más justa y equitativa es indispensable el componente axiológico en las nuevas generaciones de profesionista responsables de llevar a la práctica el desarrollo sustentable (Díaz, Montaner, & Prieto, 2007). Sin duda, el ingeniero químico industrial del IPN, deberá formarse con este componente axiológico.

Pero cabe preguntarse, ¿qué significa axiología? Etimológicamente, la palabra axiológica significa “teoría del valor”, que se forma a partir de los términos griegos *axios*, que significa valor, y *logos*, que significa estudio, teoría. De manera que la axiología es una rama de la filosofía, que tiene por objeto de estudio la naturaleza o esencia de los valores y de los juicios de valor que puede realizar un individuo. Por eso, es muy común y frecuente que la axiología se le denomine “filosofía de valores”.

Resulta claro que, la formación profesional de los estudiantes requiere una formación con una conciencia ética que les obligue a pensar en el colectivo, en las consecuencias de sus actos y a responsabilizarse por ellos.

Ahora bien, ese saber ético no es espontáneo, requiere trabajarlo desde el hogar y en todos los estratos de la educación formal de cada ciudadano. Alcanzar este objetivo amerita la inclusión de contenidos éticos en todos los niveles del espectro educativo, de forma tal que se promueva una ética para la sustentabilidad que permita la necesaria reconciliación entre la razón y la moral de manera que los seres humanos alcancen un nuevo estado de conciencia, autonomía y control sobre sus modos de vida, haciéndose responsables de sus actos, hacia sí mismo, hacia los demás y hacia la naturaleza.

Es evidente que las Instituciones de Educación Superior (IES) juegan un papel preponderante en la formación ética de sus futuros profesionistas, de manera tal que si no son capaces de transmitir los principios y valores necesarios para hacer progresar el desarrollo, consiguiendo que la juventud tenga una percepción favorable con respecto al mismo estudiante, el futuro de éste puede verse seriamente comprometido dificultando el desarrollo de individuos responsables, concientizados de su papel presente y futuro dentro de la sociedad.

Por lo anterior, las IES a través sus planes de estudios y actividades, deben establecer valores éticos que deben ser impartidos y/o exigidos al estudiante, como una especie de código de conducta que describa una serie de obligaciones que éste debe cumplir en su proceder profesional. De este modo la formación profesional sustentable se cumple a través de la impartición de una educación formal con valores, la condicionante propuesta en la hipótesis.

Entre los valores que deben fomentar las universidades para formar a sus estudiantes bajo un enfoque sustentable son: la democracia, la solidaridad, la autonomía, responsabilidad, excelencia, el liderazgo y la lealtad (Luz, 1994; citado en Díaz, Montaner, & Prieto, 2007), las cuales se pueden considerar como competencias axiológicas.

En efecto, para que los universitarios se formen bajo un enfoque sustentable, requieren de una educación formal con valores y adquirir competencias axiológicas. Más aún deberán ser capaces de diferenciar entre lo que hacen y lo que deberían hacer, y ser capaces de valorar sus actos como justos o injustos, buenos o malos, honestos o deshonestos, virtuosos o viciosos, en otras palabras tener la capacidad de distinguir entre lo que está bien y lo que está mal. Estas acciones se consideran acciones de la dimensión moral. Esto es, las actitudes y conductas (Díaz, Montaner, & Prieto, 2007), de los futuros profesionista, estén normadas por los valores axiológicos adquiridos y fomentados en su formación profesional y los que rige la sociedad.

En suma, la formación profesional de un universitario está en función de la educación formal con valores, de las competencias axiológicas fomentadas y adquiridas, así como las acciones y conductas consideradas en su dimensión moral.

En atención a la problemática planteada, se realizó un análisis de contenido mediante el Software Atlas ti, considerando a las investigaciones de (Cantú Martínez, 2015), (Ramírez Vázquez, Moctezuma Merlo, & González Muñoz, 2017), (Pérez Espinoza, Espinoza Carrión, & Peralta Mocha, 2016), (Argandoña, 2013) y (Esquivel Frías, 2006), los cuales se identifican en la tabla 1 como P1, P2, P3, P4 y P5 respectivamente, con la intención de identificar los valores axiológicos que promueven la formación profesional sustentable, siendo los resultados siguientes:

WORDS	Length	P 1	P 2	P 3	P 4	P 5	Total Count
irresponsabilidad	17	0	0	0	0	1	1
justicia	9	0	0	0	0	1	1
autonomía	9	5	0	0	4	41	50
compromiso	10	2	7	7	2	19	37
acciones antrópicas	0	0	0	0	0	0	0
democracia	0	0	0	0	0	0	0
educación	9	3	17	0	0	95	115
equidad	7	4	2	1	0	10	17
excelencia	10	0	0	1	0	4	5
honestidad	10	0	0	0	1	0	1
lealtad	7	0	0	0	1	0	1
honradez	0	0	0	0	0	0	0
libertad	8	9	0	0	1	91	101
liderazgo	9	0	2	1	0	2	5
respeto	7	5	8	0	3	83	99
solidaridad	11	2	1	0	0	35	38

Tabla 1. Valores axiológicos identificados en el análisis de contenido.

Fuente: Elaboración propia con datos del análisis de contenido procesados en el Atlas ti, 2020.

Como se observa en la tabla 1, los valores aparte de los que menciona (Luz, 1994; citado en Díaz, Montaner, & Prieto, 2007), se deben fomentar el compromiso, la educación con valores, la equidad, el respeto, la libertad y la solidaridad, para que el futuro profesionalista de la carrera de ingeniería química industrial se forme bajo un enfoque sustentable.

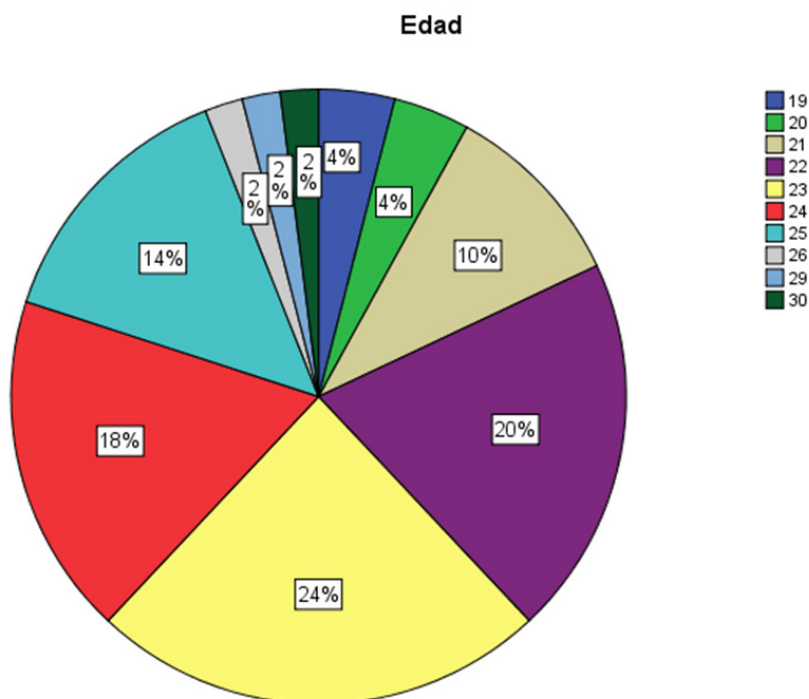
Cabe considerar, por otra parte que para conocer el nivel de abstracción que tienen los alumnos de ingeniería química industrial con respecto al desarrollo sustentable y su ética axiológica, se aplicaron 50 encuestas, de las cuales se obtuvieron los siguientes resultados.

## 5 | RESULTADOS DE LA ENCUESTA. UN DIAGNÓSTICO SOBRE EL NIVEL DE ABSTRACCIÓN DEL DESARROLLO SUSTENTABLE

Gracias a los datos obtenidos en la encuesta aplicada a 50 estudiantes de ESQIE en la carrera de ingeniería química industrial, se realizó la sistematización de los datos obtenidos en el software SPSS, la cual, se obtuvieron los siguientes resultados con sus respectivos porcentajes:

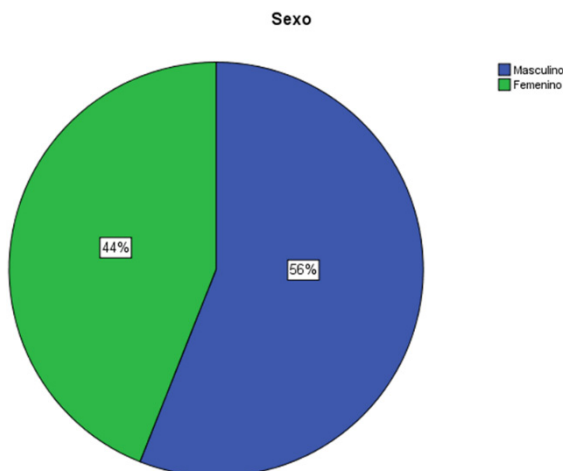
Como se puede observar en la gráfica 1, el rango de edad de los estudiantes que aplicaron la encuesta fue de 19 años hasta los 30 años de edad. Lo que observamos en la gráfica es que los alumnos con una edad de 23 años en dicha encuesta es el porcentaje mayor; en segundo lugar son los estudiantes con una edad de 22 años y en tercer lugar

son los jóvenes que tienen 24 años de edad. Los alumnos con edades de 19 años, 20 años, 26 años, 29 años y 30 años de edad es un porcentaje mínimo en la encuesta. El resto de la encuesta son estudiantes con edades de 25 años y 21 años de edad. De manera que la edad promedio de los estudiantes de ESIQIE es entre los 22 y 24 años de edad.



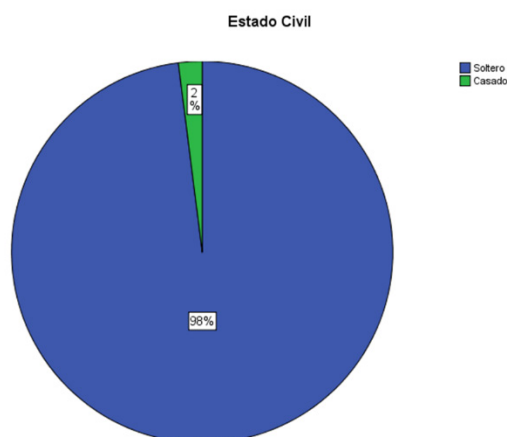
Gráfica 1. Edades de los estudiantes de ingeniería química industrial. Fuente: Elaboración propia con datos de campo, 2020.

Dentro de la muestra se tomaron ambos sexos (masculino y femenino); en la gráfica 2 se observa claramente que de los 50 estudiantes encuestados el 56 % son hombres mientras el 44% son mujeres. Al respecto, se puede decir que más mujeres se han estado incursionando en carreras de ingeniería.



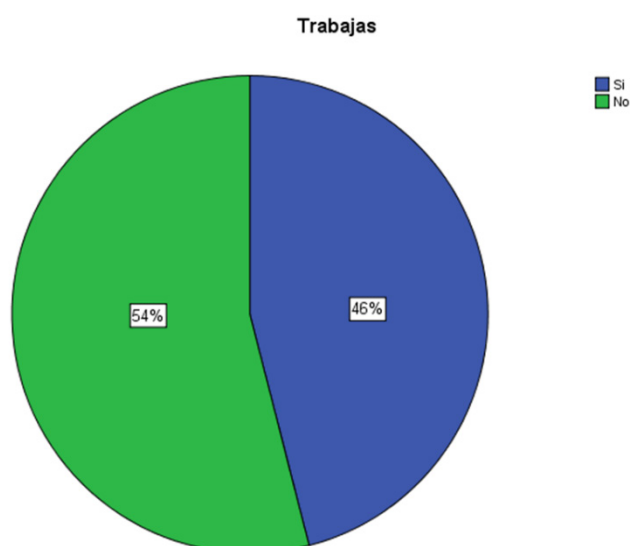
Gráfica 2. Sexo de los estudiantes de ingeniería química industrial. Fuente: Elaboración propia con datos de campo, 2020.

En cuanto al estado civil, la gráfica 3, se observa que de los 50 estudiantes encuestados, el 98% son solteros mientras que el 2% son casados. Lo anterior muestra que los futuros profesionistas de ESIQIE, toman conciencia e importancia de no tener compromisos que les impida continuar con sus estudios profesionales.



Gráfica 3. Estado civil de los estudiantes de ingeniería química industrial. Fuente: Elaboración propia con datos de campo, 2020.

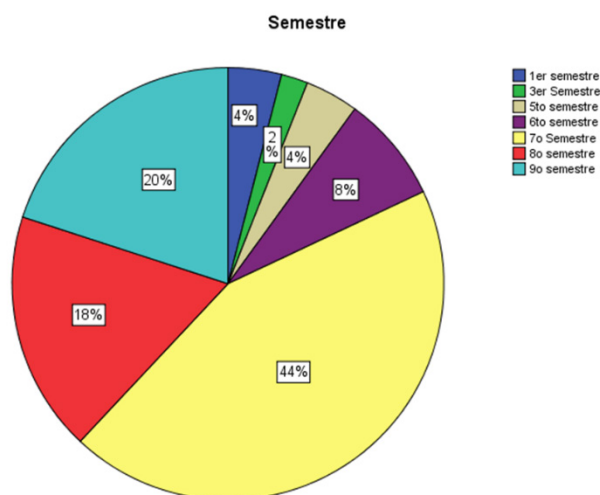
Llama la atención la gráfica 4, ya que muestra que de los 50 estudiantes encuestados, el 54% no trabajan actualmente; por otra parte, el 46% sí trabaja. Por lo que se infiere que los alumnos tienen la necesidad de trabajar para continuar con sus estudios o sencillamente realizan esta actividad para tener experiencia en el campo laboral, por lo que sería necesario indagar más sobre este asunto.



Gráfica 4-Situación laboral de los estudiantes de ingeniería química industrial. Fuente: Elaboración propia con datos de campo, 2020.

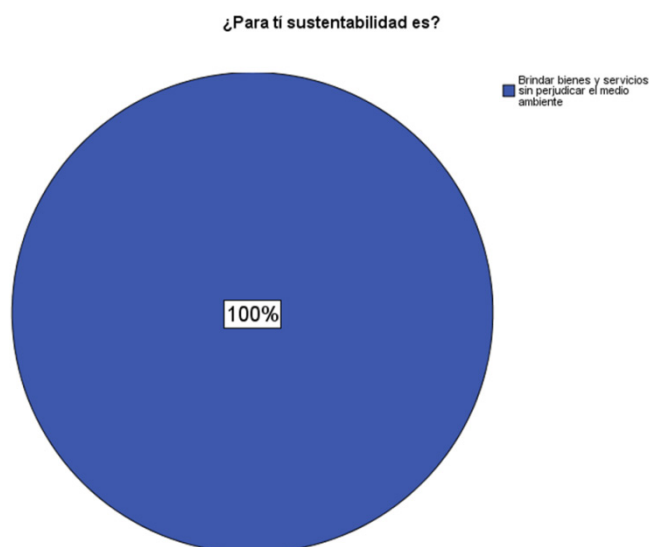
Se identificó el semestre que actualmente cursan, en la gráfica 5, se observa que de los 50 estudiantes encuestados, el 44% cursan actualmente el séptimo semestre; el 20%

curso noveno semestre; el 18% cursa octavo semestre; otro 8% cursa sexto semestre; el 4% cursa en primer y quinto semestre, y 2% cursa tercer semestre. Lo cual fue resultado del muestreo dirigido.



Gráfica 5. Semestre que cursan los estudiantes de ingeniería química industrial. Fuente: Elaboración propia con datos de campo, 2020.

Uno de los objetivos de la encuesta era conocer el nivel de conocimiento sobre desarrollo sustentable, en la gráfica 6, muestra la respuesta a la pregunta 6 de la encuesta, la cual dice “¿para ti sustentabilidad es?”, el 100% de los estudiantes contesto correctamente esta pregunta, ya que efectivamente la respuesta era que sustentabilidad es brindar bienes y servicios sin perjudicar el medio ambiente. Así que los alumnos tienen una noción muy puntual de lo que es desarrollo sustentable.

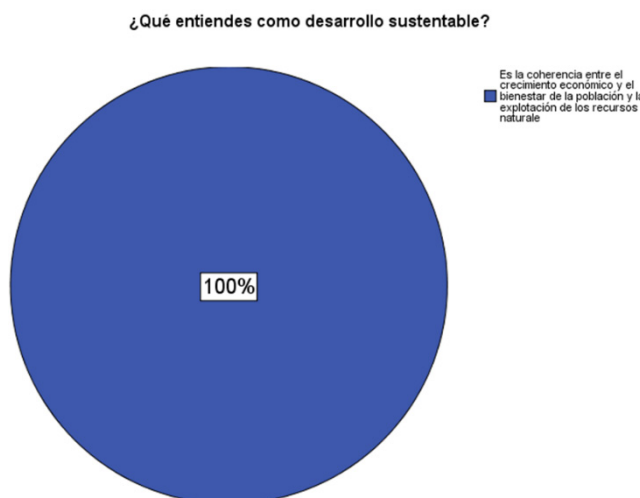


Gráfica 6. Definición de sustentabilidad por parte de los alumnos de ingeniería química industrial. Fuente: Elaboración propia con datos de campo, 2020.

Otra pregunta prioritaria era conocer si los estudiantes podían definir qué era desarrollo sustentable, en la gráfica 7, muestra los resultados a la pregunta 7, la cual

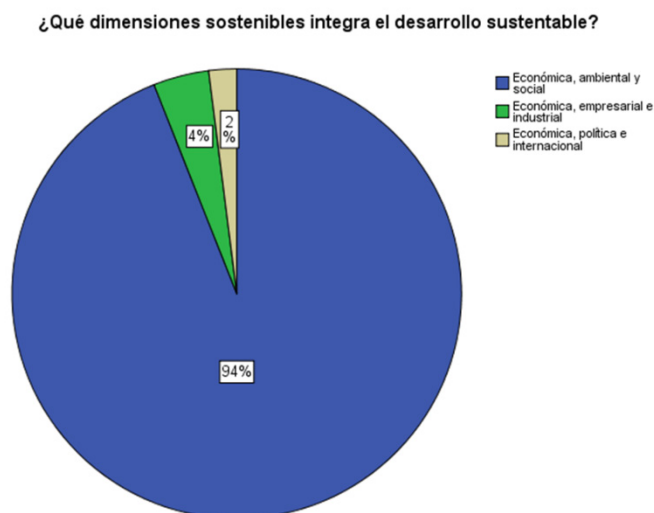


los estudiantes tenían que contestar “¿Qué entiendes como desarrollo sustentable?”, al respecto, el 100% contesto correctamente ya que la respuesta era “es la coherencia entre el crecimiento y el bienestar de la población y la explotación de los recursos naturales.” Por lo que se infiere que el conocimiento ha sido incluido en su formación profesional.



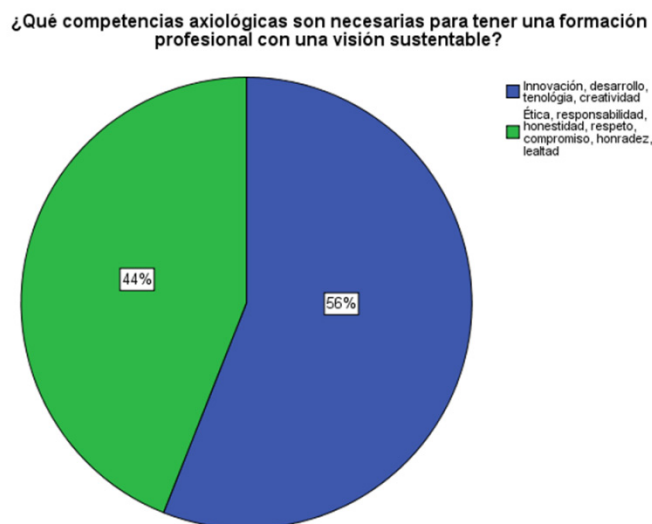
Gráfica 7. –Conocimiento sobre desarrollo sustentable por parte de los alumnos de ingeniería química industrial. Fuente: Elaboración propia con datos de campo, 2020.

Además en la encuesta los estudiantes tenían que identificar las dimensiones del desarrollo sustentable, en la gráfica 8, muestra las respuestas a la pregunta 8 de la encuesta, dicha pregunta dice a la letra: “¿Qué dimensiones sostenibles integra el desarrollo sustentable?”; el 94% contesto correctamente ya que la respuesta era “Económica, ambiental y social.”, el 4% contesto “Económica, empresarial e industrial”, y el 2% contesto “Económica, política e internacional.” Lo cual indica que los alumnos en su formación profesional tienen identificado y el conocimiento que el desarrollo sustentable se debe promover en sus tres dimensiones.



Gráfica 8. Conocimiento sobre las dimensiones del desarrollo sustentable por parte de los alumnos de ingeniería química industrial. Fuente: Elaboración propia con datos de campo, 2020.

Por último, en la gráfica 9, muestra el resultado a la pregunta 9 de la encuesta, la cual se les preguntaba: “¿Qué competencias axiológicas son necesarias para tener una formación profesional con una visión sustentable?”, el 44% contestó correctamente, ya que la respuesta correcta era “Ética, responsabilidad, honestidad, respeto, compromiso, honradez, lealtad.”, el 56% contestó Innovación, desarrollo, tecnología, creatividad.”



Gráfica 9. Conocimiento sobre las competencias axiológicas para la formación profesional sustentable.  
Fuente: Elaboración propia con datos de campo, 2020.

De lo anterior se infiere que los alumnos deben ser formados no solo con el conocimiento del desarrollo sustentable, sino con valores éticos axiológicos a fin de que su dimensión moral les permita actuar en todo momento con acciones para trabajar bajo las tres dimensiones del desarrollo sustentable.

## 6 | CONCLUSIONES Y CONSIDERACIONES FINALES

Se ha tratado a lo largo de este trabajo los valores axiológicos que deben regir su acción moral de los alumnos de ingeniería química industrial de ESIQIE, para su formación profesional sustentable, así que se llegan a las siguientes conclusiones:

La formación profesional sustentable es una formación tripartita compuesta por el desarrollo de competencias axiológicas, por la dimensión moral y por la educación con valores, inculcados por la profesión y por el hogar.

Los valores axiológicos que requiere el estudiante de ingeniería química industrial son: la democracia, la solidaridad, la autonomía, responsabilidad, excelencia, el liderazgo, la lealtad, el compromiso, la educación con valores, la equidad, el respeto, la libertad y la solidaridad.

Las universidades, sobre todo la Escuela Superior de Ingeniería e Industrias Extractivas del Instituto Politécnico Nacional, deberán mediante su plan de estudios,

actividades escolares, y una cultura educativa, fomentar la responsabilidad social en los alumnos para que tengan una formación profesional sustentable, con valores axiológicos que les permitan a los futuros profesionistas actuar con una dimensión moral.

Este trabajo fue una investigación exploratoria, por lo que se sugiere ahondar más sobre este fenómeno de estudio, con un enfoque cuantitativo, y diseñar un modelo estadístico, donde se permitan realizar análisis de correlación entre variables, así como regresiones u otras formas de realizar mediciones, a fin de tener patrones que puedan apoyar en la educación universitaria bajo un enfoque de sustentabilidad. Y aplicarse no solo a los estudiantes de Ingeniería Química Industrial, si no a más estudiantes de nivel superior de otras áreas del conocimiento.

## REFERENCES

Argandoña, A. (2013). Los profesionales al servicio de la empresa y la responsabilidad social. *Presentado en el XXI Congreso de EBEN España*, (págs. 1-13). Madrid, España. Recuperado el 06 de octubre de 2019, de <http://www.eben-spain.org/docs/Papeles/XXI/los-profesionales-al-servicio-de-la-empresa-y-la-responsabilidad-social.pdf>

Arocena, F., & Porzecanski, R. (abril de 2010). El desarrollo sustentable. Reflexiones sobre su alcance conceptual y medición. (U. d. República, Ed.) *Revista de Ciencias Sociales*(núm. 26), 16-29. Recuperado el 05 de octubre de 2019, de <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=453644788003>

Bustillo García, L., & Martínez Dávila, J. P. (mayo de 2008). Los enfoques del desarrollo sustentable. (A. Interciencia, Ed.) *Revista Interciencia*, vol. 33(núm. 5), 389-395. Recuperado el 03 de octubre de 2019, de <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=33933512>

Cantú Martínez , P. C. (2012). El axioma del desarrollo sustentable. (U. d. Rica, Ed.) *Revista de ciencias sociales*, vol. III(núm. 137), 83-91. Recuperado el 01 de octubre de 2019, de <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=15325492007>

Cantú Martínez, P. C. (enero- junio de 2015). Ética y sustentabilidad. *Revista Latinoamericana de Bioética* , vol. 15(núm. 15), 130141. Recuperado el 06 de octubre de 2019, de <http://www.scielo.org.co/pdf/rlb/v15n1/v15n1a12.pdf>

Cervantes Torre Marín, G., Sosa Granados, R., Rodríguez Herrera , G., & Robles Martínez , F. (enero-abril de 2009). Ecología industrial y desarrollo sustentable. (U. A. Yucatan, Ed.) *Revista Ingeniería*, vol. 13(núm. 1), 63-70. Recuperado el 04 de octubre de 2019, de <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=46713055007>

Díaz, J., Montaner, J., & Prieto, M. (159-171 de enero-abril de 2007). Formación ética para un desarrollo sustentable. (U. d. Zulia, Ed.) *Revista de Ciencias Sociales*, vol. III(núm. 1). Recuperado el 02 de octubre de 2019, de <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=28013112>

Encarnación Aguilar, G. (2017). Curso de desarrollo sustentable y su relación con la actividad industrial. *Curso de desarrollo sustentable y su relación con la actividad industrial*. Recuperado el 09 de octubre de 2019, de [https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/235860/Tema\\_2\\_Contexto\\_y\\_Dimensiones\\_Sustentabilidad.pdf](https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/235860/Tema_2_Contexto_y_Dimensiones_Sustentabilidad.pdf)

ESIQIE, I. (2019). *Escuela Superior de Ingeniería Química e Industrias Extractivas*. Recuperado el 16 de Octubre de 2019, de <https://www.esiqie.ipn.mx/oferta-educativa/ver-carrera.html?lg=es&id=20>

Esquivel Frías, L. (2006). Responsabilidad y sostenibilidad ecológica. Una ética para la vida. Barcelona, España: Universidad Autónoma de Barcelona. Recuperado el 07 de octubre de 2019, de <https://www.tdx.cat/bitstream/handle/10803/5167/lcf1de1.pdf>

- Fajardo Arturo, L. (junio de 2006). Desarrollo Humano Sustentable: Concepto y Naturaleza. (U. S. Arboleda, Ed.) *Revista Civilizar. Ciencias Sociales y Humanas*(núm. 10). Recuperado el 01 de octubre de 2019, de <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=100220322001>
- Fava Neves, M., & Thomé y Castro, L. (julio-diciembre de 2008). Agronegocios y desarrollo sustentable. (U. d. Andes, Ed.) *Revista Agroalimentaria*, vol. 14(núm. 27), 43-53. Recuperado el 03 de octubre de 2019, de <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=199216329004>
- Gallo M., J. (enero-junio de 2002). Libertad de comercio, ambiente y desarrollo sustentable. (U. C. Venezuela, Ed.) *Revista Venezolana de Análisis de Coyuntura*, vol. VIII(núm. 1), 39-52. Recuperado el 06 de octubre de 2019, de <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=36480103>
- Goñi, R., & Goin, F. (mayo-agosto de 2006). Marco conceptual par la definición del desarrollo sustentable. (U. N. Lanús, Ed.) *Revista Salud Colectiva*, vol. 2(núm. 2), 191-198. Recuperado el 05 de octubre de 2019, de <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=73120207>
- Gutiérrez Nájera, R. (enero-abril de 1996). El desarrollo sustentable: un camino a seguir. (U. d. Guadalajara, Ed.) *Revista Espiral*, vol. II(núm. 5), 197-227. Recuperado el 04 de octubre de 2019, de <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=13820509>
- Ibarra Puig, V. I. (enero-junio de 2007). Hacia un comercio internacional con desarrollo sustentable. (U. d. Rosario, Ed.) *Revista Desafíos*, vol. 16, 11-28. Recuperado el 05 de octubre de 2019, de <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=359633161002>
- Luján Álvarez, C., Olivas García, J. M., González Hernández, H. G., Gómez Soto, Ó., & Cuautle Coyac, M. d. (mayo-agosto de 2008). Desarrollo forestal sustentable en Chihuahua, México: Una estrategia multidimensional. (E. C. Sonora, Ed.) *Revista Región y Sociedad*, vol. XX(núm. 42), 95-117. Recuperado el 03 de octubre de 2019, de <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=10204204>
- Luzardo, A. (enero-junio de 2002). Fronteras, ambiente y desarrollo sustentable. (U. C. Venezuela, Ed.) *Revista Venezolana de Análisis de Coyuntura*, vol. VIII(núm. 1), 175-187. Recuperado el 04 de octubre de 2019, de <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=36480109>
- Madec, P. (2005). Ciudad, Arquitectura y Desarrollo Sustentable. (I. S. Echeverría, Ed.) *Revista Arquitectura y Urbanismo*, vol. XXVI(núm. 2), 74-79. Recuperado el 05 de octubre de 2019, de <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=376839848012>
- Mendes Dos Santos, G. (julio de 2005). La educación como base del desarrollo sustentable. (A. Interciencia, Ed.) *Revista Interciencia*, vol. 30(núm. 7), 385. Recuperado el 04 de octubre de 2019, de <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=33910601>
- Miguel, A. E., Torres, J. C., Maldonado, P., & Robles, J. C. (mayo-agosto de 2011). La desigualdades regionales del desarrollo sustentable en México, 2000-2005. (E. C. Sonora, Ed.) *Revista Región y Sociedad*, vol. XXIII(núm. 51), 101-122. Recuperado el 02 de octubre de 2019, de <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=10220221004>
- Pérez Espinoza, M. J., Espinoza Carrión, C., & Peralta Mocha, B. (2016). La responsabilidad social empresarial y su enfoque ambiental: Una visión sostenible a futuro. *Revista Universidad y Sociedad*, vol. 8(núm. 3), 169-178. Recuperado el 06 de octubre de 2019, de <http://scielo.sld.cu/pdf/rus/v8n3/rus23316.pdf>
- Piñeiro, D. E. (abril de 2010). Desarrollo sustentable: una perspectiva desde las Ciencias Sociales. (U. d. República, Ed.) *Revista de ciencias sociales*(núm. 26), 8-15. Recuperado el 04 de octubre de 2019, de <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=453644788002>
- Ramírez de la O, I. L., Nava Bernal, G., Osorio García, M., & Franco Maass, S. (abril-junio de 2011). La escala en el Desarrollo Sustentable (DS) y el Turismo Sustentable (TS): sus implicaciones epistemológicas. (I.

T. Domingo, Ed.) *Revista Ciencia y Sociedad*, vol. XXXVI(núm. 2), 195-211. Recuperado el 05 de octubre de 2019, de <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87019757001>

Ramírez Vázquez, Y., Moctezuma Merlo, P., & González Muñoz, O. (2017). Importancia de la responsabilidad social en la formación de los futuros profesionales. 53-65. Recuperado el 06 de octubre de 2019, de <https://www.uv.mx/iiesca/files/2017/10/07CA201701.pdf>

Sandia Rondón, L. A. (diciembre de 2009). El ambiente y el desarrollo sustentable en la ciudad Latinoamericana. (U. d. Norte, Ed.) *Revista Investigación & Desarrollo*, vol. 17(núm. 2), 268-287. Recuperado el 02 de octubre de 2019, de <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26816278003>

Urquidi, V. L. (mayo-agosto de 2000). El desarrollo sustentable en la perspectiva Canadá-México. (A. C. El Colegio de México, Ed.) *Revista Estudios Demográficos y Urbanos*(núm. 44), 409-418. Recuperado el 05 de octubre de 2019, de <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=31204410>

## EDUCAÇÃO E SAÚDE: ANÁLISE DO PERFIL SOCIOCULTURAL DOS HÁBITOS ALIMENTARES E DA SAÚDE EM ADOLESCENTES DA PRIMEIRA FASE DE 10 A 14 ANOS

Data de aceite: 01/07/2020

**Victor Hugo de Oliveira Henrique**  
**Viviane de Oliveira Henrique**  
**Dayane Tonaco Assunção**  
**Larissa Gabriela Araujo Goebel**  
**Kaique Alves de Souza**  
**Pedro Aurélio Tataira da Costa**

**RESUMO:** A adolescência se estende aproximadamente dos 11 aos 21 anos de vida. Nossas atitudes em relação à comida são normalmente aprendidas cedo e bem, e são, em geral, inculcadas por adultos afetivamente poderosos, o que confere ao nosso comportamento um poder sentimental duradouro. Sendo assim, o trabalho objetivou reconhecer a importância da interação entre o ser biológico e social na formação dos hábitos alimentares na primeira fase da adolescência. O trabalho foi realizado com alunos da Escola Estadual Francisco A. Ferreira Mendes, os dados foram levantados utilizando dois questionários. Do total dos 10 alunos, 7 eram do gênero Feminino (70%) e 3 do gênero Masculino (30%). Refeições em família parecem ser realizadas pela maioria dos estudantes. Chocolates, bolos e o Peru da ceia de Natal são mostrados como os alimentos mais consumidos nas épocas

festivas e dentre os 10 alunos, 6 realizam refeições na cantina da escola, o restante se alimenta da merenda escolar. A maioria dos adolescentes não possuem um hábito de alimentação saudável, muitas delas não fazem todas as refeições diárias e pouquíssimas tem o hábito de comer frutas, legumes e verduras diariamente. O trabalho evidenciou que os entrevistados não possuem uma alimentação saudável.

**PALAVRAS-CHAVE:** Hábitos alimentares, adolescentes, perfil sociocultural.

### EDUCATION AND HEALTH: THE SOCIOCULTURAL PROFILE ANALYSIS OF THE EATING HABITS AND HEALTH IN ADOLESCENTS OF THE FIRST PHASE 10 TO 14 YEARS

**ABSTRACT:** Adolescence extends approximately from 11 to 21 years old. Our attitudes to food are usually learned early and well, and are generally inculcated by affectively powerful adults, which gives our behavior lasting emotional power. This paper aims to recognize the importance of the interaction between the biological and social being in the formation of eating habits in the first phase of adolescence.

The work was carried out with students of the State School Francisco A. Ferreira Mendes, the data were collected using two questionnaires. Of the total of 10 students, 7 were female (70%) and 3 male gender (30%). Family meals seem to be carried by most students. Chocolates, cakes and turkey Christmas dinner are shown as the most consumed foods in the festive seasons and among the 10 students, 6 realize meals in the school canteen, the rest feeds on school meals. Most teens do not have a healthy eating habit, many of them do not make all meals and very few have the habit of eating fruits and vegetables daily. This work shows that respondents do not have a healthy diet.

**KEYWORDS:** Eating habits, teens, sociocultural profile.

## INTRODUÇÃO

Para Steinberg (1993) a adolescência se estende aproximadamente dos 11 aos 21 anos de vida, enquanto a ONU define juventude como a fase entre 15 e 24 anos de idade - sendo que ela deixa aberta a possibilidade de diferentes nações definirem o termo de outra maneira, já a Organização Mundial da Saúde define adolescente como o indivíduo que se encontra entre os dez e vinte anos de idade e, no Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece ainda outra faixa etária - dos 12 aos 18 anos.

Sarti et al. (2011) diz que o termo hábito alimentar é usado quando se quer designar os costumes e modo de se comer de uma pessoa ou comunidade. Notadamente ele é influenciado por vários fatores. Dentre os quais citamos:

- Idade da pessoa
- Localização geográfica
- Condições socioeconômicas
- Valores culturais

A alimentação dessas crianças é garantida até mesmo na escola, pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), implantado em 1955, que garante, por meio da transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas e filantrópicas.

Para Maciel (2001), não há vida possível sem alimentação, e este é considerada um ato vital, mas, ao se alimentar, o homem cria práticas e atribui significados àquilo que está incorporando a si mesmo, o que vai além da utilização dos alimentos pelo organismo.

Os hábitos alimentares podem mudar inteiramente quando crescemos, mas a memória e o peso do primeiro aprendizado alimentar e algumas das formas sociais aprendidas através dele permanecem, talvez para sempre, em nossa consciência. (MINTZ, 2001).

Segundo Carneiro (2003):

“A fome biológica distingue-se dos apetites, expressões dos variáveis desejos humanos e cuja satisfação não obedece apenas ao curto trajeto que vai do prato à boca, mas se materializa em hábitos, costumes, rituais, etiquetas. [...] O que se come é tão importante quanto quando se come, onde se come e com quem se come” (p. 1-2).

No que se refere ao campo das religiões, a alimentação tem um papel fundamental no cotidiano de seus adeptos: permissões, proibições e jejuns são regulações religiosas simbólicas constantemente exercidas. (FLANDRIN, MONTANARI, 1998).

Sendo assim, o trabalho objetiva reconhecer a importância da interação entre o ser biológico e social na formação dos hábitos alimentares na primeira fase da adolescência.

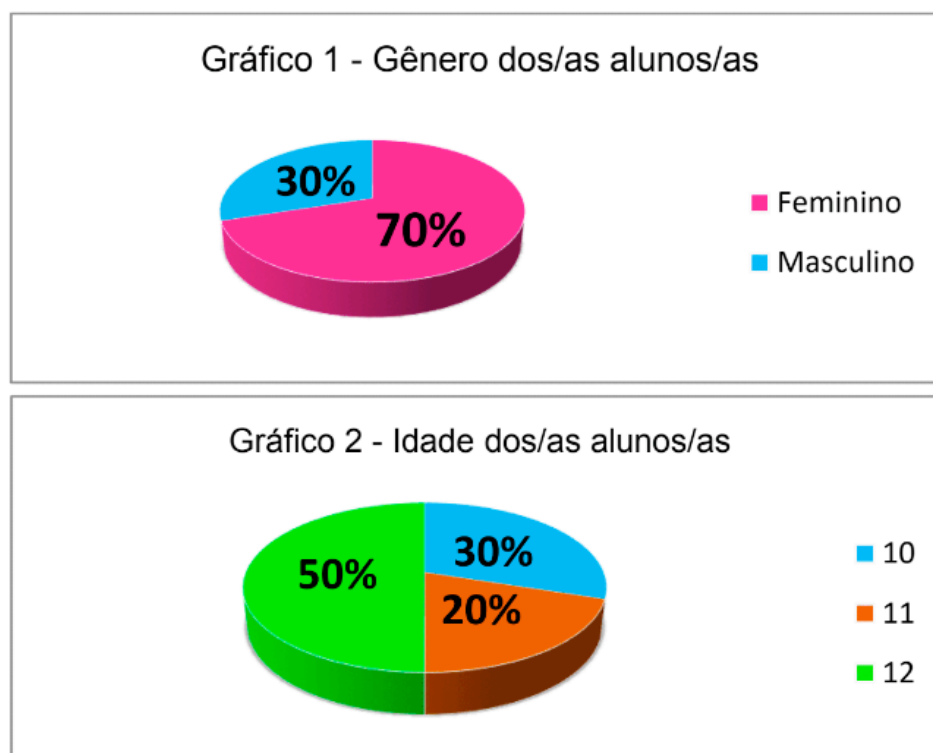
## METODOLOGIA

O trabalho foi realizado com alunos da Escola Estadual Francisco A. Ferreira Mendes, localizada em Cuiabá, MT. Os dados foram levantados utilizando dois questionários, sendo um para dados socioeconômicos e outro para dados referente aos hábitos alimentares.

A pesquisa foi feita em duas etapas, na primeira foi apresentado para os alunos os objetivos da pesquisa e entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Na segunda etapa eles trouxeram o TCLE assinado pelos pais e responderam aos questionários.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Do total de 10 alunos, 7 eram do gênero Feminino (70%) e 3 do gênero Masculino (30%) (Gráfico 1).





Quanto a idade dos entrevistados, 5 possuíam 12 anos de idade, 3 possuíam 10 anos de idade e apenas 2 tinham 11 anos de idade (Gráfico 2).

Quando questionados sobre quantas pessoas residem na casa, a maioria possui 4 residentes, como mostra o Quadro 1.

<b>Número de residentes na casa</b>	<b>Quantidade</b>
2	10%
3	30%
4	40%
5	20%

Quadro 1 – Número de residentes na casa

Quando perguntado sobre as refeições feitas diariamente, 100% dos alunos realizam o lanche da manhã e o almoço (Quadro 2).

<b>Refeições feitas diariamente</b>	<b>Quantidade</b>
Café da Manhã	60%
Lanche da Manhã	100%
Almoço	100%
Lanche da Tarde	70%
Jantar	80%
Lanche da Noite	40%

Quadro 2 – Refeições realizadas pelos alunos

Refeições em família parecem ser realizadas pela maioria dos estudantes. Chocolates, bolos e o Peru da ceia de Natal são mostrados como os alimentos mais consumidos nas épocas festivas e dentre os 10 alunos, 6 realizam refeições na cantina da escola, o restante se alimenta da merenda escolar (Quadro 3).

<b>Refeição com a família</b>	<b>Quantidade</b>
Sim	70%
Não	30%
<b>Alimentos frequentes em épocas festivas</b>	<b>Quantidade</b>
Peru	60%
Churrasco	40%
Chocolate/bolos	60%
Frutas	30%
Panetone	10%
<b>Come na cantina da escola</b>	<b>Quantidade</b>
Sim	60%
Não	40%

Quadro 3 – Dados sobre os hábitos alimentares dos alunos.

O quadro 4 mostra que nenhum dos alunos possui restrição alimentar devido a religião.

<b>Restrição de algum alimento devido religião</b>	<b>Quantidade</b>
Sim	-
Não	100%

Quadro 4 - Restrição alimentar devido à religião.

A prática de exercícios físicos é comum no cotidiano de todos os alunos (Quadro 5), os exercícios mais praticados são futebol e capoeira, nas aulas de Educação física.

<b>Pratica exercícios</b>	<b>Quantidade</b>
Sim	100%
Não	-

Quadro 5 – Realização de exercícios físicos pelos alunos

Alimento	Frequência				
	Todos os dias	1 x ao dia	1 x na semana	1 x ao mês	Nunca/não gosto
<b>Lácteos</b>					
Leite	60%	40%			
Iogurte			90%		10%
Queijo			60%		40%
Pudim					50%
Chocolate	70%		30%		
<b>Carnes</b>					
Carne Bovina	80%		20%		
Carne Suína	10%		50%	20%	10%
Frango	20%		80%		
Peixe	10%		20%	50%	20%
Frutos do Mar			30%	20%	30%
Calabresa			80%	20%	
Linguiça			60%	40%	
Presunto	20%		50%	30%	
Bacon			40%	20%	30%
<b>Pães e outros</b>					
Pão francês	30%		70%		
Pão Integral	30%		30%		40%
Arroz	100%				
Massas	100%				
Batata frita			100%		
Batata assada ou cozida	30%		50%		
<b>Doces/Bolachas</b>					
Bolo			60%	30%	10%
Brigadeiro	20%		60%	20%	
Bolacha de água e sal			40%		60%
Bolacha recheada	40%		60%		
<b>Salgados</b>					
Pizza			100%		

Coxinha			100%		
Quibe			60%		40%
Enroladinhos			90%		10%
Salgadinhos	50%		50%		
<b>Hortaliças e legumes</b>					
Alface	50%		50%		
Couve			20%		80%
Pepino	20%		20%		60%
Cenoura			50%		50%
Pimentão			20%		80%
<b>Frutas</b>					
Laranja	50%		50%		
Maçã	50%		40%		10%
Abacaxi	50%		50%		
Uva			100%		
Banana	50%		50%		
Morango			100%		
Kiwi	10%		50%		40%
Mamão			60%		40%
Tomate	50%		30%		20%
Pêra	10%		70%	10%	10%
Melão			40%		60%
Melancia	20%		70%		10%
Acerola	10%		70%	10%	10%
Maracujá			30%	40%	30%
<b>Bebidas</b>					
Refrigerante	40%		60%		
Suco	60%		40%		
<b>Etc</b>					
<i>Fast food</i>			80%	20%	

Quadro 6 – Frequência de consumo dos alimentos pelos alunos

Analisando os gráficos e as tabelas, concluímos que através do questionário feito na escola, cerca de 80% dos adolescentes não possui um hábito de alimentação saudável, muitas delas não fazem todas as refeições diárias e pouquíssimas tem o hábito de comer frutas, legumes e verduras diariamente. A maioria come os salgados do colégio, que na maioria das vezes não são saudáveis e comem guloseimas no lugar das refeições. Foi observada também a falta de variedades nas refeições principais, a maioria só come arroz, feijão e carne, e a variedade de salgados na cantina da escola também é baixa, não havendo uma escolha saudável e nenhuma das crianças entrevistadas traz um lanche mais saudável de casa. Uma das poucas práticas saudáveis observada foi a prática de exercícios, todos os entrevistados participam das aulas de Educação física na escola.

Desde sempre, comer não é apenas comer. Comer é continuar com um histórico familiar, é seguir hábitos, costumes, rituais de acordo com a sociedade que se pertence. A sociedade define o que se come, como se produzem os alimentos, os instrumentos utilizados na preparação e até mesmo com quem compartilhamos os alimentos. Não comemos apenas porque precisamos, mas sim porque fomos criados e acostumados a praticar o ato de se alimentar em determinadas horas e com uma determinada frequência. Mesmo com tal costume de se alimentar há várias pessoas com problemas de saúde relacionado a alimentação, principalmente crianças que precisam de uma quantidade adequada de nutrientes para seu desenvolvimento.

Parte dos problemas de saúde e nutrição infantis está relacionada ao padrão de vida da população, incluindo o acesso à alimentação, educação, moradia, assistência à saúde, saneamento básico, transporte, lazer e atividades físicas. Crianças que residem em diferentes condições de urbanização e nível socioeconômico recebem a influência do seu meio. Estudos étnico-raciais norte-americanos em crianças e adolescentes, categorizadas por NSE e nível de urbanização (área urbana e rural), são complexos e têm pouca consistência. Dados recentes do *National Health and Nutrition Examination Survey* (NHANES) mostram associação inversa entre a prevalência de obesidade e o NSE (observado em meninas brancas) e, ao mesmo tempo, alto NSE e obesidade (em meninas afro-americanas). Variações geográficas de obesidade foram relatadas nos estados americanos, acompanhando o nível de urbanização. De acordo com o *National Health Interview Survey* (NHIS), alta prevalência de obesidade foi encontrada nas populações rurais em comparação às urbanas e suburbanas. (MARTINS; RIBEIRO; BARROS FILHO, 2009).

Portanto, pode-se observar a relação que os núcleos de formação biológica, humanística e profissionalizante têm entre si durante todo o processo de formação de hábitos alimentares, de uma criança, que sofre total influencia da cultura do determinado lugar em que vive, dos costumes familiares que veem seguindo uma história alimentar e das condições econômicas da família.

Nossas atitudes em relação à comida são normalmente aprendidas cedo e bem, e

são, em geral, inculcadas por adultos afetivamente poderosos, o que confere ao nosso comportamento um poder sentimental duradouro. Devemos comer todos os dias, durante toda nossa vida, crescemos em lugares específicos, cercados também de pessoas com hábitos e crenças particulares. Portanto, o que aprendemos sobre comida está inserido em um corpo substantivo de materiais culturais historicamente derivados. A comida e o comer assumem, assim, uma posição central no aprendizado social por sua natureza vital e essencial, embora rotineira. O comportamento relativo à comida revela repetidamente a cultura em que cada um está inserido. Nossos filhos são treinados de acordo com isso. O aprendizado que apresenta características como requinte pessoal, destreza manual, cooperação e compartilhamento, restrição e reciprocidade, é atribuído à socialização alimentar das crianças por sociedades diferentes. Os hábitos alimentares podem mudar inteiramente quando crescemos, mas a memória e o peso do primeiro aprendizado alimentar e algumas das formas sociais aprendidas através dele permanecem, talvez para sempre, em nossa consciência. (MINTZ, 2001).

Em determinado momento, cronologicamente variável entre 11 e 13 anos, inicia-se a fase de aceleração do crescimento, seguindo-se a fase de desaceleração até a parada total. O incremento de peso e altura é feito à custa do aumento do esqueleto, da massa muscular, da gordura, dos órgãos, com expansão do volume sanguíneo. O início destes fenômenos, sua amplitude, a duração em cada fase e o término variam muito de indivíduo para indivíduo, ainda que do mesmo sexo, originando necessidades nutricionais diversas. É sabido que o pico das necessidades nutricionais para o ganho de peso antecede em quatro a seis meses o início do estirão puberal em incremento de altura, até coincidir com o período de crescimento máximo. (EISENSTEIN, COELHO, 2004).

Nas últimas duas décadas assistiram a uma difusão sem precedentes de novos alimentos e novos sistemas de distribuição em todo o globo (WATSON, 1997). O *fast food* surgiu em uma época na qual as pessoas estavam começando a não ter tempo para fazerem suas refeições. Eles queriam ganhar tempo e aderiu de vez a essa comida pouco saudável, instalada perto do trabalho e das escolas, pela facilidade e rapidez que as lojas ofereciam. Adultos e principalmente crianças foram “hipnotizados” pela comida, a iluminação feérica, os banheiros limpos, o serviço rápido, a liberdade de escolha e o entretenimento oferecido às crianças. Porém o exagero disso, principalmente das crianças, levou a obesidade de algumas delas. Já que os alimentos servidos são uma delícia, porém não são nenhum pouco saudáveis.

As redes de *fast food* não foram os únicos responsáveis pelo crescimento da obesidade infantil, o sedentarismo também contribuiu, já que os dois tem uma relação tão próxima. Causando em crianças graves consequências, tais como doenças cardiovasculares, diabetes, etc. E isso ocorre porque as crianças chegam em casa, depois da escola ou qualquer outro lugar, e imediatamente se ‘colam’ a televisão ou computador, onde estão continuamente a mastigar guloseimas, tanto antes como depois da refeição, até à hora de deitar.

Com este “regime” sedentário, não é de surpreender que as crianças vão inchando até à adolescência. Outro aspecto infeliz do tipo de vida das crianças é que os adultos já não são capazes de dedicar um pouco do seu tempo para corrigir as rotinas dos filhos. Tanto o pai quanto a mãe estão empregados em tempo integral, no mundo moderno.

## CONCLUSÃO

Os dados evidenciam que na Escola Estadual Francisco A. Ferreira Mendes a alimentação dos entrevistados não é saudável, pois a maioria come salgados e refrigerantes (encontrados na cantina da escola) quase todos os dias.

A escola participa do programa do governo o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que garante a alimentação nutricional das crianças, porém a maior parte não come esse lanche, fazendo suas refeições na cantina e não usufruindo da merenda escolar.

## AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem a Escola Estadual Francisco A. Ferreira Mendes, pelo ótimo acolhimento para a realização da pesquisa.

## REFERÊNCIAS

CARNEIRO, H. **Comida e sociedade: uma história da alimentação**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

EISENSTEIN, E.; COELHO S. C. Nutrindo a saúde dos adolescentes: considerações práticas. **Adolescente Saúde**. 1(1):18-26, 2004.

EISENSTEIN, E. et al. Nutrição na Adolescência. **Jornal de Pediatria** - Vol. 76, Supl.3, 2000.

FLANDRIN, J. F.; MONTANARI, M. (orgs) **História da Alimentação**. 4 ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, **Alimentação Escolar**. Disponível em <http://www.fnede.gov.br/index.php/programas-alimentacao-escolar>. Acesso em 03 de novembro de 2019.

MACIEL, M. E.; Cultura e alimentação ou o que têm a ver os macaquinhos de Koshima com Brillat-Savarin? **Horiz. antropol.** vol.7 no.16 Porto Alegre Dec. 2001

MARTINS, C.; E.; B.; RIBEIRO, R.; R.; BARROS FILHO, A.; A. Estado nutricional de escolares segundo a localização geográfica das escolas em Sorocaba, São Paulo. **Rev. paul. pediatr.** vol.28, n.1, pp. 55-62, 2010.

MINTZ, S. W. Comida e antropologia: uma breve revisão. **Rev. bras. Ci. Soc.** vol.16, n.47, pp. 31-42, 2001.

SARTI, F. M.; CLARO, R. M.; BANDONI, D. H.; Contribuições de estudos sobre demanda de alimentos à formulação de políticas públicas de nutrição. **Cadernos de Saúde Pública**. Vol. 27, n. 4, pp. 639-647, 2011.

STEINBERG, L. **Adolescence**. 3ª ed. New York: MacGraw-Hill, 1993.

WATSON, J. L. (org). **Golden Arches East**. Stanford, Stanford University Press. 1997.

## INTERFACES ENTRE EDUCAÇÃO E POLÍTICA DA JUVENTUDE À MATURIDADE DE SIMÓN RODRÍGUEZ

*Data de aceite: 01/07/2020*

**Brennan Cavalcanti Maciel Modesto**

Universidade Federal de Pernambuco, Centro de  
Filosofia e Ciências Humanas  
Recife – Pernambuco  
<http://lattes.cnpq.br/4397625366896374>

**RESUMO:** Simón Rodríguez é, direta ou indiretamente, influente na história da América Latina, todavia, grande parte das produções existentes sobre sua figura limitam-se a uma alusão à Simón Bolívar. Em diversos países da América Latina há prolongadas discussões sobre suas contribuições na história da educação local, da escola enquanto instituição e da urgência de repensar a formação de professores, tudo isso, ainda na Juventude. Suas contribuições não são menos expressivas na maturidade, período no qual inicia um projeto educacional de dimensões continentais, enquanto Diretor Geral de Ensino Público, aspecto não raramente deixado de lado pelos comentadores. Limitando-o a “mera repetição” de Jean-Jacques Rousseau. No tocante a esta questão: o presente escrito visa, de maneira analítica, a exposição de aspectos centrais das diferentes fases do pensamento rodriguiano bem

como uma investigação sobre o fundamento dos mesmos e uma contraposição com noções básicas da obra educacional do filósofo de Genebra, avaliando assim a validade de afirmar uma originalidade em sua filosofia.

**PALAVRAS-CHAVE:** América Latina; Educação Natural; Educação Popular; Política.

### INTERFACES BETWEEN EDUCATION AND POLITICS FROM YOUTH TO MATURITY OF SIMÓN RODRÍGUEZ

**ABSTRACT:** Simón Rodríguez is, directly or not, influent in the history of Latin America, however, a huge part of the paper produced about him are limited to alude Simón Bolívar. In many countries fo Latin America prolonged discussions occur about Rodriguez’s contributions in histoty of local education, about the school as na institution and the urgenny of rethink teacher training, all these point developed in his youth. His contributions aren’t less expressives in maturity, when he starts a educational project with continental dimensions, as General Director of Public Education, aspect which usually is left aside by the experts. Limiting his theory as repetition of Jean-Jacques Rousseau. Limitating itself to the mere Rousseau’s reptetition. About this point: the present paper intents, in na analytical way,



the exposition of central aspects of all phases of rodriguians philosophy, a investigation about his fundamentals and also a contraposicion between them and basic notions from Rousseau's pedagogic theory, evaluating the possibility of afirm originality in rodriguians philosophy.

**KEYWORDS:** Latin America; Natural Education; Popular Education; Politics.

## 1 | INTRODUÇÃO

Simón Rodriguez é inegavelmente bastante influente história da América, este é o modo como chamava toda a parte compreendida como “sul do mundo” encontrada no continente americano. Seu prestígio é proveniente em grande parte da relação nutrida com Bolívar, mas sobretudo, por suas ideias educacionais e políticas de características muito singulares; a despeito da muito difundida Tese do Emílio que sugere uma influência sem tamanho da obra do filósofo de Genebra sobre Don Simón.

O que se intenciona no primeiro momento é uma avaliação de tais assertivas. Caso não se sustentem, partiremos à exposição de noções centrais do que viria a ser a obra legitimamente rodriguiana, destacada tanto se comparada às inclinações e noções de Bolívar quanto ao pensamento tradicional do iluminismo, sobretudo o as produções em língua francesa, representado aqui pelo filósofo de Genebra, Jean-Jacques Rousseau, com o qual aponta-se ser mais diretamente relacionado, ainda que compreendamos que sua filosofia de modo algum esgote o Iluminismo enquanto movimento ou tendência filosófica, neste momento, não caberia contrapor a figura de Rodríguez à de um segundo pensador ilustrado. visa-se compreender se há alguma dimensão de originalidade em suas reflexões e, em caso afirmativo, quais as consequências diretas de suas teses.

Intencionamos ainda no decorrer presente trabalho analisar o hipótese da existência de um projeto político-educacional esquematizado por Simón Rodríguez e, caso a afirmação se sustente, em que medida este seria diferente das propostas de autores iluministas que supostamente o teriam influenciado, para tanto, será tonificada a figura de Jean-Jacques Rousseau, cujas perspectivas política e educacional são respectivamente tratadas em O Contrato Social e Emílio, obras as quais, fugiria do escopo debruçar-nos de maneira mais detida no momento.

De antemão, pode-se dizer que a pretensão de Rodríguez ao empreender tantas escolas, conforme veremos ao longo do presente texto, era também política, em referência a seu assumido engajamento com uma “independência econômica e social da américa”. Todavia, analisaremos em que medida e a partir de que momento de sua vida, esse engajamento se faz presente – distanciando-nos de interpretações mais tradicionais que o assumem como revolucionário desde o berço.

É sabido que as diversas dimensões da sua obra se voltam a algo que defende ser uma formação humana integral, como nos mostra a história sobre o que fora experienciado na cidade de Chuquisaca, atualmente Sucre, na Bolívia. Para que desse modo, possa-

se clarificar e endossar a tese defendida por Kohan e Durán (2018) em seu Manifesto por uma escola filosófica popular, onde propõem que a concepção de Escola Popular teria sido uma “invenção”, salvando a terminologia do próprio Rodríguez, “genuinamente americana”, cujo mentor e representante mor é ainda o alcunhado Sócrates de Caracas - embora notem também que a aceção do termo mudou com o passar do tempo.

No entanto, para uma compreensão minimamente sistemática da relação entre política e educação, partiremos de aspectos biográficos e aprofundaremos a discussão sobre os dados então expostos, de modo a subsidiar empreendimentos futuros em temáticas afins.

## **2 | JUVENTUDE, EXÍLIO, MATURIDADE E REVOLUÇÃO**

Conforme sugere Kohan (2013), há pelo menos 3 fases na vida do Rodríguez: a juventude, onde compreende-se que fora muito influenciado pelos ideais iluministas; o exilado, momento onde assume o pseudônimo de Samuel Robinson, passa por diversos países e coleciona experiências que mais tarde determinariam sua feitoria educacional e, por fim, a maturidade, momento em que efetiva e põe em prática as noções que desenvolveu ao longo de toda sua trajetória. Durán (2016), por sua vez, tonifica uma disjunção entre momentos conceituais, valendo-se mais fortemente de aspectos histórico-biográficos, enfatiza sobretudo, a Juventude e a Maturidade, momento a partir do qual se faria possível efetivamente dizer que há algo de “original” nas suas produções.

### **2.1 A juventude**

A partir dessas subdivisões, partiremos para uma exposição mais consistente da primeira e última fases da vida filosófica de Rodríguez. Ou seja, partiremos de sua juventude na cidade de Caracas; entre esses dois momentos serão tratadas de algumas de suas experiências no período em que permaneceu exilado e, por fim, caracterizaremos sua figura na maturidade e efetivamente suas proposições.

Tendo em vista compreender a figura da juventude rodriguiana é necessário observar uma série de fatos (situados tanto no plano pessoal quanto no contexto sócio-político da Venezuela), no entanto, não cabe aqui discutir minúcias.

Por exemplo, Ainda que não haja indícios quaisquer de que Rodríguez ainda jovem teria adquirido conhecimento, ao menos instrumental, da língua francesa (ou mesmo de qualquer outro idioma que não o castelhano) para alguns comentadores a mera suposição de que teria sido auxiliar de tradução de alguns volumes das obras de Voltaire teria é mais do que suficiente para que os principais autores da primeira metade do século XX endossem a tese de que desde o início sua relação com Bolívar fora fortemente influenciada pelos ideais presentes no Emílio, obra rousseuniana voltada à educação, todavia, voltaremos à Tese do Emílio posteriormente.

Partiremos de uma tendência mais atual nos estudos rodriguianos, Maximiliano

Durán e Walter Kohan (2018) compreendem que Rodríguez ainda que influenciado pelos estandartes do iluminismo francês, teria também recebido alguma influência do movimento ilustrado de língua espanhola, todavia, essa perspectiva não será abordada no presente trabalho. Ora, ao conceber um pensador qualquer com influências diversas, parece um tanto arbitrário apontar que este tenha seguido *ipsis litteris* qualquer outro dos que figurem entre seus referenciais, sobretudo quando não dispomos de provas materiais para endossar tal tese.

Após cerca de 5 anos lecionando numa escola de Primeiras Letras caraquenha, em 1794, ainda aos seus 25, Simón Rodríguez publica as “Reflexões sobre os defeitos que corrompem a Escola de Primeiras Letras de Caracas e meios de alcançar sua reforma por uma nova instituição”, devido a questões meramente convencionais, esta será referida apenas por “Reflexões”. Este texto que é referenciado comumente enquanto um retrato de sua adesão ao iluminismo.

A partir da sua proximidade com as Luzes, em um bastante claro salto conceitual, desenvolve-se a Tese do Emílio, a inferência inquestionada de uma relação de ‘mestre’ e ‘discípulo’ entre Rodríguez e Bolívar, ainda na infância deste. Jules Mancini e Lozano y Lozano afirmariam em consonância que: “Rodríguez, inspirado no Emílio, colocou Bolívar em contato com a natureza através de extensas caminhadas pelo campo, cavalgadas pela savana y exercícios de natação lago de Valencia” e, respectivamente, ‘el único libro de textos que Bolívar teve durante seus primeiros anos foi “o imenso livro da natureza” (DURÁN, 2016, p. 108), nesse sentido, defende que Rodríguez intencionava aproximar seu pupilo do estado de natureza. Sendo Bolívar, assim, um herdeiro intelectual de don Simón, educado para libertar a América do jugo espanhol.

A despeito de toda uma tradição construída a partir dessas noções, não há indícios para que afirme explicitamente que as relações entre ambos fossem próximas nessa medida ou que tivessem direta influência no futuro da criança em questão. Segundo Durán, os autores que assumem tal posição

“só se apoiam em uma serie de similaridades biográficas entre Rodríguez e Bolívar e as qualidades que devem possuir Emílio e seu preceptor. Baseados nessas similaridades todos eles exibem, sem nenhum tipo de prova, uma quantidade de anedotas que poderiam aplicar-se ao Emílio e concluem que Rodríguez educar a Bolívar segundo os princípios da obra em questão. A partir destas suposições, similaridades e fantasias, a maioria da tradição acadêmica difunde a ideia de que Rodríguez é o mentor das ações que Bolívar levaria à cabo mais dez anos depois na América” (DURÁN, 2016, p. 110-111, Tradução nossa)

Essa tese, por conseguinte, sugere a imagem de um Rodríguez revolucionário desde a juventude, afinal, teria educado alguém com o intuito de libertar a América. Segundo a grande maioria dos autores que defendem a Tese do Emílio, don Simón teria sido um participante na conspiração de Gual e Espanha, no porto de La Guaira. E tomam o ponto como provado quando referenciam a Revolta de La Guaira (datada de março de 1858),

## cujos arquivos sobre a mesma fazem raras referências ao seu nome

“Não só é escassamente possível que Rodríguez tenha participado da Conspiração de Gual e España, mas com base nos dados e documentos encontrados, tampouco existem provas que conduzam a pensar que tenha sido um revolucionário e antimonarquista antes de 1823. Jáuregui Olazábal apresenta uma série de questionamentos de suma importância em relação ao caráter revolucionário de Rodríguez. Para ele, “não haveria explicações para que Rodríguez não tivesse outra participação política de índole revolucionária antes de 1823” ... “Tampouco se compreende, segundo o autor, as razões pelas quais não faz o menor esforço para contactar Bolívar durante as guerras de independência, tendo em vista trabalhar da Europa pela causa americana. (DURÁN, 2016, p. 121, Tradução Nossa).

Podemos notar um afastamento desta tese quando a contrapomos as Reflexões, um texto quase inquestionavelmente imbuído de luzes, don Simón demonstra uma forte preocupação com uma Formação Docente (embora em nenhum momento dê muitos detalhes de quais referenciais tem como base para tal) e a extensão de um grau mínimo de educação para todos os setores da população, porém, limita-se a isto, não tangencia de nenhuma maneira qualquer tipo de transformação ou mudança radical na estrutura ou do modo de organização política de Caracas, quiçá da Venezuela ou, mais ainda, toda América Latina.

Na América espanhola entre fins do século XVIII e o início do XIX, era habitual que muitas crianças fossem alfabetizadas em barbearias ou estabelecimentos comerciais afins, por pessoas que foram alfabetizadas em situações semelhantes – desse modo, processo dito educacional focava-se apenas no letramento e, em determinados casos, algumas das crianças ali presentes herdavam o ofício de seu “professor” Rodríguez, por sua vez, visava o oposto, uma formação adequada a possibilitar (e engajada para tal) que cada cidadão goze de seus direitos civis e políticos com a devida responsabilidade.

A despeito da situação que então se via nas jovens Repúblicas americanas, onde as instituições educacionais mantinham o modelo originário da Colônia, que num primeiro momento tinha um duplo objetivo extremamente bem delimitado: catequizar e impor a língua do colonizador. Todavia, com família real de Bourbon e suas reformas educacionais, um caráter secular passa a ganhar força. A partir deste marco, as escolas passam a ter cada vez mais subdivisões; fossem estas de classe; etnia ou gênero. Uma das subdivisões que mais influem no pensamento de Rodríguez é o Hospício, instituições que de foram concebidas como “espaços de caridade, se transformaram a partir do século XVIII em espaços de formação dos setores mais baixos da sociedade” (DURÁN, 2016, p. 304, tradução nossa)

Neste ponto vem à tona uma distinção bastante importante para a compreensão da filosofia rodriguiana. O caraquenho contrapõe as noções de “instrução” e “educação” ou, em suas próprias palavras, “Instruir não é Educar, nem a Instrução pode ser equivalente à educação, ainda que instruindo se Eduque” (Rodríguez, 2004, p. 41, tradução nossa). Bem, ainda que possam ser análogas, a sua concepção de educação é inerentemente

“libertadora”, propõe alguma noção de autonomia intelectual e posiciona-se diametralmente oposta à toda reprodutibilidade – noção que fundamenta sua crítica ferrenha ao método monitorial desenvolvido Joseph Lancaster.

Não é difícil, portanto, notar que nesse primeiro momento de produção, Rodríguez assume uma posição, de certo modo, análoga à Iluminista, visava propiciar esclarecimento de maneira irrestrita aos cidadãos. No entanto, parece haver um salto na afirmação de seu engajamento ou preocupação com causas revolucionárias a partir de tal posição do autor. Esse tipo de empreendimento precisaria de uma série de indícios para se justificar ainda enquanto mera hipótese. Tonifica Durán (2016) que esta perspectiva só vai aparecer em suas publicações de maturidade.

## **2.2 O exílio: O que houve entre as duas fases do seu pensamento?**

Don Simón, desiludido com os dirigentes do Ensino Público venezuelano e com anseio de vivenciar experiências dignas de um homem livre, como considerava-se, larga o conforto de casa e a segurança de um matrimônio, optando pela partida rumo a uma jornada, iniciada em 1797 que duraria até 1824 cujos meandros nem o mais inventivo dos homens poderia imaginar. Compreende-se que este período tenha sido deveras frutífero e pode-se dizer que praticamente toda construção conceitual da maturidade se não determinada, é ao menos, perpassada pelo que vivenciou durante o período em que se manteve exilado.

Uma possível inspiração para a feitura do conceito de “Invenção”, pedra de toque da filosofia rodriguiana, por exemplo é muito bem exposta por Kohan (2013): ainda no início de sua jornada, Rodríguez chega a Kingston, Jamaica, onde assume o pseudônimo de Samuel Robinson.

Conta Kohan (2013) que Robinson jogava bola com um grupo de crianças crioulas enquanto um juvenzinho apenas observa à espreita. Um lance errado, a bola cai na sacada de uma casa, o jogo é interrompido. A partir daí, todos os esforços se voltam para o resgate do brinquedo. Pular era insuficiente e não haviam escadas disponíveis, logo, a questão parecia sem solução.

Após tantas tentativas frustradas, aquele rapazinho, de nome Thomas intervém sugerindo que se faça uma ‘escada humana’, aglutinando dois objetos sempre presentes na discussão, a escada que tão logo tinha sido rejeitada como opção e os “corpos humanos”, ou seja, todos esses meninos que ali jogavam bola poderiam subir uns nos ombros do outro, até que se atingisse a altura necessária.

Robinson compreende a ideia, mas só a aceita com a condição de que Thomas fosse o último “degrau” daquela escada. Afinal de contas, o rapazinho tinha “inventado” a solução, para guardar o termo de don Simón, pela resolução do problema merecia não só o reconhecimento por seu feito, mas uma participação ativa nesse processo.

Essa experiência reverberaria por toda vida do Sócrates de Caracas. Afinal, de que

modo alguém excluído da situação poderia ser capaz de criar uma solução para ela? Mais diretamente, como um menino negro e pobre foi capaz de solucionar sozinho uma questão que há muito um grupo tentava sem sucesso? Ou numa melhor formulação, de que modo qualquer pessoa excluída de diversos processos educacionais poderia criar soluções para problemas efetivos da realidade? Logo, com base em que argumentos pode-se dizer que há sujeitos dignos e não dignos de receber educação?

É bem verdade que Rodríguez compreende, de maneira análoga ao ideal Iluminista, que toda e qualquer pessoa humana é dotada de racionalidade e, portanto, deve ter acesso a educação. No entanto, nota-se que determinados grupos historicamente são excluídos de alguns processos educativos (sobretudo os formais), recebendo apenas instrução técnica - fazendo referência à distinção traçada pelo próprio Rodríguez quanto as noções de instruir e educar.

A partir desse momento norteia sua proposta escolar, que só formularia, é verdade, depois do regresso à América. Em *Sociedades Americanas* (2016), don Simón diz que deve haver “escola para todos por que todos são cidadãos”. Mas sobre que escola fala? Quais suas bases, quais suas consequências?

A singularidade da figura de Rodríguez está, para Kohan (2013) justamente “em seu chamado a fazer escola e no modo como realiza esse chamado”, isso significa a pretensão de criar (ou inventar) algo que vá além dos limites institucionais: a ideia de “fazer escola” tem quatro acepções possíveis, viajar e formar-se: errância; ensaiar a escola; inventar a educação popular; e a escola da antiescola: iconoclastia e irreverência, as quais serão definidas mais a frente. Muito embora tenhamos as listado, no presente focaremos apenas na “invenção da educação popular”.

### **2.3 A maturidade**

Considera-se enquanto maturidade, o conjunto das obras rodriguianas redigidas após sua volta ao continente americano. O momento da maturidade é aquele em que se consideram Kohan e Durán (2018) enquanto o detentor da obra “propriamente filosófica” de Rodríguez. Toda ela está intimamente ligada ao seu conceito de educação popular e, portanto, aos seus esforços para dirigir o Ensino Público da recém-liberta Grã Colômbia.

Ainda que o Sócrates de Caracas não tivesse delimitado propriamente o conceito de Educação Popular compreende-se que a experiência vivenciada em Chuquisaca fora um retrato prático da mesma, antevendo sua definição. Conceito que só foi trabalhado em 1930 com a publicação de “O Libertador do Meio-Dia da América e seus companheiros de armas, defendidos por um amigo da causa social”, onde acaba esboçando a tese de que a Educação Popular seja condição de possibilidade para que a Revolução se efetive enquanto uma subversão de ordem Política e Social, não meramente econômica, certamente este é um dos aspectos centrais do que podemos considerar como a “filosofia rodriguiana”.

Para tanto, compreende Rodríguez, faz-se urgente uma readequação das práticas e superação de teses fundamentais das revoluções Francesa e Estadunidense (Americana), tendo em vista que nenhuma delas faz qualquer tipo de referência aos processos históricos, de colonização, às dinâmicas e divisões entre as classes sociais ou à perspectiva econômica da América Espanhola. É justamente esse tipo de demanda que legitima a necessidade do advento de uma filosofia com raízes latinas e, portanto, neste momento, engajada com o ideal e os processos revolucionário ligados à passagem do estatuto de colônia ao de República. Este aspecto, atesta Durán (2016), é o que possibilita a ‘inovação radical’ presente em suas obras da maturidade de Simón Rodríguez, e apenas aqui, poder-se-ia dizer que há um caráter revolucionário em sua obra, na sua preocupação com a educação popular propriamente dita.

O caráter de ineditismo da filosofia rodriguiana, portanto, advém como reflexo das demandas americanas (saliento que entende-se por “américa” tudo as partes central e sul do atual continente americano), que diferiam radicalmente das encontradas nas potências políticas, econômicas e ‘civilizatórias’ do período. É interessante notar que o projeto educacional e as inclinações políticas de Rodríguez parecem andar juntos, ao menos, desde o momento em que pisa de volta na América.

### **3 | É REALMENTE POSSÍVEL APROXIMAR ROUSSEAU E RODRÍGUEZ?**

As noções de Educação de Rousseau se baseavam numa distinção entre duas fases da vida a Infância e a Maturidade, ambas são recheadas de subdivisões, no entanto nos ateremos apenas às subdivisões da primeira, abordando algumas destas mais à frente. É bem verdade que até então a “infância” ainda não existia conceitualmente de maneira muito rígida, as crianças eram em última instância, miniaturas de adultos, carregando, portanto, fardos, responsabilidades e punições de mesma natureza, que variavam apenas de acordo com essa proporção, este é sem dúvida um grande passo dado pelo filósofo de Genebra.

O genebrino diz que a diferença básica entre estas fases, Infância e Maturidade, é que uma delas ainda não passou por um processo educativo e a outra já o fez. Restaria, contudo, averiguar se a educação recebida foi propícia à manutenção de sua natureza, permitindo-me aqui o simplismo, “boa”, como expõe em cada uma das lições dadas ao Emílio ou, caso contrário, se propiciaria a corrupção dos indivíduos.

Uma de suas teses centrais é de que a educação deve dar-se em contato com a natureza, já figurando uma crítica (ou talvez uma proposta de superação) ao modelo então vigente, demasiadamente técnico e enrijecido, razões pelas quais se dariam a corrupção e agrilhoamento dos indivíduos. Ora, se estes nascem bons, nada mais natural que preservar sua bondade valendo-se do que lhes é mais instintivo, desenvolvendo os

talentos naturais de cada homem; fatores estes que se farão presentes durante todo o processo de formação, de modo apenas a educar esses instintos, e não os reprimir.

É bem verdade que todo o empreendimento filosófico de Rousseau é voltado à um projeto político, remonta por muitas à noções demonstradas, talvez de maneira não satisfatória, no Contrato Social, sobre as quais, infelizmente, não caberia discutir, visto que é uma questão deixada em aberto por inúmeros exegetas devido sua amplitude e complexidade.

Rousseau expressa inúmeras vezes a dificuldade de propor algo novo, tanto no campo da política quanto no da educação. Isto porque os homens estão por demais presos aos seus costumes, aos preconceitos – pois estes, tal qual feridas abertas, sequer suportam o toque. Por isso, o filósofo é frequentemente acusado de evitar ou negligenciar questões como: de que modo se daria a transição de um Estado ilegítimo para um Estado legítimo? Ou ainda esta segunda: como promover uma educação baseada nos paradigmas de Emílio, sem reunir as mesmas condições para tanto, tal como um preceptor exclusivamente dedicado à formação do aluno? (FRANCISCO; CALÇA, 2019, P.109)

O fato sobre Rousseau é que toda teoria da educação que propõe imbrica num projeto de humanização subjacente ao político, que visa a legitimação do estado conforme proposto em seu Contrato Social

... ideal político impregnado de Rousseau e de fato diretamente influenciado por Rousseau, no qual a educação tornou-se um instrumento da política, e a própria política foi concebida como uma forma de educação (ARENDRT *apud* PAIVA, 2007, p. 225).

Esse aspecto da obra que atenta especificamente para a valorização das potencialidades naturais de cada um e seu desenvolvimento sem incorrer no risco de coisifica-las. Logo, pode-se dizer, que o intuito do filósofo de Genebra é, antes de tudo, formar cidadãos. Nesse aspecto, o que o tratado rousseauiano almeja é a formação do homem: “saindo de minhas mãos, ele não será, concordo, nem magistrado, nem soldado, nem padre, será primeiramente um homem” (ROUSSEAU *apud* PAIVA, 2007, p225)

Para a compreensão do “homem” vislumbrado pelo filósofo de Genebra faz-se necessário atentar para a existência de uma distinção entre dois tipos de homens em sua obra, o Natural, primitivo, pré-social é aquele que figura a narrativa que explicita o modo de organização social pré-pacto ou aquele que se insere em comunidades em ‘estágio avançado de civilidade’; e o Civil, subdividido entre Burguês e Cidadão, o primeiro seria o “usurpador da propriedade” tratado em minúcias no Segundo Discurso, marcado pela noção de “amor próprio” e o seguinte, um ser coletivo, ou “unidade fracionária do contrato social”, de maneira avessa, dotado do “amor de si”, personificado pelo próprio Emílio, depois de passar por todo o processo de formação, que ocorre concomitantemente enquanto ‘homem’ e ‘cidadão’. Compreende-se, portanto, que

“O homem total é a soma da dimensão natural e da dimensão civil ou ainda dos dois ideais rousseauianos numa só pessoa. É assim, como o Emílio, bem preparado para viver no mundo moderno serve de protótipo do cidadão de uma possível cidade nos moldes do Contrato Social.” (PAIVA, 2007)



O processo educacional para Rousseau deve ser capaz não só de criar um sujeito que tenha a compaixão como sentimento básico e capaz de impedir que o amor de si se corrompa em amor próprio, mas que este seja um misto de interatividade, metodologias pouco ortodoxas e um inevitável contato com o campo, que segundo ele, é mais propício ao desenvolvimento de noções de liberdade e virtude. Nota-se que nessa perspectiva, noções morais e educacionais alicerçam-se entre si.

Voltando agora aos aspectos mais estruturais do romance, pode-se dizer que Rousseau em seu *Emílio* (ou *Da Educação*) sugere ainda que a formação do homem; é mister salientar que o uso do termo “homem” deve-se a distinção feita entre os gêneros pelo autor; deva ser subdividida em períodos ou idades, serão abordados aqui apenas as duas primeiras, a chamada Idade da Natureza, subdividida em duas partes, uma restrita aos bebês até dois anos e outra que vai dos 2 aos 12 e A Idade da Força, dos 12 aos 15 anos.

No primeiro momento, trata-se sobretudo da relação entre *Emílio* e seus genitores, sendo sua mãe ‘a verdadeira ama’ e seu pai, ‘o verdadeiro preceptor’, ademais, não ignora o fato de que ainda antes de adquirir a linguagem padrão, a criança já é dotada de razão, logo, aprende (ou se instrui) de maneiras “não convencionais”. Reflexões deste tipo costumam deveras frutífera e poderia estender-se por diversas páginas, no entanto, não cabe no escopo da pesquisa aqui empreendida, afinal, Simón Rodríguez foca na educação escolar, portanto, pouco fala sobre essa “primeira infância”.

No momento seguinte, é onde se insere a educação da sensibilidade, a moral, a intelectual, do corpo e sensorial. Dois dessas subdivisões serão tonificadas: a educação moral centra-se na instrução de acordo com exemplificação de Máximas Morais, a saber, sobre propriedade, verdade e caridade. A educação intelectual por sua vez foca nas críticas das palavras, da história e das fábulas de La Fontaine, célebre escritor do século XVII; contudo, enfatiza que ainda não há contato direto com livros nessa fase, é antes preciso educar o corpo e os cinco sentidos.

Chega-se, por fim, à Idade da força, onde a educação intelectual é elevada à construção de máquinas, ainda que um tanto rudimentares, com o intuito de valorizar a experiência em detrimento do discurso; ressalta ainda a importância de valorizar o princípio da utilidade e a leitura centrada da obra magna de Daniel Defoe, *Robinson Crusoé*. A educação moral e social, onde tem-se noções de organização hierárquica entre toda sorte de ofícios e o modo como essa estrutura se relaciona com a sociedade; nesses termos, *Emílio*, junto a seu preceptor optam pela marcenaria, dada a necessidade de escolher um ofício manual para dominar. A tese central nesse ponto é: mesmo que *Emílio* possua conhecimento sobre poucas coisas, os que ele possui, indubitavelmente estão sobre seu domínio.

Em contrapartida, Rousseau traça uma distinção entre a educação dos meninos e das meninas, como figurado por *Emílio* e *Sofia*, o primeiro deve receber, de maneira

gradual, como já esboçado, instrução científica e ser educado pelos preceitos da razão, e de maneira quase irônica, a segunda parte deve manter-se afastada dela, recebendo educação moral, religiosa sentimental e, juntamente à estética, alguma educação intelectual, sobre a qual não nos demoraremos.

Por sua vez, Rodríguez, contrariamente ao genebrino, não tece grandes comentários sobre a formação “pré-escolar”, ainda que parta de maneira muito clara da distinção proposta pelo genebrino entre a Infância e a idade adulta. Seu foco é repensar o sistema de ensino, num primeiro momento, deferindo críticas ao *modus operandi* do mesmo, sugerindo uma série de medidas que propiciariam melhorias. Os pontos centrais dessa fase do seu pensamento, marcada pela publicação das Reflexões, não se resumem à preocupação com a formação dos “professores”, como também, a remuneração dos mesmos e o ambiente onde ocorria o letramento e instrução das crianças - salientamos que o texto é marcado pela presença bastante forte do ideal iluminista: “no caso da América Latina, não poucos intelectuais refletem estas ideias da metrópole. O primeiro escrito de Simón Rodríguez é um exemplo do que dissemos” (DURÁN, 2016, p. 303, tradução nossa).

#### 4 | RODRÍGUEZ COMO MESTRE DE PENSAR

Don Simón, conforme visto, após as experiências ao longo de seu exílio, chega a um novo momento em suas produções, se outrora apenas buscava reformar as instituições, agora via a necessidade de ser incisivo, propositivo e, portanto, original. Passa a empreender, por meio de escolas que estavam diametralmente opostas à ortodoxia, um projeto Político-educacional sem precedentes. Este, como vimos, não foi desdobramento direto das reflexões presentes no Emílio nem um braço Pedagógico da política Bolivariana

A legítima preocupação de Rodríguez com um projeto de sociedade original, que não repetisse as grandes potências coloniais e que olhasse para sua história a partir de uma perspectiva própria, logo, uma sociedade “genuinamente americana”. Para tanto, estende a noção de escola a um paradigma jamais visto no velho continente. A escola era para todos, visto que todos são cidadãos; em vista à criação e manutenção de uma identidade nacional latino-americana, era partidário de um ensino bilíngue, crianças aprenderiam Quéchuá e Castelhana; propunha ainda o ensino de ofícios, de modo a garantir subsistência à toda população além de ser voraz da metodologia reprodutivista e “repetidora”, como costumava se referir de Lancaster, a qual Bolívar abertamente demonstrava apreço.

Sua concepção de escola remete a noção grega de *Scholé*, não mais como escola do tempo livre; mas escola da subversão do tempo produtivo. Suas medidas não raro causavam desagrado das elites *Criollas*, o que resultou no estrangulamento e inviabilidade do prosseguimento de seu projeto. Sob um certo prisma podemos afirmar que sem dúvidas Rodríguez tem mais a contribuir no que tange a Educação Pública que tantos e tantos

autores ilustres que em nenhum momento tocam a realidade afetiva desta parte do mundo e imensuráveis contribuições para a Educação Popular; ao menos no que diz respeito à uma perspectiva pretensamente decolonial. Conforme sugere Kohan (2013) “não se pode medir o êxito ou fracasso de uma ideia por seu sucesso institucional”, Rodríguez permanece vivo como ideal e como referência para uma educação americana.

## REFERÊNCIAS

DURÁN, Maximiliano Lionel; KOHAN, Walter Omar. **Manifesto Por uma Escola Filosófica Popular**. Rio de Janeiro: Nefi Edições, 2018.

DURÁN, Maximiliano Lionel. **Simón Rodríguez: Uma filosofia de la radical novedad**. Caracas: Ediciones del Solar, 2016.

FRANCISCO, Maria de Fátima Simões; CALÇA, Robson Pereira. Do Contrato Social ao Emílio - Política e Educação em Rousseau. **International Studies On Law And Education**, Porto, v. 32, n. 31, p.107-114, ago. 2019.

KOHAN, Walter Omar. **O mestre inventor: relatos de um viajante educador**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

PAIVA, Wilson Alves de. A formação do homem no Emílio de Rousseau. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 2, n. 33, p.323-333, ago. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v33n2/a10v33n2.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2020.

RODRÍGUEZ, Simón. **Inventamos ou erramos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

## O PAPEL DA CEAGESP NA COMERCIALIZAÇÃO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS NA REGIÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE

Data de aceite: 01/07/2020

Data de submissão: 25/03/2020

### Larissa Oliveira Dionisio

Mestranda em Geografia - Bolsista FAPESP

Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Faculdade de Ciências e Tecnologias

Presidente Prudente

<http://lattes.cnpq.br/5961517900238015>

### Antonio Nivaldo Hespanhol

Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Faculdade de Ciências e Tecnologias

Presidente Prudente

<http://lattes.cnpq.br/6472166033420989>

**RESUMO:** A Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP) foi criada em 1969, tendo como principal função armazenar grãos e comercializar produtos hortifrutigranjeiros. A CEAGESP detém a maior rede pública de armazéns do Estado de São Paulo e um complexo de 13 unidades atacadistas, sendo uma empresa de economia mista vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). A pesquisa tem como objetivo principal analisar a atuação da unidade da CEAGESP de Presidente Prudente como ponto de convergência de

produtos hortifrutigranjeiros, com base na atuação de empresas e agentes vinculados aos circuitos superior e inferior da economia urbana. As análises foram empreendidas tendo como base os pressupostos da teoria dos dois circuitos da economia urbana desenvolvida por Santos (1976; 1979), associada à noção de circuitos espaciais de produção, desenvolvida pelo mesmo autor no ano de 1986.

**PALAVRAS-CHAVE:** CEAGESP, circuitos espaciais de produção, hortifrutigranjeiros, comercialização.

### THE ROLE OF CEAGESP IN THE COMMERCIALIZATION OF HORTICULTURE IN THE PRESIDENTE PRUDENTE REGION

**ABSTRACT:** The Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP) was created in 1969, with the main function of storing grains and selling horticultural products. CEAGESP owns the largest public network of warehouses in the State of São Paulo and a complex of 13 wholesale units, being a mixed economy company linked to the Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA). The main objective of the research is to analyze the performance of the CEAGESP unit in Presidente Prudente as a point of convergence

of horticultural products, based on the performance of companies and agents linked to the upper and lower circuits of the urban economy. The analyzes were undertaken based on the assumptions of the theory of the two circuits of urban economy developed by Santos (1976; 1979), associated with the notion of spatial circuits of production, developed by the same author in 1986.

**KEYWORDS:** CEAGESP, spatial circuits of production, horticulture, commercialization.

## 1 | INTRODUÇÃO

A CEAGESP surgiu de uma fusão entre duas empresas, a Central Estadual de Abastecimento (CEASA) e a Companhia de Armazéns Gerais do Estado de São Paulo (CAGESP), em 1969, ambas estatais e paulistas que tinham como principais funções o armazenamento de grãos e a comercialização de produtos hortifrutigranjeiros.

Verificou-se que não há estudos sobre a unidade da CEAGESP do município de Presidente Prudente, em razão disso foram consultados trabalhos sobre a CEAGESP de outros municípios ou com a temática dos circuitos espaciais de produção e dos dois circuitos da economia urbana.

Para o desenvolvimento da pesquisa foram realizados os seguintes procedimentos metodológicos: Levantamento bibliográfico sobre a história das centrais de abastecimento, os circuitos espaciais de produção e dos circuitos superior e inferior da economia urbana. Coleta de dados e informações de fonte secundária referentes à produção de hortifrutigranjeiros na Região de Presidente Prudente. Levantamento de dados estatísticos referentes à produção hortifrutigranjeira na Região de Presidente Prudente, em publicações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), bem como de dados e informações constantes em documentos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); da Associação Brasileira de Companhias Armazenadoras Oficiais (ABCAO); da Associação Brasileira de Centrais de Abastecimento (ABRACEN) e da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), além da própria CEAGESP.

Realização de entrevistas com feirantes e com dirigentes de empresas que compram da CEAGESP. Foram selecionados dois hipermercados, dois supermercados e dois pequenos mercados, situados em bairros de Presidente Prudente. Todas as entrevistas foram realizadas com a utilização de roteiros previamente elaborados.

## 2 | AS CENTRAIS DE ABASTECIMENTO E A COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS DO ESTADO DE SÃO PAULO (CEAGESP)

Diferentemente do PRONAF “que foi um marco nas políticas públicas brasileiras” (FREDO; OTANI, 2015, p. 9), resultantes da mobilização de trabalhadores rurais que lidavam com a dificuldade em se inserir no mercado agropecuário, as centrais de

abastecimento surgiram de uma iniciativa governamental.

A crise de abastecimento no início dos anos 1960 e a má distribuição dos alimentos estimularam a criação das centrais de abastecimento, segundo Queiroz (2014), a idealização surgiu através do Grupo Executivo de Modernização do Abastecimento, no ano de 1968.

As dificuldades na constituição dos preços e na distribuição dos produtos fizeram com que o Governo Federal criasse centrais de abastecimento, o que levou a ampliação da demanda por produtos hortifrutigranjeiros.

As primeiras CEASAs foram criadas entre os anos de 1972 e 1974, os quais eram regidos pelo I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND). Entre os anos de 1975 a 1979, durante o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) foram criadas outras 19 unidades das CEASAS. Na década de oitenta, a fase de implantação de unidades das CEASA estava quase finalizada, sendo aprimorado o sistema operacional e o incentivo do mercado interno e externo. No entanto, isto não impediu a descentralização, bem como implementação de unidade das CEASAS no interior.

Carvalho e Pinheiro (2010) ressaltam que as centrais de abastecimentos foram baseadas em experiências europeias, especialmente francesas e espanholas. Queiroz (2014) considera que as centrais de abastecimento atuam como instituições compostas de um conjunto de intermediários, por se tratarem de firmas atacadistas e de atravessadores hortifrutigranjeiros.

Segundo Hespanhol (2013) políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) visam facilitar o acesso à alimentação, mostram-se mais vantajosos porque a figura do intermediário não se faz presente no momento da comercialização.

Como salientam Anjos e Becker (2014), os produtores familiares, até a década de 1970, tinham acesso a mercados locais através da venda da produção às feiras regionais ou atravessadores.

Apesar da presença dos atravessadores ser muito forte, as centrais de abastecimento possibilitaram a maior integração de pequenos produtores rurais ao mercado, podendo comercializar seus produtos diretamente, pois “a criação de um posto de comercialização direto para o produtor rural constitui em um benefício para o mesmo, uma vez que elimina a figura do atravessador no processo de comercialização” (GOMES; ANTONIALLI; COSTA, 2005, p. 3).

Segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), os agricultores que mais acessam as Ceasas são, em sua maioria, de pequeno porte ou em sistema familiar, sendo as CEASAS uma importante plataforma logística de comercialização. Contudo, a atuação dos atravessadores ganhou importância ao longo do tempo, pois, no passado, a figura do intermediário estava ligada apenas à exportação, mas, atualmente, o seu papel é o de fornecer e transportar alimentos. A impossibilidade de o produtor vender diretamente os seus produtos ao consumidor decorre de dificuldades econômicas

e logísticas. Mesmo assim, as centrais de abastecimento são positivas aos pequenos produtores, pois agilizam o escoamento da produção, embora haja grandes barreiras para a atuação direta dos produtores rurais na comercialização dos seus produtos, em decorrência da pequena escala, da falta de padronização e da sazonalidade da produção, dentre outras limitações.

Segundo Arroyo (2012), São Paulo teve importante papel na divisão territorial do trabalho, à medida que concentrou altos investimentos públicos e privados promovendo a expansão das atividades econômicas. Ao passo que “Concomitantemente, aceleraram a construção de sistemas de engenharia que lhe servem como base material. De todo modo, diferenciações territoriais configuram-se no interior do estado, e se manifestam também na esfera das trocas comerciais.” (ARROYO, 2012, p. 18).

A CEAGESP surgiu de uma fusão entre duas empresas, a Central Estadual de Abastecimento (CEASA) e a Companhia de Armazéns Gerais do Estado de São Paulo (CAGESP), em 1969, ambas estatais e paulistas que tinham como principais funções o armazenamento de grãos e a comercialização de produtos hortifrutigranjeiros.

Conforme Cunha e Campos (2008) houve a renegociação das dívidas dos Estados Brasileiros com a União no final dos anos 1990, o que culminou na federalização de duas das maiores empresas atacadistas “que representam conjuntamente mais de 60% do comércio atacadistas nacional de FLV<sup>1</sup>, a CEAGESP (SP) e a Ceasaminas (MG)” (CUNHA; CAMPOS, 2008, p. 10), com o intuito de privatizá-las.

Em 1997 a CEAGESP foi incorporada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), sendo federalizada, deu-se também o vínculo com Programa Nacional de Desestatização (PND), com o intuito de privatizá-la. No entanto, com o decreto presidencial 8.417/ 2015, em março de 2015, a CEAGESP retirou-se do PND, abrindo a possibilidade para o acesso a linha de crédito para investimento e parcerias públicas e privadas, compreendendo que a Companhia era uma empresa pública, ao passo que ratificou a presença do poder público na elaboração de políticas específicas para o setor de abastecimento.

A CEAGESP detém a maior rede pública de armazéns do Estado de São Paulo e 13 unidades de entrepostos atacadistas localizadas nos municípios de Araçatuba, Araraquara, Bauru, Franca, Guaratinguetá, Marília, Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, São José dos Campos, São Paulo e Sorocaba.

---

<sup>1</sup> “FVL – Frutas, legumes e verduras, utilizado como sinônimo de produtos hortigranjeiros.” (CUNHA; CAMPOS, 2008, p. 9).

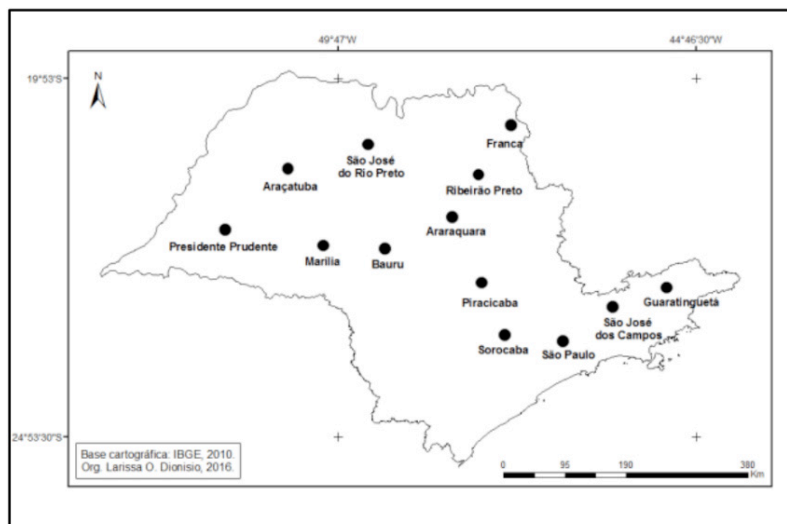


Figura 1 – Localização dos entrepostos da CEAGESP no estado de São Paulo.

Fonte: Larissa O. Dionísio (2015).

Lorenzani e Silva (2004) *apud* Firetti *et al* (2011) ressaltam que a maior parte dos produtos hortícolas tem sido comercializada por intermédio das centrais de abastecimento, sendo as suas unidades responsáveis pelo abastecimento de supermercados, hotéis, cozinhas industriais e penitenciárias, com produtos cultivados em hortas, pomares e demais empreendimentos agrícolas, além de oferecerem estabilidade na quantidade comercializada, como ressaltam Bengozi *et al* (2007).

No caso das centrais de abastecimento, algumas das etapas da produção estão espacialmente dispersas, possibilitando contactar os centros de comando da produção, isto é, o comando dos circuitos está situado em poucos lugares. Como evidencia Silva (2013), a especialização produtiva dos lugares será explicitada através da divisão territorial do trabalho, na medida em que há um acréscimo no valor no interior dos próprios circuitos espaciais de produção.

Belik e Cunha (2015) afirmam que as centrais de abastecimento foram originalmente baseadas na comercialização direta de produtos hortifrutigranjeiros. A CEAGESP possuía como missão possibilitar a comercialização direta de produtos agrícolas pelos produtores rurais, entretanto, em algumas localidades como em “São Paulo e Rio de Janeiro a maioria da comercialização é feita por atravessadores” (MAZON, 2010, *apud* VEDANA, 2012, p. 2).

No que concerne aos produtos hortifrutigranjeiros, as centrais de abastecimento interagem com os circuitos superior e inferior da economia urbana, pois nelas atuam empresas atacadistas e transportadoras que, segundo Santos (2008), fazem a articulação dos dois circuitos.

Verifica-se na tabela 1 que o maior volume médio de comercialização anual é realizado na unidade da CEAGESP em São Paulo, com 3,4 milhões de toneladas por ano, seguido de Ribeirão Preto, com 238,7 mil toneladas e Sorocaba com 120,5 mil toneladas anuais.



Em oposição o menor volume médio é comercializado nas unidades de Franca com 12,9 mil toneladas anuais, seguida de Marília com 14,4 mil toneladas anuais. Vale ressaltar, no entanto, que a unidade da CEAGESP de Guaratinguetá não foi computada, porque esses valores se referem à comercialização de frutas, legumes, verduras, pescados e diversos (alho, batata, coco seco, ovos e cebola) e na unidade de Guaratinguetá é realizada apenas a comercialização de flores.

Municípios	Volume médio de comercialização (1.000t./mês)	Volume Anual (Em mil Ton.)
Araçatuba	1,8	22,1
Araraquara	3,9	47,2
Bauru	6,8	81,8
Franca	1,0	12,9
Marília	1,2	14,4
Piracicaba	3,9	47,3
Presidente Prudente	5,0	61
Ribeirão Preto	19,9	238,7
São José do Rio Preto	8,0	96,7
São José dos Campos	8,9	107,5
São Paulo (ETSP)	283	3.400
Sorocaba	10	120,5

Tabela 1 – Comercialização das unidades da CEAGESP, por município.

Fonte: CEAGESP (2015).

Destaca-se a unidade de São Paulo, com 80,1% do volume total comercializado pela rede CEAGESP, seguido de Ribeirão Preto (5,6%), Sorocaba (2,8%), São José do Rio Preto (2,3%), Bauru (1,9%), Presidente Prudente (1,4%), Piracicaba (1,1%), seguido de Araraquara(1,1%), por fim Araçatuba (05%), Marília (0,3%) e Franca (0,3%).

Carvalho e Pinheiro (2010) ressaltam que nas centrais de abastecimento ocorre o manuseio, movimentação e armazenagem de produtos hortifrutigranjeiros, por haver grande fluxo de veículos, as centrais devem ser tratadas como componente operacional do sistema de transporte.

Com o desenvolvimento e a modernização dos transportes houve a redução do tempo necessário para transportar pessoas e mercadorias, bem como a redução dos custos. Esses fatores influenciam diretamente na produção, posto que uma área não precisa produzir tudo para sua subsistência, permitindo “rápidos ajustes de localização da produção, consumo” (HARVEY, 2004, p. 91).

A CEAGESP, como instituição, tem suas normas e comercializa não somente produtos hortifrutigranjeiros, mas também outros produtos, tais como flores e pescados. Firetti *et al.* (2011) ressaltam que está havendo mudanças na forma de comercializar,

pois os pequenos produtores não conseguem acompanhar as demandas do mercado. Tartaglia (1996) destaca que, mesmo com as inovações tecnológicas, as demandas não são supridas, havendo a progressiva exclusão dos agricultores familiares da CEAGESP.

### **3 | A CEAGESP DE PRESIDENTE PRUDENTE E OS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA**

Santos (2008) assinala que os países periféricos tiveram um desenvolvimento próprio que não pode ser correlacionado aos modelos de urbanização dos países centrais. A partir de tal premissa, o autor elabora a teoria dos dois circuitos da economia urbana: os circuitos superior e inferior.

De acordo com Santos (2008), o circuito superior é formado por bancos, serviços atacadistas e transportadoras, atividades ligadas a recursos lógicos no que concerne a utilização tecnológica, isto é, “Atividades muitas vezes ligadas a comandos e demandas externos e que possuem uma racionalidade instrumental no uso de tecnologias e sua organização” (COELHO; PEREIRA, 2011, p. 165).

Assim, o circuito superior, o circuito dito moderno, é um resultado direto da modernização tecnológica, com atividades em que predominam as relações externas ao lugar, à região, ao território, monopolizando e oligopolizando essas diferentes escalas do mercado, sendo um circuito formado pelo agronegócio, pelas grandes empresas mineradoras, pelas grandes indústrias, pelas grandes firmas da construção civil, pelas transportadoras logísticas, e pelo novo terciário, formado pelos comércios modernos e os serviços de média e alta complexidade (QUEIROZ, 2014, p. 109).

Já o circuito inferior é composto por atividades mais simples, tais como “[...] atividades de fabricação tradicionais, como artesanato, assim como os transportes tradicionais e a prestação de serviços” (SANTOS, 2008, p. 24). Atividades consolidadas em um único espaço visando aprovisionar uma pequena população, “configurando uma divisão do trabalho que é operado pelo próprio lugar” (COELHO; PEREIRA, 2011, p. 165).

Queiroz (2014, p. 109) salienta que

O circuito inferior, denominado vulgarmente de “tradicional”, é um resultado indireto da modernização tecnológica, com atividades em que predominam as relações internas ao lugar, à região, e ao território, de pequenas dimensões e voltadas aos interesses da população, em especial ao dos mais pobres, como a agricultura urbana familiar, as pequenas facções industriais, a produção artesanal, e o terciário “tradicional”, como as feiras livres, os mercados públicos, os camelôs, os ambulantes, o barbeiro, o alfaiate, os entregadores ou fretistas de mercadorias etc.

As atividades do circuito superior são classificadas como “puras”, “impuras” e “mistas”. As atividades que possuem vínculo com os dois circuitos da economia urbana são consideradas mistas, como são os casos das empresas atacadistas e transportadoras.

A compreensão dos dois circuitos da economia urbana permitirá “indicar caminhos analíticos sobre o funcionamento das cidades, especialmente apontando para as atividades que são criadas visando a geração de trabalho” (CATAIA, 2013, p. 64). De

acordo com o mesmo autor, os dois circuitos da economia urbana se distinguem pelo uso do capital, organização das atividades e utilização de tecnologia. No entanto, os dois circuitos possuem uma relação de complementaridade e até mesmo de concorrência, sendo parte de um mesmo sistema econômico.

No que concerne aos produtos hortifrutigranjeiros, as centrais de abastecimento interagem com os circuitos superior e inferior da economia urbana, pois nelas atuam empresas atacadistas e transportadoras que, segundo Santos (2008), fazem a articulação dos dois circuitos.

Conforme Silva (2013), a totalidade da economia urbana e tanto o circuito superior quanto o inferior se subordinam às leis gerais do funcionamento capitalista, ao passo que o surgimento dessa dinâmica urbana capitalista se deu através do incremento tecnológico.

Segundo Locatel e Hespanhol (2009), ainda que se façam necessários o aprimoramento e a disseminação de técnicas, as ligações intersetoriais associadas ao nível tecnológico retratadas pelo sistema agrícola moderno situam as atividades agrárias próximas da dinâmica urbana, através de suas características produtivas.

As centrais de abastecimento contribuíram para ampliar as relações cidade-campo, posto que a cidade exerce influência direta sobre as atividades agrícolas. Santos (2001) ressalta a imprescindibilidade da cidade no comando técnico e faz alusão ao que ele denomina de “urbano-residente”, que são as pessoas que trabalham no campo em atividades agrícolas, mas residem na cidade, o que também as torna urbanas.

De acordo com Santos (2008), o circuito inferior é recorrentemente denominado de terciário na literatura relacionada com a urbanização de países subdesenvolvidos, o circuito inferior compreende atividades de serviços mais simples, como transportadores e atividades domésticas, bem como atividade como artesanato e as formas pré-modernas de fabricação.

Em Presidente Prudente é possível considerar as feiras livres e os pequenos mercados de bairros como atividades do circuito inferior.

A Feira livre da Avenida Manoel Goulart é a principal da cidade e é realizada a mais de 60 anos. Nela foram realizadas entrevistas com dez feirantes, dentre os quais apenas dois são proprietários rurais. A maioria dos feirantes comercializa na feira da Manoel Goulart e em outras feiras da cidade, apenas uma das feirantes entrevistadas fornece seus produtos a restaurantes e mercados.

Dentre os 10 feirantes entrevistados, oito compravam todos os seus produtos da CEAGESP de Presidente Prudente, dois compravam apenas parte da produção da CEAGESP. Apenas um feirante entrevistado produzia para comercializar, enquanto o outro produzia para subsistência e eventualmente comercializa, preferindo comprar da CEAGESP.

Santos (2008) salienta que os supermercados e as grandes lojas são um fenômeno em expansão nos países subdesenvolvidos, pois criam tornam a oferta de produtos mais numerosa e diversificada.

Para a pesquisa de campo foram escolhidas seis empresas que compram produtos da CEAGESP, sendo elas: dois hipermercados, dois supermercados e dois pequenos mercados.

Como mostrado no gráfico 1, elaborado com dados obtidos por meio da pesquisa de campo, os mercados menores são mais dependentes da CEAGESP de Presidente Prudente, à medida que se abastecem totalmente com produtos hortifrutigranjeiros da central de abastecimento, já os dois supermercados pesquisados compram respectivamente 85% e 8%, sendo que o gerente do Supermercado Econômico, mencionou que compra a maioria dos produtos hortifrutigranjeiros diretamente de agricultores.

No que refere aos hipermercados, a dependência é mínima, sendo que o Carrefour adquire apenas cerca de 3% dos produtos hortifrutigranjeiros que comercializa da CEAGESP de Presidente Prudente e o Muffato Max, cerca de 6%. Segundo os entrevistados dos dois hipermercados, a maior parte dos produtos hortifrutigranjeiros comercializados é adquirida pelas respectivas matrizes destas empresas.

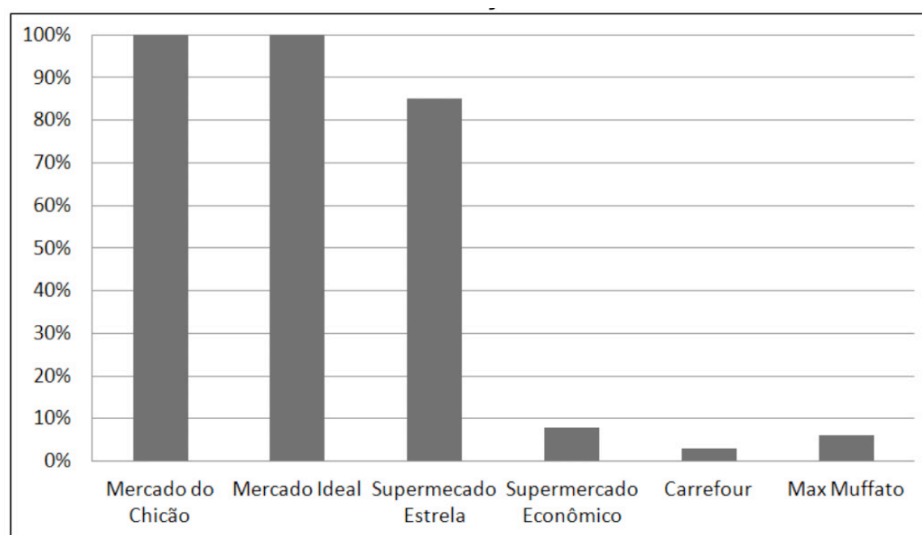


Gráfico 1 – Percentual dos produtos hortifrutigranjeiros fornecidos pela CEAGESP a instituições

Fonte: Pesquisa de Campo, 2016.

Os produtos que não são fornecidos pela CEAGESP de Presidente Prudente são fornecidos por outras empresas, o funcionário do Muffato Max não divulgou o nome da empresa, já do Carrefour o funcionário deixou claro que os produtos hortifrutícolas eram oriundos da matriz do Carrefour em São Paulo.

#### 4 | A CEAGESP E O CIRCUITO ESPACIAL DE PRODUÇÃO

A especialização produtiva proporcionou circuitos espaciais variados com graus diferentes de produção, as mais modernas são captadas “quase sempre para os mercados elitizados das regiões metropolitanas e ao mercado internacional” (BINI, 2014,

p. 251), já as não tão modernas poderão ser captadas por outros mercados antes de serem comercializados na região produtora, elevando o preço e impedindo o acesso da população aos produtos. Apesar das revoluções tecnológicas ocorridas, sobretudo, a partir da década de 1960, e da modernização da agricultura a ela associada, “a fome e a subnutrição persistem, pois tais problemas não derivam propriamente da indisponibilidade de alimentos, mas na disparidade na sua distribuição” (HESPANHOL, A. N.; HESPANHOL R. A. M., 2010, p. 75).

Montagut (2009) apud Bini (2014) acentua o gasto que os circuitos extremamente amplos e dispensáveis no tempo e espaço influem no valor final dos produtos. Este é o caso de São Paulo, pois antes dos produtos serem distribuídos para os entrepostos situados no interior do estado, muitos vão primeiramente a CEAGESP de São Paulo, ocorrendo, inclusive, a aparente irracionalidade da dupla circulação da mesma mercadoria.

Santos (1988) ressalta que tem havido o progressivo incremento da especialização produtiva, sendo os circuitos regionais de produção substituídos por circuitos espaciais de produção, resultando na maior integração entre diferentes regiões, havendo um maior entrelaçamento dos circuitos produtivos. Todas as etapas do processo de produção se articulam por intermédio dos chamados circuitos espaciais de produção.

A CEAGESP visa comercializar produtos hortifrutigranjeiros e, em segundo plano, facilitar a interação entre produtores e consumidores e, esporadicamente, consumidores finais, a instituição é parte importante do circuito espacial de produção de produtos hortícolas.

Ao se estabelecer a relação entre os circuitos espaciais de produção e os circuitos superior e inferior, é possível enfatizar a integração entre “[...] as propriedades técnicas da produção, circuito das firmas, com a economia urbana” (SILVA, 2013, p. 6). Portanto, conhecer todas as fases do circuito espacial de produção, bem como sua relação com a teoria dos dois circuitos da economia urbana propicia a identificação dos impactos gerados por um determinado produto ou produção sobre a sociedade “que é comandada por diferentes atores e com distintos poderes de estruturação do espaço” (SILVA, 2013, p. 6).

## 5 | CONCLUSÃO

Em 1981 foi implementada a CEAGESP na cidade de Presidente Prudente, sendo que antes da instalação da CEAGESP, os estabelecimentos comerciais compravam os produtos diretamente dos produtor e de intermediários.

A CEAGESP possui grande influência na definição de preços, no caso de Presidente Prudente é possível notar que hipermercados e supermercados adquirem produtos fora da rede CEAGESP, utilizando-a como amparo caso ocorra algum problema com os

fornecedores dos quais normalmente adquirem os produtos, já os mercados menores têm grande, senão absoluta, dependência da dinâmica dessa central, paralelamente os feirantes também passaram a adquirir na CEAGESP os produtos que comercializam.

Além da tecnologia, o advento das centrais de abastecimento possibilitou aos comerciantes o acesso aos produtos agrícolas, importantes para o reabastecimento de seus estabelecimentos.

Com a crise de 2008 e a possível insegurança alimentar, a Associação das Centrais de Abastecimento (ABRACEN) conjuntamente com o Prohort criaram o manual operacional das Ceasas do Brasil, a fim de se antecipar a possível instabilidade e promover a instrução de inovações tecnológicas do Programa Brasileiro de Modernização do Mercado de Hortigranjeiro (PROHORT), bem como procedimentos de higienização da produção hortifrutícola, cuidados no armazenamento etc.

A CEAGESP de Presidente Prudente reúne diferentes fluxos do circuito espacial de produção em diferentes escalas, transitando desde escalas nacionais até as locais. Neste caso, as escalas locais têm maior destaque, na medida em que apresenta um grande fluxo na própria região de Presidente Prudente. Os municípios que frequentemente fornecem a CEAGESP de Presidente Prudente são Álvares Machado, Regente Feijó, Anhumas e Indiana. Em termos de escala regionais, os principais são o Paraná e Minas Gerais.

Já no que se refere ao destino do fluxo de hortifrutigranjeiros suscitado pela CEAGESP de Presidente Prudente, o raio de atuação compreende o Pontal do Paranapanema e a Nova Alta Paulista, além do Noroeste do Paraná e o Leste do Mato Grosso do Sul.

O abastecimento através da CEAGESP na cidade de Presidente Prudente se dá principalmente em feiras e pequenos estabelecimentos como mercados de bairros, no entanto os supermercados e hipermercados também se utilizam dessas atividades quando ocorre imprevistos. Todos esses estabelecimentos são agentes finais das trocas para o consumo, tendo a CEAGESP uma finalidade intermediária. Assim a central reúne interações com os dois circuitos da economia urbana, além de incorporar os fluxos de diferentes circuitos espaciais da produção agrícola.

## REFERÊNCIAS

ANJOS, F. S.; BECKER, C. **Agricultura Familiar e Mercados Institucionais: o desenvolvimento como liberdade.** *Revista Econômica*. Fortaleza, v. 45, p. 92-101, 2014.

ARROYO, M. **Circuitos espaciais de produção industrial e fluxos internacionais de mercadorias na dinâmica territorial do estado de São Paulo.** *Boletim Campineiro de Geografia*, Campinas, v.2, n. 1, 2012, p. 7-26.

BENGOZI, F. J. **Análise do mercado de abacaxi comercializado na CEAGESP – São Paulo.** *Revista brasileira de fruticultura*. Jaboticabal, v. 20, n. 3, 2007, p. 494-499.

BINI, D. L. C. **Da formação socioespacial à diferenciação dos circuitos espaciais agropecuários na região de Araçatuba (SP)**. 2014. 638 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

GOMES, M. E. S.; ANTONIALLI, L. M.; COSTA, C. C. **Caracterização dos produtores rurais de Minas Gerais ofertantes da CEASA**. In: *Congresso da Sober*, 43. , 2005, Ribeirão Preto. *Anais...*Ribeirão Preto:SOBER, 2005.

CARVALHO, M. V. G. S. A. ; PINHEIRO, A. M. G. S. **A logística do abastecimento na RMB: o caso CEASA**. In: TOBIAS, M. S. G.; NETO, B. C. (Org.). *Grande Belém: faces e desafios de uma metrópole insular*. 1ª ed. Belém: Ponto Press Ltda., 2010, v. 01, p. 25-48.

CATAIA, M.; SILVA, S. C. da.; **Considerações sobre a teoria dos dois circuitos da economia urbana na atualidade**. *Boletim Campineiro de Geografia*, v.3, n. 1, 2013, p. 55-75.

CEAGESP-*Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo*. Disponível em: <http://www.ceagesp.gov.br/atacado/rede/prudente> Acessado em: 6 de set. 2014.

COELHO, O. M.; PEREIRA, M. F. V. **O circuito inferior da economia na área central de Unerlândia (MG): avaliação e caracterização**. *Geografia (Londrina)*, Londrina, v. 20, n. 1, 2011p. 163-188.

CONAB *Companhia Nacional de Abastecimento*. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1209&t=> Acessado em: 13 de Abr. de 2016.

CUNHA, A. R. A A.; CAMPOS, J. B. **Sistema CEASA: uma rede complexa e assimétrica de logística**. In: *Seminário sobre a Economia Mineira*. 13, 2008, Belo Horizonte, *Anais...*, Belo Horizonte, p. 1-19.

FIRETTI, R. *et al.* **Participação de organizações sociais na gestão de entrepostos de abastecimento: o caso da Ceasa/PR em Londrina**. -*Informações Econômicas*, São Paulo, v. 41, n.4, 2011, p. 64-72.

HARVEY, D. **A globalização contemporânea**. In: *Espaços de esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2004, p. 79 – 103.

HESPANHOL, A. N.; HESPANHOL, R. A. M. **Os efeitos da elevação dos preços das COMMODITIES agrícolas sobre a Segurança alimentar**. *Revista Faz ciência*, Paraná, v. 12, n. 15, 2010, p. 73-94.

LOCATEL, C. D.; HESPANHOL, A. N. Desenvolvimento da agricultura e espaço rural. In: SILVEIRA, M. R.; LAMOSO, L. P.; MOURÃO, P. F. C. (Org.). **Questões nacionais e regionais do território brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 117-132.

QUEIROZ, T. A. N. **A CEASA-RN e os circuitos da economia urbana: a circulação de hortifrutigranjeiros em Natal-RN**, 2014, 148 f. Dissertação (Mestre em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2014, 137 p.

SILVA, S. C. de. **A reorganização do circuito espacial da produção do vestuário no Brasil**. *Espaço e Economia*, 2013. Disponível em: <http://espacoeconomia.revues.org/475%20;%20DOI%20:%2010.4000/espacoeconomia.475> Acessado em: 01 de Set. 2015.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. Hucitec. São Paulo, 1988, 124 p.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001, 174 p.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Trad. Myrna T. Rego Viana. 2ª Ed., 1ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, 440 p. (Coleção Milton Santos4)(Primeira Edição, 1979).

TARTAGLIA, J. C. Desenvolvimento, fome e segurança alimentar. In: GALEAZZI, M. A. M. (Org.). **Segurança alimentar e cidadania**. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 1996. p. 117-130.



## O USO DA PLATAFORMA DIALOGA BRASIL COMO FERRAMENTA DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA E O FOMENTO AOS CANAIS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR: BREVES RESULTADOS OBSERVADOS

*Data de aceite: 01/07/2020*

**Laercio José Peres dos Santos**  
<http://lattes.cnpq.br/4793123486090295>

**RESUMO:** O presente estudo buscou levantar os resultados gerados em razão da proposta da ex-presidenta Dilma Rousseff, em seu segundo mandato (2014-2016), de criação de uma plataforma eletrônica para instrumentalizar a comunicação pública do governo federal e que, em concomitância, oportunizou novos canais de participação social por meio de redes sociais virtuais. Metodologicamente, realizaram-se estudos mistos: primeiro, um estudo de caso com as informações contidas na plataforma, caracterizando o processo de pesquisa como quantitativo e exploratório; depois, buscando observar e absorver as ideias defendidas por meio do programa, passou-se aos processos qualitativos. Objetivou-se, ao final, compreender as formas adotadas de comunicação pública, área pouco desenvolvida e ainda permeada por práticas tradicionais, e as manifestações na forma de participação social na plataforma do programa governamental Dialoga Brasil, de modo a levantar propostas passíveis de incorporação por parte da Administração Pública

brasileira, bem como discernir brevemente sobre as escolhas coletivas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comunicação Pública; Canais de Participação; Dialoga Brasil.

**ABSTRACT:** The present study sought to lift the results generated based on a proposal from the former president Dilma Rousseff, in her second term (2014-2016), creation of an electronic platform to exploit the public communication of the federal government, and that, concomitantly, given new channels of social participation by means of social networking. Methodologically, research has been carried out in the mixed: first, a case study with the information contained in the platform, featuring the research process such as quantitative and exploratory; then, seeking to observe and absorb the ideas defended by means of the program, has been passed on to the processes of qualitative. The objective was to verify if, at the end, to understand the forms adopted in the communication to the public, area very developed and still permeated by traditional practices, and the manifestations in the form of social participation on the platform of the government program Dialoga Brasil, so as to withdraw the proposals subject to incorporation on the part of the Brazilian Public Administration, as well as to discern briefly on the choice of the collective.

**KEYWORDS:** Public Communication; Channels of Participation; Dialoga Brasil.

## 1 | INTRODUÇÃO

No cenário contemporâneo, observados o alcance da representatividade social e a orientação político-ideológica das propostas de governo – dos candidatos aos cargos do poder executivo –, percebe-se que as ações de uma autoridade governante não se legitimam somente (ou apenas) pela escolha dos cidadãos, durante os ciclos eleitorais, nas urnas. O que se faz necessário é a legitimação para além do momento do voto, onde as tomadas de decisão devem levar em consideração as necessidades territoriais, interagindo com o público-alvo, e abrir as estruturas governamentais para a participação social (MILANI, 2008). Busca-se passar de um modelo já exaurido de democracia representativa para se alcançar uma experiência de democracia participativa (SANTOS, 2005).

Neste processo, que se apresenta como dialógico, duas instâncias ganham força e surgem como possíveis soluções ferramentais: a comunicação pública e os canais de participação social. Ambas as áreas passaram a ser disseminadas com maior força nos anos 1980, em razão de uma série de mudanças geopolíticas – como a transição de regimes políticos, a exemplo da ditadura para redemocratização e reabertura política no caso brasileiro, ou ainda a reunificação da Alemanha e a dissolução do bloco soviético – e econômicas – sobretudo, as crises dos anos 1970 e a expansão do neoliberalismo enquanto nova doutrina econômica –, bem como caracterizam a passagem geracional de direitos da terceira (como o direito à comunicação) (ALARCÓN, 2004; ARAÚJO e NUNES JÚNIOR, 2005; FERREIRA FILHO, 2005; BONAVIDES, 2006) para a quarta geração (como o direito à informação e à participação) (BASTOS e TAVARES, 2000; ALARCÓN, 2004; SCALQUETTE, 2004; BONAVIDES, 2006).

Soma-se aos fatos acima descritos o desafio de inclusão plena de governos e cidadãos no ciberespaço e, neste, explorar novas potencialidades, formando a sociedade em rede que Castells (2003) defende em seus estudos. Em uma fase que é marcada pela economia baseada na informação como valor e produto, igualmente referenciada por Castells (1999) como sendo uma economia global e informacional, ter efetividade na participação dos atores político-sociais brasileiros em novos espaços é imprescindível para que se avance nas políticas públicas e se alcance com impacto junto aos públicos-alvo. Caso contrário, se não tomadas ações de aproximação, pode-se produzir a exclusão ou a marginalização de grande parte dos cidadãos. A esse respeito, Lévy (1999) já alertava que a mudança traria novas conformações nas relações:

A gigantesca mutação da civilização contemporânea, acarreta uma redefinição da natureza da potência militar, econômica, política e cultural. Algumas das forças atuais ganharão poder, outras irão perdê-lo, enquanto recém-chegados começam a ocupar

posições que nem mesmo existiam antes da emergência do ciberespaço. No tabuleiro do xadrez virtual, as regras ainda não estão completamente estabelecidas. Aqueles que conseguirem defini-las em proveito próprio ganharão muito. Desde agora, e apesar da grande instabilidade da situação, os centros que hoje dominam o poder militar e financeiro encontram-se bem colocados para aumentar ainda mais sua influência. Contudo, devemos permanecer atentos à abertura, à indeterminação do processo de mudança tecno-social em andamento (LÉVY, 1999, p. 223).

Portanto, aponta-se a comunicação pública como uma primeira ferramenta de aproximação. A comunicação pública é um conceito complexo quando analisado por suas várias vertentes (KUNSCH, 2012) e muito recente no Brasil (KOÇOUSKI, 2012). De maneira geral, pode ser compreendida como: comunicação estatal; comunicação da sociedade civil organizada que milita pela coletividade e as instâncias governamentais; comunicação institucional dos órgãos públicos, na forma de publicidade; e, ainda, como comunicação política, com vistas a se realizar as propagandas partidário-políticas e eleitorais (KUNSCH, 2012). Aqui, deve-se pensar em comunicação pública como um instrumento de diálogo com a sociedade, de forma a disseminar as propostas de um governo. Zémor (2009), sintetiza as ações, os deveres e a importância do que é a Comunicação Pública:

É troca e compartilhamento de informações de utilidade pública ou de compromissos de interesses gerais. Ela contribui para a conservação dos laços sociais. A responsabilidade disso compete às instituições públicas; ou seja, às administrações do Estado, aos serviços das coletividades territoriais, aos estabelecimentos, empresas, organismos encarregados de cumprir uma missão de interesse coletivo (ZÉMOR, 2009, p. 189).

Antes realizada pelas mídias tradicionais – material impresso (revistas, jornais e panfletos), rádio e televisão –, as ações de comunicação pública possuíam a característica unidirecional, onde não haviam espaços fomentados ao debate dialógico e à participação social. Entretanto, com a evolução das tecnologias da informação e comunicação (TIC) na contemporaneidade e a assunção das novas mídias sociais, como a *internet* e a telefonia móvel, são propiciados os novos canais de participação. O governo, enquanto ator central, assume o protagonismo, seja pela hesitação em utilizar os novos meios de comunicação (e-governança ou e-administração pública), seja por fomentar o setor com novas políticas tecnológicas e de inovação, participando, assim, da configuração da particular sociedade da informação que o Brasil constrói (CUNHA e MIRANDA, 2013). E, ao interagir com esses meios, a esfera pública acaba por reafirmar o compromisso com a publicidade de seus atos, como previsto no inc. XXXIII do art. 5º da CF 88:

(...) XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado (BRASIL, 1988).

Em continuidade, formalizando a publicidade dos atos da administração, os legisladores promulgaram instrumentos condizentes com a necessidade de se transparecer as ações do poder público. Surgem nesse processo a Lei da Transparência – Lei Complementar 131/2009, que altera a redação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) no

que se refere à transparência da gestão fiscal – e a Lei de Acesso à Informação (LAI) – Lei 12.527/2011, que regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas. Contudo, é preciso avançar e de fato materializar a participação social e não apenas manter os atos consultivos, rasos e não plenamente dialógicos. Longe de terem sanados os velhos problemas, as inovações legais apenas impuseram à administração o dever de expor os dados quantos aos gastos e de fornecer informações de interesse da população. Nota-se que se há pouco intercâmbio de ideias nos instrumentos infraconstitucionais e o diálogo inexistente no processo. Os governos até compreendem as funcionalidades das tecnologias da comunicação, no sentido de obtenção de informação, mas subutilizam o potencial de democracia digital que as TICs podem propiciar e, conseqüentemente, não as utilizam como espaço de deliberação política (BRAGATTO e VEIGA, 2006).

Desta forma, a efetivação da participação social se faz primordial para fundamentar as pontes dialógicas e potencializar a relação entre estado e cidadãos. Como segunda ferramenta, com vista a ampliar a comunicação pública e resolver a interlocução entre governo e sociedade, a criação de canais de participação é a alternativa para a aquisição de espaço nos processos decisórios. Para Demo (1994), a noção de participação é de contínua construção e, principalmente, de conquista por parte daqueles que querem equidade nas relações e de aproximação entre os entes sociais:

Participação é um processo de conquista, não somente na ótica da comunidade ou dos interessados, mas também do técnico, do professor, do pesquisador, do intelectual. Todas estas figuras pertencem ao lado privilegiado da sociedade, ainda que nem sempre ao mais privilegiado. Tendencialmente buscam manter e aumentar seus privilégios. Se o processo de participação for coerente e consistente, atingirá tais privilégios, pelo menos no sentido de que a distância entre tais figuras e os pobres deverá diminuir. (DEMO, 1994, p. 21)

Já Corrêa (2017), em uma análise histórica e tratando da construção do campo de conhecimento da administração pública brasileira, expõe que diversos autores brasileiros já tratavam de gestão participativa enquanto teoria e como desafio para os gestores públicos nos anos 1970, período conturbado e marcado pelo autoritarismo. Nos anos 1980, com os movimentos de reabertura política eclodindo pelo país, o autor argumenta que há um aumento na percepção da importância da participação social enquanto teoria, mas persistindo os desafios de efetivação, dado que não haviam mecanismos que propiciassem tal implementação. Durante os anos 1990, as pesquisas trazem que a participação passa de teoria e surge como prática nos textos acadêmicos, trazendo consigo a ideia de estratégia de ação e de instrumento da administração, visto a dificuldade no novo ambiente de governança – que surgiu junto à reforma gerencial do estado brasileiro –, e deixa de ser apenas um ideal democrático. E a partir dos anos 2000, a administração pública se coloca a pensar em novos mecanismos para gerenciar os contextos cada vez mais complexos nas relações e cada vez mais demandantes de tecnologias para chegar aos cidadãos.

Deste modo, alternativas de participação aos modelos tradicionais (como plebiscitos, conferências, audiências públicas, orçamento participativo e conselhos temáticos) são necessárias para que se atinjam mais pessoas. É o que Martelli (2002) comenta, referindo que “Castells propõe alternativas na condução dos assuntos do governo: o Estado-rede, constituído a partir de reformas na administração pública, aparece como a possibilidade do Estado na sociedade informacional”. Então, na tentativa de se inserir na nova alternativa de governança e propor um instrumento de diálogo entre os atores da sociedade civil e a esfera pública, o governo federal, por meio da ex-presidenta Dilma Rousseff – que havia assumido em campanha o compromisso de aumentar a participação popular na composição dos programas de governo – lançou em 28 de setembro de 2015 a plataforma Dialoga Brasil (BRASIL, 2015a). Por meio das redes sociais (via *Twitter*, *Facebook*, *Google+* e *WhatsApp*) e da plataforma, os cidadãos poderiam interagir com 80 programas elencados e divididos em 14 temas – correspondentes a 14 ministérios que compunham a estratégia de desenvolvimento do executivo federal à época –, votando nos que considerassem como importantes, de forma a orientar os gestores públicos nas execuções dos projetos de políticas públicas (BRASIL, 2015b). Assim, aliando comunicação pública e canais de participação social, era proposta uma estrutura de engajamento político-social nas questões de planejamento e de desenvolvimento de ações ao longo do mandato do executivo.

## 2 | OBJETIVOS

Quando se observa o programa, busca-se dele extrair boas ideias e possíveis práticas aos níveis de governo da nação. Não se trata de uma avaliação da política pública *ex ante*, em função do programa não estar em execução, ou *ex post*, vistas as interrupções em razão do impedimento de sua principal liderança e da não-execução de todos os desdobramentos prometidos pelo programa.

Trata-se mais de uma observação do conjunto. O objetivo geral do trabalho é o de abordar as temáticas de comunicação pública e de participação social enquanto práticas da Administração Pública, por meio do programa Dialoga Brasil, à medida que se desenvolveram as interações com os cidadãos. Ainda que haja uma grande confluência de ações interdisciplinares na atuação do poder público, estas evidenciadas a partir da necessidade de análise das instituições em suas essências (campo das Ciências Sociais), do ciclo de políticas e atores (ações concentradas em Ciência Política e Políticas Públicas) e da caracterização legal advinda das gerações de direitos e seus produtos legais (construções próprias do Direito), o foco principal parte da proposta democrática de haver uma ferramenta pensada para a Administração Pública se aproximar do cidadãos.

Em compasso, de modo mais específico, observar e absorver propostas e projetos, de forma a demonstrar os temas abordados na plataforma e os seus respectivos

desdobramentos. Independentemente de que existam estudos sobre a efetividade em relação às restrições tecnológicas de acesso à plataforma, é preciso também olhar para os resultados gerados pela interação. A produção coletiva de propostas pode ser frutífera e passível de aproveitamento para diversas áreas públicas.

### **3 | MATERIAL E MÉTODOS**

Para desenvolver os objetivos propostos, optou-se pela realização de estudos mistos, utilizando-se de métodos quantitativos e qualitativos, na intenção de complementariedade entre cada uma das técnicas e de maneira a solidificar uma base investigativa e aprofundar a análise (PARANHOS *et al*, 2016). Enquanto os métodos quantitativos fornecem os dados para se projetar os alcances das dimensões desenvolvidas na política, os métodos qualitativos são utilizados na compreensão dos contextos social, político e econômico em que o foco da pesquisa se insere, bem como por ter grande valia na perspectiva temporal, trazem dados para apoiar a formulação de hipóteses e teorias acerca dos diagnósticos obtidos.

A primeira pesquisa realizada foi a de cunho documental e bibliográfico, levantando a formalização das ações por meio dos atos legais. Depois, realizou-se um estudo de caso quantitativo e exploratório na plataforma eletrônica do programa Dialoga Brasil, coletando os dados disponíveis e identificando as principais vertentes de cada tema.

Com base nos documentos e nos dados analisados nas etapas anteriores, assume-se a pesquisa explicativa, com o objetivo de descrever a imagem observada. Nesta etapa, analisou-se as principais propostas (mais votadas) em cada tema elencado pelo governo e majoritariamente escolhidas pelos cidadãos, de modo a suscitar possíveis tendências e vieses, bem como observar quais são oportunas e passíveis de serem adotadas como práticas por governos.

### **4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A participação social aqui observada, por vezes, busca colocar uma decisão governamental em debate (AVRITZER, 2003), transformando-se em cidadã – decisória, educativa, integradora, de controle social e expressivo-simbólica – (TEIXEIRA, 1997) e que exige de governantes e cidadãos as constantes atuação e vigilância (GUARESCHI, 2008).

Fundamentada na teoria, passe-se à observação do programa em si. O Dialoga Brasil, por meio de sua plataforma digital, em um primeiro ciclo de 03 fases, estruturou a dinâmica de interação por meio de votação em 05 grandes temas (áreas equivalentes às estruturas ministeriais) e com interação em seus respectivos programas (27 subáreas):

Cultura (07 programas); Redução da Pobreza (04 programas); Educação (04 programas); Segurança Pública (05 programas); e Saúde (07 programas).

Para a primeira fase, ocorrida em outubro de 2015 e sendo o momento de proposições de ideias em cada um dos 05 temas, foram totalizadas 11.191 participações de cidadãos e, em concomitância, ocorreu a votação dentro de cada área. Em seguida, deu-se a segunda fase, entre os meses de novembro e dezembro de 2015, onde houve a análise das propostas mais apoiadas de cada programa por parte dos gestores públicos – membros da burocracia ministerial (Ministério da Educação; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério da Justiça; Ministério da Saúde; e Ministério da Cultura). E, concluindo o ciclo, a terceira fase se deu a partir de janeiro de 2016 com o retorno informacional à sociedade, em um discurso de assunção de 81 propostas na forma de projetos do governo federal (03 propostas em cada programa) – existentes, podendo ser potencializados conforme a detecção de oportunidade e de conveniência, ou novos, de modo a aproveitar a estrutura ministerial e as competências da equipe gestora e fomentar novas práticas.

De modo a aprofundar a análise dos resultados e iniciar a discussão destes, passa-se a observar cada um dos 05 temas de maneira sucinta e particionada. Vale ressaltar que as propostas para cada tema foram transcritas no estudo de forma coesa, semelhante ao que seus propositores inseriram na plataforma, cabendo apenas mínimas correções de ortografia, pontuações e acentuações gráficas.

#### **4.1 Cultura**

Em Cultura, foram propostos 07 programas ministeriais: Política Nacional das Artes, com a proposta de valorização da arte e da cultura em suas múltiplas possibilidades; PAC Cidades Históricas, com a missão de preservação do patrimônio e qualidade de vida para os cidadãos; Brasil de Todas as Telas, com a ampliação da produção, da difusão e do apoio ao audiovisual brasileiro; Agenda Século XXI, com um novo jeito de ver e de fazer cultura; Cultura Viva, com o reconhecimento, fortalecimento e mobilização das comunidades que fazem cultura no Brasil; Vale Cultura, visando mais acesso à cultura para trabalhadores e trabalhadoras; e Cultura e Educação, propondo cultura e arte como bases para a educação integral.

A Tabela 01, de maneira sucinta, apresenta os quantitativos de propostas e as principais propostas elencadas:

<b>Programas</b>	<b>Número de propostas submetidas</b>	<b>As 03 propostas mais votadas</b>
Política Nacional das Artes	145	Aulas de músicas nas escolas e formação de orquestras.
		Lei Rouanet deveria focar nos pequenos e iniciantes artistas e não em artistas já consagrados.
		Fomento específico para bandas marciais e fanfarras. Maior articulação entre as corporações e o MinC/Funarte. Ampliação do projeto Bandas de Música (Funarte) com a participação dos interessados.
PAC Cidades Históricas	89	Restauração dos patrimônios históricos deteriorados, perdidos pelo tempo, tais como igrejas e linhas férreas.
		Incluir no orçamento federal recursos para o tombamento, restauração e conservação de patrimônios históricos e culturais no Brasil.
		Agilização da burocracia do processo de tombamento, e maior rigor na fiscalização para evitar que o patrimônio seja deteriorado durante a análise do pedido.
Brasil de Todas as Telas	90	Separar as chamadas públicas entre Ficção, Documentário e Animação, para anular a competição entre as três linguagens e designar quais são efetivamente os projetos mais qualificados para cada mercado.
		Aprimorar o fomento e incentivo ao desenvolvimento do mercado brasileiro de animação, se aproximando dos estúdios e profissionais para compreender suas reais carências orçamentárias e de avaliação.
		Estímulo à produção de desenhos animados brasileiros. Sugiro que sejam lançados anualmente editais de estímulo à produção de desenhos animados brasileiros para estimular o crescimento dessa indústria.
Agenda Século XXI	48	Criação de programa pelo Ministério da Cultura para construção e implantação de bibliotecas comunitárias nas áreas urbanas de maior vulnerabilidade.
		Investir em escolas de programação para crianças.
		Implantar cursos on line sobre temas relacionados a cultura, para professores da educação básica pública, a nível de extensão e especialização.
Cultura Viva	74	Levar e ensinar músicas como jazz, clássica, capazes de desenvolver as capacidades de criação, pensamento, como ferramenta de suporte à educação e de inclusão das comunidades carentes à sociedade.
		Editais da Cultura focados nas obras de qualidade, passando por análise de jurados. Sem focar cultura local, e sim no impacto que são capazes de trazer para a sociedade, como complemento à educação.
		Que os Municípios incentivem de fato a arte local! A maior parte das festas organizadas em municípios pagam cachês para artistas conhecidos de outras cidades, e os locais fazem apresentações gratuitas.
Vale Cultura	105	Que seja estendido o benefício do Vale Cultura aos estudantes de universitários por meio de parceria entre Governo e Universidades.
		Criar um pacto federativo que inclua os professores do ensino básico no Vale Cultura. Essa seria uma forma excelente de promover a formação continuada, já que toda formação passa pela leitura.
		Deveria haver uma expansão do Vale-Cultura. O ministério deveria comunicar as empresas sobre os benefícios do programa para que elas se cadastrem.



Cultura e Educação	177	Criação de programa cultural: ensino de música e arte de qualidade como auxílio à educação, que aumentem o benefício do Bolsa Família para filhos de beneficiários que apresentarem bom desempenho.
		Introduzir nas escolas de todos os níveis, em tempo integral, o ensino e prática de músicas e artes capazes de elevar o nível cultural e educacional, tais como: clássica, jazz, blues, teatro, poesia.
		Oportunizar espaços de experimentação artística e de difusão cultural para todos os estudantes, mediante a implantação de Centro de Artes e Cultura nas escolas públicas do ensino básico.

Tabela 01 – Cultura

Fonte: Elaboração do autor. Dialoga Brasil (2016).

Para área cultural, majoritariamente aparecem ações ligadas à música, à educação musical e, em certa medida, ao financiamento de programas específicos. Como hipóteses elencadas, pondera-se que os participantes têm maior contato com a música, assimilando-a como principal vertente de modalidade cultural, bem como não possuem afinidade ou acesso a outras modalidades, como teatro, cinema, literatura, exposições e instalações artísticas. Também, vinculam um grande número de propostas à educação por esta ser um dever constitucional e por ser um serviço público de ampla presença no território. Por outro lado, outra hipótese vislumbrada é a de defesa de nichos de mercado e de interesses de classe. Há certa preocupação com editais e chamadas públicas e em algumas proposituras, ao mesmo tempo em que são postas visões subjetivas sobre determinados programas, sem que se estimulem grandes projetos em nível de nação.

De todas as propostas elencadas, a que mais parece ter potencial transformador é a de “criação de programa pelo Ministério da Cultura para construção e implantação de bibliotecas comunitárias nas áreas urbanas de maior vulnerabilidade”, dentro do programa Agenda Século XXI. A presença do estado em com políticas públicas culturais em áreas mais vulneráveis pode servir de reafirmação de outras áreas como educação, saúde e segurança pública, por exemplo.

## 4.2 Educação

Em Educação, foram 04 programas ministeriais: Educação Básica, indo da educação infantil ao ensino médio; Ensino Superior, passando por projetos com o Enem, o Sisu, o Prouni, o Fies e o Ciências sem Fronteiras; Ensino Técnico, prevendo maior educação profissional e tecnológica; e Valorização dos Professores, com o intuito de dar maior qualidade à formação destes.

A Tabela 02, de maneira sucinta, apresenta os quantitativos de propostas e as principais propostas elencadas:

<b>Programas</b>	<b>Número de propostas submetidas</b>	<b>As 03 propostas mais votadas</b>
Educação Básica	2301	Reorganização Curricular do Ensino Médio. Estudar a possibilidade de uma grade curricular atrelada aos novos tempos e a nova sociedade. Atentar para a produção científica e a interdisciplinaridade.
		Introdução à Política, Direito e Economia Doméstica (ou a matéria Cidadania) deveriam ser matérias obrigatórias em toda a rede de educação, pois é conhecimento que estimula uma população consciente.
		Garantir nas Escolas a inclusão de Assistentes Sociais e Psicólogos!
Ensino Superior	1382	Expandir o conceito de residência do campo da saúde para outros setores, criando pós-graduações em áreas de gestão pública para melhoria dos serviços públicos em prefeituras de médio e pequeno porte.
		Ampliar as verbas de custeio para as universidades federais e consolidar a sua expansão, possibilitando a conclusão das obras inacabadas do REUNI, de modo a alcançarmos 30% de jovens no Ens. Superior.
		Proponho a volta do programa PDSE da Capes.
Ensino Técnico	386	Realizar capacitação e assistência técnica passando pelo conhecimento prévio das necessidades do setor, evitando paralelismo de investimentos. Criação de banco de estudos formado por especialistas.
		PRONATEC. Acesso dos candidatos para cursos Técnicos através do ENEM e, nas vagas remanescentes, de todos os que tenham concluído o ensino médio independentemente do período de conclusão.
		No orçamento de cada curso do PRONATEC destinar uma rubrica para “capital de investimento” a fim de estruturar e equipar laboratórios específicos ou comuns para os cursos ofertados pela entidade.
Valorização dos Professores	772	Fiscalizar e exigir o cumprimento integral da Lei do Piso do Magistério pelos estados e municípios.
		Plano de carreira específico para profissionais da educação não docentes na Rede Estadual e Municipal, com piso salarial equivalente à formação (técnico ou superior), como ocorre com a Rede Federal.
		Criar programas de incentivo para os professores de bom desempenho, ex.: bolsas de estudos, créditos em dinheiro para aquisição de livros, cursos de idiomas e/ou especialização na sua área de interesse.

Tabela 02 – Educação

Fonte: Elaboração do autor. Dialoga Brasil (2016).

A área educacional apresentou o maior número de interações, ou seja, foi o eixo com mais participação em forma de votos. Como reflexo dos programas de expansão dos institutos e universidades federais, faz-se presente a preocupação com questões estruturais, de investimento em formação de pessoal e de continuidade e ampliação de financiamento de programas de incentivo. A principal hipótese levantada é a de necessidade de manutenção e de sustentação das ações desenvolvidas entre os anos de 2003 e 2014, período marcado pela forte atuação do governo federal em políticas públicas educacionais. Do mesmo modo, outra hipótese vista, e que persiste em todos os eixos

da plataforma, é a de defesa de interesses de classe. Da parte de docentes e de alunos, o que se nota é o desejo de que cada segmento tenha maior acesso aos serviços de educação e que as especificidades sejam atendidas.

A proposta que mais chama a atenção, quando pensado no contexto coletivo e voltando o olhar para a administração pública, é a de “expandir o conceito de residência do campo da saúde para outros setores, criando pós-graduações em áreas de gestão pública para melhoria dos serviços públicos em prefeituras de médio e pequeno porte”. É possível que o propositor, estando ciente das precárias condições que se apresentam a maior parte dos municípios, pense em uma solução viável, aliando-a a outras políticas existentes, como Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), ou mesmo como forma de vazão ao alto número de jovens que ingressaram no ensino superior e que, agora, necessitam se inserir no mercado.

### 4.3 Redução da Pobreza

Em Redução da Pobreza, ligada ao então denominado Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, apresentava 04 programas ministeriais: Cisternas, com a garantia de água potável para beber e produzir; Assistência Social, com as garantias de acesso à proteção social; Bolsa Família, versando sobre o programa de complemento em renda e de acompanhamento em educação e saúde; e Brasil Sem Miséria, desenvolvendo renda, inclusão produtiva e acesso a serviços.

A Tabela 03, de maneira sucinta, apresenta os quantitativos de propostas e as principais propostas elencadas:

Programas	Número de propostas submetidas	As 03 propostas mais votadas
Cisternas	163	Universalizar o acesso à água de beber no Semiárido através de cisternas de placas, e ampliar o número de tecnologias de captação de água de chuva para produção sustentável de alimentos saudáveis.
		Universalização da política de acesso a água pelas famílias do semiárido, através das tecnologias sociais de captação e armazenamento de água da chuva pela Articulação Semiárido Brasileiro, para consumo humano e para produção.
		Construir cisternas de produção em todas as famílias do semiárido.
Brasil Sem Miséria	224	Integrar a participação social, através das representações institucionais locais, para execução de ações intersetoriais que visem a superação da extrema pobreza no Brasil, com atingimento dos ODS/ONU.
		Todas as cidades deveriam ter equipes de funcionários públicos para andarem pela cidade, encontrarem pessoas que vivem nas ruas e informarem sobre possível ajuda de Programas Sociais.
		Diminuir os salários dos deputados e fazer uma distribuição de renda com maior igualdade.

Assistência Social	306	Universalização dos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e de Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas) em todos os municípios do Brasil.
		Efetivação dos funcionários do CRAS e CREAS para que o funcionário trabalhe com capacidade e experiência. Pois toda vez que troca é um malefício para os mesmos e para os usuários dos serviços.
		Levar os estudantes universitários para as regiões mais desfavorecidas, buscar que eles debatam e desenvolvam formas de garantir a proteção social.
Bolsa Família	532	Abertura dos dados dos programas federais como o Bolsa Família. Para que cientistas de dados possam criar sistemas de análise de indicadores para suporte de políticas públicas e combate a fraudes.
		Governo adote medidas para que os mais pobres usuários do PBF que queiram trabalhar possam inserir numa plataforma um curriculum simples com suas habilidades, se disponibilizando para o trabalho.
		Intensificar a fiscalização do Programa Bolsa Família, via acompanhamento profissional de um Assistente Social nas Escolas.

Tabela 03 – Redução da Pobreza

Fonte: Elaboração do autor. Dialoga Brasil (2016).

Há uma dinâmica intrassetorial forte na área de redução à pobreza, haja visto que várias propostas se irradiam e permeiam em diversos programas, costurando possibilidades de atuação mútua. Todavia, as maiores preocupações elencadas pelas propostas se confundem entre questões de infraestrutura, lógicas e necessárias, e situações mais subjetivas, como a redução de salários de políticos e maior fiscalização à redistribuição de renda. Como hipóteses para o resultado das interações, pode-se dizer que tanto as pessoas diretamente afetadas pela seca como as pessoas que desconfiam do processo e da lisura na transferência de rendas foram ouvidas em suas interações. De fato, parte da população brasileira não compreende as políticas de assistência social em seu cerne e, em caso de terem conhecimento, não apoiam por pensarem que os recursos seriam de melhor proveito em outras áreas.

Em meio ao provável conflito de interesses, duas ações que condizem com a proposta de planejamento, participação e potencialização das políticas públicas são a de “integrar a participação social, através das representações institucionais locais, para execução de ações intersetoriais que visem a superação da extrema pobreza no Brasil, com atingimento dos ODS/ONU” e a de “levar os estudantes universitários para as regiões mais desfavorecidas, buscar que eles debatam e desenvolvam formas de garantir a proteção social”. São propostas de cooperação entre organizações civis, universidades e órgãos governamentais que almejam levar serviços que o próprio governo, no limite de suas capacidades estatais, não conseguiria executar.

#### 4.4 Segurança Pública

Em Segurança Pública, dentro do Ministério da Justiça, foram propostos 05 programas ministeriais: Sinesp, abarcando a tecnologia a serviço da segurança do cidadão; Crack, é

possível vencer!, com prevenção, tratamento e enfrentamento ao tráfico; Forças Federais de Segurança, com a atuação em todo o país para proteção à vida, defesa da lei e apoio aos estados; Proteção das Fronteiras, com a ação conjunta e cooperação transfronteiriça; e Segurança Pública Integrada, com um novo modelo de atuação em Segurança Pública.

A Tabela 04, de maneira sucinta, apresenta os quantitativos de propostas e as principais propostas elencadas:

<b>Programas</b>	<b>Número de propostas submetidas</b>	<b>As 03 propostas mais votadas</b>
Sinesp	152	O programa podia disponibilizar serviços para fazer denúncias violência contra a mulher.
		O aplicativo Sinesp Cidadão podia exibir a lista de Delegacias de Polícia mais próximas do usuário.
		Ampliar o espectro de serviços do aplicativo possibilitando ao cidadão o envio de denúncias naturezas diversas (maus tratos a idosos, às crianças, às mulheres, aos animais, crimes diversos, etc.).
Crack, é possível vencer!	236	Assegurar atendimento às famílias que recorrem ao Estado em busca de tratamento para filhos dependentes de drogas ilícitas. A família toda sofre enquanto esperam uma decisão judicial que não chega.
		O trabalho é fundamental para a cidadania e a economia solidária deve concretizar-se enquanto política de geração de renda e inclusão social para os cidadãos em uso abusivo de álcool e outras drogas.
		Programas educativos extracurriculares nas escolas públicas que auxiliem na formação dos pais e responsáveis. Programa que possibilite reuniões sobre temas atuais e polêmicos com benefícios fiscais.
Forças Federais de Segurança	215	Não ignorar o mais forte padrão de Criptografia da atualidade, feito no Brasil, testado e cobijado por 97 países. As informações das operações investigativas cifradas e livres de espões e cartéis.
		Criar um sistema que faça os presos trabalharem dentro das prisões ou áreas remotas da sociedade obrigando-os a contribuir com os custos de sua prisão gerando riqueza ao Estado e a sociedade.
		Intensificar a atuação da PRF, bem como reunir outras parcerias como o SAMU e novas bases de apoio para um atendimento eficaz em caso de urgência.
Proteção das Fronteiras	251	Aproveitar o potencial do primeiro criptógrafo 100% brasileiro, testado e cobijado por mais de 97 países. As mensagens governamentais cifradas e livres de espões e cartéis. Cibernética é coisa séria!
		Criar a o ciclo único de polícia, e a carreira única, com seus ramos, dentre eles, a polícia especializada na proteção de fronteiras que atuará junto com as forças armadas.
		Operação Sentinela e Operação Ágata permanentes!
Segurança Pública Integrada	881	Fomentar o uso da mão de obra da pessoa presa em obras públicas, hospitais e órgãos públicos, através das FUNAPS, diminuindo assim a terceirização e permitindo a remissão da pena de mais pessoas.
		Fomentar a participação do sistema S (SESC, SENAI, SENAT) para profissionalização das pessoas presas, além de fomentar a criação de colônias penais agrícolas, permitindo que se produza para escolas.
		Unificar as polícias civil e militar nos estados.

Tabela 04 – Segurança Pública

Fonte: Elaboração do autor. Dialoga Brasil (2016).

Segurança é um tema crucial e que divide opiniões quanto à intervenção do estado. Na forma posta em discussão, abarcam-se três distintas linhas de demandas: integração tecnológica e ampliação dos aparatos já existentes nos serviços de segurança; agilidade da justiça e trabalho psicossocial; e uso da população carcerária em ações de trabalho e de geração de bens e serviços.

As hipóteses congregam um senso comum de que as ações já executadas não são condizentes com as necessidades que os participantes demandam. Por um lado, querem que as forças de segurança modernizem suas estruturas informacional, enquanto que por outro se dividem entre ressocializar indivíduos, humanizando o atendimento da justiça, e empregar a força de trabalho de detentos, como forma de restituir os gastos com o sistema prisional. Apesar do avanço em temáticas estruturais, ainda perdura certa subjetividade no discurso das propostas, pois não se equacionam todas as vertentes da discussão principal.

Vale destacar a proposta, relacionada ao Sinesp, de “ampliar o espectro de serviços do aplicativo possibilitando ao cidadão o envio de denúncias naturezas diversas (maus tratos a idosos, às crianças, às mulheres, aos animais, crimes diversos, etc.)”. O Sinesp, por meio do aplicativo Sinesp Cidadão, fornece um banco de dados para pesquisa de veículo roubados e de mandados de prisão, e o ideal seria o de ampliar o espectro de atuação e potencializá-lo enquanto instrumento de informação.

#### **4.5 Saúde**

Em Saúde, foram propostos 07 programas ministeriais: Mais Médicos, com a função de mais atendimento nos municípios, mais saúde para quem mais precisa; Vida saudável, com o lema de que saúde se cuida todos os dias; Incentivo ao Parto Normal, frisando que a melhor escolha é se informar; Aqui tem Farmácia Popular, com a temática de que saúde não tem preço; Mais Especialidades, com acesso a exames e consultas com especialistas; SAMU e UPAs, com resgate e atendimento 24 horas, sete dias da semana; e Melhorar os Postos de Saúde, com estrutura adequada para atender melhora população na atenção básica.

A Tabela 05, de maneira sucinta, apresenta os quantitativos de propostas e as principais propostas elencadas:

<b>Programas</b>	<b>Número de propostas submetidas</b>	<b>As 03 propostas mais votadas</b>
Mais Médicos	480	Fiscalizar a carga horária dos médicos em geral.
		Ampliar acesso e melhorar atendimento na atenção básica com o Mais Médicos que interioriza o desenvolvimento, provê profissionais, regula formação e investe em infraestrutura nos vazios assistenciais.
		Criar plano de carreira para que os médicos tenham incentivo para atuar em regiões remotas.
Vida saudável	300	Limitar - em lei - o teor de sal dos alimentos industrializados, com um teto máximo de quantidade permitida em cada produto.
		Utilização da medicina preventiva pois muitas doenças poderiam ser prevenidas antes mesmo de ser tratada, diminuindo assim os custos com saúde em todo o Brasil.
		Criação do “Plano Médico Nutricional e Desportivo Nacional”, como parte da Política Pública Nacional da Promoção da Vida Saudável [a ser instituída com fulcro nos arts. 196 c/c 217 da CF/1988].
Incentivo ao Parto Normal	165	Criação de um Observatório Integrado com indicadores confiáveis sobre partos no Brasil. Liberar os dados em formato aberto
		Criação da carreira de Obstetrix/parteira/doula no SUS.
		Para que a cultura do parto cirúrgico mude, é preciso que haja palestras nas Escolas de 2º grau para que os jovens amadureçam a ideia. Também é preciso que essa ideia seja difundida nos cursos de Medicina.
Aqui tem Farmácia Popular	220	Alguns países europeus implementam a Receita Eletrônica. Um sistema que integra: médicos, pacientes e farmácias. A ideia é eliminar o papel, aumentar o controle sobre os medicamentos adquiridos.
		Gostaria que os medicamentos de tratamento de Glaucoma e catarata também contasse no programa.
		Gostaria que os medicamentos de tratamento de Glaucoma e catarata também contasse no programa.
Mais Especialidades	476	A inserção do optometrista como profissional responsável pela visão, como determina a Organização Mundial de Saúde, tornaria muito melhor e mais fácil o acesso da população à saúde visual e ocular.
		Inserir o optometrista na saúde pública iria ser ótimo para a população pois iria descongestionar as filas filtrando o que seria patologia e refração (cuidado primário que o optometrista pode fazer).
		A entrada da optometria no SUS como avaliadora primária da visão, agilizando o atendimento da saúde visual.
SAMU 192 e UPAs	224	Facilitar o processo burocrático de colocação em operação das ambulâncias nas cidades e penalizar os responsáveis por deixarem veículos novos parados e/ou sem manutenção.
		Auditoria anual das ambulâncias adquiridas por municípios para averiguar quais ainda funcionam e quais estão esperando reparos.
		Encaminhar projeto Lei para garantir identificação de chamada e punição para quem usar o serviço para trote.
Melhorar os Postos de Saúde	1016	Incluir nutricionistas no atendimento ambulatorial das clínicas da família.
		Priorizar o atendimento primário por profissionais não médicos (Optometria, Fonoaudiologia, Fisioterapia, Psicologia, Enfermagem, Terapeutas Ocupacionais, dentre outras), com políticas e metas claras.
		Implementação de um sistema virtual para marcação de consultas de forma online diretamente pelo cidadão, sem a necessidade de esperar horas na fila dos postos para esse serviço.

Tabela 05 – Saúde

Fonte: Elaboração do autor. Dialoga Brasil (2016).

Com o segundo maior volume de interações, depois de Educação, e com o maior número de programas, empatada com Cultura, a área de Saúde apresenta dinâmicas que remetem à necessidade de o estado brasileiro investir mais em medicina preventiva e em programas de prevenção dentro da área de saúde. A Organização Mundial de Saúde (OMS), por seu turno, preconiza pela prevenção como forma de diminuição de doenças e apoia essa visão como medida de combate às epidemias. Assim sendo, difundir tais políticas geraria economicidade, sendo esta a hipótese levantada ao se analisar a interação na parte de saúde.

Em contrapartida, a segunda hipótese é a de que uma visão coercitiva permeia nas falas. Não se avançam as falas no sentido de se estruturar serviços, mantendo o debate apenas no controle de carreiras e serviços. Há um empobrecimento ao não se abordar alternativas de melhoria e de evolução dos serviços públicos.

Sob outra perspectiva, retomando a potencialidade das medidas preventivas, a medida de “priorizar o atendimento primário por profissionais não médicos (Optometria, Fonoaudiologia, Fisioterapia, Psicologia, Enfermagem, Terapeutas Ocupacionais, dentre outras), com políticas e metas claras” representa uma boa prática que os níveis de governo poderiam adotar em suas políticas de saúde. Poderia se trabalhar com as vertentes de possível economia e melhor investimento de recursos, ampliando as estruturas e provendo melhor atendimento aos usuários do sistema público.

## 5 | CONCLUSÕES

Em seu cerne, a instituição pública contemporânea deve ser aberta e interagir com a sociedade, com os meios de comunicação e com os atores políticos, de forma a prestar contas à sociedade e ao cidadão, sendo um compromisso dos governantes (KUNSCH, 2012). Tem-se que neste novo modelo de sociedade, a transparência, o diálogo e a participação são imprescindíveis para que a se tenha uma nação soberana, unida e institucionalmente legitimada. Para atender a tantos valores e princípios, é preciso estabelecer canais de participação para que o cidadão adentre no campo decisório com suas ideias e com a construção colaborativa em projetos nacionais.

O Dialoga Brasil foi pensado para ser um instrumento agregador de comunicação pública e de participação social oportunizado através das TICs. Assim, seria possível mediar as formas de interação entre sociedade e esfera pública, buscando compreender a participação social na vida política e decisória do país e mapeando as principais propostas para o governo federal. A plataforma, em sua estrutura, é democrática no sentido de criar um novo espaço para o debate, (des)construção e concepção de ideias voltadas à resolução de problemas sociais, sem cercear ou proibir os direitos à participação e à expressão das mais variadas linhas de pensamento.

Como conclusão, pode-se dizer que, baseado na agenda social iniciada pelo governo



Lula (2003-2010) e seguida [em partes] por Dilma (2011-2016), o Dialoga Brasil se fundamentou em áreas afeitas à realidade de grande parte das famílias e dos (pequenos) municípios brasileiros: frágeis, pobres e desprovidos de recursos básicos. Da parte dos cidadãos, ainda que impregnados de visão coloquial e subjetiva, com consonâncias e dissonâncias (grandes dicotomias), percebeu-se que os atores sociais se mostraram interessados em suas realidades e buscam defender categorias (profissões), segmentos e bens públicos. Essa é uma visão que Milani (2008) já indicava em suas indagações investigativas, visto que “a participação social pode, ao mesmo tempo, levar à constituição de interesses corporativos nos processos de decisão e dar vazão às vozes específicas de sujeitos subalternos na economia e na política” e, portanto, é essencial se debruçar sob as diferentes experiências e investigar os perfis da participação praticada.

Porém, em face do afastamento e posterior processo de impedimento de Dilma Rousseff, bem como a assunção de Michel Temer à presidência da República, o programa foi descontinuado em meados de 2016 e, deste modo, não foram realizados novos ciclos, interrompendo o canal de interação entre população e áreas centrais do governo e de irradiações para outros ministérios. Ainda assim, a partir dos apontamentos socializados na plataforma do programa Dialoga Brasil, é possível afirmar que a experiência de dialogar com a sociedade se apresenta justa, válida, democrática e rica em propostas, uma vez que, por limites estruturais ou por omissão, o poder executivo não consegue atingir todas as localidades ou delas observar todas as reais necessidades e, com um instrumento de grande alcance, uma plataforma via *internet*, pode-se alcançar os diversos atores que compõem a sociedade brasileira e que dela ajudam a construir.

## REFERÊNCIAS

ALARCÓN, Pietro de Jesús Lora. **O patrimônio genético humano e sua proteção na Constituição Federal de 1988**. São Paulo: Método, 2004.

ARAUJO, Luiz Alberto David; NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. **Curso de Direito Constitucional**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

AVRITZER, Leonardo. O orçamento participativo e a teoria democrática: um balanço crítico.

In: AVRITZER, Leonardo; NAVARRO, Zander (Orgs.). **A inovação democrática no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

BASTOS, Celso Ribeiro; TAVARES, André Ramos. **Tendências do direito público no limiar de um novo milênio**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

BRAGATTO, Rachel Callai; VEIGA, Luciana. Participação democrática e novas tecnologias e comunicação: mapeando diretrizes políticas e o uso da internet pelos governos do Brasil e da Argentina. In: I CONGRESSO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES DE COMUNICAÇÃO E POLÍTICA. 2006, Salvador. **Anais...** Salvador: COMPOLÍTICA, 2006. p. 1-23. Disponível em: <<https://bit.ly/2N0gJUs>>. Acesso em: 01 mar. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília-DF. Disponível em: <<https://bit.ly/2C8sUtY>>. Acesso em: 01 mar. 2020.

\_\_\_\_\_. **Dialoga Brasil**. 2015a. Disponível em: <<http://www.dialoga.gov.br>>. Acesso em: 01 mar. 2020.

\_\_\_\_\_. **Dialoga Brasil utiliza redes sociais para dar voz ao cidadão**. 2015b. Disponível em: <<https://bit.ly/2C2yoGS>>. Acesso em: 01 mar. 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 28 de maio de 2009. Disponível em: <<https://bit.ly/2N7QR94>>. Acesso em: 01 mar. 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12527, de 18 de novembro de 2011**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 11 de novembro de 2011. Disponível em: <<https://bit.ly/1eKDwfY>>. Acesso em: 01 mar. 2020.

\_\_\_\_\_. **Presidenta Dilma lança plataforma de participação Dialoga Brasil**. 2015a. Elaborado pela Secretaria de Governo. Disponível em: <<https://bit.ly/2N2qW2x>>. Acesso em: 01 mar. 2020.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 18. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. Internet e sociedade em rede. In: MORAES, D. (Org). **Por uma outra comunicação**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

CORRÊA, Victor Trottman. **O campo do conhecimento em administração pública no Brasil: uma análise histórica a partir do seu contexto e caráter multifacetado**. 2017. 192f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2C05kQ6>>. Acesso em: 01 mar. 2020.

CUNHA, Maria Alexandra Viegas Cortez da; MIRANDA, Paulo Roberto de Mello. O uso de TIC pelos governos: uma proposta de agenda de pesquisa a partir da produção acadêmica e da prática nacional. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 20, n. 66, p.543-566, set. 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/2PIOFsm>>. Acesso em: 01 mar. 2020.

DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania**. Campinas: Papirus. 1994.

DIALOGA BRASIL. **5 temas presentes na plataforma Dialoga Brasil**. Disponível em: <<https://bit.ly/2BWjOAF>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos humanos fundamentais**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

GUARESCHI, Pedrinho Arcides. Prefácio. In: SILVEIRA, Andréa F. *et al.* (Orgs.). **Cidadania e participação social**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

KUÇOUSKI, Marina. Comunicação pública: construindo um conceito. In: MATOS, Heloiza Helena Gomes de (Org.). **Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas**. 21. ed. São Paulo: Eca/Usf, 2012. p. 71-96. Disponível em: <<https://bit.ly/2fcYvwN>>. Acesso em: 01 mar. 2020.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. Comunicação pública: direitos de cidadania, fundamentos e práticas. In: MATOS, Heloiza Helena Gomes de (Org.). **Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas**. 21. ed. São Paulo: Eca/Usf, 2012. p. 13-29. Disponível em: <<https://bit.ly/2fcYvwN>>. Acesso em: 01 mar. 2020.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MARTELLI, Carla Gandini Giani. Estado-rede: a possibilidade do Estado na sociedade informacional. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 24/25, 2001/2002. Disponível em: <<https://bit.ly/2Nw5Ma8>>. Acesso em: 01 mar. 2020.

MILANI, Carlos Roberto Sanchez. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e européias. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 43, p.551-579, jun. 2008. Bimestral. Disponível em: <<https://bit.ly/2J261f3>>. Acesso em: 01 mar. 2020.

NOVELINO, Marcelo. **Direito Constitucional**. São Paulo: Editora Método, 2009.

PARANHOS, Ranulfo *et al.* Uma introdução aos métodos mistos. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 18, n. 42, ago. 2016, p. 384-411. Trimestral. Disponível em: <<https://bit.ly/2oNmITS>>. Acesso em: 01 mar. 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SCALQUETTE, Ana Cláudia Silva. **Sistema constitucional das crises: os direitos fundamentais face a situações extremas**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2004.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. As dimensões da participação cidadã. **Caderno CRH**, Salvador, v. 10, n. 26, p.179-209, dez. 1997. Quadrimestral. Disponível em: <<https://bit.ly/2J6D9SU>>. Acesso em: 01 mar. 2020.

ZÉMOR, Pierre. Como anda a comunicação pública? **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 60, n. 2, p. 189-196, jun. 2009. Disponível em: <<https://bit.ly/2omW0w8>>. Acesso em: 01 mar. 2020.

## PROJETO BARRAGINHAS NO NOROESTE DE MINAS GERAIS: DESENVOLVIMENTO REGIONAL E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Data de aceite: 01/07/2020

Data de submissão: 30/03/2020

### **Elias Rodrigues de Oliveira Filho**

Administrador. Professor do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG), Campus Arinos, Arinos/Minas Gerais.

Doutor em Desenvolvimento Regional no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), Universidade de Santa Cruz do Sul.

Mestre em Educação - Políticas Públicas e Gestão pela UNB, Brasília/DF.  
Arinos/Minas Gerais

E-mail: [elias.rodrigues@ifnmg.edu.br](mailto:elias.rodrigues@ifnmg.edu.br)  
<http://lattes.cnpq.br/7846620203975306>

### **Natasha Souza John**

Advogada. Doutoranda em Desenvolvimento Regional (PPGDR/UNISC).  
Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC).  
Santa Cruz do Sul - RS, Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/5292970013978341>

### **Rogério Leandro Lima da Silveira**

Geógrafo. Doutor em Geografia. Pesquisador do CNPq. Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC).  
Santa Cruz do Sul - RS, Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/3810508990315581>

Fragmento, com alterações, da tese de doutorado do primeiro autor no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, Santa Cruz do Sul, RS

**RESUMO:** O presente estudo tem por objetivo apresentar, a partir da iniciativa do Projeto Barraginhas, a viabilidade de concretização de uma articulação positiva e progressiva entre a sustentabilidade, a sociedade e o desenvolvimento. A problemática ambiental tem sido tema cada vez mais presente nos debates econômicos, principalmente nas discussões acerca do desenvolvimento, sendo considerada uma constante no que se refere às demandas sociais, principalmente para implementação de políticas públicas neste âmbito. Diante da crescente exploração do meio ambiente para sustentar a dinâmica da sociedade de consumo, algumas teorias e métodos têm sido criados para pensar o desenvolvimento de forma sustentável, entre os quais, a neoclássica da economia ambiental, que tem vislumbrado o desenvolvimento sustentável a partir da valoração dos bens naturais. Tendo em vista os efeitos atrozados originados pelas ações humanas nos ecossistemas, há certa descrença quanto à possibilidade de uma relação sustentável entre o meio ambiente e o desenvolvimento.

**PALAVRAS-CHAVE:** Meio ambiente;

## BARRAGINHAS PROJECT IN THE NORTHWEST OF MINAS GERAIS: REGIONAL DEVELOPMENT AND ENVIRONMENTAL SUSTAINABILITY

**ABSTRACT:** The objective of this study was to present, based on the initiative of the Barraginhas Project, the feasibility of a positive and progressive articulation between sustainability, society and development. In order to do so, the Ecological Economics theory was used for some understandings about environmental sustainability and development. Environmental issues have been a topic that is increasingly present in economic debates, especially in discussions about development. The phenomenon of globalization has spread in the last decades, a development model based on high consumption patterns, as well as a production with intense use of natural resources – a fact that has worried the environmentalists. Faced with the increasing exploitation of the environment to sustain the dynamics of the consumer society, some theories and methods have been created to think about development in a sustainable way, among them, the neoclassical of environmental economics, which has envisioned sustainable development from the Valuation of natural assets. However, numerous approaches have emerged as a counterpoint to this market perspective, arguing about its insufficiencies to think development in an environmentally sustainable way. In view of the atrocious effects of human actions on ecosystems, there is some disbelief in the possibility of a sustainable relationship between the environment and development.

**KEYWORDS:** Environment. Sustainability. Regional Development. Project Barraginhas.

### 1 | INTRODUÇÃO

A preocupação com as alternativas de desenvolvimento aliadas à sustentabilidade ambiental tem sido crescente nas pautas de movimentos sociais, Organizações Internacionais (OIs) e, como consequência das pressões advindas destes atores, nas agendas estatais. É inegável a grande resistência em torno de alguns protocolos ambientais, bem como a persistência de articulações entre entes públicos e privados que asseguram a preponderância dos avanços industriais e tecnológicos em detrimento da produção sustentável, em conformidade com a dinâmica de consumo da sociedade atual. Entretanto, é possível observar o surgimento de inúmeros projetos no âmbito global que viabilizam o diálogo entre o desenvolvimento e a preservação ambiental.

A intensificação da globalização nas últimas décadas, embora tenha gerado avanços e contribuições aos fluxos de transporte e informação suscita inúmeras consequências em diversos países. Enquanto algumas hegemonias econômicas e políticas globais lideram a difusão do sistema capitalista de produção e os ordenamentos internacionais, principalmente em relação às questões ambientais, os países periféricos emergem

como atores passivos, que importam os modelos de desenvolvimento delimitados pelos países do norte do globo. Além de criar uma noção falseada de desenvolvimento, calcada unicamente nos níveis de industrialização e crescimento econômico, os modelos pautados nas dinâmicas de uma sociedade de consumo tendem a aprofundar desigualdades socioeconômicas, muito em função dos impactos ambientais acarretados em tal processo.

Neste ínterim, novas percepções têm emergido para pensar a relação desenvolvimento-sustentabilidade – algumas centradas no escopo exclusivamente econômico, outras vislumbrando aspectos sociais e de bem-estar, a fim de viabilizar e pensar projetos de desenvolvimento enquadrados nos limites ambientais.

No que tange à percepção do desenvolvimento como processo, que inclui não apenas o aumento dos índices econômicos, mas também o desenvolvimento humano e a preservação ambiental, o presente artigo tem por norte apresentar o Projeto Barraginhas como uma alternativa de desenvolvimento regional e sustentável à região noroeste do Estado de Minas Gerais. Aqui pretendeu-se, portanto, elucidar como o ser humano pode transformar positivamente o seu espaço, bem como refletir acerca do desencadeamento de ganhos coletivos a partir da inclusão da ótica sustentável nas Políticas Públicas.

A fim de cumprir com os anseios do artigo, este foi estruturado em dois tópicos, inicialmente revisão da literatura que versa sobre as dinâmicas da produção capitalista e dos padrões de consumo que dela derivam, e as consequências da noção de desenvolvimento. Neste sentido, destaca-se a crescente preocupação com o tema “ecologia” nos debates da economia, trazendo algumas teorizações que versam sobre a conciliação entre o desenvolvimento e a sustentabilidade ambiental, ao mesmo tempo em que apresenta os desafios encontrados nesse processo.

E na sequência apresentação do Projeto Barraginhas, abordando as especificações da proposta, bem como as razões pelas quais este foi compreendido como uma alternativa de promoção do desenvolvimento na bacia hidrográfica do Rio Urucuia. Para tanto, a presente pesquisa se utiliza da metodologia indutiva, analisa a questão de um modo geral, para posteriormente a situação em específico do projeto de construção das “Barraginhas”. Assim sendo, faz-se reflexão, a partir da análise do projeto de construção das “Barraginhas”, sobre a possibilidade de execução de um projeto de desenvolvimento econômico em conformidade com a sustentabilidade.

## **2 | DESENVOLVIMENTO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO**

Nas últimas décadas, as sociedades têm assistido a uma mudança estrutural no sistema de produção capitalista e, como consequência, no padrão de consumo mundial. O regime de acumulação tem estabelecido altos padrões de consumo, que ultrapassam

o âmbito das necessidades básicas em direção ao consumismo desenfreado, e vão, progressivamente, de encontro à sustentabilidade ambiental.

Conforme destaca Latouche (2012), a questão da ecologia foi inserida no debate da economia apenas por volta da década de 1970, tendo como grande potencializador dessa discussão o teórico Nicolas Georgescu-Roegen. A partir daí, entrou em pauta a percepção dos limites de crescimento em uma sociedade de consumo. Assim, a busca do crescimento pelo crescimento apenas passou a ser questionada, pois, além de não considerar um plano mais amplo de desenvolvimento, não leva em conta os limites da biosfera (LATOUCHE, 2012).

[...] acima de tudo, uma sociedade de crescimento não é desejável por pelo menos três motivos: ela produz um aumento das desigualdades e injustiças; ela cria um bem-estar amplamente ilusório; ela não suscita, mesmo para os que mais se beneficiam, uma sociedade amigável e sim uma antissociedade que padece de riqueza (LATOUCHE, 2012, pp. 46-47).

Ao pensar o desenvolvimento em termos exclusivamente estatísticos e economicistas, fundamentado no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de um país, por exemplo, muitos outros aspectos intrínsecos ao processo de desenvolvimento são deixados de lado, entre os quais, a inter-relação entre a sociedade e o meio em que está inserida, e como esta afeta o bem-estar da população local.

No contexto de intensificação da globalização, que emergiu com força, amparada na doutrina neoliberal, a concepção de desenvolvimento reduzida à acumulação de capital e aos avanços tecnológicos adquiriu notoriedade entre os países desenvolvidos, sendo exportada para os países periféricos do globo. Entretanto, como destaca Santos (2000), a globalização, da maneira como se tem disseminado, gera efeitos perversos principalmente nas economias e sociedades em desenvolvimento.

A imposição de uma dinâmica produtiva concebida unilateralmente pelos países do eixo norte do globo, a partir das realidades econômicas, geográficas, sociais e de consumo específicas daqueles territórios, tem aprofundado o cenário de desigualdade não apenas entre setores da economia, mas entre regiões, como no caso brasileiro (CIDADE; VARGAS; JATOBÁ, 2008). É de se saber que tal movimento concentra os investimentos e o desenvolvimento de indústrias e de mercado consumidor em regiões que, em geral, detêm maior infraestrutura e mão de obra qualificada. Logo, além de exacerbar as diferenças econômicas, tendem a criar um fluxo de deslocamentos internos, elevados índices de desemprego e subemprego e má distribuição de renda (CIDADE; VARGAS; JATOBÁ, 2008).

Além disso, a aplicação de um modelo exógeno de desenvolvimento não considera as condições climáticas e geográficas do local onde se inserem; tampouco considera os custos sociais e ambientais que possam advir desse padrão de desenvolvimento à sociedade local. Tais desigualdades são reforçadas tanto em função da concentração

de investimentos em polos específicos, quanto em decorrência dos padrões de consumo importados que, como destaca Cohen (2003), estão estritamente relacionados à concentração de renda, “[...] nos países em desenvolvimento, a penetração do progresso técnico se circunscreve inicialmente aos padrões de consumo, limitando seus efeitos à modernização dos estilos de vida de certos segmentos da população” (COHEN, 2003, p. 249).

Neste sentido, tendo em vista que a tecnologia é o fundamento do consumo, criam-se estímulos à estruturação de latifúndios e arranjos corporativistas, que cultivam práticas de consumo exacerbado e criam barreiras às dinâmicas socioeconômicas ao desprezar o potencial da poupança dessas economias (COHEN, 2003).

A manutenção dos elevados padrões de consumo disseminados pelo sistema capitalista de produção tem implicado altos fluxos de inovação, que são insustentáveis, tendo em vista a impossibilidade de satisfazer as necessidades crescentes com recursos escassos. Advém desse cenário, portanto, a crescente contestação da sociedade de consumo e preocupação com os rumos da biosfera.

Para Cohen (2003) e Latouche (2012), faz-se necessário repensar o padrão de consumo vigente e, concomitantemente, estar ciente de que inexiste um modelo único e verdadeiro de desenvolvimento que possa ser transposto a todas as partes do globo. As limitações materiais do meio, bem como as dinâmicas econômicas e produtivas de uma localidade devem ser consideradas, a fim de assegurar o desenvolvimento sustentável e equitativo das economias e sociedades nacionais.

Ao contrário do que se disserta acerca das heresias ambientais praticadas pela sociedade de consumo, o viés da economia neoclássica – defensora da manutenção do capitalismo – traz uma proposta de valoração dos bens ambientais para tentar contornar a degradação ambiental. Como destaca Montibeller-Filho (2001), tal vertente entende que todas as externalidades podem ser valoradas monetariamente, tendo em vista que os preços de bens e serviços no mercado não consideram a totalidade de recursos empregados na sua produção e provisão.

Nesta perspectiva, a economia neoclássica passa a intervir, através dos diferentes métodos que decorrem dessa perspectiva, para que os custos sociais sejam incluídos nos custos privados de produção via “internalização das externalidades” (MONTIBELLER-FILHO, 2001).

A compreensão de que a dinâmica do mercado regularia e restringiria suas próprias ações de degradação ambiental é criticada por Montibeller-Filho (2001), tendo em vista que as dificuldades de precisão ao quantificar os bens ambientais fazem com que estes sejam subvalorizados; ou seja, tal valoração hipotética não contribui para a promoção do consumo responsável e, a longo prazo, para a preservação ambiental.

Na esteira da crítica de Montibeller-Filho (2001), Souza (2000) sugere como contraponto à ideia de desenvolvimento sustentável – guiada pela Economia Ambiental



neoclássica – a proposta de Economia Ecológica (Ecodesenvolvimento). Para aquele autor, enquanto

[...] a Economia Ambiental baseia-se em uma noção de racionalidade que está sempre orientada para a satisfação de desejos imediatos do indivíduo, [...] a Economia Ecológica [...] defende que o sistema econômico faz parte de um sistema ecológico maior, e que o equilíbrio desse último deveria ser prioridade sobre as metas e a racionalidade econômica (SOUZA, 2000, p. 143).

A Economia Ecológica surge como uma visão holística e interdisciplinar da questão ambiental, que não considera tão somente as preferências humanas e a maximização do seu bem-estar, mas contempla os vários elementos que interagem na relação economia-meio ambiente (SOUZA, 2000).

Souza (2000) e Montibeller-Filho (2001), levantam críticas à mensurabilidade do meio ambiente, especialmente em termos monetários, tendo em vista a impossibilidade de exatidão ao medir as externalidades e, por vezes, a sua irreversibilidade. A dinâmica mercadológica não permitiria, segundo aqueles autores, pensar em termos intergeracionais de preservação ambiental, não correspondendo, portanto, ao desenvolvimento sustentável sobre o qual dissertam.

Assim, diante da ineficiência do mercado para promover o desenvolvimento, Montibeller-Filho (2001), argumenta que a ação pública, fomentada pelos movimentos ambientalistas, é que deve ser compreendida como uma alternativa de garantir o caráter ambientalmente sustentável de um projeto de desenvolvimento.

Apesar do final do século XX ter sido marcado pelo neoliberalismo crescente e pela minimização do papel intervencionista do Estado, tal período foi marcado pelo aumento da ação reguladora estatal sobre as questões ambientais. Os efeitos do consumismo elevado, da exploração desmesurada de recursos naturais e das externalidades negativas geradas pelo processo produtivo despertaram a ação dos movimentos ambientalistas para pressionar por maior regulamentação sobre o ecossistema.

Como destacam Bursztyn e Bursztyn (2012, p. 180):

[...] já fazíamos políticas e gestão ambiental, indiretamente, sem instituições de meio ambiente. A novidade, a partir da década de 1970, foi à institucionalização da problemática como um foco específico de ação pública, diferenciando o *locus* institucional em que a questão ambiental vinha sendo tratada, de tal forma que passou a ter uma assinatura institucional e um endereço determinados.

A política ambiental passou, então, a ser compreendida como uma ação coordenada entre o Estado e a sociedade civil, que tem como foco “[...] não apenas o ambiente biofísico, mas também o modo como as populações e as atividades produtivas interagem com os diferentes ecossistemas” (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012, p. 182).

A crescente atuação do Estado no diálogo entre a economia e o meio ambiente é, sem dúvida, de grande importância para que o desenvolvimento não seja compreendido apenas a partir do crescimento econômico, pois, a atuação estatal em tal relação tende a

superar a interpretação mercadológica do desenvolvimento, em direção ao cumprimento da sua função de Estado, qual seja, a promoção do bem-estar da população.

Entretanto, como ressalta Souza (2000), as políticas públicas ambientais devem transcender o escopo de regulamentação, legalização e responsabilização de situações já identificadas como problemas ambientais, em conformidade com o pensamento neoclássico de que os bens naturais podem ser valorados. Para aquele autor, é necessário, além da remediação, intervir para a manutenção e o aumento do capital natural, a fim de prevenir a degradação e a exploração desmesurada dos ecossistemas.

### 3.10 PROJETO BARRAGINHAS COMO ALTERNATIVA SUSTENTÁVEL AO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO NOROESTE DE MINAS GERAIS

O Noroeste de Minas, região geográfica o qual está inserido o Território Noroeste de Minas liderou a produção de grãos no estado de Minas Gerais em 2011. “A região foi responsável por 25,4% da safra estadual, com 2,7 milhões de toneladas. Houve um crescimento de 13,9% em relação à 25 produção colhida em 2010. A safra do Noroeste contribuiu para uma colheita recorde no Estado de 10,6 milhões de toneladas” (MINAS GERAIS, 2011, s.p.).

A dinâmica econômica de elevada produtividade se deve a vários fatores, especialmente aos recursos hídricos, a saber, a bacia do Rio Urucuia (Figura 1) – uma das principais bacias que integra a bacia hidrográfica do Rio São Francisco.



Figura 1 – Municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Urucuia – Minas Gerais.

Fonte: Instituto Mineiro de Gestão das Águas, acesso em 20 de maio de 2017.

A bacia do Rio Urucuia abrange territórios dos municípios de: Arinos; Bonfinópolis de Minas; Buritis; Chapada Gaúcha; Formoso; Pintópolis; Riachinho; Santa Fé de Minas; São Romão; Unaí; Uruana de Minas; Urucuia. Abarca área de 25.032,53 km<sup>2</sup>, sendo 10,67 % do território da bacia Rio São Francisco.

Quanto a microrregião do Vale do Rio Urucuia – uma das principais sub-bacias do Rio São Francisco – abrange a microrregião Urucuia Grande Sertão, e é uma das sete microrregiões do Programa de Desenvolvimento Sustentável da Mesorregião de Águas Emendadas (PROMESO), desenvolvido pela Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional (SPR/MIN). Compõe-se de 11 municípios, sendo 10 no Estado de Minas Gerais (Arinos, Bonfinópolis de Minas, Buritis, Chapada Gaúcha, Formoso, Pintópolis, Riachinho, São Romão, Uruana de Minas e Urucuia), e um município no Estado de Goiás (Cabeceiras).

Esta se caracteriza como uma região de produção agrícola com predominância de pecuária em todos os municípios e de agricultura – Cabeceiras, Buritis, Formoso e Chapada Gaúcha. Fundamentalmente, a região concentra grande número de pequenas propriedades rurais, sobretudo, de assentamentos da Reforma Agrária (68), que, em grande parte, não dispõem de serviço de assistência técnica e extensão rural, além do uso de tecnologia ultrapassada para desenvolver suas atividades agrícolas de base econômica pouco diversificada, tendo como consequência baixa produtividade e pouca rentabilidade.

Economicamente a região do Vale do Rio Urucuia, é caracterizada por inúmeras riquezas naturais, terras férteis, recursos hídricos, grande potencial turístico, clima apropriado para o desenvolvimento da agricultura e pecuária, além de excelente localização geopolítica e mercadológica.

Diante do cenário em questão, o Projeto Barraginhas se mostrou como uma potencial alternativa às dificuldades de irrigação dos solos, tendo em vista que pode, parcialmente, reverter o quadro de degradação dos recursos hídricos da região. Projeto que foi desenvolvido no contexto intermunicipal que surgiu em 2003, Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento das Bacias dos Rios Urucuia e Carinhanha que, posteriormente, deu lugar ao Consórcio de Saúde e Desenvolvimento dos Vales do Noroeste de Minas (CONVALES), com o objetivo de desenvolver tal projeto conjuntamente.

### **3.1 A compreensão do projeto barraginhas**

A tecnologia social barraginhas foi idealizada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA Unidade Milho e Sorgo localizada no município de Sete Lagoas, Minas Gerais. Barraginhas consistem na construção de mini-barramentos dispersos nas pastagens e lavouras das propriedades, de modo a recuperar as áreas degradadas pelo escoamento das águas de chuvas sobre os solos compactados.

Tais barragens são como pequenos açudes que captam a água da chuva e a mantêm

represada, forçando a infiltração no solo e recarregando, conseqüentemente, as reservas subterrâneas. A proposta é diminuir a força da água, evitando a erosão e criar um modo de reabastecer os lençóis freáticos, o que ajudaria as plantações a sobreviverem durante os períodos de seca. Foram construídas trinta barraginhas em Sete Lagoas, essas apresentaram excelentes resultados, com o tempo a técnica foi aperfeiçoada, aspecto que favoreceu que o local sirva de “vitrine” para o projeto.

Em termos técnicos, as bacias de captação (barraginhas) são construídas no formato de meia lua (Figura 2), com diâmetro médio 16 metros ou 8 metros de raio, com profundidade no centro da bacia de 1,40 metros e capacidade de acumulação não inferior a 140m<sup>3</sup>. É necessário um trator – retroescavadeira – para realizar o trabalho, que dura, no máximo, duas horas. Quando chove, os barramentos se enchem de água, que vai infiltrando aos poucos na terra. Em um único dia de chuva, é possível acumular a água equivalente a 10 a 15 caminhões pipa. Ao ser absorvida pelo solo, são criadas franjas úmidas – faixas de terra com elevado índice de umidade e fertilidade. Ali os agricultores cultivam hortaliças, bambu e plantas frutíferas.



Figura 2. Barraginhas de Captação de água superficiais de chuvas  
CONVALES (2017a).

Desde 2003, a Fundação Banco do Brasil (FBB) reaplica a referida tecnologia, tendo unidades implantadas nos Estados do Ceará, Minas Gerais, Piauí, Rio de Janeiro e Sergipe, e no Distrito Federal, em parceria com entidades do terceiro setor, quais sejam: Fundação Mussambê, Cooperativa de Serviços e Ideias Ambientais (ECOOIDEIA), Agência de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Vale do Rio Urucuia (ADISVRU), Cooperativa de Produção e Serviços Técnicos do Piauí (COOTAPI), Instituto de Desenvolvimento

Social (IDS) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) de Sergipe, respectivamente.

O projeto foi utilizado na região norte do Estado de Minas Gerais (1000 barraginhas em Janaúba, 500 barraginhas em cada um dos municípios de Bocaiúva, Francisco Dumont e Várzea da Palma); bem como no Vale do Jequitinhonha (Minas Novas com 2.500 barraginhas), totalizando cinco mil barraginhas construídas em quatro anos. No período de 2004 a 2006, a parceria com a FBB, oportunizou a construção de barraginhas no Noroeste de Minas Gerais, em sete municípios da bacia do Urucuia: Arinos, Bonfinópolis de Minas, Buritis, Chapada Gaúcha, Formoso, Riachinho e Urucuia, todos membros do CONVALES. Foram aproximadamente 2.800 barraginhas implantadas sob a gestão da Agência de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Vale do Rio Urucuia - ADISVRU.

Apesar dos impactos ambientais na bacia do Rio Urucuia, pode-se apontar como uma das mais preservadas dentro da bacia do Rio São Francisco, contudo necessita de maiores estratégias que promova sustentabilidade ambiental, sobretudo, devido ao crescimento de investidores nos anos de 2011 a 2015.

### **3.2 A concepção da sustentabilidade ao desenvolvimento no projeto barraginhas**

Ao observar a dinâmica de funcionamento das barraginhas, o seu caráter ambientalmente sustentável se sobressai. Em sua proposta e estrutura, é possível observar características muito mais próximas à perspectiva ecodesenvolvimentista do que à perspectiva de maximização do bem-estar humano e individual. O caráter holístico – um dos aspectos que caracterizam a Economia Ecológica – se faz presente de modo amplo na concepção do Projeto Barraginhas, que se estrutura com base na cultura local, bem como nas condições climáticas, geográficas e, claro, nas realidades humanas da região.

Tal projeto alinha-se à concepção de sustentabilidade do Ecodesenvolvimento por priorizar a manutenção nos níveis de capital natural atuais, diferentemente dos economistas ambientais neoclássicos, que compreendem a sustentabilidade a partir do “[...] aumento do nível de capital total (somando-se capital natural e artificial)” (SOUZA, 2000, p. 155). Assim, o armazenamento da água das chuvas, ao umedecer a área e mantê-la úmida por mais tempo e aumentar o nível do lençol freático, estimula a revitalização da fauna e flora local. Conseqüentemente, o processo em questão cumpre importante função no que tange à manutenção da vitalidade da bacia do Rio Urucuia – importante fonte hídrica. Assim, o Projeto Barraginhas, ao invés de supervalorizar a utilização de tecnologias para criar capital artificial que possa favorecer o desenvolvimento, busca, a partir do aumento dos níveis de capital natural, traçar o seu caminho de desenvolvimento e sustentabilidade. Para Brasil (2012, n. p.):

[...] a construção de barraginhas beneficia os agricultores das propriedades onde são instaladas, uma vez que aumentam a oferta de água na superfície e no solo. A água que

infiltra mantém o solo úmido, propiciando o desenvolvimento de cultivos agrícolas e a implantação de pastagens com maior produtividade. A água que fica exposta no interior da barraginha pode ser utilizada diretamente pelos proprietários rurais para dessedentação animal, irrigação e outros usos. A implantação de barraginhas, por manter a umidade do solo elevada mesmo após o período chuvoso (pois a água acumulada continua a infiltrar), além de possibilitar o aumento da produtividade agrícola permite, ainda, que o período de cultivo agrícola se estenda além do início da estação seca.

Neste sentido, a revitalização do lençol freático favorece o desenvolvimento da agricultura familiar o que pode garantir manutenção da produção e o sustento das famílias de pequenos produtores e assentados da reforma agrária. Têm-se também diminuição de danos ambientais (em especial, a erosão e o assoreamento) ao evitar enxurradas. A iniciativa gera benefícios ao meio ambiente e tem possibilitado a geração de renda no meio rural, ao garantir condições de plantio onde antes não era possível. Outro aspecto de destaque na concepção e execução do Projeto Barraginhas é que pode assegurar a sustentabilidade do ecossistema da região – é o seu embasamento na realidade local dos municípios da bacia do Rio Urucuia.

A preocupação com a definição de um plano de desenvolvimento que seja articulado às capacidades locais, que não advém de um movimento exógeno, de imposição dos padrões de consumo e de produção externos, é bastante presente na literatura crítica à perspectiva ambiental neoclássica. Neste ínterim, tal projeto se apresenta em concordância com a abordagem de Ecodesenvolvimento, que

[...] tende a se colocar como uma perspectiva crítica do modelo dominante do desenvolvimento sustentável, invertendo muito de suas estratégias. Por exemplo, no lugar das *high technology* pregadas pelo desenvolvimento sustentável de mercado como indispensáveis à preservação ambiental, o Ecodesenvolvimento defende as tecnologias adaptadas às condições físicas, culturais, sociais e econômicas locais; em lugar da liberalização dos mercados para melhorar a eficiência produtiva e permitir o maior trânsito de tecnologias limpas, também apregoado pelo modelo de desenvolvimento sustentável dominante, o Ecodesenvolvimento pressupõe esquemas que controlem os mercados para preservar as estratégias locais de desenvolvimento [...] (SOUZA, 2000, p. 161).

Cientes das consequências humanas ao ecossistema da região e, conseqüentemente, às práticas econômicas e sociais locais, as autoridades públicas, em conjunto com a sociedade, reuniram suas capacidades e motivações para transformar, de forma benéfica, as condições ambientais da região noroeste do Estado de Minas Gerais. Diferentemente de pensar em termos de uma dinâmica globalizante, o Projeto Barraginhas desenvolve-se a partir do regional e para o regional; ou seja, diante das dificuldades ambientais enfrentadas pelos municípios da região, e os seus efeitos, foi articulado um projeto que pudesse ser implantado e amparado pelas condições ecológicas e econômicas locais, unindo, de fato, o desenvolvimento à sustentabilidade.

Como ressalta Santos (2000), a valorização da sociedade local é um passo fundamental para superar a perversidade da globalização e a condição de uma nação passiva. A criação de fluxos de relações horizontalizadas, que fortaleça uma resistência aos espaços excludentes reproduzidos pela sociedade de consumo atual, é que pode

permitir a emergência de uma nação ativa, capaz de recriar os espaços econômicos e sociais na direção da minimização das desigualdades (SANTOS, 2000).

Assim, o Projeto Barraginhas está associado à abordagem do Ecodesenvolvimento, que tem por base a “[...] participação popular no processo de planejamento e desenvolvimento local” (SOUZA, 2000, p. 161). De fato, conforme exposto, a cooperação entre os governos e a sociedade civil e entre os governos locais tem permitido a execução do projeto, que já se encontra em sua segunda fase de implantação.

### **3.3 A cooperação como via de promoção e fortalecimento do projeto barraginhas**

No espectro da visão sistêmica da ecologia, reproduzida na concepção de geossistema, como sugere Montibeller-Filho (2001), é possível perceber, além do objeto de estudo aqui definido (as “barraginhas”), uma inter-relação muito mais ampla entre os vários atores situados na região da bacia do Rio Urucuia. Conforme o referido autor, as condições naturais são importantes para a definição de um geossistema, mas não são determinísticas. Tal fato se deve em função, primeiramente, da capacidade humana em derivar de forma positiva e negativa os sistemas naturais e, além disso, da importância das inter-relações de todos os demais elementos que integram tal espaço.

No âmbito do Projeto Barraginhas, a referida dinâmica inter-relacional pode ser claramente identificada, uma vez que não apenas a localização dos afluentes e as condições do clima semiúmido, propenso a meses de seca, determinam a precariedade da irrigação do solo e a conseqüente improdutividade do solo. As práticas de utilização do solo pelos humanos e a devastação de mata nativa para o cultivo das lavouras intensificou as dificuldades de desenvolvimento econômico e, ainda mais, de desenvolvimento econômico sustentável na região.

Entretanto, apesar da perversidade através da qual tem se manifestado a globalização, onde as pretensões de acumulação individuais sobrepõem-se às ambições coletivas e comprometem a conjuntura social, econômica e ambiental presente e do futuro, é possível vislumbrar alternativas de ação. O humano pode derivar, também, positivamente dos recursos naturais (MONTIBELLER-FILHO, 2001) – exemplo ofertado pelo Projeto Barraginhas.

Neste sentido, seguindo a crítica trazida por Montibeller-Filho (2001), à concepção de que a economia de mercado é capaz de impor restrições às próprias externalidades através da valoração monetária concebida hipoteticamente, mas que, ao contrário, as políticas públicas podem ser capazes de limitar a ação do capitalismo, o Projeto Barraginhas pode ser visto como um resultado positivo da alternativa pública. A fim de reverter um cenário de improdutividade do solo e, logo, de estagnação das economias localizadas na bacia do Rio Urucuia, os municípios da região encontraram na proposta de construção de mini-barramentos da EMBRAPA, uma alternativa para superar as crises ambientais e estimular o desenvolvimento regional.

A política de fundação dos consórcios intermunicipais aí emergiu como um instrumento extremamente importante para assegurar e reforçar a cooperação em direção ao desenvolvimento sustentável. O Projeto Barraginhas foi viabilizado, primordialmente, por meio desse mecanismo.

O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento das Bacias dos Rios Urucuia e Carinhanha, fundado em 2003, teve como principais objetivos: a gestão associada de serviços públicos; o compartilhamento ou uso em comum de instrumentos e equipamentos, inclusive de licitação de admissão de pessoal; a proteção ambiental; o planejamento regional na área de atuação do consórcio intermunicipal; e, a articulação de parcerias na execução de projetos de revitalização social, econômica e ambiental dos municípios das bacias do Urucuia e Carinhanha – que integram a bacia do Rio São Francisco. O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento das Bacias dos Rios Urucuia e Carinhanha que passou a ser o CONVALES, rege a cooperação intermunicipal para a execução do Projeto Barraginhas.

A fim de atingir seus objetivos institucionais voltados para o desenvolvimento regional e sustentável, o referido Consórcio vem fortalecendo a cooperação e governança dos municípios consorciados. Sua ação tem sido direcionada à articulação de recursos para novos projetos estruturantes e ao estabelecimento de parcerias estratégicas com Prefeituras consorciadas, com a Agência de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Vale do Rio Urucuia - ADISVRU e Ministério da Integração Nacional (MI), através da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do Rio São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), na busca pela ampliação do Projeto Barraginhas.

Tal estratégia integrada está direcionando as políticas públicas do território para que possam desenvolver ações em comum que caracterizem a tão necessária gestão associada e fortaleça o pacto federativo da região. O convênio firmado com a CODEVASF, teve por objetivo a revitalização ambiental das principais nascentes da bacia do Rio Urucuia; a criação de arranjos produtivos aliados à educação e preservação do meio ambiente, através da proteção das nascentes e matas ciliares; a sensibilização dos moradores e/ou proprietários das terras localizadas nas microbacias do Rio Urucuia; a capacitação de técnicos e produtores na tecnologia de barraginhas; o aumento da taxa de infiltração do solo, a elevação do nível do lençol freático e o umedecimento das baixadas e do entorno de cada barraginha.

Em suma, é possível afirmar que o projeto atingiu parcialmente as metas estabelecidas. O compromisso estabelecido com a CODEVASF foi importante para a viabilização do Projeto Barraginhas. Desde o início do projeto, por intermédio de convênio com a prefeitura de Arinos e Consórcio, foram implantadas mais de 11 mil barraginhas nos municípios da bacia do Rio Urucuia, de outubro de 2010 até agosto de 2012

[...] foram investidos cerca de R\$ 2,6 milhões de reais oriundos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Quase catorze mil pessoas residentes nas propriedades e



comunidades onde foram implantadas as barraginhas foram beneficiadas diretamente. Indiretamente, a população do conjunto de municípios integrantes do consórcio, aproximadamente 90 mil habitantes, foi beneficiada e, além deles, toda a população localizada à jusante das propriedades onde foram implantadas recebeu os benefícios ambientais dessa ação. As melhorias ambientais são relacionadas à conservação da água, solo, recursos florestais e aumento da disponibilidade hídrica, principalmente, na microrregião de implantação das estruturas (BRASIL, 2012, s.p.).

Na segunda fase do projeto, os municípios estão implantando a tecnologia de forma mais lenta, pois estão trabalhando com recursos próprios até firmarem novos convênios que possam potencializar tal ação. Para a continuidade do projeto, portanto, além da importância da cooperação municípios-instituições, é preciso ressaltar a importância da articulação com a sociedade civil.

A configuração do Projeto Barraginhas vai ao encontro do que muito se tem teorizado acerca da promoção da sustentabilidade. Bursztyn e Bursztyn (2012), reforçam a ideia de que os caminhos a serem trilhados rumo à sustentabilidade não dependem tão somente das iniciativas governamentais em relação às ações e regulamentações ambientais. Segundo aqueles autores,

[...] a legitimidade social dos instrumentos é importante para a sua efetividade. Se os atores envolvidos – poluidores ou vítimas (diretas e indiretas) da poluição – não reconhecem os instrumentos de gestão ambiental como fórmulas desejáveis para a solução de problemas, dificilmente haverá sucesso. Não basta apenas uma boa ideia de como lidar com o meio ambiente de forma responsável e efetiva. É preciso também que ela seja entendida e assimilada pelos atores envolvidos (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012, p. 275).

No caso do Projeto Barraginhas, as expectativas de continuidade do projeto puderam ser observadas não apenas entre os gestores municipais, mas também entre os beneficiários, os produtores, que perceberam grandes diferenças nas condições do solo e, de forma macro, passaram a entender os benefícios à conservação ambiental.

#### **4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Apesar da irresponsabilidade com a qual tem se tratado o tema “sustentabilidade”, tentando valorar as externalidades causadas pelo consumismo desenfreado, as quais, por vezes, são irreversíveis, têm-se ainda projetos que permitem vislumbrar desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

Neste sentido, o Projeto Barraginhas foi aqui abordado como um importante experiência para pensar alternativas de desenvolvimento ao modelo globalizante de produção e consumo. Ao invés de tentar superar o conjunto de obstáculos que dificultavam o desenvolvimento regional a partir da ação exógena, o projeto de construção das barraginhas buscou driblar os desafios da globalização a partir das suas potencialidades locais. A articulação entre o uso de tecnologias acessíveis ao local, as realidades geográficas e ambientais do território e o interesse socioeconômico da população imprime

um caráter ecologicamente sustentável ao projeto e tem, conseqüentemente, garantido o sucesso de sua execução.

A partir da experiência do Projeto Barraginhas, é possível verificar a possibilidade de transformação positiva do meio ambiente. A promoção do desenvolvimento a partir da revitalização dos bens naturais, ou seja, a partir do aumento do capital natural, representa, sem dúvida, um avanço em direção à superação da concepção de desenvolvimento sustentável a partir da perspectiva do mercado, aproximando-se da percepção de Ecodesenvolvimento. Tal projeto, a partir de suas estratégias de ação, desencadeia um processo que vai além da recuperação ambiental, dinamizando a economia local e, logo, aumentando os níveis de desenvolvimento humano e social.

É preciso ainda considerar que o projeto surge como exemplo bem-sucedida de articulação e cooperação entre instituições governamentais e entre os governos e a sociedade civil – aspecto fundamental para o binômio desenvolvimento-sustentabilidade. Muito embora, a institucionalização da questão ambiental tenha se fortalecido no decorrer dos anos, enrijecendo leis de punição e regulamentação ambiental, a legislação oficial, por vezes, não é o bastante para garantir a sustentabilidade ecológica.

Há uma grande dependência da vontade política para que os anseios da população sejam sobrepostos às demandas da propriedade privada; ou seja, a articulação entre os indivíduos, as comunidades locais e o governo é importante para alinhar um plano de desenvolvimento completo que, além de gerar crescimento, seja sustentável em longo prazo. Em suma, a experiência do Projeto Barraginhas deixa sua contribuição às reflexões sobre a economia e a sustentabilidade ambiental, uma vez que permite refletir sobre práticas que é, por vezes, imposto às realidades locais como via preferível, ou única, para o alcance do progresso.

A visão holística de desenvolvimento incorporada pelo projeto da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) busca na valorização do capital natural e humano local e, em conformidade com os padrões de consumo locais, os insumos para promover e fortalecer o desenvolvimento regional. Tal elemento estruturante é, principalmente, o que permite visualizar a dimensão ambiental desse processo, reforçando seu caráter sustentável.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ministério da Integração Nacional. Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba.** CODEVASF implantou mais de onze mil barraginhas no noroeste de Minas Gerais. 26 de dezembro de 2012. Disponível em: <<http://www.codevasf.gov.br/noticias/2007/codevasf-implantou-mais-de-onze-mil-barraginhas-no-noroeste-de-minas-gerais/>>. Acesso em: 10 jun. 2017

BURSZTYN, M.; BURSZTYN, M. A. **Fundamentos de política e gestão ambiental: os caminhos do desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

CIDADE, L. C. F.; VARGAS, G. M.; JATOBÁ, S. U. **Regime de acumulação e configuração do território no Brasil**. Cadernos Metrópole, São Paulo, n. 20, p. 13-35, 2º sem. 2008. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/viewFile/8634/6421>>. Acesso em: 05 maio 2017.

COHEN, C. Padrões de consumo e energia: efeitos sobre o meio ambiente e o desenvolvimento. In: MAY, P.; LUSTOSA, M. C.; VINHA, V. **Economia do meio ambiente: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

LATOUCHE, S. **O decrescimento. Por que e como?** In: LÉNA, P.; NASCIMENTO, E. P. (Orgs.). **Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

MINAS GERAIS. **Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA**. Noroeste de Minas tem a maior produção de grãos do Estado. Disponível: <<http://www.agricultura.mg.gov.br/index.php/institucional/55-conteudo/noticias/2151-noroeste-de-minas-tem-a-maior-producao-de-graos-do-estado>>. Acesso em: 10 jun. 2017

MONTIBELLER-FILHO, G. **O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

SANTOS, M. **Por uma outra Globalização – Do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SOUZA, R. S. **Entendendo a questão ambiental: temas de economia, política e gestão do meio ambiente**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

## PROPOSTA DE MÉTODO TÉCNICO PARA ESTUDO DESCRITIVO DE ABSENTEÍSMO POR LICENÇA MÉDICA DA UNESP, CÂMPUS DE ILHA SOLTEIRA

*Data de aceite: 01/07/2020*

*Data de submissão: 05/05/2020*

### **Beatriz Garcia Lopes**

Universidade de São Paulo – Escola Superior de  
Agricultura “Luiz de Queiroz”  
Piracicaba - SP

<http://lattes.cnpq.br/9981897427141701>

### **Joeder Aparecido da Silva Flores**

Escola Estadual Frei Vital de Garibaldi  
Aparecida do Taboado - MS

<http://lattes.cnpq.br/4019576826288244>

### **Renata Trasse de Oliveira Barbosa**

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita  
Filho”  
Ilha Solteira – SP

<http://lattes.cnpq.br/1988363640365936>

### **Rogério de Oliveira Rodrigues**

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita  
Filho”  
Ilha Solteira – SP

<http://lattes.cnpq.br/5051940650552193>

**RESUMO:** O termo absenteísmo é utilizado para se referir a estudos relacionados às ausências de servidores ao trabalho, quer seja por motivos justificados ou não. Inúmeros são os fatores de influência: saúde, vícios,

atrasos, plano de carreira e questões sociais, tornando-se assim muito complexo e de difícil gerenciamento, requerendo atenção constante das organizações. Por sua vez, as Universidades Públicas, em sua função fundamental de legitimar o desenvolvimento técnico-científico do país através do desenvolvimento da sociedade, agregam para si mesma missão de ofertar qualidade de vida e condições salutaras de trabalho entre seus muros, almejando trazer para seu meio, e sem contexto peculiar próprio, a aplicação efetiva das diretrizes da Organização Mundial de Saúde (OMS) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Com isso, o estudo teve por objetivo definir metodologia para a distribuição do absenteísmo por doença entre os Servidores da Faculdade de Engenharia, Câmpus de Ilha Solteira, FEIS, UNESP, conforme perfil ocupacional. Os dados encontrados poderão fornecer subsídios para o aprimoramento das questões que dizem respeito à saúde do servidor.

**PALAVRAS-CHAVE:** Metodologia, Afastamentos, Doença.

## PROPOSED TECHNICAL METHOD FOR DESCRIPTIVE STUDY OF ABSENTEEISM BY MEDICAL LICENSE FROM UNESP, CAMPUS OF ILHA SOLTEIRA

**ABSTRACT:** The term absenteeism is used to refer to studies related to the absence of employees from work, whether for justified reasons or not. Countless factors influence it: health, addictions, delays, career paths, and social issues, thus becoming very complex and difficult to manage, requiring constant attention from organizations. In turn, public universities, in their fundamental role of legitimizing the technical and scientific development of the country through the development of society, also add to themselves the mission of offering a quality of life and healthy working conditions within their walls, aiming to bring to their means, and without its specific context, the effective application of the guidelines of the World Health Organization (WHO) and the International Labor Organization (ILO). With this, the study aimed to define the methodology for the distribution of absenteeism due to illness among the Servants of the Faculty of Engineering, Campus of Ilha Solteira, FEIS, UNESP, according to occupational profile. The data found may constitute subsidies for the improvement of the questions that concern the health of the server.

**KEYWORDS:** Methodology, Work leave, Disease

### 1 | INTRODUÇÃO

O processo saúde-doença a partir da segunda metade do século XX consolida-se como uma construção social inerente as políticas públicas com gênese própria nos direitos humanos. Conhecer do que adoecem e morrem os diferentes segmentos populacionais tornou-se elemento central para os Programas de Saúde do Trabalhador, tendo em vista ser as condições de trabalho gerador de agravos em saúde e causas de mortalidade em todos os países do mundo e de forma catastrófica nos países em desenvolvimento.

Por sua vez, as Universidades Públicas, em sua função fundamental de legitimar o desenvolvimento técnico-científico do país através do desenvolvimento da sociedade, agregam para si mesma a missão de ofertar qualidade de vida e condições salútares de trabalho entre seus muros, almejando trazer para seu meio, e sem contexto peculiar próprio, a aplicação efetiva das diretrizes da Organização Mundial de Saúde (OMS) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Nesse cenário a Faculdade de Engenharia, Câmpus de Ilha Solteira, da Universidade Estadual Paulista – FEIS – UNESP, desenvolveu entre 2006 e 2017 um Projeto de Extensão intitulado “Educação em Saúde no Trabalho”, cujo objetivo era subsidiar a Gestão Administrativa e Acadêmica da Unidade Universitária na efetivação de ações de promoção à saúde e à cidadania. Nesse mesmo período, especificamente em 2010, a UNESP implantou a Coordenadoria de Saúde e Segurança do Trabalhador e Sustentabilidade Ambiental (COSTSA), em nível central para a toda a Universidade, o que transformou o projeto de extensão em um empreendimento importante de suporte para a Política de

Saúde do Trabalhador nesse Câmpus.

No período de realização do projeto, sua diretriz fundamental era subsidiar a política interna de saúde e segurança da comunidade, introduzindo a construção de um arcabouço técnico-científico articulado aos instrumentos e procedimentos que efetivassem o binômio estudo-intervenção, buscando enfatizar os servidores como parceiros e atores do empreendimento. Nessa articulação tal projeto efetivava ações conjuntas com a Seção Técnica de Saúde, para implantar as diretrizes das Normas Regulamentadoras de Saúde e Segurança no Trabalho de forma ininterrupta com a pesquisa, criando um suporte para essa implantação e correspondente avaliação de seus resultados.

O estudo preliminar que se apresenta é um dos trabalhos realizados, trazendo esse a especificidade de tornar a pesquisa um elemento importante de cumprimento das Normas Regulamentadoras. Essa premissa se consolidou com a constatação empírica de ser impossível a intervenção e compreensão da saúde do servidor sem o olhar em distintas abordagens, como as transformações institucionais, fatores de risco ambientais e os aspectos psicofísicos individuais e coletivos, observados na vertente do cenário tecnológico contemporâneo e nas características singulares da Unidade Universitária. Entre essas distintas e interdependentes abordagens o absenteísmo estaria presente.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) conceitua o absenteísmo como falta do trabalhador ao trabalho. A exceção feita para períodos derivados de gravidez normal ou prisão, o absenteísmo remete às condições de saúde do trabalhador (psicofísica), às condições de vida e de trabalho, as quais devem ser analisadas de forma integrada.

A análise do absenteísmo apontou-se como um instrumento de Gestão Ocupacional das organizações privadas do mundo todo, por ilustrarem as perdas e custos envolvidos com o pagamento de subsídios aos trabalhadores, os cuidados de saúde tanto empresarial como governamental, redução da produtividade da empresa, efeito negativo na economia e na responsabilidade social das organizações.

A literatura apresenta inúmeros fatores intrínsecos à saúde do trabalhador (COSTA; VIEIRA; SENA, 2009), entre eles pode-se destacar as características inerentes à própria condição física e mental do trabalhador, as questões ligadas à organização e ao processo de trabalho, aos aspectos da gestão, às características da função e seu cunho ambiental.

O absenteísmo por doença repercute em danos institucionais, para o trabalhador e seus familiares, para os serviços de saúde e, por consequência, para a sociedade. Estudos comprovam que o mesmo é fonte de perda de recursos, impacta os processos de trabalho, prejudica o ambiente, diminui a produtividade e sobrecarrega os colegas. Paralelamente traz prejuízos para todo o contexto organizacional, o que demanda uma metodologia adequada para o seu entendimento.

Pesquisadores como Oenning, Carvalho e Lima (2014) apontaram o imperativo de conhecer e interpretar os eventos no ambiente de trabalho, a fim de estudar diagnósticos situacionais e efetivar intervenções de promoção à saúde do trabalhador. O adoecimento,

com afastamento e periodicidade, é elemento de grande importância para a administração das organizações que almejam trabalhar com qualidade de vida.

Não são insignificantes os estudos que tiveram como objeto o absenteísmo no país. Apesar da produção científica sobre absenteísmo por doença no Brasil, a introdução dos servidores públicos como agentes relevantes para essa análise é recente no país, e no mundo, considerando-se que há mais de um século os trabalhadores das empresas privadas apresentam pesquisas e estudos e os servidores públicos apresentam raríssimos estudos que não chegam há 20 anos.

Segundo o Ministério da Saúde (2001), o trabalho ocupa uma condição importante na vida do homem; “sendo fonte de subsistência e de posição social, a falta de trabalho ou mesmo a ameaça da perda do emprego geram sofrimento psíquico, pois ameaçam a subsistência e a vida material do trabalhador e de sua família”.

Segundo Moura, Lopes e Barbosa (2017) o trabalho é algo importante na vida de todo ser humano, sendo que grande parte da sua vida é dedicada dentro de uma instituição. É evidente que a modernidade trouxe ao servidor algumas ansiedades, incertezas, confusões, mudanças e etc., e isto é algo que ocorre diariamente e de forma muito rápida. Quaisquer que sejam as atividades humanas, ela vivencia uma sobrecarga de informações, opções e escolhas que poderão comprometer o servidor, tanto de forma física, como de forma mental, isso devido ao estresse que essas mudanças acarretam.

Portanto o comportamento das grandes instituições fomenta o indivíduo a valorizar e questionar-se de fato se o mesmo está em um ambiente propício e com as devidas ferramentas instauradas para este fim. Porém, com as contínuas e crescentes exigências de qualificação, a pressão exacerbada que os funcionários são submetidos em favor do cumprimento das metas, e por muitas vezes a falta de suporte para que estas sejam realizadas, aumenta cada vez mais o desequilíbrio na relação instituição-servidor, tendo como consequência a baixa qualidade de vida no trabalho; com isso os casos de afastamentos por motivos de doenças ocupacionais aumentam. Assim, de acordo com Moura, Lopes e Barbosa (2017) entender o que essas mudanças promovem de fato no ser humano, torna-se uma área de grande importância em estudos relacionados às instituições.

Nos dias atuais, com a globalização e a demanda de crescimento, o absenteísmo nas organizações continua sendo uma das principais preocupações quando o quesito é a produtividade, uma vez que a maioria dos processos são realizados com bases em recursos produtivos, além de afetar o lucro e a produção das empresas, o absenteísmo gera custos diretos como: horas extras, atrasos nos prazos, clientes descontentes e aumento da atuação dos outros funcionários que precisam suprir a ausência do companheiro, implicando assim em uma sequência de ações que prejudicará todo um processo dentro da empresa.

O absenteísmo muitas vezes é designado para análise de dados estatísticos,

sendo vários os fatores que se referem-se a ele, tais como: saúde, problemas pessoais/familiares, atrasos, vícios com álcool/drogas, desmotivação do trabalho exercido, falta de reconhecimento, falta de trabalho em equipe, faltas e saídas antecipadas no trabalho, devido a algum motivo interveniente de maneira justificada ou injustificada. Quando se refere ao termo absenteísmo, se faz necessário ter em mente uma visão global do porquê as pessoas se ausentam do trabalho. É importante conhecer as políticas de recursos humanos e o ambiente corporativo da empresa, e não ser atento apenas ao fato do adoecimento ou da falta ao trabalho (CARVALHO, 2005).

O absenteísmo por doença repercute em problemas institucionais e para o servidor. Estudos comprovam que o mesmo é fonte de perda de recursos, impacta os processos de trabalho, prejudica o ambiente, diminui a produtividade e sobrecarrega os colegas. Paralelamente traz dano a todo o contexto organizacional, o que demanda uma metodologia adequada para o seu entendimento (GIROLDI; GALAN; OLIVEIRA; STELUTTI, 2018).

A partir do conhecimento a respeito das doenças mais influentes nas licenças médicas dos servidores, é possível colaborar com uma ação que torne o ambiente de trabalho menos prejudicial, mais humano e seguro, possibilitando uma melhora na satisfação do servidor com suas atividades profissionais e uma diminuição no índice de absenteísmo. Esse conhecimento permite uma visão detalhada, tanto de forma individual quanto epidemiológica, das condições e estruturas de trabalho, ratificando estudos científicos que subsidiem a gerência de Recursos Humanos, com interesse de reavaliar a política institucional com o objetivo de melhorar a saúde do servidor.

Diante disso, objetivou-se definir a metodologia para a distribuição do absenteísmo por doença entre os Servidores da Faculdade de Engenharia, Câmpus de Ilha Solteira, FEIS, UNESP, conforme perfil ocupacional.

## **2 | MATERIAL E MÉTODOS**

O absenteísmo por doença foi definido para esse estudo como a ausência do Servidor ao trabalho devido ao adoecimento, descartando as licenças médicas decorrentes de acidentes de trabalho. O estudo piloto pautou-se em estudo bibliográfico e análise documental de todos os servidores da FEIS no ano de 2015, um total de 575 servidores, conforme dados da Seção Técnica de Saúde, respeitando-se o anonimato.

Realizou-se esboço de um estudo epidemiológico, descritivo e transversal. Foi adotada a variável sociodemográfica (sexo), variável ocupacional (função) e a variável do absenteísmo por doença (ocorrência do atestado e número de dias de afastamento conforme Classificação Internacional de Doenças).

Considerou-se para análise dos dias trabalhados o calendário de dias efetivos, informado no Ofício Circular RUNESP 14/2014, totalizando 235 dias. Períodos em dias não efetivos de exercício laboral foram estipulados subtraindo-se os fins de semana e os



feriados, incluindo os Municipais, totalizando 130 dias.

Os atestados médicos foram distribuídos conforme a CID-10 e duração do evento. Foram utilizados os seguintes índices: de frequência dado pelo número de atestados no período dividido pelo efetivo médio do período, de gravidade dado pelo número de dias perdidos no período dividido pelo efetivo médio do período, e de porcentagem de tempo perdido dado pelo número de dias perdidos no período, vezes cem, dividido pelo número programado de dias de trabalho no ano trabalhado.

Para o cálculo da prevalência de atestados médicos na população, foi considerada a apresentação de atestado médico para afastamento do trabalho (considerado como evento), independente se o servidor apresentar 1 ou mais atestados no período. Este cálculo foi realizado apenas para evidenciar o peso do evento na população e dentre suas categorias, já que a medida de prevalência não constitui uma medida de risco e sim o número de pessoas afetadas na população em um período específico.

Para organização dos dados foi utilizado o software Microsoft Office Excel, sendo feita a caracterização da população conforme variáveis pesquisadas.

### 3 | RESULTADOS

O índice de frequência de absenteísmo foi de 0,216 afastamentos por servidor/ano, o de gravidade foi de 3,143 dias perdidos por servidor/ano, e a proporção de tempo perdido foi de 432,56% ao ano. A referência de análise foi a validada pela realidade brasileira, que classifica como índices de absenteísmo-doença excessivos valores com índice de frequência (IF) maiores que 0,10 por mês (determinado mês, para cada 100 servidores mais de 10 afastamentos por doença).

Nº eventos apresentados no 1º semestre	Nº de servidores	Nº Porcentagem (%) de servidores
01	0	0,00
02	23	26,44
03	15	17,24
04	5	5,75
05	3	3,45
06	1	1,15
07	5	5,75
08	2	2,30
09	2	2,30
10	4	4,60
Mais de 10	27	31,03
Total	87*	

Tabela 1. Eventos de Atestados Médicos: quantos servidores apresentaram no período o respectivo número de atestados.

\*68 servidores no total pediram afastamento, no entanto um ou mais servidores pediram mais de um afastamento.

A porcentagem de tempo perdido acumulado maior que 1,2% nos setores contou com análise da situação do trabalho pela Seção Técnica de Saúde (STS) e Seção Técnica de Desenvolvimento e Administração de Recursos Humanos (STDARH). Os resultados aquém do percentual considerado como esperado também foram analisados e com essa avaliação dos resultados obtidos poderão representar uma ferramenta a ser utilizada de base para a elaboração de programas pontuais e estratégicos, na busca pela melhoria das condições de saúde e trabalho.

Com o tempo houveram mudanças quanto ao perfil epidemiológico das doenças, acarretando em uma grande preocupação a nível global com as consequências que esses danos à saúde dos servidores podem provocar; isso pode ser responsável pelo aumento de licenças médicas causando uma perda de dias maior por afastamento ao serviço, o que pode resultar em produções menores, bem como enfraquecer a habilidade/capacidade do servidor (DE ANDRADE et al., 2008). Logo, se faz necessário um estudo no tocante aos casos de absenteísmo, bem como suas características influentes (CRISTOFOLINI et al., 2008; IHLEBAEK; BRAGE; ERIKSEN, 2007).

Cargo/função	Quantidade de afastamentos
Operacional I	12
Agente de Vigilância	5
Assistente Administrativo	11
Auxiliar Agrônomo	5
Docente	9
Operacional II	10
Técnico Agropecuário	2
Operador de Máquinas	1
Agente de Desenvolvimento Infantil	3
Assistente de Suporte Acadêmico	8
Auxiliar de Campo	2

Tabela 2. Afastamentos por cargo/ função na UNESP/FEIS.

Dos 68 servidores que pediram afastamento, 12 (18%) tem o cargo operacional I, 5 (7%) são agentes de vigilância, 11 (16%) são assistentes administrativos, 5 (7%) são auxiliares agrônomo, 9 (13%) são docentes, 10 (15%) são Operacionais II, 2 (3%) são técnicos agropecuários, 1 (2%) é operador de máquinas, 3 (4%) são Agentes de Desenvolvimento Infantil, 8 (12%) são Assistentes de Suporte Acadêmico e 2 (3%) são Auxiliares de Campo (Tabela 2).

Muitos autores desenvolvem estudos com apenas uma característica, apenas uma profissão/função e se atentam apenas às descrições do próprio servidor, como forma de contabilizar os afastamentos do trabalho, assim como caracterizar o período em que

levam determinadas licenças (FERRIE et al., 2005). O problema se dá, quando muitos prontuários não constam as devidas informações como o CID-10, motivos pelos quais levou o servidor a se afastar, causando uma dificuldade quanto à quantificação de doenças que mais afastaram os servidores.

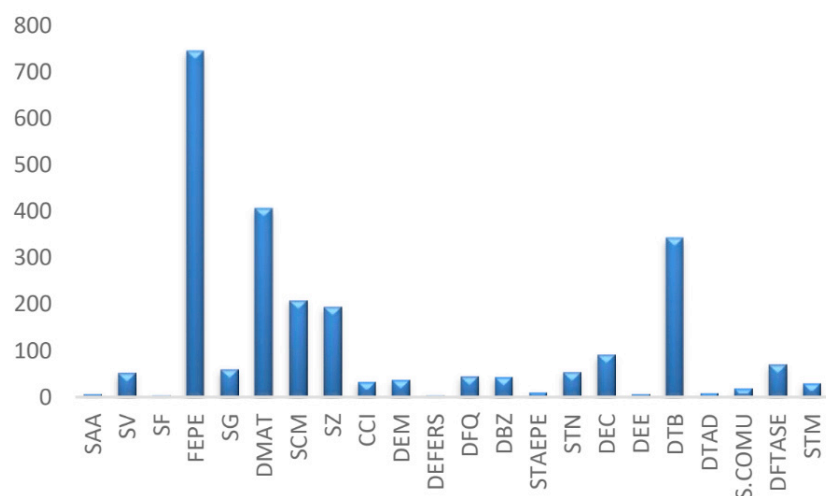


Figura 1. Dias de afastamentos por setor/ área da UNESP/FEIS.

\*SAA: Seção de Atividades Auxiliares; SV: Setor de Vigilância; SZ: Setor de Zeladoria; SF: Seção de Finanças; FEPE: Fazenda de Ensino, Pesquisa e Extensão; SG: Seção de Graduação; DMAT: Departamento de Matemática; SCM: Seção de Conservação e Manutenção; CCI: Centro de Convivência Infantil; DEM: Departamento de Engenharia Mecânica; DEFERS: Departamento de Fitossanidade, Engenharia Rural e Solos; DFQ: Departamento de Física e Química; DBZ: Departamento de Biologia e Zootecnia; STAEPE: Seção Técnica de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão; STN: Seção Técnica de Nutrição; DEC: Departamento de Engenharia Civil; DEE: Departamento de Engenharia Elétrica; DTB: Diretoria Técnica de Biblioteca; DTAD: Diretoria Técnica Administrativa; S.COMU: Seção de Comunicações; DFTASE: Departamento de Fitotecnia, Tecnologia de Alimentos e Sócio Economia; STM: Seção Técnica de Materiais.

O setor/área que apresentou maior quantidade de dias de afastamento foi o da Fazenda de Ensino, Pesquisa e Extensão (FEPE), com 752 dias de afastamentos, cerca de 30% da quantidade total, seguida do Departamento de Matemática (DMAT) com 407 dias de afastamento, aproximadamente 16%. Os setores/áreas que obtiveram a menor quantidade de dias de afastamento foram o Setor de Finanças (SF) e o Departamento de Fitossanidade, Engenharia Rural e Solos (DEFERS), com apenas 4 dias de afastamento, representando cada um 0,16% do total (Figura 1).

Com relação ao gênero, dos 68 servidores que pediram afastamento, 26 (38%) são do sexo feminino e 42 (62%) do sexo masculino (Figura 2). Com relação à quantidade de dias perdidos por afastamento, as mulheres foram responsáveis por 704 (28%) dias perdidos, enquanto que os homens são responsáveis por 1775 (72%) de dias perdidos (Figura 2). Ainda que muitas pesquisas relatem que mulheres tem maior índice de absenteísmo (BRIDGES; MUMFORD, 2001), este estudo evidencia o contrário, demonstrando a necessidade de mais estudos relacionados ao absenteísmo do servidor público.

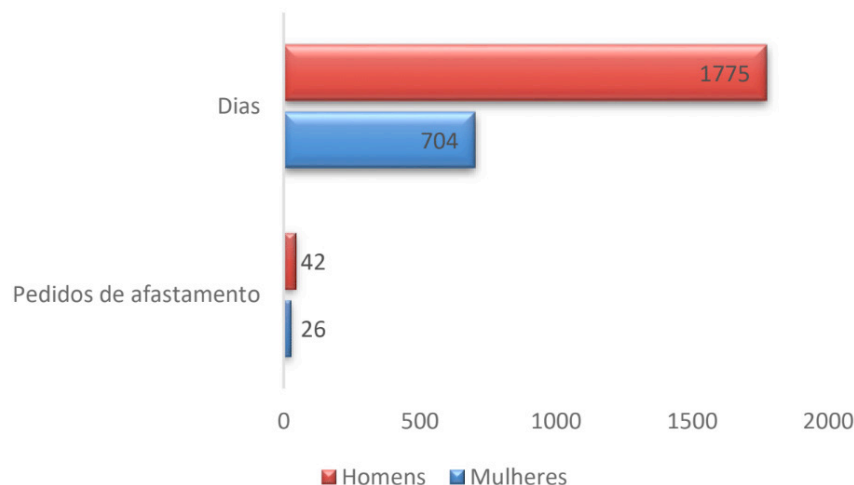


Figura 2. Pedidos de afastamento e dias perdidos por sexo.

No total de 116 pedidos de afastamentos foram contabilizados 2479 dias perdidos, uma média de 36 dias perdidos por servidor (Tabela 3), lembrando que um servidor pediu mais de um afastamento, podendo ser com dias diferentes de licença médica. Foram registradas licenças médicas por diferentes razões, onde a maioria dos laudos não apresentaram o CID. As licenças que continham CID no laudo registraram uma quantidade maior de dias perdidos devidos a transtornos mentais e comportamentais.

Tipo de atestado segundo o tempo de afastamento	Eventos		Dias Perdidos	
	Quantidade	Porcentagem	*n	Porcentagem
Até 2 dias	30	25,86	60	2,42
Atestado entre 3 e 5 dias	24	20,69	77	3,11
Atestado entre 5 e 10 dias	14	12,07	99	3,99
Atestado entre 10 e 15 dias	6	5,17	65	2,62
Atestado de 15 e 30 dias	10	8,62	160	6,45
Atestado de 30 a 40 dias	7	6,03	211	8,51
Atestado de 40 dias ou mais	25	21,55	1807	72,89
Total	116		2479	

Tabela 3. Atestados médicos entre servidores.

\*n: número de dias perdidos calculado pela somatória dos dias de afastamento de cada atestado.

A metodologia mostrou-se capaz de levantar um perfil dos Servidores adoecidos e a frequência das incidências das doenças por CID e função, articulando as variáveis apresentadas. Todavia mostrou-se insuficiente em articular a doença com o trabalho, pois não previu o cálculo do índice de gravidade (obtido pelo número de dias perdidos dividido pelo número de efetivo laboral). O índice de frequência, aliado ao de tempo perdido, não abrangeu os elementos fundamentais para compreensão das tipologias de adoecimento

de maior impacto por função e área dentro da FEIS, o que prejudica a relação trabalho/saúde/doença no ambiente de trabalho.

#### 4 | DISCUSSÃO

A metodologia, após análise teórica preliminar, mostrou-se relevante em seus resultados, cujos dados estariam diretamente vinculados a abordagens relevantes à gestão da Atenção à Saúde do Trabalhador pelo projeto, nas respectivas gestões que fez parte em pelo menos dois grandes campos institucionais.

O primeiro campo de impacto aos dados do absenteísmo conseguidos pela ferramenta estaria voltado à compreensão das possíveis relações entre a saúde e doença de cada função, ou seja, ao nexos causal. A introdução de medidas de humanização do trabalho seria outro campo, pois o absenteísmo pode apontar necessidades de mudanças nos processos de trabalho, aqui em específico nas variáveis processo e ambiente.

O objetivo do estudo aqui apresentado limitou-se à apresentação da metodologia, não sendo possível no momento a análise funcional dos dados na vertente funcional do absenteísmo. Tal análise implica embasamento efetivo de cada tipo de função com as doenças do trabalho por elas atreladas e reconhecidas. Implicaria também a construção de conhecimentos dos aspectos ambientais e das micropolíticas de gestão de cada setor; todavia, seus resultados são qualitativos por apresentarem questões de análise em diversas matrizes da Atenção à Saúde do Trabalhador.

Os serviços de assistência em saúde aos trabalhadores vítimas de acidentes ou doenças do trabalho poderiam partir dos dados da metodologia, construindo um monitoramento dos casos de forma longitudinal.

As ações de promoção em saúde poderiam ter, em parte, embasamento das principais causas de agravos e afastamentos, relacionados ou não ao trabalho. A educação continuada aos servidores deveria incluir Educação em Saúde, também fundamentadas no diagnóstico conseguido pela metodologia.

A criação de canais permanentes em redes sociais e outros espaços coletivos de educação em saúde e segurança poderia ser planejada de acordo com o absenteísmo, buscando compreender em médio e longo prazo seus resultados nos níveis de informação e formação do trabalhador.

Por sua vez, a metodologia e seus resultados trazem limitantes que devem ser pontuados, pois remetem-se não só à efetivação correta da metodologia aqui apresentada, mas também aos resultados do trabalho. A rigor, o absenteísmo, em todas as suas possíveis facetas de análise, apresenta imperativos que devem ser respeitados.

A primeira entropia que pode invalidar a metodologia e sua efetividade seria sua aplicação sem apoio interdisciplinar de diferentes áreas do saber, o que inclui os detentores

de conhecimentos de estatística, ciências médicas e sociais.

A segunda limitação estaria reportada à intervenção frente aos dados, o que insere complexidade e dinamismo à sua leitura, que extrapola os muros da instituição a ser estudada pela metodologia. Ao contrário, toda a política institucional envolvida na Saúde do Trabalhador deve ser conhecida nas diferentes esferas para contextualizar de forma coletiva os dados. O olhar individualista do absenteísmo, desprovido de análises e intervenções das relações de trabalho e de gestão no contexto regional-nacional, não apresenta resultados a médio e longo prazo porque não promove mudanças e conservação dos aspectos inerentes à suas causas e consequências.

Finalmente, é necessária a complementariedade e compreensão de aspectos qualitativos que a metodologia não traz. Estudos qualitativos são expressões da participação efetiva dos trabalhadores em suas formas particularidades de morrer, adoecer e manter-se saudáveis. Tais estudos implicam pesquisas com cunho qualitativo fundamentados em diretrizes éticas rigorosas para a preservação das partes e da dignidade humana.

O uso do absenteísmo pelos órgãos públicos e organizações privadas não é necessariamente uma novidade nas políticas de gestão, todavia tem sido frequente o uso dos dados do absenteísmo reportado à construção de ações em programas estanques, sem a junção interdisciplinar e intersetorial. Vários aspectos contribuem para tal. Sem dúvida, dois são mais presentes nas esferas institucionais públicas. A não validação dos instrumentos e procedimentos de levantamento de dados e suas ações consequentes e a ausência de equipes interdisciplinares de áreas distintas na execução dos estudos e ações com verdadeira bagagem teórico-metodológica, técnica-operativa e ético-política para efetivar tais estudos e desenhar as ações dos programas decorrentes.

Segundo BARBOSA (2017), o absenteísmo é um fenômeno de causas e consequências detentores de complexidade. A metodologia aqui apresentada mostrou-se efetiva em ilustrar o estado de saúde dos trabalhadores. Os impactos econômicos importantes são pouco discutidos na administração pública e nos programas institucionais de saúde do trabalhador nas esferas públicas. A autora acrescenta que o estudo dos afastamentos é imprescindível para fundamentar discussões sobre a condição de saúde e doença dos trabalhadores, assim como para elaborar políticas de promoção, prevenção e reabilitação da saúde. Nessa perspectiva a metodologia aqui apresentada agrega valor em responsabilidade social e humanitária.

## 5 | CONCLUSÃO

A presente pesquisa elucida o fato de que é impossível uma organização viver sem absenteísmo, uma vez que sempre haverá servidores que irão faltar por motivos diversos, mas fica claro que há a necessidade de se levantar dados mais específicos que possam

auxiliar na redução do índice de absenteísmo e até mesmo no controle desses fatores.

Uma análise, com dados específicos sobre os estudos revisados, pode apontar quais são os principais fatores que geram o absenteísmo na organização, podendo ser reduzidos os quantitativos de ausências com a criação de programas com vistas à identificação das causas do mesmo, proporcionando um domínio das causas e promovendo um facilitador de combate ao problema.

Estudar o absenteísmo institucional é de grande importância para a prevenção de agravos, conferindo a sua metodologia como de grande relevância, assim aparece, então, como uma questão gerencial, podendo ser adotado como sendo de responsabilidade da área de Recursos Humanos, especialmente a área de Saúde e Segurança do Trabalho e do corpo de gestores. O estudo aqui apontado demonstra a necessidade de utilização de programa estatístico para aumentar a assertividade dos dados e da inclusão do índice de gravidade, como fórmula obrigatória para a segurança das informações.

Portanto, é necessário analisar cuidadosamente os pequenos detalhes com respeito às faltas ou saídas durante o expediente de trabalho, pois somadas num todo certamente provocarão uma redução do coletivo no final de cada mês, ou no final de cada ano.

## REFERÊNCIAS

- BARBOSA, R. T. O. **Absenteísmo: principais causas entre homens trabalhadores braçais de uma universidade pública no interior paulista.** Revista Interdisciplinar em Saúde, Cajazeiras, v. 4, n. 1, p. 3-18, 2017.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde.** Brasília, 2001. (Normas e Manuais Técnicos).
- BRIDGES, S.; MUMFORD, K. **Absenteeism in the UK: a comparison across genders.** The Manchester School, v. 69, n. 3, p. 276-284, 2001.
- CARVALHO, A. G. **Gestão do Absenteísmo.** 2005.
- COSTA, F. M., VIEIRA, M. A., SENA, R. R. **Absenteísmo relacionado à doenças entre membros da equipe de enfermagem de um hospital escola.** Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília. 2009, jan/fev; v. 62, n. 1, p. 38-44, 2009.
- CRISTOFOLINI, A. et al. **The prevalence of headache in a population of health care workers and the effects on productivity costs.** La Medicina del lavoro, v. 99, n. 1, p. 8-15, 2008.
- DE ANDRADE, T. B. et al. **Prevalência de absenteísmo entre trabalhadores do serviço público.** Scientia Medica, v. 18, n. 4, p. 166-171, 2008.
- FERRIE, J. E. et al. **A comparison of self-reported sickness absence with absences recorded in employers' registers: evidence from the Whitehall II study.** Occupational and Environmental Medicine, v. 62, n. 2, p. 74-79, 2005.
- GIROLD, E. L.; GALAN., C. R.; OLIVEIRA, E. A.. STELUTI, A. J. C. **Absenteísmo na indústria de transformação: estudo de caso na linha de produção em uma indústria de injeção plástica.** Revista UNINGÁ Review, Maringá, v. 33, n. 2, p. 88-104, 2018.

IHLEBAEK, C., BRAGE, S., ERIKSEN, H. R. Health complaints and sickness absence in Norway, 1996–2003. **Occupational Medicine**, v. 57, n. 1, p. 43-49, 2007.

MOURA, R. G.; LOPES, P. L.; BARBOSA, M. V. **Qualidade De Vida No Trabalho, Mito Ou Realidade Corporativa?**. 2017.

OENNING, N. S. X.; CARVALHO, F. M.; LIMA, V. M. C. **Fatores de risco para absenteísmo com licença médica em trabalhadores da indústria de petróleo**. Rev. Saúde Pública, v. 48, n. 1, p. 103-122, 2014.



## QUALIFICAR PARA PRESERVAR: UMA CONTRIBUIÇÃO FORMATIVA

Data de aceite: 01/07/2020

Data de submissão: 01/04/2020

### Haroldo Gallo

Professor Livre Docente, Instituto de Artes –  
UNICAMP  
Campinas – São Paulo

Endereço CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9634210057618767>

Endereço ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-3900-0046>

### Marcos Tognon

Professor Livre Docente, IFCH – UNICAMP  
Campinas – São Paulo

Endereço CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1816303126212686>

Endereço ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7962-0031>

**RESUMO:** Este artigo tem por objeto uma experiência de ensino de pós-graduação com o objetivo da qualificação de quadros profissionais de nível superior para a intervenção em artefatos materiais de natureza artística e arquitetônica que compõem o patrimônio cultural. Trata-se de um curso de especialização modalidade extensão universitária desenvolvido numa Universidade Pública, a UNICAMP, com título

“*Intervenção, Restauro e Conservação: Artes Integradas e Arquitetura*” que expressa seu recorte. Uma de suas premissas básicas foi fornecer aos alunos um contato e convívio interdisciplinar, coerente com a natureza da área de preservação tendo, então, como público-alvo artistas, arquitetos, urbanistas, designers, restauradores, historiadores e profissionais de áreas afins. Foi seu objetivo desenvolver referencial conceitual amplo e aberto, privilegiando a visão de conjunto dessa área do conhecimento, encaminhando ou para pesquisas na dimensão do *strictu sensu*, ou para a qualificação profissional do efetivo exercício. Essas mesmas premissas de interdisciplinaridade e abrangência nortearam a composição do quadro docente do curso, mesclado entre professores da Universidade e profissionais atuantes a ela externos. Assim, pretendeu-se reunir numa só visão de conjunto as experiências daqueles que lidaram com todas as faces da questão patrimonial, nos organismos fiscalizadores, na intervenção profissional e na pesquisa da academia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Formação Profissional, Restauro Arquitetônico, *Artes Integradas na Arquitetura*, Estratégias Didáticas.

**ABSTRACT:** This article aims at a postgraduate teaching experience with the objective of qualifying higher level professional cadres to intervene in material artifacts of artistic and architectural nature that make up the cultural heritage. This is a specialization university extension course developed at a Public University, UNICAMP, entitled “Intervention, Restoration and Conservation: Integrated Arts and Architecture” that expresses its cut. One of its basic premises was to provide students with an interdisciplinary contact and coexistence, consistent with the nature of the preservation area, having as target audience artists, architects, urban planners, designers, restorers, historians and professionals in related fields. Its objective was to develop a broad and open conceptual framework, favoring the overall view of this area of knowledge, referring either to research in the strictu sensu dimension, or to the professional qualification of the effective exercise. These same premises of interdisciplinarity and comprehensiveness guided the composition of the course’s teaching staff, mixed between University professors and professionals working outside it. Thus, it was intended to bring together in a single vision the experiences of those who dealt with all aspects of the patrimonial issue, in the inspection bodies, in the professional intervention and in the research of the academy.

**KEYWORDS:** Professional Training, Architectural Restoration, Art Integration in Architecture, Didactic Strategies.

### 1 | O CONTEXTO

A formação de quadros especializados insere-se na problemática e na atualidade da questão da preservação cultural, especialmente em se considerando as constantes expansões da área preservacionista dos pontos de vista conceitual, geográfico e tipológico. Essa expansão da área também expande um nicho profissional para a preservação e o restauro em várias áreas correlatas do saber. A formação profissional de graduação, ainda que inclua esses conhecimentos e habilidades em seus currículos para algumas das profissões como a arquitetura, não trata em todas as modalidades desse saber (FARAH 2008). Quando o faz, não dispõe da carga didática, extensão de tempo e profundidade necessárias ao desenvolvimento de habilidades fundamentais, bem como do domínio dos instrumentais conceituais, metodológicos e tecnológicos necessários à habilitação para as intervenções na materialidade dos artefatos culturais, bem como da relação dessa com o intangível. A ampliação do conceito de monumento, fundante para a preservação, alterou significativamente os territórios e os limites disciplinares da área, percurso que já tem quase 30 anos desde as primeiras reflexões mais consistentes, em um quadro internacional (JOKILEHTO 1987).

A consequência de toda essa transformação e ampliação do conceito de monumento é que se tornou mais difícil manter territórios e divisas claras de intervenção entre a tutela arqueológica, monumental, a arquitetura e o urbanismo. Assim sendo, ao zelarmos para

que não haja destruição da história, admitimos que novas funções tornem necessárias intervenções arquitetônicas, ampliações e novas construções. Ao mesmo tempo em que devemos tutelar o documento histórico na sua originalidade, devemos também respeitar o modo coerente de existência do contemporâneo, para atingir como fim último um resultado geral de alto conteúdo estético e de utilização, impregnando-se a vida de cultura. Para que esse objetivo venha a ser atingido, fica a necessidade de um projeto de intervenção de postura mais humilde ao se confrontar a exigência atual com a herança histórica, a fim de não danificar a peculiaridade dessa última. Esse projeto de intervenção e restauro deve também ser genuíno, não só pelo eterno compromisso de renovação criativa da arquitetura, mas também porque isso significa que ele deve fomentar uma contraposição dialética e rica de tensões entre o antigo e o contemporâneo. Sendo então compromisso da intervenção atual não só agregar novos valores à pré-existência, mas também estabelecer novos vínculos entre memória e a vida corrente, ela deve cuidar para que sejam reforçadas as relações de identidade, que assim estabelecerá, num contexto indissolúvel, um constante diálogo entre as inovações, as permanências e a autenticidade. (GALLO, 2006, p.96)

A pesquisa na academia, pela sua especificidade, normalmente leva a um “mergulho” em uma problemática recortada, enfoque de todo necessário para a conformação e sistematização de conhecimento, mas que não resulta necessariamente em visões globais abrangentes que permitam a formação de juízo crítico sobre o conjunto desse conhecimento patrimonial, ainda que, no universo da pesquisa, muitas vezes permitam a identificação e possíveis resgates de técnicas e de saberes e fazeres específicos. Também a especificidade da área da preservação tem confluído para um universo fechado pela sua história formativa e peculiaridades, com dificuldades de diálogo com outros interesses amplos do universo da cultura e com o conjunto da sociedade, em última instância, razão de ser da própria preservação. Ainda que essa estratégia formativa da especialização também se preste à equalização e revisão de conteúdos necessárias à etapa de *strictu sensu*, a ênfase preponderante assumida é aquela da qualificação para a participação na efetiva intervenção.

O curso assim proposto versa sobre questões de “*intervenção no patrimônio cultural*”, portanto inseridas no eixo temático de mesmo título no Evento. Isto porque envolve assuntos relacionados com a intervenção no patrimônio edificado e nos artefatos de natureza artística (restauração, conservação, manutenção, reutilização, consolidação, etc.), nas instâncias conceitual, metodológica e tecnológica, e na relação entre as dimensões tangíveis e intangíveis dos artefatos. Considera-se sempre como objetivo principal a preservação da autenticidade, material dos edifícios e dos artefatos artísticos para a sua efetiva salvaguarda, bem como a emulação para o registro e continuidade da imaterialidade. Nesse sentido, procuramos desenvolver habilidades projetuais não apenas com as novas abordagens e ferramentas advindas da era digital, como a *Laser Scanning*, *Termografia* e demais exames não destrutivos por imagem, mas também discutimos as relações necessárias entre campos do conhecimento muitas vezes estanques em suas temáticas ou abordagens: como exemplo, mobilizamos a História, a Técnica e o Desenho na compreensão alargada dos sistemas construtivos históricos brasileiros, suas territorialidades, suas manufaturas, os processos de trabalho (TOGNON 2018).

A ampliação ainda em curso da área da preservação, se tem o valor positivo de seu reconhecimento e acolhimento pela sociedade, tem também o negativo de expor os artefatos de valor cultural à inabilidade de profissionais nem sempre adequadamente capazes para as inevitáveis intervenções, o que tem ocasionado perdas irreparáveis à memória, identidade e ao pertencimento. Sem as intervenções conservativas e a atualização tecnológica, não se recolocam os artefatos no fluxo natural da vida e não se promovem sua apropriação e pertencimento, correndo-se o risco de perda de seus valores de originalidade e do esforço para uma preservação vazia, porque sem a apropriação dos bens pela comunidade que os detém.

No fluxo dessa demanda crescente é que o valor econômico se insurge com as ferramentas de marketing, distorcendo, com intervenções inadequadas, os “fundamentos de verdade” dos reais valores culturais e simbólicos dos artefatos e conjuntos, esvaziando seu conteúdo e transformando-os em objetos de alegorias, muito ao sabor do hiperconsumo e do turismo desenfreado. Torna-se inevitável discutir e instrumentalizar os estudantes para a formulação de propostas alternativas de intervenção como práticas de projeto que superem o “*fachadismo*” e a transformação de edifícios e artefatos culturais em objetos de consumo cenográfico. Mantendo-se a visão de excepcionalidade, é preciso atualizá-la para a dimensão do comum representativo e inserido nas novas dinâmicas de vida que se desenvolvem.

## 2 | O PROCESSO

Para satisfazer a essas premissas expostas, a grade curricular do curso foi composta por disciplinas cujos conteúdos foram agrupados em blocos de 8 horas aula para que pudessem ser ministrados de uma só vez por professor de efetiva expertise no assunto. Assim sendo, uma mesma disciplina fica sob a responsabilidade de vários professores. A indispensável conexão entre esses blocos se faz tanto na dimensão conceitual quanto pela presença e participação das coordenações nesses vários módulos para formar o conjunto disciplinar. Todas as disciplinas são introduzidas e concluídas por avaliações pelas coordenações.

Assim sendo, o curso foi proposto com o seguinte objetivo geral: fornecer instrumental conceitual, metodológico e tecnológico para a intervenção, o restauro e a conservação em artefatos de natureza artística e arquitetônica; promover estudos e debates sobre a história e atualidade da questão da intervenção, preservação, conservação e restauro de bens que constituam patrimônio cultural nos contextos nacional e internacional, para artistas, arquitetos, urbanistas, designers, restauradores, historiadores e áreas afins. Com uma duração de 368 horas-aula e realizado em 24 meses, o curso foi composto por oito disciplinas, com ementas e conteúdos a seguir explicitados:

1 - Fundamentos do Patrimônio e Preservação - Teorias fundantes da área de

- preservação, conservação e restauro; recomendações internacionais; bases legais referenciais e conexão com outras áreas do conhecimento. Conteúdo: Patrimônio, Memória e Sociedade; Bases conceituais do patrimônio, conservação/restauro - documentos referenciais (cartas patrimoniais); Bases legais – legislação, normatização e fiscalização; Patrimônio e Interdisciplinaridade; Estudos de casos referenciais I;
- 2 - Patrimônio e História - Historicidade da questão; relações da história com a arte, a arquitetura, a arqueologia, a preservação e o restauro; a educação patrimonial. Conteúdo: História da Arte e Patrimônio; História da Arquitetura e Patrimônio; Arqueologia, Patrimônio e Restauro; Práticas de Educação Patrimonial; Visita técnica guiada I – Artes;
  - 3 – Reconhecimento do artefato em Patrimônio e Restauro - Processos de identificação, registro, reconhecimento e diagnóstico dos artefatos; caracterização e identificação das patologias; orientação das ações de intervenção. Conteúdo: Pesquisa histórica e iconográfica no patrimônio e restauro; Levantamento métrico e fotográfico de bens patrimoniais; Relevo digital de artefatos; Estudos de casos referenciais II;
  - 4 – Metodologia de Projetos no Patrimônio e Restauro - Processos metodológicos de definição e desenvolvimento de projetos de intervenção, conservação e restauração de artefatos de natureza patrimonial. Conteúdo: Conceituação Metodológica I; Conceituação Metodológica II; Conceituação Metodológica III; Conceituação Metodológica IV; Visita técnica guiada II – arquitetura;
  - 5 – Tecnologia na Preservação e Restauro I - Técnicas de intervenção de conservação e restauro em artefatos artísticos de valor patrimonial, como artefatos em papel, manufatura pictórica em tela, em painel mural e em escultura. Conteúdo: Técnicas de intervenção de patrimônio e restauro em arte – papel; Técnicas de manufatura pictórica – Pintura de Tela; Técnicas de intervenção de patrimônio e restauro em arte– painel mural; Técnicas de intervenção de patrimônio e restauro em arte– escultura e artefatos; Estudos de casos referenciais III;
  - 6 – Tecnologia na Preservação e Restauro II - Técnicas de intervenção de conservação e restauro em artefatos arquitetônicos. Conteúdo: Técnicas de intervenção de Conservação e restauro em arquitetura colonial brasileira; em arquitetura eclética brasileira; em arquitetura industrial; em arquitetura moderna; Visita técnica guiada III – Patrimônio e Restauro em áreas urbanas e paisagísticas;
  - 7 – Desenvolvimento de Trabalho Aplicativo I - Monografia e projeto de conclusão de curso - Trabalho aplicativo de conclusão enquanto fundamentação e pesquisa monográfica em arte e artefatos artísticos ou no projeto para intervenções em artefatos de arquitetura. Conteúdo: Estudos de casos referenciais IV; Metodologia do Trabalho Científico – Artes e Arquitetura; Desenvolvimento e orientação de trabalho aplicado I – Pesquisa.
  - 8 – Desenvolvimento de Trabalho Aplicativo II - Monografia de conclusão de curso - Trabalho aplicativo de conclusão de desenvolvimento e finalização. Conteúdo: Estudos de casos referenciais V; Desenvolvimento e orientação de trabalho aplicado II – Bancas de avaliação.



Figuras 1 e 2 – Anotações de aula sobre técnica de tijolos de barro cozidos e Aula sobre estudo de caso de arqueologia com o Prof. Dr. Paulo Zanettini (maio e junho de 2019).

Considerando o complexo cenário do restauro arquitetônico, como a profusão de grupos e redes de pesquisa internacionais, número significativo de publicações a cada ano, seja de referência conceitual ou técnica, assim como disponibilidade de processos e materiais inovadores lançados no mercado, por meio de feiras como o *Salone del Restauro* em Ferrara e em Firenze (Itália), dentre muitos outros, nosso curso propôs a efetiva participação de convidados nacionais e estrangeiros para oferecer um aporte de conhecimentos, vivências e tecnologias hoje disponíveis para apoiar os estudos e as decisões projetuais no campo do patrimônio material.

Assim, foram definidos cinco temas fundamentais para estabelecer o perfil de nossos convidados externos, com o objetivo de estabelecer um amplo panorama dos debates, posturas e tecnologias contemporâneas:

Tema A: políticas de preservação no Brasil e no exterior, desde os principais aportes conceituais envolvidos especialmente nas intervenções promovidas de caráter público ou privado, até as práticas e iniciativas culturais e educacionais;

Tema B: O projeto de restauro dos bens arquitetônicos e artísticos e suas principais ferramentas de desenvolvimento, assim como seus processos e produtos efetivos;

Tema C: As tecnologias de documentação e representação dos bens materiais culturais nas suas mais diversas escalas, com especial atenção aos sistemas e processos de escaneamento digitais; procura-se nesse sentido apresentar experiências tanto no âmbito acadêmico quanto de empresas que atuam nesse mercado, como prestadoras de serviço;

Tema D: A especificação de materiais, produtos, processos e equipamentos relevantes para o restauro arquitetônico de baixa à alta complexidade, como revestimentos minerais de alvenarias históricas ou para superfícies artísticas de bens integrados, controle de

umidade em estruturas edificadas, processos de desinfestação e prevenção a ataques de xilófagos, trabalhos de conservação preventiva em locais de difícil acesso, etc.;

Tema E: Workshops sobre materiais de estudo e de consulta, sobretudo para apresentação de publicações recentes de referência e técnicas nacionais e internacionais, adquiridas pela Universidade e pelos grupos de pesquisa em patrimônio cultural da Unicamp envolvidos no projeto do nosso curso, assim como de sites e bancos de dados relevantes para a área.



Figura 3 – Aula teórica e prática sobre drones e documentação de sítios históricos com o Prof. Sérgio Sapia da empresa Aerofrog (agosto de 2019).

O processo de avaliação, tanto das disciplinas que compõem o curso, quanto o trabalho programado final de conclusão da especialização, foram também modelados para se harmonizarem metodologicamente com as atividades didáticas, proporcionando para os estudantes, a cada uma das etapas, a oportunidade de elaborar um “produto” pertinente à atuação profissional no campo dos bens culturais (artigo a ser publicado, cartilha de educação patrimonial, mapa de danos, protocolo para processo efetivo de intervenção, laudo pericial, detalhamento técnico projetual). Logo, para cada uma das disciplinas é programado um desses produtos a partir da abrangência temática dada pelas aulas e exercícios.

O trabalho final do curso, previsto para ser desenvolvido no último semestre, deverá cumprir duas exigências fundamentais: desenvolvimento de um projeto de restauro para um artefato ou edificação existente, e, uma reflexão sobre soluções e modelos aplicáveis a casos similares aos bens materiais em questão, nos âmbitos temáticos mais sensíveis dos projetos de intervenção de restauro como a acessibilidade, a museografia, instalações e infraestrutura novas, a comunicação visual, sistema de combate a incêndios, luminotécnica, e a inclusão e educação patrimonial.

### 3 | O DESENVOLVIMENTO

A configuração didática final para a formação de novos quadros de especialistas no campo do projeto de intervenção sobre os bens culturais, propostas pelo nosso curso na UNICAMP e iniciado em março de 2019, pode ser assim resumida nas suas principais atividades:

- Aulas expositivas (docentes regulares do curso e convidados);
- Apresentação de tecnologias aplicáveis (pesquisadores e empresas);
- Workshops sobre material de referência (livros, cartilhas, sites, bancos de dados);
- Visitas técnicas (canteiros de obras, sítios e cidades históricas, laboratórios de restauro artístico, museus);
- Treinamento prático em sítios e edificações (cadastramento, caracterização e diagnóstico).

Entre os primeiros resultados muito positivos que podemos colher dessa estrutura didática de formação avançada estão as atividades de treinamento prático em sítios históricos, e descrevemos duas experiências.

A primeira, no Museu Histórico Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande, no Guarujá, litoral paulista, em 24 de agosto de 2019, onde a turma de estudantes conheceu o projeto de valorização da Arquitetura militar da costa brasileira, sob tutela do IPHAN, que se prepara para a candidatura a patrimônio da humanidade, e, na ocasião da visita, foram feitos trabalhos de levantamento cadastral das estruturas características da fortificação de matriz portuguesa, particularmente as estruturas de pedra e suas configurações construtivas. Além das atividades de aplicação de conceitos, metodologias e técnicas que o curso desenvolve, essa vivência espacial “in loco” fomenta uma especial sensibilidade para com os artefatos de valor histórico-cultural.



Figura 4 – Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande (c. 1582), vista geral do acesso pelo canal e aula na praça de armas.

Nessa ocasião os estudantes puderam avaliar concretamente as configurações técnicas efetivas de uma edificação histórica com os protocolos estudados em sala de aula sobre as alvenarias de pedra do patrimônio brasileiro. A identificação correta da



manufatura dos sistemas construtivos e artísticos é um dos principais preceitos para desenvolver um equilibrado projeto de intervenção, na qual as disciplinas da história da arte, da tecnologia e social da cultural se convergem e, sobretudo, esses estudos fomentam uma plena consciência das possíveis soluções sejam elas reversíveis, de consolidação, reintegração ou mesmo manutenção ordinária (ROCA – LOURENÇO – GAETANI 2019).

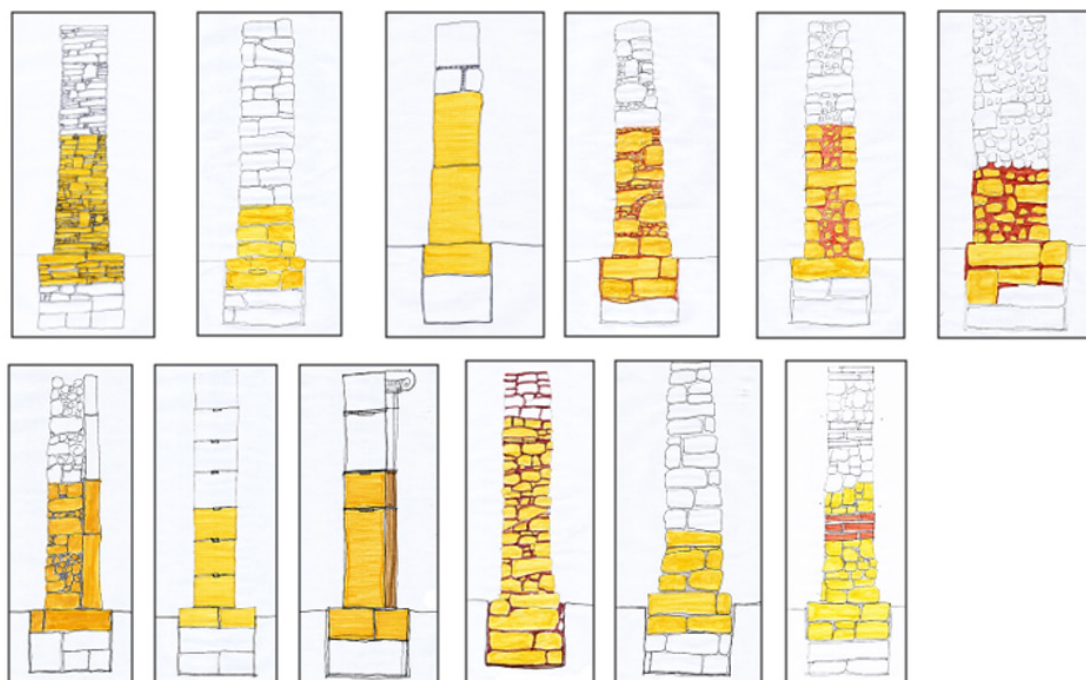


Figura 5 – Ábaco das principais seções murárias de alvenarias de pedra no Brasil, com respectivas medidas exemplares de componentes e argamassas de assentamento (TOGNON 2018).

A segunda atividade de campo já promovida para a formação dos estudantes foi em uma fazenda de café de meados do século XIX, em 28 de setembro de 2019, na região de Campinas, a Fazenda Espírito Santo do Atibaia, cujo rico patrimônio edificado e tecnológico é muito significativo para a paisagem cultural histórica relacionada a um ciclo econômico decisivo para o nosso estado de São Paulo.

Nas atividades de campo os estudantes puderam empregar as metodologias de caracterização e diagnóstico promovidas durante a disciplina 3, como o mapeamento de danos de elevações edificadas, a mensuração de componentes construtivos usando os padrões moderno (o metro) e antigo (o palmo), como matérias tijolos, revestimentos, janelas e portas, e construir um dossiê fotográfico de caracterização das três tulhas históricas da Fazenda, respectivamente construídas ao longo das décadas em pedra, taipa de mão e tijolos cerâmicos.



Figura 6 – Fazenda Espírito Santo do Atibaia, Tulha de Taipa, equipe de estudantes realizando o mapeamento de danos da fachada sudoeste.

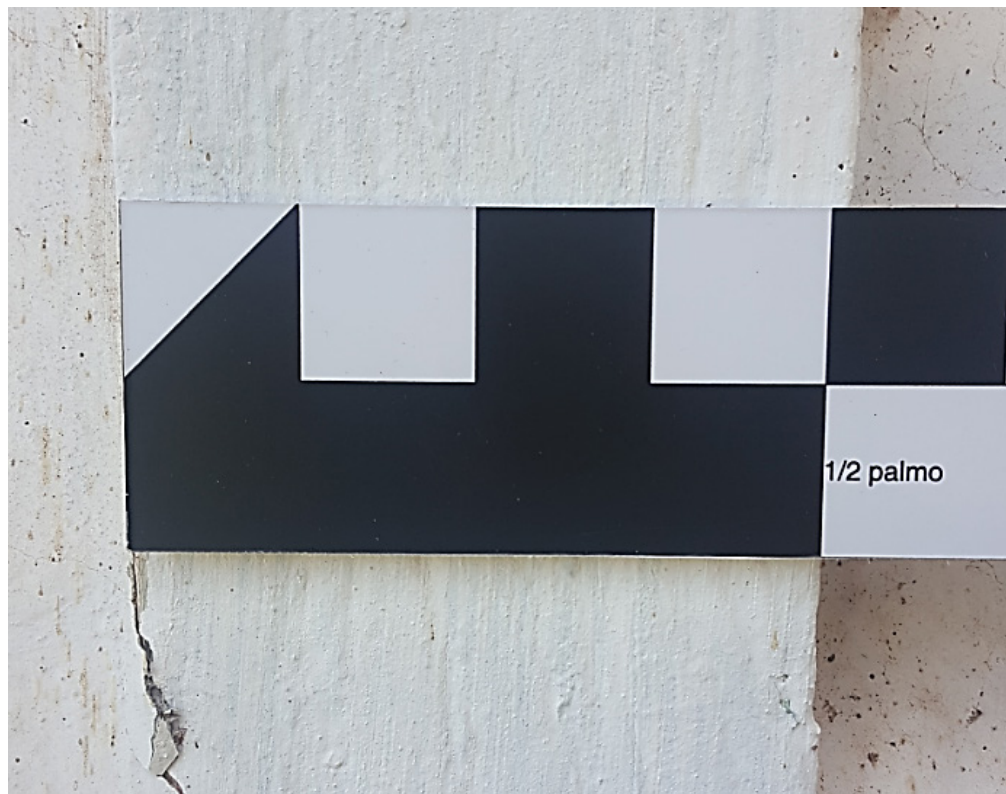


Figura 7 – Fazenda Espírito Santo do Atibaia, Tulha de Taipa, mensuração em palmos dos esteios de madeira na fachada sudeste.



Figura 8 – Fazenda Espírito Santo do Atibaia, Tulha de Pedra, mensuração dos componentes construtivos da alvenaria oeste.

#### 4 | PRIMEIROS RESULTADOS

Entende-se finalmente que as ações para a formação adequada de quadros especializados na área do Patrimônio Cultural, como essa aqui relatada, contribuem para uma ação de preservação mais consistente, adequada e atualizada. Não podemos esquecer os problemas emergentes do século XIX para o contexto dos espaços edificados, como a sustentabilidade, postura exigida e necessária também nos sítios e centros históricos (DE VITA 2012).

Essa formação foi proposta com uma estratégia diferenciadora, porque trata num só tempo de instrumentais específicos de intervenção e do juízo crítico sobre a globalidade da área da preservação, bem como aclara as interfaces e especificidades entre a tangibilidade e a intangibilidade do patrimônio. Insere-se, então, na esfera da Globalização que impacta a área preservacionista, porquanto amplia, nas diversas dimensões dos saberes e fazeres, a disponibilidade dos quadros profissionais mais qualificados e atualizados do ponto de vista conceitual, metodológico e tecnológico, contribuindo, assim, para uma mais efetiva e consistente formação de memória e identidade.

Se a questão da preservação é uma tarefa, no Brasil, em grande parte atribuída aos conselhos e órgão de preservação, nos três âmbitos federativos, pretendemos também construir uma importante parceria com o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo, para que os trabalhos finais de conclusão do nosso curso possam contribuir com o conjunto de soluções projetuais, técnicas e sociais para o nosso grande acervo cultural, e, fomentar a vida, a economia e sobretudo as nossas cidades e áreas rurais históricas muitas vezes tão carentes de soluções criativas e sustentáveis.

## REFERÊNCIAS

DE VITA, M. et alii. ***Città storica e sostenibilità***. Florença: Firenze University Press, 2012.

FARAH, A. P. *Restauração Arquitetônica: a formação do arquiteto no Brasil para a preservação do patrimônio edificado*. In revista **História**, São Paulo, n. 27, 2008, p. 31-47.

GALLO, H. *Arqueologia, Arquitetura e Cidade: a preservação entre identidade e autenticidade*. In: MORI, V.; SOUZA M. C. De; BASTOS, R. L.; GALLO, H. **Patrimônio Atualizando O Debate**. São Paulo: 9ª SR IPHAN, 2006. p. 92-116.

JOKILEHTO, J. *Sull'insegnamento nel campo del restauro dei monumenti in vari paesi*. In: **Restauro**, ano 16, n. 94, 1987, p. 99–104.

ROCA, Pere; LOURENÇO, Paulo B.; GAETANI, Angelo. ***Historic Construction and Conservation – Materials, Systems and Damage***. Nova York: Routledge, 2019.

TOGNON, M. *História, técnica e representação: as seções transversais murárias exemplares do patrimônio arquitetônico brasileiro*. In **5º Fórum Internacional do Patrimônio Arquitetônico Brasil-Portugal – FIPA – 2018**. Anais. AMOROSO, Maria Rita Silveira de Paula Amoroso et alii (organizadora) – Brasília, DF: Iphan, 2018, p. 158-163.

## SUICÍDIO E TRABALHO CONTEMPORÂNEO

Data de aceite: 01/07/2020

**Daniela Piroli Cabral**

danipiroli@hotmail.com

Psicóloga Clínica e do Trabalho

**RESUMO:** O objetivo deste trabalho é apresentar, através da revisão da literatura, os mecanismos específicos de nocividade do trabalho para a saúde mental que culminam com o ato suicida. À luz da Psicodinâmica do Trabalho e da Teoria Crítica da Sociedade, foram analisados como as mudanças no contexto do trabalho contemporâneo, principalmente a partir da década de 90, com a reestruturação produtiva e com a intensificação do modelo neoliberal de produção, geram as repercussões psíquicas sobre a saúde mental dos trabalhadores. Os resultados apontam para um fenômeno que é complexo, multicausal e multidimensional e que tem em seu cerne a degradação do mundo social do trabalho e o rompimento dos laços de solidariedade. Assim, na relação entre suicídio e trabalho, verifica-se que há um sofrimento e uma vivência de exacerbada alienação, de estranhamento e de perda de sentido que são individuais, mas que sua compreensão só pode ser feita de

maneira coletiva e interdisciplinar, bem como devem ser estratégias de enfrentamento e de intervenção que garantam a sustentabilidade psicossocial nos ambientes de trabalho. Como conclusão, pode-se afirmar que estudar essa articulação entre suicídio e trabalho implica não somente uma opção epistemológica ou teórica, mas também uma orientação política, de transformação da realidade social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Suicídio; Trabalho; Saúde Mental.

### SUICIDE AND CONTEMPORARY WORK

**ABSTRACT:** The objective of this work is to present, through the revision of the literature, the specific mechanisms of harmfulness of the work for mental health that culminate with the suicide act. In the light of the psychodynamics of work and the critical theory of society, they were analyzed as changes in the context of contemporary work, mainly from the decade of 90, with the productive restructuring and the intensification of the neoliberal production model, generate the Psychological repercussions on the mental health of workers. The results point to a phenomenon that is complex, multicausal and multidimensional and that has at its core the degradation of the social world of work and the disruption of the bonds of solidarity. Thus,

in the relationship between suicide and work, it is observed that there is a suffering and an experience of exacerbated alienation, of strangeness and of loss of sense that are individual, but that their understanding can only be done in a collective and interdisciplinary manner, as well as should be coping and intervention strategies that ensure psychosocial sustainability in the workplace. As a conclusion, it can be stated that studying this articulation between suicide and work implies not only an epistemological or theoretical option, but also a political orientation, of the transformation of social reality.

**KEYWORDS:** Suicide; Work; Mental Health.

## 1 | INTRODUÇÃO

Etimologicamente, a palavra suicídio vem do latim e significa morte de si mesmo (sui = si mesmo; caedes = ação de se matar) (MELEIRO; TENG; WANG, 2004). No entanto, trata-se de uma definição muito abrangente que não é capaz de captar e apreender a complexidade deste fenômeno.

Historicamente, o suicídio foi conceituado por Durkheim, em 1897, como “todo caso de morte que resulta direta ou indiretamente de um ato positivo ou negativo realizado pela própria vítima, a qual sabia dever ele produzir este resultado” (MELEIRO; TENG; WANG, 2004). Sua obra “O suicídio”, tirou o tema da esfera da moralidade, como era tratado até então, e o colocou no domínio racional da ciência social. O autor propôs que, apesar de ser um ato individual, as origens do suicídio são sociais e apresentou uma taxonomia que abrange quatro tipos de suicídio: egoísta, altruísta, anômico e fatalista (SOLOMON, 2014).

Atualmente há consenso entre os autores de que o suicídio é um importante problema de saúde pública, principalmente na população masculina (CECCON et al, 2014; MELEIRO, 2014). A Organização Mundial de Saúde (OMS), que monitora os dados mundiais relativos à mortalidade por suicídio desde 1950, aponta uma morte por suicídio a cada 20 segundos e uma tentativa de suicídio a cada dois segundos (MELEIRO; TENG; WANG, 2014). No Brasil, as taxas de morte por suicídio são consideradas baixas, porém aumentaram de 4,5/100 mil habitantes no ano 2000 para 5,7/100 mil habitantes no ano de 2007.

Existe também consenso entre os autores no que se refere a escassez de trabalhos científicos sobre o tema e sobre os limites e deficiências na estruturação de banco de dados nacionais, relativos à qualidade e à precisão dos dados de suicídio (MELEIRO; TENG; WANG, 2004). Há um sub dimensionamento o número de suicídios por questões relativas à ocultação do fenômeno, ao preconceito e ao tabu envolvidos no tema. Casos de mortes “acidentais” são um exemplo da dificuldade de se registrar fidedignamente a morte por suicídio.

A compreensão do ato suicida é complexa e multicausal. A partir do modelo biológico,

o suicídio pode ser compreendido como evidência de anormalidades genéticas do sistema serotoninérgico (CECCON et al, 2014) ou de doença mental (um alto percentual das pessoas que se suicidam tem histórico de transtorno mental diagnosticado) (MELEIRO; TENG; WANG, 2004). No modelo psicológico, o suicídio é compreendido como resultado de conflitos interpessoais e no modelo sociológico, ele é entendido como fenômeno coletivo com causas sociais e ecológicas (CECCON et al, 2014).

As relações entre suicídio e trabalho vem sendo estudadas com mais ênfase a partir do início do terceiro milênio, coincidindo com uma maior produção de conhecimento na área de saúde mental e trabalho, evidenciando sempre o caráter complexo desta relação. No Brasil, Barreto et al (2011) denunciam que o suicídio relacionado ao trabalho vem crescendo estrondosamente, sendo que o mundo do trabalho tenta disfarçá-lo. O fato do suicídio ser visto como tabu social ou como unicamente uma questão de motivação pessoal, fez com que houvesse, durante muito tempo, uma certa invisibilidade sobre a relação existente entre suicídio e trabalho (MÁXIMO; LIMA; ARAÚJO, 2012).

Nesta perspectiva, uma das questões a qual se tenta explicar e responder é: o que, no trabalho, pode ser apontado como fonte específica de nocividade para a vida mental, cujo triste e irreversível fim é o próprio suicídio? (HELOANI; CAPITÃO, 2003).

## 2 | O TRABALHO CONTEMPORÂNEO E SUICÍDIO

O trabalho em sua concepção original está ligado à ideia de sofrimento, derivando do latim *tripalium*, que significa instrumento de tortura. No entanto, o conceito de trabalho vai além desta primeira concepção, sendo compreendido como categoria ontológica, diretamente ligado à subjetividade e a formação de identidade (CABRAL; MONTEIRO, 2017). Assim, o conceito de trabalho adotado aqui é mais amplo e não se confunde com os termos empregos e vínculo empregatício, sendo categoria central para o homem.

Ao se confundirem trabalho e emprego, ou seja, ao identificarem duas categorias totalmente distintas, eles deixam de perceber que a primeira é “ineliminável da existência humana”, enquanto a segunda “é uma construção histórica” (ORGANICISTA apud LIMA, 2007, p.6)

Mais do que fonte de sobrevivência econômica, trabalho tem sido definido como principal atividade humana, fonte de construção de identidade, de manutenção de estados de saúde, de socialização, de realização, de status social, de estruturação do tempo, de reconhecimento, entre outros. A atividade laboral é um regulador social fundamental para a subjetividade humana sendo considerada uma “verdadeira instituição secundária de socialização que, após a escola e a família, modela atitudes e comportamentos, a ponto de produzir uma identidade profissional e social” (ZANELLI; KANAN, 2018, p.111).

As dimensões constituintes dos significados do trabalho incluem a **busca de objetivos econômicos**, como remuneração e segurança no trabalho, e a **busca de objetivos**

**expressivos**, como autonomia, a realização de um trabalho interessante e a possibilidade de aplicação das competências. (ARAÚJO et al, 2015, p. 148 - Grifo nosso)

(...) em nossa sociedade, o trabalho é mediador de integração social, seja pelo seu valor econômico (subsistência) seja pelo aspecto cultural (simbólico), tendo assim, uma importância fundamental na constituição da subjetividade, no modo de vida e na saúde física e mental das pessoas. (Miranda et al, 2009, p. 712)

Desta forma, tendo em vista a centralidade do trabalho na sociedade capitalista ocidental contemporânea, é imperioso conhecer e analisar minuciosamente as relações existentes entre o trabalho e a saúde em geral e entre o trabalho e a saúde mental em específico, principalmente considerando como pano de fundo os aspectos sociais e do trabalho contemporâneo, caracterizados pela perda de direitos sociais e trabalhistas.

A compreensão da relação existente entre a organização do trabalho e o funcionamento psíquico do indivíduo é problematizada e discutida por diversos autores (LANCMAN; SZNELMAN, 2004; HELOANI; CAPITÃO, 2003; DEJOURS, 1992; FINAZZI-SANTOS; SIQUEIRA, 2011). Os referenciais teóricos evidenciam o caráter multidisciplinar das abordagens que pretendem compreender o contexto organizacional existente por trás da interface entre trabalho e suicídio. Finazzi-Santos e Siqueira (2011) citam, por exemplo, as abordagens de *dominação e poder*, de *assédio moral*, de *controle da subjetividade* e de *manipulação ideológica*. Também apresentam os campos de conhecimentos da *sociologia clínica*, da *psicodinâmica do trabalho*, da ergonomia da atividade e da *saúde mental no trabalho* como importantes alicerces de embasamento de resposta a essa questão.

As mudanças ocorridas nos ambientes de trabalho, especialmente no período de neoliberalismo econômico, são apontadas como as causadoras e exacerbadoras do sofrimento e do adoecimento relacionado ao trabalho (DEJOURS, 1992; HELOANI; CAPITÃO, 2003; CECCON; MENEGHEL; HESLER, 2010; FINAZZI-SANTOS; SIQUEIRA, 2011; MÁXIMO, 2012; GOMIDE, 2013).

O quadro atual predominante no mundo do trabalho, propiciado pela Organização Científica do Trabalho, de terceirização e subcontratação de mão-de-obra, de ampliação das jornadas de trabalho, de precarização das relações de trabalho, de hierarquização e a fragmentação das atividades, de controle do ritmo de trabalho, da falta de autonomia para desenvolver tarefas, dos sistemas hierárquicos, das modalidades de comando, das relações de poder, etc. tem gerado graves consequências físicas, mentais e sociais para o trabalhador tais como intenso sofrimento psíquico, acidentes de trabalho, doenças diversas, culminando com o ato suicida.

Na França, as mudanças no processo produtivo, o excessivo número de horas de trabalho, a falta de solidariedade, o isolamento social e o assédio moral também têm sido associados ao suicídio. Recentemente, ao intervir numa organização de trabalho francesa na qual haviam ocorrido casos de suicídio, Bègue e Dejours, debruçaram-se sobre a relação existente entre suicídio e trabalho. Para eles, “um único caso de suicídio



é gravíssimo e aponta uma profunda degradação do conjunto do tecido humano e social do trabalho” (SOUZA; SOUZA, 2010; CECCON; MENEGHEL; HESLER, 2010; MARTINS; RIBEIRO, 2012). Eles identificaram três fatores no cerne da desagregação do mundo social do trabalho e do rompimento dos laços de solidariedade: (1) os programas de qualidade total, (2) a avaliação individualizada do desempenho e (3) o privilégio do “gerencialismo” (ênfase nos números e na objetividade) sobre os valores do trabalho (ênfase na qualidade e na cooperação).

Para Dejours, o que mudou nas empresas foi a organização do trabalho, especialmente a introdução de novos métodos de avaliação individual de desempenho e de técnicas ligadas à chamada “qualidade total”: “o que mudou é que as solidariedades desapareceram” e sentencia, ainda, que “a destruição pelos gestores dos elos sociais no trabalho **fragiliza a todos perante a doença mental**”. Chama atenção também para o fato de que as pessoas que mais estão sofrendo violência na nova organização do trabalho são as que estão mais envolvidas com o trabalho e que, quando são injustamente acusadas ou pressionadas por, por exemplo, não serem coniventes com uma atitude errada que vai contra o código do trabalho, passam então a sofrer rechaços e humilhações ou sucumbem psicologicamente. Salienta ainda que os métodos de dominação atual na organização do trabalho para a qualidade total tendem a destruir o mundo social e aponta para absurdo de, hoje em dia, o envolvimento demasiado com o trabalho representar um verdadeiro perigo (JARDIM, 2011, p.88).

No Japão, o estilo de trabalho produz diversos problemas de saúde, como a *karoshi* (morte por excesso de trabalho) e o *karojisatsu* (suicídio decorrente do excesso de trabalho) (CECCON et al, 2014).

No Brasil, o estudo de Ceccon et al (2014) conseguiu estabelecer a associação entre mortalidade por suicídio e variáveis laborais na cidade de São Paulo, o que sugere que o trabalho no contexto de precarização, especialmente nas grandes metrópoles, piora a qualidade de vida, gera sofrimento físico e mental e aumenta o risco de autoagressão.

O trabalho excessivo, com pouca significação, aliado à fragilização das relações sociais e de solidariedade entre os trabalhadores, chefias autoritárias e pouco propensas ao diálogo, – ou o oposto, a exclusão do trabalhador por questões relacionadas com o poder ou como medidas punitivas –, são alguns dos fatores que podem estar relacionados ao suicídio (CECCON et al, 2014, p. 2231).

Além disso, este autor observou, também na cidade de São Paulo, uma associação inversa entre suicídio e desemprego. Isso indica que a sobrecarga e o sofrimento emocional relacionados ao trabalho atingem tal magnitude que o risco de suicídio pode ser maior para a população trabalhadora do que para a população de desempregados.

A “ideologia da excelência” instaurada no mundo do trabalho contemporâneo torna-se um risco para o processo de “fragilização” do reconhecimento social, da valorização simbólica e da construção de identidades individuais e coletivas, provocando um quadro de alienação e de estranhamento no trabalho, minando o suporte social, desumanizando o mundo do trabalho, reificando as pessoas e as relações e exacerbando os quadros de sofrimento e adoecimento psíquico.

Na atual CID-10 não existe uma categoria diagnóstica que corresponda aos quadros paranoides não psicóticos cada vez mais encontrados na prática dos serviços de saúde que atendem trabalhadores. Estes quadros aparecem como expressões clínicas das vivências de ameaça e perseguição no cotidiano do trabalho e se configuram, talvez, como uma modalidade da **neurose da excelência**, que foi descrita na França por Aubert e Gaulejac (1991). Constituem o produto de um clima organizacional de desconfiança, incerteza e intimidação em que o controle se configura como vigilância que não dá tréguas. Os medos se multiplicam e criam um estado de tensão e alerta permanentes, no qual o trabalhador tem vivências de estar sempre sob ameaça, sujeito a ciladas, isolado, silenciado e sem poder confiar em ninguém. Surgem ideias de autorreferência, insônia e distúrbios psicofisiológicos. (FRANCO et al, 2010, p.240)

Dessa forma, o suicídio relacionado com o trabalho ocorre quando o trabalho deixa de ser fonte de aprimoramento da identidade e da saúde das pessoas e passa a ser patogênico (MARTINS; RIBEIRO, 2011), sendo o fim de uma espiral de desgaste psíquico que, muitas vezes, engloba processos de somatização, psiquiatrização, medicalização, afastamentos do trabalho por licenças médicas, internações, entre outros (CECCON et al, 2014). O suicídio não deve ser compreendido como um ato isolado, individual, mas sim como consequência de degradado complexo contexto sócio-laboral.

O **desgaste da esperança** pode tornar-se extremamente preocupante na medida em que está profundamente associado ao risco de suicídio. Não apenas as depressões, mas também os demais transtornos psíquicos aqui relacionados à violência têm levado ao suicídio em casos analisados em profundidade (FRANCO, DRUCK E SELIGMANN-SILVA, 2010, p.241 – grifo nosso).

Ademais o suicídio relacionado ao trabalho denuncia a face perversa dos modos de produção capitalista e expõe a banalização do sofrimento relacionado ao trabalho. Ele expõe a grande contradição entre capital e trabalho, ainda não superada na sociedade contemporânea.

É o paradoxo que encerra o trabalho contemporâneo: sua combinação com precarização social, adoecimento dos indivíduos e destruição ambiental. (...) o mundo da produção continua, predominantemente, estruturado e se movendo pela acumulação de capital e lucro. Isto leva à progressiva hipotrofia e **perda de uma razão social do trabalho** (SOBOLL, 2017, p.15 – grifo nosso).

Ao se colocarem questões econômicas, quantitativas e produtivas acima do bem-estar e da felicidade humana, há uma tendência generalizada de culpabilização do próprio trabalhador por seu adoecimento e por sua morte (FIZAZZI-SANTOS; SIQUEIRA, 2011).

O suicídio relacionado ao trabalho também expõe a “lógica do sacrifício”, apontada por Dejours e Begue, citados por Gomide (2013) e Ceccon et al (2014). O preço é alto e quem paga é sempre o lado mais frágil. Os sujeitos que atentam contra suas próprias vidas são justamente as pessoas consideradas “adaptadas” ao sistema por possuírem um emprego e por se esforçarem para se ajustar aos desígnios da produção ao preço da própria mutilação psíquica. Isso significa que, para a organização e também para a sociedade, o trabalhador foi fraco, incompetente, inapto e incapaz de se adaptar ao sistema vigente. Como nos ensinam Bègue e Dejours “o trabalho morto faz parte do esquema dominante” (GOMIDE, 2013, p. 394).

(...) aquele que não se conforma ou não consegue adaptar-se ao clima de “ameaça social”, acaba por pagar o preço com a própria vida ou, no mínimo, por introjetar condutas exigidas que **perpetuam a própria alienação e a servidão psíquica** (GOMIDE, 2013, p. 385 – grifo nosso).

Assim, o suicídio relacionado ao trabalho também mostra a sutileza dos modos de gestão modernos no que se refere à dominação não só do trabalho, mas também da subjetividade dos trabalhadores. Os processos de gestão afetiva e de controle da subjetividade em vigor alteram a percepção e ampliam a tolerância em relação aos abusos no trabalho (SOBOLL, 2017).

A violência da excelência em geral é marcada pela sutileza e imposta de modo a disfarçar a dominação, por exemplo, sob discursos e projeção de cenários de um futuro promissor para a empresa e seus colaboradores (FRANCO, DRUCK E SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 238)

Por vezes, o discurso gerencialista e a ética economicista buscam justificar tais práticas como necessárias, na tentativa de alavancar a produtividade, e como isso constroem um discurso que tenta legitimar e naturalizar a violência, utilizada como uma política de gestão (SOBOLL, 2017, p.15).

Desta forma, pode-se afirmar que as atuais relações de trabalho e de produção permitem a apropriação não só do trabalho, mas também da própria subjetividade do trabalhador. O poder de agir dos trabalhadores tem-se reduzido cada vez mais, devido à existência de normas e de controles cada vez mais rígidos e a cultura organizacional tem tentado colocar as organizações como principal fonte identitária para os sujeitos.

O trabalho de Franco et al (2010) mostram como as políticas de gestão flexíveis e os processos de terceirização levaram a um quadro de precarização social e de desestabilização do mundo do trabalho que é multidimensional afetando diretamente os vínculos de trabalho e relações contratuais, as a organização e as condições de trabalho, a precarização da saúde dos trabalhadores, a precarização social e a representação e organização coletiva e sindical.

Através da terceirização e da desregulamentação social, produziu-se a **desestabilização do mundo do trabalho** que atingiu, inicialmente, os trabalhadores industriais, e depois todos os assalariados, afetando hoje, todos os que vivem do trabalho. (FRANCO et al, 2010, p.231- grifo nosso).

Estes autores descrevem os processos despertencimento social e de desenraizamento humano como condições de vulnerabilidade do trabalhador contemporâneo.

O processo de **despertencimento social**, como vimos, é produzido no seio da flexibilização, pelo binômio terceirização-precariização. Conduz à fragilização dos laços e dos referenciais de pertencimento social, levando, no limite, à desagregação social, com a proliferação de toda a sorte de violência social, sofrimento e adoecimento, com destaque para as patologias musculo-esqueléticas e os transtornos mentais cada vez mais frequentes, sem limites de classe, gênero ou etnia, idade, etc. (FRANCO et al, 2010, p.243 - grifo nosso).

Trata-se de um despertencimento de outro tipo: é um **desenraizamento** – interior e exterior – do ser humano em relação à natureza, é um desligamento profundo de si

próprio que leva à dificuldade crescente em reconhecer-se enquanto ser da espécie. É a alienação de si mesmo enquanto ser humano gerado na e com a natureza. (FRANCO et al, 2010, p.243- grifo nosso).

Assim, vê-se que o processo de precarização não é só econômica ou social. Ele atinge as subjetividades e provoca alterações na vida dentro e fora do trabalho, culminando com a sensação de alienação humana da própria natureza.

A flexibilização do trabalho acelera os tempos sociais, radicalizando este processo de inversão. Tanto o despertencimento social quanto o desenraizamento em relação à natureza revelam o atributo inerente do capitalismo de ser um padrão civilizatório incapaz de incorporar os limites humanos e da natureza. (FRANCO et al, 2010, p.245).

### **3 | ENFRENTAMENTOS POSSÍVEIS: PROTEÇÃO E PREVENÇÃO AOS RISCOS PSICOSSOCIAIS**

A racionalidade instrumental predominante nos modos de produção capitalista produz consequências danosas para a organização de trabalho tais como a desestruturação dos coletivos de trabalho, a desmontagem das estratégias coletivas de defesa, o rompimento das redes de solidariedade, a criação de clima de competitividade, eliminando sentimentos de cooperação e de pertencimento a uma coletividade, contribuindo para um estado de alienação e de individualismo exacerbado (SOUZA, 2010; CECCON; MENEGHEL; HESLER, 2010; GOMIDE, 2013). Este contexto propicia a exacerbação dos níveis de competitividade, de desconfiança, de deslealdade e o comportamento de vigiar os colegas que passam a ser vistos como adversários (MARTINS; RIBEIRO, 2011). Este quadro pode desencadear efeitos nocivos para a saúde do trabalhador, tais como sentimentos de solidão, de desesperança e de medo (MARTINS; RIBEIRO, 2011, CECCON et al 2014) e levar ao desenvolvimento de depressão e da fragilização e desestabilização da identidade dos trabalhadores (HELOANI; CAPITÃO, 2003; SOUZA; SOUZA, 2010; GOMIDE, 2013).

Assim, se na atualidade o homem passa a maior parte do tempo trabalhando e a influência do trabalho na identidade e na subjetividade do trabalhador se expande para além do tempo e do local de trabalho através dos mecanismos de gestão subjetiva, por exemplo, as empresas e organizações, tanto públicas como privadas, deveriam assumir mais responsabilidades sobre a organização do trabalho e, conseqüentemente, sobre a saúde de seus trabalhadores (HELOANI; CAPITÃO, 2003).

Muitos são os enfrentamentos possíveis em prol da prevenção ao suicídio, que em última análise, são também medidas em promoção à saúde psíquica e de proteção social do trabalhador. Trata-se intervenções de caráter interdisciplinar, coletivo e político, sem as quais não será possível a verdadeira superação do modelo da ideologia da excelência e dos preconceitos decorrentes dos processos de adoecimento e desgastes no trabalho. Como defendem Franco et al:

É possível e necessário mudar o padrão dominante de sociabilidade fundado na competição e divisar um mundo pautado na razão social do trabalho, transitando para sociedades com horizontes dignos para os seres humanos imersos não apenas em processos sociais e culturais, mas em ciclos da natureza como todos os demais seres vivos. (...) requer desenvolver consciência em curto, médio e longo prazos (...) que passa pela resignificação do trabalho. Enfim, um mundo do trabalho não predatório que sirva para construir a sociabilidade e não a destruir (FRANCO et al, 2010, p.244)

Assim, a forma de enfrentamento carrega em seu cerne uma mudança na lógica na compreensão do processo de sofrimento relacionado ao trabalho. Ele deve ser reconhecido (pelos profissionais de saúde e da gestão de pessoas) como uma denúncia sobre realidade organizacional, institucional e social a que o trabalhador está exposto. É importante romper a resistência organizacional e institucional em no reconhecimento dos nexos causais entre atividade laboral e adoecimento mental. Geralmente, acontece desconsideração deste contexto e a culpabilização o trabalhador por seu adoecimento. Isso impede uma ação, de fato, transformadora da realidade. Como mostra Brant e Gomez:

Diferentemente da dor, o sofrimento possui uma dimensão política, uma vez que envolve a presença do “outro” (o “tu”) no campo da existência do sujeito. Portanto, a redução do sofrimento apenas à dimensão da dor constitui um obstáculo ao caminho alteritário. E assim, pode dificultar a indagação pela implicações da organização do trabalho nas queixas de dor. O não reconhecimento do sofrimento favorece a regressão do alteritário a um certo solipsismo. (BRANT; GOMEZ, 2005, p. 944).

Outra forma de enfrentamento possível do risco de suicídio na ambiente de trabalho passa pelo diagnóstico e avaliação periódica e permanente dos efeitos psicossociais negativos no trabalho para a saúde dos trabalhadores. Os fenômenos psicossociais são definidos por Zanelli e Kanan (2018) como:

processos concernentes à saúde, ao bem-estar e à qualidade de vida interligados à produtividade, à governança e sustentabilidade das organizações e de seus ambientes externos. Tais eventos podem ser positivos ou negativos (quando resultam em danos físicos, biológicos, psicológicos e sociais) (ZANELLI; KANAN, 2018, p. 97).

Assim, frente ao clima totalitário predominante no ambiente de trabalho do mundo neoliberal, instaurado pelas transformações na organização do trabalho, pode-se afirmar que a intervenção sobre riscos psicossociais, mais do que sobre os riscos químicos, físicos ou biológicos, são o grande desafio atual em relação à saúde do trabalhador. É premente defender e trabalhar para o desenvolvimento da sustentabilidade psicossocial das organizações de trabalho, priorizando da dimensão interacional e subjetiva, mas do que os elementos objetivos do trabalho, e enfatizando a disseminação de uma ética organizacional que não naturalize os processos de dominação, de subordinação e de violência, nem torne as relações e o ambiente profissional psicossocialmente tóxicos (insalubridade psicológica) (ZANELLI; KANAN, 2018).

A disseminação, na cultura organizacional e na sociedade como um todo, do conceito de “trabalho decente” da Organização Internacional do Trabalho (OIT) é outro ponto fundamental na articulação entre trabalho saudável e identidade.

Trabalho decente é um trabalho produtivo e adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, sem quaisquer formas de discriminação, e capaz de garantir uma vida digna a todas as pessoas que vivem do seu trabalho (OIT apud FRANCO et al, 2010, p.236)

Sem preterir do acolhimento e da assistência individual à saúde do trabalhador, outros enfrentamentos coletivos possíveis para a questão do suicídio no trabalho apresentados pela literatura pesquisada são a psicodinâmica do reconhecimento, o fortalecimento das entidades sindicais (BARRETO; NETTO; PEREIRA, 2011) e das ações políticas e solidárias coletivas (GOMIDE, 2013), a atuação incisiva das entidades governamentais na fiscalização e na responsabilização judicial por parte das organizações de trabalho envolvidas com os óbitos (FINAZZI-SANTOS; SIQUEIRA, 2011) e a substituição da competitividade, do individualismo e do isolamento por laços de cooperação e de solidariedade (CECCON; MENEGHEL; HESLER, 2010; SOUZA; SOUZA, 2010; MARTINS; RIBEIRO, 2011).

#### 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim deste trabalho vimos que a compreensão das relações entre trabalho e suicídio passam também pela compreensão das relações entre trabalho e saúde mental e entre trabalho e identidade.

Ao reconhecer que, o que é nocivo no trabalho contemporâneo para saúde mental dos trabalhadores tem origens sociológicas (a desagregação do mundo social do trabalho e o rompimento dos laços de solidariedade entre os trabalhadores), colocamos como questão a semelhança deste contexto com o contexto propício aos suicídios anômicos estudados originalmente por Durkheim (cenário de baixa integração social e de baixa regulação moral), o que deve ser fruto de estudos mais aprofundados.

Finalmente, estudar a articulação entre suicídio e trabalho implica em uma opção que, além de teórica e epistemológica, é também uma opção política, de transformação da realidade social, da qual não podemos prescindir.

#### REFERÊNCIAS

ARAÚJO, J.N.G.; FERREIRA, M.C.; ALMEIDA, C.P. (Orgs). **Trabalho e Saúde: Cenários, Impasses e alternativas no contexto brasileiro**. São Paulo: Opção, 2015.

BARRETO, M.; NETTO, N. B.; PEREIRA, L. B. **Do assédio moral à morte de si**: significados sociais do suicídio no trabalho. São Paulo: Matsunaga, 2011.

BRANT, L.C; GOMEZ, C.M. O sofrimento e seus destinos na gestão do trabalho. **Ciência e Saúde Coletiva**, 10 (4), p. 939-952, 2005.

CABRAL, D.P.; MONTEIRO, D.T.T. Autonomia e vulnerabilidade no trabalho: Relatos de uma experiência interdisciplinar no serviço público. In: LIMA, T.M.M.; SÁ, M.F.F.; MOUREIRA, D.L. **Autonomia e Vulnerabilidade**. Belo Horizonte: Arraes Editora, 2017.

- CECCON, R. F.; MENEGHEL, S. N.; HESLER, L. Z.; Suicídio e trabalho: o que fazer? Resenhas. Sobradinho, **Paralelo 15**: p. 2209- 2210, 2010.
- CECCON, R. F.; MENEGHEL, S. N.; TAVARES, J. P.; LAUTERT, L.; Suicídio e trabalho em metrópoles brasileiras: um estudo ecológico. **Ciência e saúde coletiva**. v. 19. n. 7. Rio de Janeiro, 2014. p. 2225-2234.
- DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**. São Paulo: Cortez Oboé, 1992.
- FINAZZI-SANTOS, M. A.; SIQUEIRA, M. V. S.; Considerações sobre trabalho e suicídio: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**. 2011, 36 (123): p. 71-83.
- FRANCO, T.; DRUCK, G.; SELIGMANN-SILVA, E. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado **Rev. Bras. Saúde ocup.**, São Paulo, 35 (122): 229-248, 2010.
- GOMIDE, A. P. A.; Notas sobre suicídio no trabalho à luz da teoria crítica da sociedade. **Psicologia: Ciência e Profissão**. 2013; 33(2): p. 380-395.
- HELOANI, J. P.; CAPITÃO, C. G. Saúde Mental e Psicologia no Trabalho. **São Paulo em Perspectiva**, (17) 2, p. 102-108, 2003.
- JARDIM, S. Depressão e trabalho: ruptura de laço social. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**. São Paulo, 36 (123), p. 84-92, 2011.
- LIMA, M.E.A. Trabalho de identidade: uma reflexão à luz do debate sobre a centralidade do trabalho na sociedade contemporânea. **Educação e Tecnologia**. v.12, n. 3, p.05-09, set.dez. 2007.
- MARTINS, J. T.; RIBEIRO, R. P. Suicídio e trabalho: o que fazer? Resenha. **Acta Paulista de Enfermagem**. 2011; 24 (3): p. 434.
- MÁXIMO, T. A. C. O; LIMA, J. A.; ARAÚJO, A. J. S. A invisibilidade entre a relação suicídio e trabalho. **Psicologia e Sociedade**. 2012; 24 (3): p. 739- 740.
- MELEIRO, A. M. A. S.; TENG, C. T.; WANG, Y. P. **Suicídio: estudos fundamentais**. São paulo: Segmento Farma, 2004.
- MIRANDA, F.A.N.; CARVALHO, G.R.P.; FERNANDES, R.L.; SILVA, M.B.; SABINO, M.G.G. Saúde mental, trabalho e aposentadoria: focalizando a alienação mental. **Revista Brasileira de Enfermagem**. 62 (5), p. 711-716, 2009.
- SALOMON, A.; **O demônio do meio-dia**: uma anatomia da depressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- SOUZA, P. C. Z.; SOUZA, A. M. R. Suicídio e trabalho: o que fazer? Resenhas Book Reviews. **Cadernos de Saúde Pública**. v.23, n 12, Rio de Janeiro, dez 2010, p. 2422-2423.
- SOBOLL, L.A.P. (Org). **Intervenções em assédio moral e organizacional**. São Paulo: LTr, 2017.
- ZANELLI, J.C.; KANAN, L. A. **Fatores de risco e de proteção psicossocial: organizações que emancipam ou que matam**. Lages: Editora da Uniplac, 2018.

## SUSTENTABILIDADE SOCIAL COMO OBJETIVO INTERNACIONAL E TENDÊNCIA NAS LICITAÇÕES

Data de aceite: 01/07/2020

**João Ricardo Vicente**

<http://lattes.cnpq.br/2608940148063034>

**RESUMO:** Sustentabilidade é uma nova tendência sobre as compras públicas e desenvolvimento. O direito e as relações globais trazem para a ribalta temas como sistema democrático, liberdades e direitos humanos. O enfrentamento de problemas como as desigualdades constitui parte do desenvolvimento sustentável, sendo curial salientar o papel das liberdades individuais, ainda quando limitadas na seara das oportunidades sociais, econômicas e políticas. Este artigo objetiva realizar uma análise diagnóstica sobre projeções de novas formas de articulação política e jurídica entre os atores sociais na busca da construção do Estado Democrático de Direito.

**PALAVRAS - CHAVE:** Sustentabilidade; desenvolvimento; liberdade; políticas públicas.

**ABSTRACT:** Sustainability is a new trend over the public procurements and development. The law and the global relations bring to the stage themes as democratic system, liberties

and human rights. The facing of problems as inequalities, build part of the sustainable development, being crucial emphasizes the role of the individual liberties, even when limited in the area of social, economic and political opportunities. This article aims to accomplish a diagnostic analysis over projections from new ways of political and juridical arrangements among the social actors in the search for Democratic Law State construction.

**KEYWORDS:** Sustainability; development; liberty; public policies

No eixo temático Demandas Sociais e Políticas Públicas, identifica-se o problema de responder se existe uma Política Pública efetivamente organizada no Brasil, quanto ao tema da sustentabilidade social fomentada pelas contratações públicas em nível federal.

Nesse contexto, a agenda global dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS referente ao compromisso assumido pelos 193 Estados-Membros da Organização das Nações Unidas - ONU, a ser implementado até 2030, composto por dezessete objetivos e 169 metas, considera que tais ODS deverão orientar as políticas nacionais dos países que aderiram à agenda, sucedendo e atualizando os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio -



ODM.

Dentre os ODS, destaca-se o Objetivo 12, que visa promover padrões sustentáveis de produção e de consumo, cujas metas relacionadas diretamente com a pesquisa são: Meta 12.2 (alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais) e Meta 12.7 (promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais).

A pesquisa teve por objetivo estudar as políticas públicas definidas em lei e em fóruns internacionais dentro do contexto da sustentabilidade social, econômica, dos direitos humanos e dos recursos ambientais. Assim, a necessidade de desenvolvimento econômico é fundamental para a criação de empregos e geração de renda para a população, partindo do pressuposto que a sustentabilidade é componente essencial das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento e para sua efetividade.

Optou-se pelo método investigativo analítico-descritivo para estudo do objeto proposto sobre as projeções do tema e construção de uma leitura mais didática na compreensão de uma demanda exponencialmente crescente.

A hipótese é a de que para ampliar a eficiência das políticas públicas e promover o desenvolvimento econômico e social em âmbito local e regional seria insuficiente a edição de norma formal específica, como o Decreto 8.538/2015, restando evidenciada na conclusão a necessidade de serem criadas, nas estruturas dos órgãos e das entidades da Administração Pública, unidades de sustentabilidade com caráter permanente e compostas por servidores com atuação exclusiva e com perfil técnico apropriado.

Importante registrar que, entre os dias 25 e 27 de setembro de 2015, mais de 150 líderes mundiais, dentre chefes de Estado e de Governo e altos representantes, estiveram reunidos na sede da Organização das Nações Unidas - ONU, em Nova York, para formalmente adotar uma nova agenda de desenvolvimento sustentável, através da consolidação de 17 (dezessete) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, a serem implementados por todos os países do mundo durante os próximos 15 anos, até 2030.

A partir do reconhecimento da erradicação da pobreza como o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável, tal agenda busca também criar condições para um crescimento sustentável, inclusivo e economicamente sustentado, prosperidade compartilhada e trabalho decente para todos, tendo em conta os diferentes níveis de desenvolvimento e capacidades nacionais.

Integrados e indivisíveis, e equilibrando as três dimensões do desenvolvimento sustentável, os objetivos e metas da Agenda 2030 foram resultantes de mais de dois anos de consulta pública intensiva e envolvimento junto à sociedade civil e outras partes interessadas em todo o mundo, incluindo o trabalho realizado pelo Grupo de Trabalho Aberto sobre Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral e pelas Nações Unidas, cujo secretário-geral apresentou um relatório síntese em dezembro de 2014.

Reiterando que a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e suas metas (além dos meios de implementação) são universais, indivisíveis e interligados, apresentam-se os seguintes objetivos globais:

Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;

Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;

Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;

Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;

Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;

Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos;

Objetivo 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos;

Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;

Objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;

Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;

Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;

Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;

Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos;

Objetivo 14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;

Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;

Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;

Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.<sup>1</sup>

Vistas as políticas públicas como escolhas públicas, entende-se que as alternativas estatais exsurgem em meio ao dissenso, sua intuitiva premissa.

<sup>1</sup> Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

Interessante notar que, mesmo na eventualidade de passarem despercebidas, as políticas são onipresentes no cotidiano:

A política se apresenta expressamente por meio de documentos, leis, declarações das autoridades públicas, ou implicitamente, através de ações governamentais e também de leis que, mesmo não anunciando expressamente tratar de políticas públicas, condicionam a efetivação delas. (DOMINGUES, 2012, p. 15).

Esse cenário é propício ao conflito, inclusive porque o mesmo diploma constitucional que explicita as políticas públicas a serem perseguidas também permite o controle da intervenção de poder (que densifique os objetivos constitucionais) com o fito de concretizar o dever de agir estatal (não exigível diretamente) para correção dos desvios de comportamento esperado.

Eventual sindicância e ingerência sobre o conteúdo exigível da Administração Pública ainda desafiam a superação de cláusulas de limitação endógenas, como a escassez de recursos, isonomia, separação das funções de poder etc. Outro pressuposto vocacional consiste na especialização funcional ou capacidade institucional para se evitar o risco de retrocessos decorrentes das decisões interventivas, quando da transposição da matriz do planejamento da política pública para as searas de controle:

Indiscutível é a especial carga que se confere ao elemento de coordenação dos esforços de ação do poder, seja nas suas relações internas, seja naquelas externas. No plano interno, cuida-se da prevenção contra uma Administração que, composta por órgãos desagregados, não encontre no planejamento em si, elemento suficiente a orquestrar as ações de cada qual de suas unidades organizacionais no sentido do alcance dos objetivos constitucionalmente traçados a articulação, portanto, entre as várias frentes de ação desenvolvidas por cada qual dos segmentos da Administração no cumprimento de seus misteres constitucionais, é elemento que reforça as potencialidades de geração de *outcomes* como desejados pela Carta de 1988 – mas exige instrumentos revestidos de um grau mínimo de vinculatividade dos órgãos e estruturas da Administração envolvidos. (VALLE, 2016, p. 76).

Ao encontro do clamor de acesso aos mercados pelo pequeno empresariado, o direito brasileiro contribuiu com alterações normativas na seara das licitações rumo à efetivação dos objetivos fundamentais do Estado brasileiro consubstanciados na redução das desigualdades sociais e da erradicação da pobreza e da marginalização.

Com o advento da Lei Complementar 123/06 (alterada em pela LC 147/2014), houve uma mudança no foco das contratações públicas: se antes traduziam seu objetivo de obter proposta mais vantajosa pelo prisma exclusivo do melhor preço, a licitação se transformou em instrumento de promoção de objetivos sociais, ao impulsionar desenvolvimento local e geração de emprego e renda na implementação do tratamento diferenciado aos pequenos empresários.

Essa política de viés redistributivo, através do direcionamento das licitações aos pequenos fornecedores, induz a gênese de arranjos locais, mormente em áreas de pouco desenvolvimento econômico, ampliando o conceito de vantajosidade para a sociedade:

Nessa chave, importa que a proposta mais vantajosa seja considerada aquela que

causa, direta ou indiretamente, o menor impacto negativo e, simultaneamente, os maiores benefícios econômicos, sociais e ambientais. À vista desse conceito, o sistema de avaliação de custos terá de ser reformulado, de molde a incluir o cálculo de custos indiretos e as considerações de adaptação, precaução e de prevenção, ao lado de projetar dispêndios futuros em função de previsíveis impactos deletérios das decisões administrativas. (FREITAS, 2013, p. 231).

Com o objetivo de ampliar a eficiência das políticas públicas, incentivar a inovação tecnológica e promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional foi editado o Decreto 8.538, de 6 de outubro de 2015, que regulamentou o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado tratamento para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal.

Com a escolha expressa nas normas jurídicas, visando segurança e previsibilidade, órgãos e as entidades contratantes sempre deverão realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens ou lotes de licitação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Além disso, nas licitações para a aquisição de bens de natureza divisível, e desde que não haja prejuízos para o conjunto ou o complexo do objeto, os órgãos e as entidades contratantes deverão reservar cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

Assim a reserva de cotas abre uma janela aos desprovidos de condições econômicas para competir (no critério menor preço) com os grandes fornecedores, únicos detentores dos meios de produção em escala.

Por sua vez, se concebida como compromisso social, a expansão da liberdade individual constitui fim e meio do desenvolvimento, que se instrumentaliza tanto no aspecto social (via serviços) como econômico (das oportunidades) e político (das liberdades), donde recrudescer a importância das instituições na qualidade de transformadoras dos indivíduos receptores de prestações em agentes de mudanças através de políticas econômicas e sociais fomentadas por debates públicos veiculadores dos câmbios sociais. Nos comentários de Justen Filho:

Uma questão relativamente ultrapassada mas que merece exame envolve o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social. Anteriormente, pretendia-se possível diferenciar ambos os conceitos. Então, pensava-se possível centrar o desenvolvimento na dimensão econômica. Mas esse enfoque é insuficiente. O desenvolvimento consiste num processo de incremento de riqueza acompanhado da elevação da qualidade de vida. Nenhum país é desenvolvido simplesmente por ser titular de um PIB elevado. (JUSTEN FILHO, 2016, p. 101).

Ao invés de identificado com o crescimento do produto interno bruto, aumento das rendas pessoais, industrialização, avanços tecnológicos ou modernização social, o desenvolvimento pode também ser concebido como um processo integrado de expansão das liberdades individualmente desfrutadas. Isso porque:

O PIB (Produto Interno Bruto) tem sido tomado como referência de desenvolvimento de um país ou de uma região, mas a crítica generalizada está mais e mais recusando este indicador por tomar apenas em conta os bens materiais, portanto, o crescimento, e descuidar outras dimensões que estão presentes no desenvolvimento integral do ser humano e da sociedade. (BOFF, 2015, p. 140).

Além das determinantes supracitadas, os direitos humanos e políticos, bem como as instituições sociais e econômicas, contribuem de maneira vital para a expansão das liberdades fundamentais.

Justificando a necessidade de indicador socialmente sustentável para medir a criação de riqueza e o bem estar individual de maneira mais precisa do que o convencional Produto Interno Bruto (PIB) e apontando para o Índice do Bem Estar Econômico Sustentável (IBES) bem como o Indicador de Desenvolvimento Humano (IDH), observa Elkington:

Até muito recentemente, economistas e empresários pensavam em “qualidade de vida” e “padrão de vida” como sendo a mesma coisa. Mas não o são. De fato, a transição para a sustentabilidade necessitará de uma mudança de paradigma pós-1945, com base em objetivos de quantidade, para um paradigma do século 21, com base cada vez mais na qualidade de vida observada. (ELKINGTON, 2012, p. 133).

No entanto, a vitória do desenvolvimento exige a erradicação de vários inimigos: pobreza e tirania, escassez de oportunidades econômicas e privações sociais sistemáticas, abandono dos serviços públicos e intolerância ou excesso de intervenção estatal repressiva. Quanto à pobreza:

Deter o crescimento econômico é condenar os pobres a serem eternamente pobres. Mas deixá-lo, por outro lado, à sorte dos interesses corporativos é condenar a humanidade a uma vida curta. É necessário que ocorra crescimento, com respeito aos limites impostos pelo sistema jurídico e pela própria natureza: atende-se o fim da ordem econômica, que é assegurar a todos existência digna, e o da proteção ambiental, que é garantir sadia qualidade de vida por meio do meio ambiente ecologicamente equilibrado. (MARQUES, 2011, p. 85).

O progresso somente pode ser valorado em função do aumento da liberdade dos indivíduos, enquanto a eficácia do desenvolvimento depende da liberdade de suas agendas, particularmente aferível nas interconexões entre os diversos tipos de liberdades que se reforçam reciprocamente, até constituir um motor do desenvolvimento.

Os mecanismos institucionais para aproveitamento das liberdades individuais também dependem do exercício das liberdades de participar nas decisões sociais e na elaboração das decisões públicas que impulsionam o progresso das oportunidades, porquanto componentes constitutivos do desenvolvimento.

Um exemplo da relevância da concepção da liberdade como finalidade do desenvolvimento pode ser visto sobre o papel desempenhado pelos mercados no processo de desenvolvimento, na medida em que o intercâmbio de bens faz parte do modo humano de viver e de se inter-relacionar em sociedade.

Por outro lado, a denegação da liberdade para participar no mercado de trabalho consiste em uma das maneiras de manter os indivíduos como cativos ou escravos, sendo

um dos desafios fundamentais do desenvolvimento a necessidade de liberar o trabalho dos grilhões que negam acesso ao mercado de trabalho aberto. Dessa forma, a negação de acesso aos mercados de produtos constitui uma das privações que sofrem os pequenos empresários por causa de sistemas e restrições tradicionais, sem olvidar que a liberdade para realizar intercâmbios econômicos desempenha um papel essencial na vida social. Eis que:

Em última instância, a forma como se estruturam as sociedades se dá pelo pensamento, pelos desejos e ações daqueles que as compõem. Acompanhando o pensamento de Renato Caporali, autor de *Ética e educação*, podemos argumentar que uma das razões de termos chegado aonde chegamos – e aí insistirmos em permanecer –, é a ausência da alteridade na cultura moderna. Vivemos em um tempo no qual os interesses individuais estão à frente dos interesses do outro. Perdemos a noção de existência coletiva. Não se trata somente de responsabilizar o mundo, mas de saber se estamos dispostos a novas formas de viver. (BORGES, 2016, p. 316).

Embora seja difícil imaginar um processo de desenvolvimento muito descolado dos mercados, a vida humana pode ser enriquecida também através do papel da legislação, da intervenção estatal e de ajuda social, e de instituições como partidos políticos, sistemas de educação e as oportunidades de diálogo e debates públicos.

Posto o perímetro jurídico, resta aferir se a prática corresponde ao desenho teórico. Assim, foram expostos alguns dos achados da auditoria operacional realizada pelo TCU, em 2017, em dezenas de órgãos federais, onde se investigou a relevância da governança na implementação efetiva da política pública e se avaliou o grau de sustentabilidade diagnosticado.

Os ODS também foram adotados pelo Tribunal de Contas da União, como indicadores para auditorias temáticas feitas pelo órgão, como será visto mais adiante, na análise da auditoria operacional no Acórdão TCU 1056/2017-Plenário, cumprindo frisar dois pontos, relativos à temática da sustentabilidade nas iniciativas da ONU:

A agenda global dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS referente ao compromisso assumido pelos 193 Estados-Membros da ONU, a ser implementado até 2030, composto por dezessete objetivos e 169 metas, considera que tais ODS deverão orientar as políticas nacionais dos países que aderiram à agenda, sucedendo e atualizando os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

E dentre os ODS relacionados ao tema dessa auditoria operacional, cabe destacar o Objetivo 12, que visa promover padrões sustentáveis de produção e de consumo, cujas metas relacionadas diretamente com o trabalho são: Meta 12.2 (alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais); Meta 12.5 (reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso); e Meta 12.7 (Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais).

A seu turno, a governança pública foi definida pelo Decreto nº 9.203, de 22 de

novembro de 2017, como conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

Para análise das Deficiências de atuação no nível central de governo foi utilizado o Referencial para Avaliação de Governança em Políticas Públicas do TCU<sup>2</sup>, levando em consideração quesitos relativos a Institucionalização; Capacidade Organizacional e Recursos; Coordenação e Coerência; e Monitoramento e Avaliação, relativos às ações governamentais nas políticas públicas relacionadas à promoção da sustentabilidade.

Tal referencial foi aprovado pela Portaria TCU 230/2014, para ser observado pelo Tribunal de Contas da União nas ações de controle e de melhoria de processos que tratem direta ou indiretamente do tema governança, cujas falhas dificultam o alcance dos objetivos propostos para a política de sustentabilidade.

No tópico sobre a institucionalização da política de sustentabilidade na Administração Pública Federal, a auditoria do TCU verificou em que medida a política pública foi institucionalizada formal e adequadamente por meio dos necessários normativos, sendo apuradas duas principais falhas: lacunas de competências necessárias na legislação correlata e inexecução de competências previstas.

Aferiu-se que mais de 73% das instituições avaliadas pelo questionário aplicado na auditoria possuem unidade formalmente designada na promoção da sustentabilidade, conforme orientação do art. 6º da IN 10/2012 SLTI/MP.

Imprescindível é que tais unidades sejam previstas com caráter permanente nas estruturas dos órgãos e das entidades da Administração Pública Federal e compostas por servidores com atuação exclusiva e perfil técnico apropriado aos assuntos pertinentes.

## CONCLUSÕES

Aferiu-se o suporte teórico da licitação como política pública constitucionalizada implementadora de ações estatais destinadas a promover o princípio da isonomia, a proposta mais vantajosa ao interesse público e o desenvolvimento nacional sustentável. Verificou-se que este último objetivo foi concebido no exterior, demonstrando a correlação entre interesses internacionais e domésticos.

Viu-se, na mesma trama, que a pactuação da agenda visando o desenvolvimento de políticas nacionais estratégicas para estimular mudanças nos padrões insustentáveis de produção e consumo não nasceu de um modelo racional (verticalizado) de ator estatal único, mas sim de uma dinâmica pluralista e cooperativa (não verticalizada) com diálogo perene e repartição de responsabilidades. Doutrinas oriundas da Economia e das Relações Internacionais possibilitaram (re)construir um sentido de desenvolvimento social, que transcende o reducionismo ambiental-econômico e alcança uma sustentabilidade

<sup>2</sup> <https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A15232A37901529D144765541F>

multidimensional reconfiguradora da lógica de sistemas disjuntivos e indutores de desvios cognitivos.

Compreendidos os contextos, foram estudados textos normativos que densificam os objetivos priorizados pela Lei Fundamental de 1988 e fornecem supedâneo às ações estatais concretizadoras da sustentabilidade social através das contratações públicas, evidenciando o incrementalismo na implementação das políticas de compras sustentáveis.

Ao final da jornada, analisaram-se os dados decorrentes da auditoria operacional realizada em 2017 pelo TCU, destinada a aferir o grau de sustentabilidade em diversos órgãos federais, e constatou-se que, não obstante os avanços normativos intensificados desde 2010, a política pública de sustentabilidade nas compras públicas (com fundamento de legalidade reforçado pela novel redação do art. 3º da Lei 8.666/93), malgrado estruturada, ainda apresenta resultados distantes do sistema desejado, quase se aproximando a um conjunto de ações deficientemente articuladas pelo órgão central.

No entanto, após a publicação do Acórdão TCU 1056/2017-Plenário, também foram percebidas mudanças normativas e sobre a gestão, o que demonstra a relação de causa e efeito entre a decisão do tribunal e seu impacto no ciclo da política, cujo resultado se nota incremental.

Igualmente restou evidenciado que um isolado dirigismo normativo é insuficiente para transformar a realidade no sentido do dever-ser. A seu turno, indicando criteriosamente a justa medida da intervenção sobre o desempenho operacional, instrumentos de fiscalização bem manejados, como auditorias e monitoramentos, são fundamentais para prevenir e (re)orientar a gestão acerca de suas omissões e desvios cognitivos.

As deficiências de múltiplas ordens na percepção de cada gestor acerca do cumprimento das normas de sustentabilidade, consoante respostas auferidas nos questionários, sugerem que as falhas comunicacionais despontadas nos achados precisam ser priorizadas para que o atendimento a demandas cada vez mais complexas sejam compreendidas numa visão sistêmica.

Resultados evidenciados em dados podem prevenir a formação de equivocados preconceitos manifestados em discursos contaminados por desvios cognitivos. Supedâneo teórico e experiência prática não são lógicas antitéticas, mas elementos que interagem em sinergia para o incremento da qualidade na produção de conhecimento e transcendem o potencial patente no quantitativo de informações atualmente existente.

Para sensibilizar e capacitar a força de trabalho é imprescindível a criação dos núcleos de sustentabilidade nas estruturas permanentes da Administração Pública Federal, sendo louvável a valorização das composições das comissões de sustentabilidade por profissionais técnicos e com dedicação exclusiva para enfrentar o tema. Por outro lado, essas exigências podem configurar gargalos, no cenário brasileiro, em que novas tarefas não raramente significam acúmulo de trabalho e, por isso, incentivos perenes são importantes para fomentar uma cultura de composição ao invés de imposição por



comando e controle.

Nesse ponto, governança, planejamento e boas práticas se apresentam como soluções transversais que precisam ser semeadas e bem cultivadas por períodos geracionais para obtenção de otimizados *outcomes*.

A instabilidade política e consecutória rotatividade de gestores intuitivamente reverbera na solução de continuidade da implementação das políticas públicas, explicando o ritmo lento de boa parte das mudanças, além do fato de que mudanças, em si, geram medo e resistência sobre a sensação de segurança em setores interessados na manutenção do status situacional.

Entender sustentabilidade como moldadora de um desenvolvimento socialmente justo, economicamente viável e ambientalmente responsável, constitui premissa fundamental para assimilação das experiências realizadas, avanço sobre os erros diagnosticados (reducionistas, concentradores de renda etc.) e concretização dos objetivos fundamentais republicanos através de políticas centradas no elemento humano com digno direito de viver e com dever de cuidar do planeta que nos acolhe.

## REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Sidney. **As licitações públicas e o Estatuto Nacional das Microempresas**. 2 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

BITTENCOURT, Sidney. **Licitações sustentáveis: o uso do poder de compra do Estado fomentando o desenvolvimento nacional sustentável**. Belo Horizonte: Del Rey, 2014.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é – o que não é**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

BORGES, Ana Maria Castro. **Critérios de sustentabilidade nas contratações da justiça do trabalho**. In: VILLAC, Teresa; BLIACHERIS, Marcos Weiss SOUZA, Lilian Castro de (Coord.). *Panorama de licitações sustentáveis: direito e gestão pública*. Belo Horizonte: Fórum, 2016. p. 311-332.

Brasil. Tribunal de Contas da União. **AUDITORIA OPERACIONAL. AVALIAÇÃO DAS AÇÕES ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL EM RELAÇÃO AO USO RACIONAL E SUSTENTÁVEL DE RECURSOS NATURAIS NO ÂMBITO DO SETOR PÚBLICO. DETERMINAÇÕES. RECOMENDAÇÕES. ACÓRDÃO Nº 1056/2017 – TCU – Plenário TC 006.615/2016-3**. Ministério de Minas e Energia (MME); Ministério do Meio Ambiente (MMA); Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG). Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho. Acórdão de 24 de maio de 2017. Disponível em: <<http://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/acoes-de-sustentabilidade-na-administracao-publica-ainda-sao-insuficientes.htm>>. Acesso em: 31.12.2017.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Fundamentos para uma teoria jurídica das políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2013.

CHRISPINO, Alvaro. **Introdução ao estudo das políticas públicas: uma visão interdisciplinar e contextualizada**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.

DOMINGUES, Eduardo Garcia Ribeiro Lopes. **Municipalismo e política urbana: a influência da União na Política Urbana Municipal**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

DYE, Thomas R. **Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas**. In: HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (Org.). Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. 3 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.

ELKINGTON, John. **Sustentabilidade, canibais com garfo e faca**. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda., 2012.

FREITAS, Juarez. **O controle dos atos administrativos e os princípios fundamentais**. 5 ed. São Paulo: Melhoramentos, 2013.

FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade: direito ao futuro**. 3 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

HOLMES, Stephen; SUSTEIN, Cass. **The cost of rights: why liberty depend on taxes**. New York, London: W. W. Norton & Company, 1999.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. 17 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

LINDBLOM, Charles E. **Muddling through 2: a ubiquidade da decisão incremental**. In: HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (Org.). Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. 3 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.

MARQUES, José Roberto. **O desenvolvimento sustentável e sua interpretação jurídica**. São Paulo: Editora Verbatim, 2011.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SUNDFELD, Carlos Ari. **Contratações públicas e seu controle**. São Paulo: Melhoramentos, 2013.

VALLE, Vanice Regina Lírio do. **Políticas públicas, direitos fundamentais e controle judicial**. 2 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

## THOMAS KUHN E O CÓDIGO DE ÉTICA MÉDICA: A RELAÇÃO MÉDICO-PACIENTE

Data de aceite: 01/07/2020

Data de submissão: 01/04/2020

**Luís Carlos Silva de Sousa**

Universidade da Integração Internacional  
da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB/CE) e  
Programa de Pós-Graduação em Filosofia da  
Universidade Federal do Ceará (UFC)  
Fortaleza-Ceará  
<http://lattes.cnpq.br/9475060856310114>

**RESUMO:** O objetivo do artigo consiste em sugerir uma reconstrução da epistemologia de Thomas Kuhn e sua aplicação à história da medicina, com enfoque na relação médico-paciente da ética médica codificada no Brasil. Argumenta-se que (a) a noção de paradigma de Kuhn pode ser vista como uma correção do esquema evolucionário de Karl Popper e (b) que uma abordagem hermenêutica do esquema evolucionário pode contribuir para uma maior compreensão sobre a estrutura de mudança de paradigma nos Códigos de Ética Médica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Bioética. Epistemologia. Hermenêutica. Ética Médica.

### THOMAS KUHN AND THE CODE OF MEDICAL ETHICS: THE MEDICAL-PATIENT RELATIONSHIP

**ABSTRACT:** The aim of the article is to suggest a reconstruction of Thomas Kuhn's epistemology and its application to the history of medicine, focusing on the medical-patient relationship of codified medical ethics in Brazil. It is argued that (a) Kuhn's notion of paradigm can be seen as a correction of Karl Popper's evolutionary scheme and (b) that a hermeneutical approach to the evolutionary scheme can contribute to a greater understanding of the paradigm shift structure in the Codes of Medical Ethics.

**KEYWORDS:** Bioethics. Epistemology. Hermeneutics. Medical Ethics.

### 1 | INTRODUÇÃO

O livro de Thomas Kuhn (1922-1996), *The Structure of Scientific Revolutions* (1962), tornou-se em poucos anos um clássico, em função de sua extraordinária perspicácia e fecundidade em pesquisa. Esta obra de filosofia da ciência transformou a imagem anterior do trabalho científico – sobretudo marcada pelo viés positivista- na direção de

uma abordagem que pode ser avaliada a um tempo como evolucionária e historicista.

Há dois aspectos que esperamos reter nesta breve *reconstrução* da filosofia histórica da ciência proposta por Thomas Kuhn e sua relação com a ética médica codificada. Em primeiro lugar, pretendemos argumentar que a “teoria dos paradigmas” de Thomas Kuhn pode ser vista (a) como um aperfeiçoamento e correção de um esquema epistemológico evolucionário, como ocorre em Karl Popper (1902-1994). Mas essa perspectiva, por outro lado, (b) também pode ser vista a partir da reviravolta hermenêutica que marcou o século XX, e isto diz respeito sobretudo à interpretação dos significados simbólicos da ação na comunidade científica. Assim, a evolução do conhecimento científico, nos termos de um confronto com Thomas Kuhn, será considerada do ponto de vista da tensão entre racionalidade e história, e do entrelaçamento entre fatos e valores (seção 2).

Em segundo lugar, as teses de Kuhn, que aparentemente se caracterizaram por explicar o progresso científico em termos naturalistas, não nos legaram apenas uma inspiração no âmbito da sociologia do conhecimento, mas também um aprimoramento epistemológico e axiológico noutras áreas do saber. Em princípio, parece que as ciências da vida e da saúde também poderiam ser vistas sob o enfoque da noção de paradigma, e tentativas neste sentido já foram realizadas, inclusive no que se refere à história dos Códigos Brasileiros de Ética Médica. De acordo com essa perspectiva, (c) a noção de paradigma permitiria examinar a relação médico-paciente em medicina de um ponto de vista histórico novo, com repercussões para aspectos ético-jurídicos e bioéticos de tolerância, benignidade e solidariedade (seção 3).

Uma revisão da abordagem de Thomas Kuhn, a partir de uma perspectiva realista e hermenêutica, pode contribuir não apenas para evitar o relativismo latente em seu legado sociológico, mas abriria maior espaço para uma *atitude crítica* na compreensão da ética médica profissional aberta à bioética.

## **2 | EPISTEMOLOGIA EVOLUCIONÁRIA: THOMAS KUHN E AS POTENCIALIDADES DE UM PARADIGMA**

Para Thomas Kuhn a ciência não se desenvolve de acordo com acréscimos sistemáticos e acumulações orgânicas, mas segundo linhas díspares de transformações, que se apoiam em torno de eixos constituídos por “revoluções científicas” (cf. KUHN, 1975). Noutras palavras, o progresso das ciências não ocorre através de processos de acréscimos, mas segundo processos “revolucionários”. Deste modo, a própria imagem de ciência muda de forma inovadora e decisiva em relação ao que encontrávamos em manuais, e que ainda domina a opinião de grande parte da sociedade. Mas o que seriam as “revoluções científicas”, que cumprem um papel central na epistemologia de Kuhn, e quais as noções fundamentais envolvidas nesta abordagem? Podemos distinguir, pelo

menos, seis noções na estrutura das revoluções científicas que seriam relevantes para nossa discussão: (1) a noção de “paradigma”, que se revela central na estrutura de base de todo discurso científico, por fornecer aos cientistas *modelos para a formulação de problemas e para soluções advindas da pesquisa*; (2) a noção de “ciência normal”, que está estreitamente relacionada à noção de “paradigma” e diz respeito à fase típica das pesquisas, baseada em uma ou mais realizações científicas passadas, fase esta norteadas por algum paradigma vigente; (3) a noção de “ciência extraordinária”, no sentido de um momento de subversão no desenvolvimento da ciência, no qual há “anomalias” que desafiam o paradigma dominante, impossibilitam a adequação a este quadro teórico e põem em crise as convicções tradicionais; (4) a noção de “revolução científica”, entendida no sentido de uma complexa passagem de teorias da comunidade científica antes consideradas basilares a novas teorias incompatíveis com as passadas, a saber: uma “mudança de paradigma”; (5) a acolhida de novos paradigmas ocorre muitas vezes por razões metalógicas, no sentido de uma “conversão”, uma fé no novo paradigma, como capaz de resolver “quebra-cabeças” que o antigo paradigma já não consegue explicar satisfatoriamente; (6) o que se entende por progresso científico já não mais diz respeito a um percurso linear, não mais se dirige a um fim predeterminado.

Para Hilary Putnam (1992), porém, a obra de Kuhn apresentaria uma concepção relativista e subjetiva, embora apresente uma alternativa à noção ingênua de verdade e racionalidade. Putnam argumenta que há fatos relativos a valores, mas a relação entre a aceitabilidade racional e a verdade ocorre entre noções distintas: uma noção pode ser racionalmente aceitável em dado momento e não ser verdadeiro. É neste sentido que a análise sobre a mudança de paradigma, nos termos de Kuhn, sugere uma complexa discussão sobre a primazia de valores.

Infelizmente, apesar dos inúmeros méritos, a “teoria dos paradigmas” de Thomas Kuhn parece insuficiente para quem dela espere uma consideração substantiva sobre o caráter autônomo e objetivo do conhecimento. Essa consideração pode ser encontrada em Karl Popper e sua concepção de Mundo-3 (o mundo autônomo de produtos da mente humana, implicações lógicas das teorias, problemas) em contraste com o Mundo-2 privilegiado por Kuhn (o mundo das comunidades científicas, isto é, pensamentos, valores e crenças humanos) e com o Mundo-1 (o mundo dos objetos materiais). Na epistemologia evolucionária de Karl Popper, o conhecimento humano evolui através da *proliferação e correção de erros*, assim como ocorre em geral nas espécies. A tentativa de resolver problemas ocorre em qualquer organismo vivo, da ameba a Einstein. As forças seletivas da vida ou das teorias são análogas, seja com base no ambiente (no caso das espécies), seja com base nas críticas (no caso das teorias). Hipóteses, conjecturas ou teorias podem ser vistas como termos intercambiáveis na epistemologia de Popper, de acordo com o seguinte esquema:

*P1 (Problema original) - TT (Teoria tentativa) - EE (Eliminação de Erros) - P2 (Novo problema).*

Mas o esquema popperiano deixa sem resolver a seguinte questão básica: por que a refutação de uma teoria nos conduz a um novo problema? Noutras palavras: por que as tentativas de eliminação de erros (EE) de uma teoria (TT) nos conduz a um novo problema (P2)? Neste ponto a noção de paradigma de Thomas Kuhn pode lançar uma luz sobre o *processo de eliminação de erros* (EE) do esquema popperiano. As potencialidades de um paradigma não se esgotam em uma direção única. O que permite que a eliminação de erros implique novos problemas encontra-se na noção de paradigma. Esta substitui com êxito a noção popperiana de TT. Para uma certa leitura da obra de Popper, erros seriam eliminados através da busca consciente e temática de contradições: a eliminação de erros ocorreria através de refutações de teorias. Daí a acusação de “falseacionista ingênuo” a Popper (cf. KUHN, 2011, p. 299). De sua parte, Popper nega que o falsificacionismo seja o cerne de seu pensamento, e critica Kuhn por deturpar sua visão: sua epistemologia evolucionária teria antes como eixo central o falibilismo e a atitude crítica. Popper, aliás, concebe muito expressamente o conhecimento humano como um caso particular e especial do conhecimento animal. O conhecimento se baseia em expectativas herdadas, inatas, inconscientes (cf. POPPER, 1987, p. 32-33). É preciso lembrar que Thomas Kuhn, nas páginas finais de *A Estrutura das Revoluções Científicas*, expõe justamente as analogias entre a sua “teoria dos paradigmas” e a teoria darwiniana da evolução. Em todo caso, comparada à noção popperiana de TT, a noção de “ciência normal” de Kuhn parece explorar as potencialidades de um paradigma de um modo mais amplo e fértil. Além disso, esse processo requer uma *interpretação* das potencialidades do paradigma. A partir da noção de paradigma podemos considerar, portanto, que os problemas (ou “quebra-cabeças”, em sua terminologia) estão associados a uma ciência normal (que representa um esforço coletivo para a resolução desses problemas). Daí o esquema alternativo de Kuhn:

*Paradigma (P) - Ciência Normal (CN) – Crise (C) - Novo Paradigma (NP)*

Entretanto, resta acentuar que a própria seleção dos novos problemas, como exploração das potencialidades de um paradigma -e ao contrário do que pretende Kuhn-, não depende das crenças institucionalizadas da comunidade científica. Pretendemos sugerir, com Springer de Freitas (2003, p. 73-92) que o legado de Kuhn seria mais adequadamente valorizado se posto no contexto de uma correção e de um aprimoramento do esquema popperiano. Mas isto seria possível apenas sob a condição de tornar a ciência normal um elemento do Mundo-3, no sentido de Popper. Com isso há também uma correção *realista* da própria concepção de Kuhn, na medida em que traz à baila as deficiências do esquema original de Kuhn, seja em sua pretensão de subordinar a epistemologia evolucionária à história da ciência, seja em sua tendência a considerar significados como relativos a paradigmas (cf. MUNZ, 1985; SPRINGER DE FREITAS, 2003). Nos termos desta reconstrução, (a) o legado sociológico de Kuhn reconhece a tradição como fonte primordial do conhecimento, em particular no que se refere à *rede*

*de linguagem* que permitiria *interpretar* os termos de uma teoria, em claro alinhamento à reviravolta hermenêutica (cf. KUHN, 2006, p. 61). Por outro lado, (b) se concebermos a noção de “ciência normal” vinculada às potencialidades de um paradigma, o legado não-sociológico da perspectiva de Kuhn apontaria para a existência de um conhecimento autônomo, objetivo, e assim contribuiria de modo mais efetivo para uma *visão darwiniana do conhecimento*. O progresso do conhecimento ocorre na medida em que a ciência normal possibilita reter as potencialidades de um paradigma, tal como o organismo vivo adquire conhecimento sobre o ambiente ao qual precisa se adaptar. O ambiente e não qualquer “jogo de linguagem” é o que retém as potencialidades da evolução das espécies. De modo análogo, o conhecimento evolucionário supõe um caráter objetivo e autônomo dos problemas.

Noutra direção, a obra de Thomas Kuhn deve ser situada no quadro teórico de uma ruptura epistemológica, que envolveria uma discussão mais ampla sobre os critérios de verdade e racionalidade. Kuhn acentua a necessidade de uma análise mais contextualizada dos problemas científicos, o que exigiria considerar com maior importância o papel da *interpretação* e da compreensão históricas (método hermenêutico) na análise dos conceitos não apenas em ciências sociais, mas também em ciências da natureza. A dicotomia entre explicação e compreensão parece superada em sua perspectiva historicista.

### **3 | PARADIGMAS NA HISTÓRIA DOS CÓDIGOS DE ÉTICA MÉDICA NO BRASIL E OS FUNDAMENTOS DA BIOÉTICA: A RELAÇÃO MÉDICO-PACIENTE**

A ética profissional, em geral, baseia-se em certo conhecimento e habilidade. Deste modo, não é casual que a ética de uma profissão esteja fortemente influenciada pela concepção que seus membros têm da natureza do conhecimento e dos métodos através dos quais a profissão é exercida, seja no plano coletivo seja no plano pessoal. Estes fatores condicionam os debates em torno da profissionalização moderna da medicina, e os códigos de ética médica refletem as ideias de uma época. A ética médica tradicional está marcada, segundo Popper (2010, p. 420-426), por uma visão do conhecimento que conduz o médico a uma atitude dogmática, autoritária. De fato, a “antiga ética” baseia-se na visão de que o conhecimento científico ocorre por acumulação de dados sensíveis, que vêm à mente. Esta é uma visão falsa do processo do conhecimento científico. Como acentua Popper, em ciência não há certezas absolutas. O conhecimento científico é conjectural, hipotético. Portanto, na ciência não há autoridades. Na medida em que a ética médica tradicional assume como absoluta alguma fonte do conhecimento – seja a experiência, seja a razão-, há nesta ideia o favorecimento de autoridades. Daí surge o ideal profissional na ética médica antiga: ser uma autoridade. Ora, não esperamos erros de uma autoridade. Se uma autoridade profissional comete erros, ela tende a acobertá-los, a encobri-los, a fim de resguardar as aparências. A ênfase na autoridade

da ética profissional em geral – e, em particular a da ética médica tradicional-, conduz à desonestidade intelectual. A regra seria ocultar os erros para salvaguardar a ideia de autoridade, mas isto tem consequências terríveis. Será, então, necessário examinar em que sentido a intolerância surge na relação médico-paciente a partir dessa visão acerca do conhecimento científico e de sua respectiva ética profissional. Popper propõe uma nova ética profissional em medicina, que se baseia em sua concepção falibilista de ciência. Com isso, torna-se possível conceber a atividade científica sob uma perspectiva aberta a críticas, ao apontar claramente sob que condições um teoria pode ser falseada através de teste empírico. O exercício constante de abertura a eventuais refutações das teorias propostas caracteriza a *atitude crítica* típica dos grandes cientistas. O cultivo da abertura a críticas conduz ao espírito de tolerância, na medida em que podemos aprender com nossos erros e no respeito à opinião contrária.

Quando nos voltamos para uma epistemologia histórica e para o nível de aplicação da perspectiva de Thomas Kuhn sobre a evolução da ética médica, observamos sua maior fertilidade para identificar modelos em conflito a partir de uma ruptura em comum. A relação entre o profissional de saúde e o paciente reflete a mudança de valores na sociedade e os novos padrões de aceitabilidade racional. Assim, ao analisarmos mais de perto a evolução histórica da ética médica no Brasil, podemos distinguir diversas perspectivas, não necessariamente excludentes. Importa considerar sobretudo a discussão acerca de padrões de racionalidade na pesquisa médica. É neste sentido que a obra de Thomas Kuhn se apresenta como fundamental para a constituição de uma nova imagem da ciência.

No caso da aplicação da “teoria dos paradigmas” à história dos Códigos brasileiros de ética médica, tomamos como referência básica a obra de Leonard M. Martin (1950-2004), um importante bioeticista irlandês que viveu no Brasil. Este é apenas um exemplo sobre a relevância da análise dos Códigos brasileiros segundo a teoria dos paradigmas (cf. MARTIN, 1993).

Nos códigos brasileiros de ética médica o paradigma do paternalismo benigno teve como referencial o Código de Moral Médica de 1929. A partir do Código de 1953 o paradigma do paternalismo benigno vai ceder lugar a, pelo menos, três outros paradigmas emergentes, que irão repercutir nos demais códigos de ética médica no Brasil: os paradigmas *tecnocientífico*, *comercial-empresarial* e *benigno-humanitário*. O Código de 1953 expressa a emergência do paradigma da benignidade humanitária, entrelaçado aos demais paradigmas. Os Códigos de 1965, 1984 e, sobretudo, os de 1988 e 2010 consolidam os *direitos humanos* como eixo do novo paradigma vigente. Na história da ética médica codificada constatamos, portanto, um *conflito* nem sempre velado entre ciência, lucro e compaixão (cf. MARTIN, 2002).

Uma preocupação a partir da teoria epistemológica de Thomas Kuhn - e sua aplicação à evolução histórica da ética médica codificada no Brasil - diz respeito ao paradigma específico a ser adotado na relação médico-paciente. O novo Código Brasileiro de Ética



Médica (2009/2010) reforça a autonomia do paciente como alvo dos cuidados médicos. Esta é uma tendência que observamos no conflito dos paradigmas emergentes da ética médica codificada, em sua relação com os fundamentos da bioética (cf. SOUSA, 2002). A benignidade humanitária e solidária – o novo paradigma na história da ética médica codificada -, vem se consolidando como doutrina dos *direitos humanos* e sensível à vulnerabilidade moral do paciente. Observamos que esta perspectiva, que relaciona *biodireito* e *bioética*, permitiria maior cuidado à vida, através de uma maior compreensão humanitária substantiva sobre a relação médico-paciente. Ora, qual seria, então, a relevância de uma eventual pesquisa sobre os fundamentos da bioética vinculada à ética médica codificada? Os códigos médicos já não expressariam a necessidade de uma doutrina dos direitos humanos? Entretanto, do ponto de vista ético-filosófico é preciso ainda *justificar* o modo como devemos superar o paternalismo de nossa tradição deontológica (cf. GRACIA, 1989, p. 23-107). Neste sentido, portanto, precisamos distinguir pelo menos dois níveis diferentes de discussão do juízo médico na relação médico-paciente: o *nível deontológico* dos códigos de ética médica e o *nível propriamente moral* da fundamentação bioética e biopolítica (cf. POSSENTI, 2016). A discussão sobre os fundamentos do agir moral em medicina diz respeito a esses dois níveis na medida em que a pergunta pela legitimidade da relação médico-paciente envolve aspectos jurídicos e éticos (cf. DINIZ, 2005; 2017). Um bom modo inicial de se examinar o caráter histórico e conflituoso do juízo médico diz respeito ao modo como são articulados os deveres profissionais da prática médica, isto é, sua deontologia. Não é nosso propósito expor aqui uma versão de fundamentação bioética, mas apenas apontar para essa necessidade, nos limites da deontologia médica no contexto do conflito de paradigmas.

Os cuidados médicos com o paciente têm uma longa história na ciência médica, mas nossa preocupação mais imediata diz respeito ao modo como a medicina no Brasil entra em consenso sobre seus critérios normativos na forma de uma ética médica codificada, o que envolveria não apenas uma análise de deontologia profissional. O novo Código Brasileiro de Ética Médica (2009/2010) reforça a autonomia do paciente como alvo dos cuidados médicos. De fato, há uma nova fase na história da ética médica codificada a partir do Código de Ética da Associação Médica Brasileira de 1953: trata-se de uma mudança de paradigma em relação ao paternalismo benigno do Código anterior (1945). No que se refere à relação médico-paciente o paradigma do *paternalismo benigno* foi vigente até o advento da modernidade. Observamos também, a partir do Código de 1953, que a crise do paradigma dominante –paternalismo benigno-, produz a emergência de paradigmas em conflito, concorrentes entre si. Pouco a pouco o paradigma tradicional cede lugar a uma prática médica em que valores como saber científico e lucro assumem maior peso. Em contraposição, a partir do Código de 1984 há uma acentuação de valores da benignidade humanitária, tendo como eixo a doutrina secular dos direitos humanos. É sobretudo em torno da noção de mudança de paradigma (ver seção 2) que podemos

extrair a chave de leitura para a aplicação da teoria de Thomas Kuhn à ética médica codificada. O Código de 2009/2010 procura consolidar tais valores da ação médica, sem retroceder a uma solidiedade paternalista frente ao paciente.

#### 4 | CONCLUSÃO

A filosofia tem um papel importante em nossa análise da epistemologia e da ética na vida humana, inclusive ao contribuir para a solução de problemas em medicina. A relação médico-paciente traz uma face importante desta discussão, tendo como eixo os preceitos do biodireito. Tendo em vista a história dos códigos brasileiros de ética médica, o modelo atual busca orientar a autonomia do paciente nos limites do paradigma atual dos direitos humanos.

Esta pesquisa se situa no contexto de frequente desrespeito pelos direitos dos pacientes em nossa cultura e em nossos sistemas públicos de saúde. Três aspectos gerais foram destacados: (a) a análise da teoria epistemológica de Thomas Kuhn e sua aplicação à história dos códigos brasileiros de ética médica, sob a concepção do conflito de paradigmas; (b) a análise da mudança de paradigma em relação aos direitos humanos nos códigos de ética médica, especialmente no que se refere à relação médico-paciente nos códigos de 1988 e 2010; (c) a análise da consolidação do paradigma da benignidade humanitária e solidária no Código de 2010.

A epistemologia evolucionária de origem darwiniana supõe um conhecimento objetivo. Um enxerto hermenêutico na epistemologia evolucionária de Thomas Kuhn permitiria, por sua vez, uma reconstrução interpretativa e interdisciplinar da noção de paradigma no âmbito da história da medicina. Mas este seria apenas um primeiro passo para uma ética médica aberta à bioética.

#### REFERÊNCIAS

DINIZ, Maria Helena. **O Estado Atual do Biodireito** - 10ª ed. Rev. São Paulo: Ed. Saraiva, 2017.

\_\_\_\_\_. "O direito ante a nova imagem da ética médico-científica". In: "**Lex Medicinae**", **Revista Portuguesa de Direito da Saúde**, n. 4, p. 5-10, 2005.

KUHN, Thomas S. **The Structure of Scientific Revolutions**. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1975.

\_\_\_\_\_. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2007.

\_\_\_\_\_. "Comensurabilidade, comparabilidade, comunicabilidade". In: **O Caminho desde A Estrutura: Ensaio filosófico, 1970-1993, com uma Entrevista Autobiográfica**. São Paulo: Ed. Unesp, 2006, p. 47-76.

\_\_\_\_\_. “Lógica da descoberta ou psicologia da pesquisa?” In: **A Tensão Essencial**. São Paulo: Ed. Unesp, 2011, p. 283-310.

GRACIA, Diego. **Fundamentos de Bioética**. Madrid: Ed. EUEDEMA, S. A., 1989.

MARTIN, Leonard M. **A Ética Médica Diante do Paciente Terminal**: Leitura ético-teológica da relação médico-paciente terminal nos códigos de ética médica. Aparecida, SP: Editora Santuário, 1993.

\_\_\_\_\_. **Os Direitos Humanos nos Códigos Brasileiros de Ética Médica**: ciência, lucro e compaixão em conflito. São Paulo, SP: Editora do Centro Universitário São Camilo/ Ed. Loyola, 2002.

MUNZ, Peter. **Our Knowledge of The Growth of Knowledge. Popper or Wittgenstein?** London: Routledge and Kegan Paul, 1985.

POPPER, Karl. **Objective Knowledge**. 7ª. ed. Oxford: Clarendon Press, [1992] 1972.

\_\_\_\_\_. “La actitud crítica em medicina”. In: **Después de La sociedad abierta: Escritos sociales y políticos**. Madrid: Paidós, 2010, p. 420-435.

\_\_\_\_\_. **O Realismo e o Objetivo da Ciência**. v. 1 do Pós-Escrito à Lógica da Descoberta Científica. Lisboa: Dom Quixote, 1987.

POSSENTI, Vittorio. **La Revolución Biopolítica**: La peligrosa alianza entre materialismo y técnica. Madrid: Ed. RIALP, S. A., 2016.

PUTNAM, Hilary. **Razão, Verdade e História**. Lisboa, Portugal: Publicações Dom Quixote, 1992.

\_\_\_\_\_. **Ethics without Ontology**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2003.

SOUSA, Luís C. S. O Código de Ética Médica e os Fundamentos da Bioética. **O Mundo da Saúde**. São Paulo, v. 26, n. 1, p. 109-117, jan./mar. 2002.

SPRINGER DE FREITAS, Renan. **Sociologia do Conhecimento**: Pragmatismo e pensamento evolutivo. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

## **SOBRE AS ORGANIZADORAS**

**DENISE PEREIRA** - Mestre em Ciências Sociais Aplicadas (2010), Especialista em História, Arte e Cultura (2008), Bacharel em História (2006), pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Especialista em Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento (2019), pela Censupeg. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

**JANAÍNA DE PAULA DO ESPÍRITO SANTO** - Doutora em História pela Universidade Federal de Goiás (2018), Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná (2005), graduada em Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2001). Atualmente é professora assistente da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Afastamentos 129, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 159  
América Latina 44, 69, 73, 79  
Artes Integradas na Arquitetura 142

### C

Canais de Participação 94, 95, 96, 97, 98, 109  
CEAGESP 81, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92  
Ciclo Gestacional 12  
Circuitos Espaciais 81, 82, 85, 89, 90, 91, 92  
Comercialização 81, 82, 83, 84, 85, 86  
Comunicação Pública 94, 95, 96, 97, 98, 109, 111, 112  
Cuidados 12, 13, 14, 91, 131, 182

### D

Desarrollo Sustentable 42, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 53, 54, 55, 56, 57, 58  
Desenvolvimento Regional 113, 114, 115, 124, 125, 126, 127  
Dialoga Brasil 94, 95, 98, 99, 102, 103, 105, 106, 108, 109, 110, 111  
Diferenciação Social 1, 7  
Disputas Simbólicas 1, 9, 10  
Doença 129, 130, 131, 132, 133, 134, 137, 138, 139, 156, 158

### E

Educação Natural 69  
Educação Popular 69, 75, 76, 80  
Espaço Urbano 1  
Estratégias Didáticas 142

### F

Formação Profissional 142, 143

### H

Hierarquização 1, 3, 8, 10, 157  
Hortifrutigranjeiros 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92

## **I**

Ingeniero Químico Industrial 42, 48

## **J**

Jornalismo 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28

Jornalistas Livres 16, 17, 22, 23, 24, 25, 26, 27

## **M**

Meio Ambiente 113, 118, 123, 125, 126, 127, 128, 170, 174

Metodologia 33, 34, 39, 40, 41, 61, 79, 115, 129, 131, 133, 137, 138, 139, 140, 146

## **N**

Noticiabilidade 16, 18, 21

## **P**

Paternidade 12, 14, 15

Política 10, 20, 24, 32, 54, 69, 70, 71, 73, 75, 77, 79, 80, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 106, 108, 109, 110, 111, 118, 125, 127, 128, 130, 131, 133, 139, 154, 160, 162, 163, 165, 168, 171, 172, 173, 174

Produção 2, 5, 6, 7, 8, 10, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 37, 38, 74, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 99, 100, 101, 103, 104, 111, 114, 115, 117, 119, 120, 121, 123, 126, 128, 132, 140, 154, 156, 159, 160, 161, 166, 167, 169, 171, 172, 173

Projeto Barraginhas 113, 114, 115, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 127

## **R**

Restauração Arquitetônica 142, 147, 153

## **S**

Sustentabilidade 113, 114, 115, 116, 122, 123, 126, 127, 128, 130, 152, 154, 162, 165, 166, 170, 171, 172, 173, 174, 175

## **V**

Valores 16, 19, 20, 30, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 55, 56, 60, 86, 109, 134, 144, 145, 158, 177, 178, 181, 182, 183

Valores-Notícia 16, 19

# A Pesquisa e o Ensino das Ciências Humanas: Mudanças e Tendências

# 2

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

Atena  
Editora

Ano 2020

# A Pesquisa e o Ensino das Ciências Humanas: Mudanças e Tendências

# 2

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

Atena  
Editora

Ano 2020